

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

HERTZ DA CONCEIÇÃO DIAS

**A POSSE DA LIBERDADE: A INTEGRAÇÃO NEOLIBERAL E A RUPTURA
POLÍTICO-PEDAGÓGICA DO HIP HOP EM SÃO LUÍS, A PARTIR DOS ANOS
1990**

São Luís
2009

HERTZ DA CONCEIÇÃO DIAS

**A POSSE DA LIBERDADE: A INTEGRAÇÃO NEOLIBERAL E A RUPTURA
POLÍTICO-PEDAGÓGICA DO HIP HOP EM SÃO LUÍS, A PARTIR DOS ANOS
1990.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação da Universidade Federal do Maranhão como requisito final para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Flávio Bezerra Farias

São Luís

2009

Dias, Hertz da Conceição.

Posse da liberdade: a integração neoliberal e a ruptura político-pedagógica do hip hop em São Luís, a partir dos anos de 1990 / Hertz da Conceição Dias. – São Luís, 2009.

...f

Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Maranhão.

1. Práticas Educativas. 2. Hip Hop. 3. Neoliberalismo.
4. Juventude Negra I. Título

CDU 371.133

HERTZ DA CONCEIÇÃO DIAS

A POSSE DA LIBERDADE: a integração neoliberal e a ruptura político-pedagógica do Hip Hop em São Luís, a partir dos anos 1990.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação da Universidade Federal do Maranhão como requisito final para obtenção do título de Mestre em Educação.

Aprovado em / /

BANCA EXAMNINADORA

Prof. Dr. Flávio Bezerra Farias (Orientador)
Doutor em Economia
Universidade Federal do Maranhão

Prof^a Dr^a Ilse Gomes Silva
Doutora em Ciências Políticas
Universidade Federal do Maranhão

Prof^a Dr^a Conceição Brenha Raposo
Doutora em Ciências Humanas
Universidade Federal do Maranhão

À todos(as) que de alguma forma lutam pela construção de um mundo em que as relações humanas sejam oxigenadas pelo espírito de solidariedade e não estabelecidas através de mecanismos de dominação, humilhação e exploração.

AGRADECIMENTOS

No ano em que o “Quilombo Urbano” completa 20 anos de existência, eu gostaria de presenteá-lo com essa dissertação de mestrado, mas antes temos 19 velinhas que gostaria de apagar com esse intelectual coletivo das periferias ludovicense.

A primeira vela, eu apago com minha primeira família nuclear, com minha avô quase centenária, Dona Nhazinha; meu pai noventão, Seu Sebastião e a minha mãe Dona Maria que já não se encontra mais entre nós e todos os demais parentes.

A segunda velinha, vai para meu irmão que no momento não se encontra em nosso meio, esse trabalho eu fiz também pensando por e para você.

A terceira velinha, vai para minha segunda família nucleada, a minha esposa, companheira e amiga Claudicéa Durans e aos meus filhos Lênin Akil, Hertz Filho e Laura Ossei, a presença de vocês ao meu lado só me inspirou nessa longa caminhada.

A quarta velinha, eu apago com a família de todas as famílias, a Durans, obrigado pela acolhida em suas vidas. Obrigado Marília pela normalização desse trabalho, Claudimar pelas correções e Cláudia Durans pelos toques no anteprojeto.

A quinta velinha, eu apago com Rosenverck, meu amigo e eterno companheiro de grupo, de militância e de inspiração intelectual.

A sexta velinha, essa eu não apago, essa eu queria manter acesa, pois foi luz para clarear minhas dúvidas, muito obrigado professor Doutor Flávio Farias pelas sábias orientações, os méritos desse trabalho eu divido com você as falhas eu atribuo a minha desobediência intelectual.

A sétima velinha, gostaria de apagar com todos aqueles que muito pacientemente permitiram que eu os entrevistasse.

A oitava velinha, gostaria de apagar com todos os alunos da oitava turma do mestrado em Educação, especialmente a Diana e Maria da Guia com quem sempre dividir minhas dúvidas e angústias, obrigado pela atenção e companheirismo.

A nona vela, apaguei com todos os professores do Mestrado em Educação, por cada reflexão, ensinamentos, dúvidas e polêmicas. Muito obrigado a todos.

A décima, eu queria apagar com a professora Conceição Raposo pelas valiosas dicas na banca de qualificação.

A décima primeira, eu queria dedicar aos meus professores do curso de história da UFMA, especialmente a guerreira professora Mary Angélica e simpática professora Marize.

A décima segunda velinha, eu apago com todas as entidades do movimento negro, especialmente ao CCN por ter iniciado a caminhada e ao extinto MUN que muito me ensinou intelectual e politicamente.

A décima terceira, eu apago com todos os lutadores e lutadoras da CONLUTAS, CONLUTE, do PSTU, do PSOL e do Novo Movimento Negro.

A décima quarta, eu quero apagar com o camarada, intelectual orgânico e compadre Marcos Silva pela sua história de vida e de luta, aprendi muito com você e sinto-me honrado em tê-lo como companheiro.

A décima quinta velinha, eu apago com os meus colegas de trabalho do Estado e do Município, saudades mil.

A décima sexta, eu apago com os persistentes militantes da Rádio comunitária Conquista FM e a todas as rádios comunitárias de São Luís que lutam pela democratização da informação nesse estado.

A décima sétima, eu apago com a sofrida, mas aguerrida comunidade da Liberdade, fonte de minhas inquietações, espero poder ter contribuído de alguma forma pra breçar essa “guerra interna”.

A décima oitava velinha eu apago com a Posse Liberdade Sem Fronteiras que muito humildemente tem ajudado a reescrever a história de luta do bairro Liberdade.

A décima nona velinha eu queria apagar com dois intelectuais do Movimento Negro brasileiro que já não se encontram mais entre nós, a Clóvis Moura e a Milton Santos.

A vigésima velinha eu gostaria de apagar com todas as posses, todos os grupos, núcleos e militantes do Quilombo Urbano, por favor, aceitem esse humilde presente.

A liberdade é a tal ponto a essência do homem que mesmo seus opositores o reconhecem, posto que a combatem; querem apropriar-se da jóia mais cara, que eles não consideram a jóia da natureza humana

MARX

RESUMO

Este trabalho pretende analisar as práticas educativas do movimento Hip Hop do Maranhão a partir da década de 1990 como contra tendência à penetração da cultura neoliberal ou imperialismo cultural entre a juventude das periferias de São Luís. Nesse período acentua-se o processo de penalização, criminalização e punição da juventude pobre em todo o mundo. Para nosso estudo, tomamos como *locus* da pesquisa o bairro da Liberdade, localizado nas proximidades do centro comercial de São Luís, cuja maioria da população é negra. Neste sentido, investiga-se a atuação Movimento Hip Hop Quilombo Urbano através de sua Posse Liberdade Sem Fronteiras, junto a jovens envolvidos em conflitos existentes entre várias comunidades no interior deste bairro. A esses conflitos denominamos “guerra interna”. Analisamos ainda de que forma essas ações educativas contribuem para mobilizações políticas dentro e fora do bairro supracitado, bem como na tentativa de construção de uma subjetividade coletiva positiva entre seus moradores, especialmente a juventude negra. Para efeito de pesquisa, recorreremos à metodologia da pesquisa documental e bibliográfica sistemática que transcorreu todos os momentos da investigação, perpassando a elaboração de um quadro teórico, o aprofundamento das categorias de análises e o estabelecimento da mediação entre a pesquisa empírica e os estudos teóricos. Utilizamos ainda, a técnica da observação participante e entrevistas focalizadas, no sentido de compreender o processo, indicar caminhos e retomar alguns elementos dessa reflexão iniciados durante a pesquisa, levantando-se algumas considerações.

Palavras chaves: Hip Hop. Neoliberalismo. Juventude negra. Periferia. Práticas educativas.. Estado punitivo.

RESUMÉ

Cet travail prétend analyser les pratiques éducatives du mouvement *Hip Hop* du *Maranhão* dans de la décennie de 1990 comme contre tendance à la pénétration de la culture néo-libérale ou de l'impérialisme culturel entre la jeunesse des périphéries de *São Luís*. Dans cette période s'accroît le processus de pénalisation, criminalisation et punition de la jeunesse pauvre dans le monde entier. Pour notre étude, nous prenons comme locus de la recherche le quartier de la Liberté, localisée dans les proximités du centre commercial de *São Luís*, dont la majorité de la population est noire. Dans ce sens, s'enquête la performance "*Movimento Hip Hop Quilombo Urbano*" à travers sa "*Posse Liberdade Sem Fronteira*", près jeunes impliqués dans des conflits existants entre plusieurs communautés à l'intérieur de ce quartier. À ces conflits nous appelons "guerre interne". Nous analysons encore de qu'il forme ces actions éducatives contribuent pour mobilisations politiques à l'intérieur et à l'extérieur du quartier susmentionné, ainsi que dans la tentative de construction d'une subjectivité collective positive entre leurs habitants, spécialement la jeunesse noire. Pour effet de recherche, nous faisons appel à la méthodologie de la recherche documentaire et bibliographique systématique que transcorru tous les moments de la recherche, depuis l'élaboration d'un tableau théorique, l'approfondissement des catégories d'analyses et l'établissement de la médiation entre la recherche empirique et les études théoriques. Nous utilisons encore, la technique du commentaire participant et les entrevues focalisées, dans le but de comprendre le processus, indiquer des chemins et reprendre quelques éléments de cette réflexion initiés pendant la recherche, en se soulevant quelques considérations.

Mots clés: Hip Hop. Néolibéralisme. Jeunesse noire. Périphérie. Pratiques éducatives.. État punitif.

1 INTRODUÇÃO

Ao lançar-nos no desafio de escrever uma dissertação de mestrado tratando de um tema tão complexo a ser desbravado em tão pouco espaço de tempo; indagações não menos complexas vieram à tona. Por exemplo, como construir uma interseção entre o mundo acadêmico, que nos imputou o *ethos* do rigor e da reflexão científica e o mundo da juventude negra da periferia com seus “sociólogos sem diplomas” formados no universo político e cultural do movimento *Hip Hop* nas últimas duas décadas. Escrever como e para quem?

Pelo fato de transitarmos entre esses dois mundos (o “periférico” e o acadêmico), ao contrário do que possa parecer, nunca nos sentimos suficientemente seguros quanto a isso. Sabemos que toda produção científica tem uma finalidade social e política. A quem servir então com essa pesquisa? Ao mundo acadêmico, ao mundo periférico ou aos dois concomitantemente?

Fazer um trabalho versando sobre a juventude das periferias de São Luís sem que essa juventude leia, reflita e critique o que dela foi falado? Ou contrariar Gramsci, fazendo o caminho inverso do que ele propôs, isto é, ir da filosofia da práxis ao senso comum abrindo mão do rigor científico da pesquisa? Nossa preocupação, entretanto, era de não enveredar nem pela rigidez científica, tão criticada por Bourdieu (1993) nem muito menos aderir ao censocomunizar, defendido por Santos (2003).

Em meio a esses dois caminhos procurávamos construir um terceiro: o de manter o rigor científico articulado à simplicidade do senso comum. Aliás, falar da periferia é falar de pessoas simples que vivem em um ambiente sócio-psíquico-afetivo extremamente complexo e contraditório.

Para alívio nosso, lembramos do saudoso Clóvis Moura (1994) que insistia em dizer que um dos grandes problemas dos movimentos negros brasileiro está justamente na ausência da elaboração de uma práxis social que unificasse ou articulasse o universo letrado (dos negros da classe média e de seus intelectuais acadêmicos) ao universo plebeu (do negro da periferia).

Moura (1994) ressalta que a política dos movimentos negros em quase sua totalidade é elaborada pelo seu universo letrado, que em sua essência não contempla as necessidades estruturais do negro plebeu. Para o negro letrado, já socialmente incluído, o grande obstáculo seria de ordem cultural, já para o negro plebeu a questão, além de cultural, era principalmente sócio-estrutural. Por isso Moura designava o negro do universo letrado

como oprimido/incluído e o do universo plebeu como oprimido/excluído¹. Sem perceber estávamos em meio a esse desafio político e científico que este autor postulava há mais de uma década atrás.²

Só de pensar que a juventude de periferia seria objeto de nossa pesquisa provocava-nos arrepios, pois, para quem sempre questionou essa condição de comunidade-objeto atribuída à periferia, parecia meio contraditório. Mas, por outro lado, analisar os elementos da cultura *Hip Hop* como práticas político-pedagógicas e sustentar que muitos dos integrantes deste movimento desempenham a função de intelectuais orgânicos nos colocava em uma outra situação, a do olhar do nativo no dizer de Bossi (1999), daquele que pretende olhar a periferia de dentro e por dentro. Ou ainda de empreender um processo de descoisificação do oprimido na perspectiva de Freire (1980).

Nossa condição de membro do movimento *Hip Hop* e de morador da periferia nos possibilitou esse olhar. Sabíamos, evidentemente, da necessidade de “estranhar” o objeto analisado, ou seja, tanto a periferia quanto o *Hip Hop*, mas entendemos que, em perspectiva dialética, afastar ou entranhar, não significa desfazer-se de suas noções, visão social de mundo nem muito menos abandonar, mesmo que temporariamente, a perspectiva metodológica em uso.

Quanto a isso concordamos com Freire (1980) de que o oprimido por ser coisificado no mundo do opressor precisa se afastar sociologicamente deste mundo para admirá-lo filosoficamente através da abstração (a isso Hegel chama de entendimento) retornando em um segundo momento ao concreto através da reflexão que seria a aproximação crítica da realidade (à racionalidade em Hegel e Marx).

É através deste procedimento, da indissociabilidade entre concreto e abstrato, entre objetividade e subjetividade, entre entendimento e razão, que se constrói a práxis e se chega ao concreto pensado (Marx, 1984).

Desta forma, não cabe ao pesquisador a função de, arbitrariamente, estabelecer a periferia como comunidade-objeto ou comunidade-sujeito. Essa é uma condição vivida pela própria comunidade, cabendo a ele identificar tal condição.

¹ Certamente que o referido autor está utilizando o termo excluído no sentido restrito, ou seja, excluído da possibilidade de venda da sua força de trabalho, pois do ponto de vista das relações sociais de produção no capitalismo todos estão de uma forma ou de outra, incluídos e desempenhando alguma função.

² Moura não desconsidera a importância do “universo letrado” do qual ele próprio fazia parte, apenas alertava que estes deveriam pensar o “universo plebeu” com força política e não como contingente instrumental de legitimação das necessidades de classe média negra, mais cultural do que estrutural.

Seria essa a nossa função ou desafio: ver a periferia como ela é; sem romantismo intelectual ou maniqueísmo político. Compreendendo que múltiplas e contraditórias são as suas determinações.

Neste sentido, procurávamos compreender o trauma da “guerra interna”³ entre a juventude negra da periferia na trama da política do imperialismo cultural (PETRAS, 1995). De entender como se estabelece essa relação.

De que forma o imperialismo cultural ou o neoliberalismo cultural se ressignifica, se ramifica e se focaliza na periferia de um país como o Brasil, marcado por profundas desigualdades sociais e raciais.

E o Hip Hop até que ponto resiste a essa intervenção, fazendo dos seus elementos culturais (o *break*, a dança; o rap, o canto falado e o *grafite*, a arte visual) instrumentos político-pedagógicos contra-hegemônicos? Em outras palavras, se é possível sentir a “mão invisível” do imperialismo cultural manipulando e tencionando os conflitos entre a juventude da periferia? Como e com quais objetivos? E como um setor dessa mesma juventude se organiza através da cultura Hip Hop em resposta a essa situação?

Não se trata evidentemente de qualificar toda e qualquer “batalha” desta “guerra interna” como produto da tática do imperialismo cultural, não é isso. A questão que se coloca é identificar onde e como essa tática se faz presente e até que ponto as práticas sócio-educativas do Hip Hop se contrapõem a essa tática construindo outras formas de sociabilidades políticas e culturais na periferia. Ainda que nosso estudo remonte ao final da década de 1980, os focos centrais de nossas análises centram-se entre os anos de 1998 a 2008, que é o período aproximado em que à situação supracitada se instaura no bairro que analisaremos.

Em nosso entendimento o Hip Hop é um movimento de cunho político e cultural que prima por um discurso com forte conteúdo racial. No tocante a essa questão concluímos em nosso trabalho de graduação intitulado “História e Práxis Política do Movimento Hip Hop Maranhense - Quilombo Urbano” (2002), que este movimento possui uma práxis política que é fruto de um resgate combinado e ressignificado dos discursos socialistas da esquerda das décadas de 70 e 80 e do “radicalismo racial” dos movimentos negros deste mesmo período.

³Casanova (2007) define que a “guerra interna” passou a ser objetivo central teórico e prático das guerras de conquistas do imperialismo desde a década de 1970 em substituição a “guerra aberta”. A diferença consiste na tentativa de estimular conflitos entre diferentes grupos étnicos dentro de um mesmo Estado-nação; seriam guerras interétnicas. Contudo, o conceito que estamos utilizando foi cunhado e consolidado no interior do próprio movimento Hip Hop, tendo por objetivo caracterizar os conflitos entre os próprios moradores dos bairros de periferia, especialmente entre a juventude.

Portanto, o Hip Hop, em nossa acepção, é um movimento político-cultural que se mobiliza em torno da questão de classe e de raça.

Ao primeiro capítulo deste trabalho intitulamos “Teoria Marxista e Ideologia da Negritude: encontros e desencontros”. Como se ver, a questão em discussão não trata de fazer qualquer caracterização do movimento Hip Hop com mais profundidade⁴. O que nos imputa neste primeiro momento é saber até que ponto o materialismo histórico e dialético, enquanto método de análise científica, consegue responder satisfatoriamente as questões que envolvam o intercruzamento dos campos culturais e raciais que elegemos como *locus* privilegiado de nossa pesquisa.

Nossa decisão em fazer esse percurso inicial deu-se aos constantes questionamentos provenientes do mundo acadêmico e do movimento negro sobre a possibilidade ou não da perspectiva marxista dialogar com pesquisas de cunho culturais e raciais. Questionamentos estes não sem fundamentos, pelo menos em sua maioria, tendo em vista a escassa produção intelectual marxista em nosso país que conjugue as questões culturais e raciais com a de luta de classes sem postular sobredeterminações mecanicistas.

Deparamos neste estudo com a completa invisibilidade do negro nas produções marxistas, especialmente na escassez de estudos sobre a realidade do negro contemporâneo ligando-o ao seu passado histórico. Identificamos que na maioria dessas produções o negro aparece como sinônimo de escravo, diluindo-se como ser histórico e sociológico no pós-abolição.

Para tal invisibilidade contribui a idéia de democracia racial e a ideologia do branqueamento elaborada pelo bloco ideológico dominante pós-abolição para justificar a exclusão do trabalhador ex-escravo tal como a imigração do trabalhador de origem européia na transição do Brasil escravocrata ao de capitalismo dependente do imperialismo britânico.

Para isso contribuiu também a brecha histórica e ausência de criatividade sociológica da maioria desses estudiosos que, segundo Moura (1983) importa modelos teóricos da Europa para o Brasil sem levar em consideração o processo histórico de formação do proletariado brasileiro.

O economicismo ou o materialismo vulgar, que Marx e Engels criticaram implacavelmente, também daria sua parcela de contribuição para a invisibilidade do negro no pensamento intelectual da esquerda brasileira. Nesta perspectiva apenas os fatores de ordem

⁴Este trabalho já foi brilhantemente realizado por Santos (2007) com o título “Hip Hop e Educação Popular em São Luís do Maranhão: uma análise da organização Quilombo Urbano”.

objetiva e econômica são consideradas como relevantes; questões que envolvem as opressões, aspectos culturais e raciais são sempre diminutivas ou insignificantes.

Por outro lado, verificamos que o movimento da negritude, o lado racial da moeda de nosso estudo, emerge na década de 1930 sob forte influência das organizações marxistas, mas a partir da década de 1970 se transforma em ideologia institucionalizada, passando a servir em muitos casos aos interesses do imperialismo ocultando a exploração capitalista (BERND, 1987).

Neste caso, a categoria raça, desprezada pelo marxismo economicista, retorna como um bumerangue etnicista contra o conceito de classe social. Há aqui, utilizando um critério marxista, a subsunção real de um conceito universal-abstrato [o de classe] a um outro particular-concreto [o de raça] (BERND, 1987).

No entanto, ao retornarmos a autores clássicos como Marx, Engels, Lênin, Trotski, Gramsci e outros mais atuais como Moura, Gorender, Boron, Vàsquez, Casanova, etc., verificamos que há uma produção, não uma teoria sistematizada, que oferecem grandes subsídios para estudos que pretendam relacionar as questões das opressões, humilhação e dominação em sua dialeticidade. Foi pautado nessas verificações que tentamos nortear nossa pesquisa.

No segundo capítulo “Neoliberalismo, mídia e Estado punitivo no Maranhão a partir da década 1990” tentamos traçar um paralelo entre o desenvolvimento dos Estados Unidos enquanto nação imperialista com o processo de criminalização dos povos não-brancos pelo mundo. Percebemos como esse referido processo se acentua no estado do Maranhão justamente no momento que o imperialismo se consolida no Brasil com as políticas neoliberais, ou seja, a partir década de 1990.

Para esse alcance dialogamos com vários autores como Lênin, Gramsci, Petras, Boron, Wacquant entre outros, e concluímos que esse processo foi exitoso na América Latina, e, portanto no Brasil, graças à força da cultura neoliberal ou do imperialismo cultural. Quanto a isso, Boron (2007) alerta que é preciso pensar o imperialismo como força econômica, política, ideológica e cultural.

Nesta década a dominação da burguesia ou das classes ligadas ao imperialismo sobre o Estado se acentuará, através das privatizações das empresas públicas, desregulamentação do mercado e flexibilização das leis trabalhistas. Ao enfraquecer o “braço” social do Estado as elites e seus governos neoliberais resolveram fortalecer seu “braço de ferro”, ou seja, fez renascer robustamente o Estado policial poucos anos após a queda das ditaduras militares em toda a América Latina.

Esse, entretanto, é um processo quase que mundializado, tendo como centro difusor os Estados Unidos e os alvos preferenciais deste estado punitivo a juventude negra, latina e imigrante de diversos países. Wacquant (2001) demonstra que a política de “tolerância zero” será “importada” pelos mesmos governos que aceitaram as imposições neoliberais dos Estados Unidos nas décadas de 1980 e 1990.

O estudo referente a esse processo no Maranhão serviu como ponto de apoio para a realização de nossas investigações no interior do bairro da Liberdade na cidade de São Luís. De forma alguma buscamos desenvolver um minucioso trabalho sobre criminalização e penalização da pobreza no Maranhão durante esse período, esse é um trabalho que ainda precisa ser feito, pois, há ainda muito a ser verificado nesse sentido. Nosso estudo apenas tenta ilustrar a situação geral do estado que dialoga, em suas especificidades, com o que está acontecendo em todo o Brasil.

No terceiro capítulo “POLÍTICA E CULTURA NEOLIBERAL NA PERIFERIA: a ‘mão invisível’ e o ‘braço de ferro’ do estado na “guerra interna” do bairro da liberdade”, verificamos como esse processo de penalização social (com as políticas neoliberais), de criminalização (com os noticiários midiático) e de punição (como o fortalecimento do Estado punitivo) da juventude negra se manifesta no bairro Liberdade, cuja maioria dos moradores são negros. Para isso, partimos da premissa, decorrente do diálogo estabelecido com os autores acima citados, de que a ação policial nesta comunidade tem uma função não só repressiva, mas também pedagógica no sentido de contribuir para garantir a dominação de classe e de raça.

Buscamos analisar de que forma a “guerra interna”, que envolve jovens negros deste bairro, inviabiliza a organização política dos mesmos; e como o Estado e os meios de comunicação se utilizam destes conflitos para criar um clima de tensão e desconfiança permanente entre seus moradores. Conjecturamos que com a violência e o crime no centro do debate outras questões, algumas das quais causas fundamentais destas situações, ficam fora da pauta de discussões da comunidade.

Assim, a massificação de um mesmo discurso dentro de uma mesma lógica, a da cultura neoliberal, busca, por um lado, homogeneizar ou uniformizar a forma da própria comunidade se auto-identificar e, por outro, desagregar politicamente suas ações.

No quarto capítulo intitulado “A posse da Liberdade: a ruptura cultural para a reagregação política”, analisamos as práticas educativas do movimento *Hip Hop* “Quilombo Urbano” como ações contra-hegemônicas às intervenções do neoliberalismo cultural na

Periferia. Deste movimento escolhemos a Posse Liberdade Sem Fronteiras - PLSF, que é uma espécie de célula do Quilombo Urbano que atua no bairro da Liberdade.

Segundo Silva (1999, p. 33) as “posses” funcionam:

Como local de agregação dos manos [pois], é a partir das posses que a rede de relações entre os grupos é estabelecida e a política de intervenção nos espaços das ruas é concretizada. Pela ação direta organizam as festas de rua e eventos que visam a conscientização diante dos problemas que atingem a periferia.

Nesse sentido, ao movimento Quilombo Urbano, caracterizamos como intelectual coletivo da periferia e a posse Liberdade sem Fronteiras chamaremos de núcleo molecular pedagógico, ambos em perspectiva gramsciana.⁵

Verificaremos neste capítulo as estratégias políticas e pedagógicas que os membros desta posse utilizam para interferir na “guerra interna” entre a juventude negra deste bairro, quais os impactos destas ações, das formações políticas e das suas produções culturais na tentativa de ruptura como o neoliberalismo cultural.

Se de fato nos conteúdos políticos e nas estratégias pedagógicas deste movimento há uma perspectiva antiimperialista e de que forma isso se materializa na consciência da juventude deste bairro e como tem refletido em seu processo de organização coletiva?

Nessa direção, buscaremos observar os grupos de estudos, as atividades sócio-educativas: projetos como o “Ruas alternativas”, “Periferia Urgente”, os bailes de *Hip Hop* e festivais, etc., e ainda, as atividades educativas como palestras, debates, cursos de formação política, conteúdos das canções de rap, as mensagens retratadas nos grafites, nos panfletos, blog’s, fanzines, revistas, manifestos e no processo de organização das Marchas da Periferia realizadas desde 2006 que tem como uma das principais entidades promotora o Movimento Hip Hop “Quilombo Urbano”.

Para coletas de dados empíricos recorreremos à observação participante e entrevistas focalizadas (ANDER-EGG, 1978), no qual se estabeleceu um roteiro de tópicos relativos ao problema estudado não obedecendo, a rigor, uma estrutura previamente formalizada.

⁵ Para Gramsci intelectual coletivo era o partido coeso e centralizado, uma espécie de “príncipe moderno” como ele mesmo denominava. Neste os intelectuais deveriam atuar como militantes políticos. No caso em análise, ou seja, do Movimento Hip Hop Quilombo Urbano, não se trata de modo algum de um partido político de Hip Hop, mas um movimento sócio-cultural que reivindica-se da negritude, socialista e revolucionário. Acreditamos que considerar esta organização como intelectual coletivo não se contrapõe, em essência, ao referido conceito gramsciano, pois a mesma é um espaço formação e atuação de intelectuais orgânicos, conforme veremos.

Sobre os sujeitos entrevistados neste trabalho de pesquisa é necessário que façamos algumas ressalvas. A grande maioria destes é militante do Quilombo Urbano que atuam, moram ou já moraram neste bairro, outros são parentes e amigos de jovens envolvidos nesses conflitos ou que já foram de alguma forma “penalizados” por essa situação. Apesar do acesso que temos a muitos daqueles que estão diretamente imersos na “guerra interna” achamos por bem não entrevistá-los em decorrência do adiantar do tempo que tivemos para realizar essa pesquisa após nossa qualificação e da cautela que problemas da natureza do estudado exige da parte de um pesquisador que convive, enquanto ex-morador do bairro pesquisado ou como militante da PLSF, entre os mesmos. Certamente que tomar os sujeitos diretamente envolvidos nesses conflitos, e não apenas potencialmente, enriqueceriam ainda mais nosso trabalho.

Para isso teríamos que adotar uma estratégia mais segura, com tempo disponível que nos possibilitassem idas e voltas entre os grupos entrevistados, interpretações e reinterpretações de suas falas, etc. Conclusões apressadas poderiam, ao invés de atenuar, potencializar esses conflitos em decorrências de olhares ou interpretações precipitadas, haja vista que alguns destes certamente terão acesso à leitura do resultado deste trabalho, pelo menos esse é o nosso desejo.

Ao invés disso, nossa pretensão com esse trabalho é contribuir, de alguma forma, com apontamentos que possam pelo menos amenizar essa triste realidade, sem esquecer que nossa pesquisa se dar num momento em que há uma relativa “calmaria” entre algumas comunidades do bairro Liberdade que na última década viveu momentos de tensos conflitos.

Tendo por base essa mesma preocupação resolvemos preservar a identidade da maioria dos nossos entrevistados e das pessoas por eles citadas. O mesmo cabe para aqueles que de alguma forma ousaram emitir opiniões ou revelar informações que questionam a atuação das forças policiais nessa comunidade. Estes aparecerão com nome de personalidades negras que, no geral, tem alguma relação com os fatos relatados. Apenas aqueles cujos nomes são citados nas manchetes de alguns jornais não serão renomeados.

Por outro lado, tomamos a imprensa comercial burguesa (ABRAMO, 2003) em alguns de seus impressos para tentar compreender de que forma que a violência existente nessa localidade é narrada em seus noticiários. Utilizamos os jornais “O Estado do Maranhão”, “O Imparcial”, e principalmente “Jornal Pequeno” para esse intuito. A preferência pelo “Jornal Pequeno” decorre da facilidade de acessá-lo. Por razões inversas a essa, somente algumas matérias veiculadas em canais de televisão são brevemente analisadas nesse trabalho.

Por fim, alertamos ao leitor para a valorização das notas de rodapé que são constantemente utilizadas nesse trabalho. Utilizamos esse recurso para evitar que o corpo do trabalho ficasse em si muito maçante, tendo em vista que buscamos construir nossa argumentação analisando a um só tempo educação, *hip hop*, racismo, mídia, força repressiva, parlamento, conflitos entre a juventude, cultura neoliberal, manifestações políticas, entre outros. De modo que algumas dessas notas trazem referências e informações relevantes a cerca do trabalho.

2 TEORIA MARXISTA E IDEOLOGIA DA NEGRITUDE: encontros e desencontros

Afirmar que o Brasil é um país atravessado por desigualdades sociais e raciais já não é novidade nos meios, acadêmico e político. Ainda que haja infinitas formas de resistências nestes espaços contra a implementação de políticas públicas que visem corrigir tais desigualdades, não resta dúvida que nunca se debateu tanto sobre a problemática racial no Brasil como nos últimos 15 anos. Simpósios, encontros nacionais e internacionais de entidades negras, publicações dos mais diversificados campos do saber, especialmente na área educação, etc., comprovam o que estamos falando.

Entretanto, não podemos esquecer que as produções científicas não estão isentas das disputas que se dão entre as classes sociais para a obtenção da hegemonia político-ideológica no mundo ativo da vida social, e é através do debate entre as perspectivas de análises teórico-metodológicas, a nosso ver, que tais disputas se materializam no campo da produção do conhecimento científico. Produções científicas estas que, direta ou indiretamente, influenciam ou contribuem para delimitar o debate e ação política dos atores envolvidos nas lutas por determinada causa social.

Neste sentido, concordamos com Durans (2002) de que o debate e a produção intelectual sobre as desigualdades raciais nos últimos anos têm sido centrados em aspectos culturalistas. Há, na visão da autora, uma tendência crescente desde a década de 1990, em ver a questão do negro brasileiro como problema focalizado, fragmentado e racializado.

Fiabani (2005), ao analisar as produções sobre o escravismo no Brasil, atribui essa tendência na História às fortes influências exercida pelo pensamento neoliberal desde os fins da década de 80:

Em fins dos anos de 1980, com a maré neoliberal, sob a ditadura da “história das mentalidades”, e da ‘ história da vida cotidiana’, da ‘história cultural’, etc., os estudos sobre a sociedade escravista, em geral, e das formas de resistências do trabalhador escravizado, em particular, recuaram significativamente em prol de campos historiográficos mais amenos e menos conflituos. No mesmo sentido, dominaram os estudos escravistas as interpretações neopaternalista sobre o escravismo, construindo cenários quase bucólicos e idílicos, em que a visão da oposição e luta entre escravista e cativo cedeu lugar a proposta de uma verdadeira complementaridade e identidade de interesses entre o senhor e os seus escravos (FIABANI, 2005, p.12).

Categorias de análises consagradas pela literatura marxista como: modo de produção, classes sociais, totalidade e Estado quando não são desconsideradas ou consideradas como inexistentes e ultrapassadas, são revisionadas à luz do pragmatismo neo-

positivista. Com clarividência nota-se que os marxistas brasileiros têm se mantido à margem desta disputa, no que tange à problemática racial que se dar no campo da produção científica.

Não podemos negar, evidentemente, que diversos acontecimentos políticos, como a queda do Leste Europeu e o fim do “socialismo real”, contribuíram sobremaneira para berlindar a intelectualidade marxista em todos os cantos do planeta, com variações regionais entre a década de 1980 (no caso europeu) e a década de 1990 (no caso brasileiro). Neste período assistimos uma das maiores ofensiva política e ideológica contra o marxismo onde a sua “morte”, enquanto práxis transformadora estava, enfim, proclamada.

O fim da guerra fria e a derrota do bloco socialista foram acentuados pelos intelectuais orgânicos do capital com a vitória do “mundo livre” sobre as “ditaduras comunistas”. Assim, o “Fim da História” de Fukuyama (1992), invertendo a dialética marxista; transformaria o “defunto” anunciado do proletariado, ou seja, o capitalismo, em coveiro das “ditaduras socialistas” e do pensamento marxista.

A década de 1990, assim, foi considerada como uma década perdida para o marxismo. Recuos, confusões, metamorfoses, ecletismos ou mesmo negações na totalidade da “teoria revolucionária do proletariado”, como afirmava Lênin (1989), tipificaram as reações de muitos marxistas diante dos bombardeios ideológicos acentuados no pós-guerra-fria.

Desta forma, muitos preferiram enfatizar o debate na “crise do marxismo” do que na grande crise vivida pelo capitalismo naquele mesmo período.

[...] igual aos ringues de pugilismo, aqui também se necessitava ao menos de dois opositores que medissem suas forças: de um lado, a crise do marxismo; no setor oposto, a crise da economia de mercado. Entre eles, a distância entre teoria e prática era utilizada em sentidos diametralmente opostos. Enquanto o arsenal teórico do marxismo supostamente se esgotou no real (o que abre a pergunta a respeito de se o socialismo real era realmente socialismo), e neste sentido o colapso dos socialismos existentes foi identificado vis-à-vis com a absolência do materialismo histórico, o capitalismo justifica suas insuficiências concretas apostando no horizonte de perfectibilidade ao qual apelam seus postulados teóricos ainda não realizados. Seguindo esse critério o desmoronamento do Muro de Berlim trouxe consigo o começo do fim do marxismo (GONZALEZ, 2007, p.17).

A crise do “socialismo real” fez então emergir um cenário propício ao desenvolvimento do pensamento antimarxista, acrescentando a isso a necessidade imperiosa de teorias conservadoras, chamada por Grüner (2007) de “pensamento débil”, tendo em vista a crise mundial do capital iniciada no final da década de 1970 e que atingirá seu clímax na década de 1980. Para o referido autor:

[...] não é reducionismo constatar que, em muitos sentidos, a emergência deste ‘pensamento débil’ - produzida entre os fins dos setenta e principio dos anos oitenta - coincide com a crise *simultânea* dos ‘socialismo reais’ (assim, como das experiências de ‘neocolonialismo burguês’ nas sociedades ex coloniais) e do *capitalismo* ‘real’, crise esta última que resultou em uma reconversão (técnico-econômica, mas também político-ideológica) profundamente retrógrada e reacionária, resultando em uma verdadeira catástrofe para os impulsos transformadores e críticos do período anterior (o que vai do fim da II Guerra Mundial até princípio da década de setenta). No plano da teoria, o abandono do projeto socialista tanto como do ‘terceiro mundismo’ clássico, resultou por sua vez em uma substituição dos vínculos do ‘texto’ com a ‘realidade’ (não importa quão complexa e mediatizada fosse essa relação), pela pura ‘textualidade’ e os encerramentos dos intelectuais ‘críticos’ em um espaço abstratamente acadêmico-especulativo. (GRÜNER, 2007, p. 140).

Os autores acima citados mostram-nos que essa inversão de focos e perspectivas teórico-metodológicas foi fundamental para a superação parcial da crise do capital, à medida que contribuiu para confundir os movimentos sociais e facilitar a implementação das políticas neoliberais principalmente nos países de capitalismo dependente como o Brasil.

Não obstante, com o renascimento das lutas sociais nos últimos dez anos, especialmente na América Latina, percebe-se um retorno, mesmo lento e timidamente, ao marxismo, ainda que seja com deturpações, revisionismo ou ortodoxia política, mas é indiscutível que há um processo em curso “pelo necessário (e demorado) retorno ao Marxismo”⁶.

E neste retorno ao debate sócio-estrutural, com todas as matizações necessárias que esta afirmação exige, o materialismo histórico e dialético como um grande avestruz de cabeça avermelhada, desterra-se aos poucos do teoriscimo acadêmico e arrisca-se a dar alguns passos rumo à velha práxis transformadora que marcou “o Breve Século XX” do qual nos fala Hobsbawm (1995).

O aprofundamento das políticas neoliberais, o aumento da pobreza, da miséria, da violência e a destruição do meio ambiente, demonstraram por si só que a “vitória do mundo livre” contribui, na verdade, para acelerar o processo de destruição de “todo o mundo”.

As manifestações na Europa *em defesa do verde e da vida* e as diversas insurreições populares na América Latina, no Oriente Médio e nas periferias francesas em 2005⁷, questionam, na prática, a ideologia do “Fim da História”, revelam que as classes sociais ainda existem e abrem as portas para um novo momento histórico de lutas sociais.

⁶ Estamos nos referindo ao artigo publicado por Atílio Boron no livro *A Teoria Marxista hoje: Problemas e Perspectivas* (2007).

⁷ Essa insurreição, acontecida em maio de 2005, parou as quinze principais cidades da França, inclusive a capital Paris. O governo francês se viu obrigado a engavetar o projeto que precarizava o trabalho da juventude- esse foi o estopim da revolta- e a elaborar um novo projeto de geração de emprego para essa mesma camada social.

Quanto a isso, Trotski (1939) afirma que o marxismo avança ou recua de acordo com as situações históricas da luta entre as classes sociais e das condições objetivas em que o proletariado encontra-se nela, ou seja, de disposição ou apatia. Em outras palavras, o pensamento marxista, assim entendido, alimenta-se dialeticamente da dialética da luta de classes⁸.

Por outro lado, se a nova agenda marxista retoma velhos temas e problemas, o mesmo não se pode falar sobre as questões que envolvem as opressões. Essas questões em grande parte foram tratadas ao longo do século XX com certo tabu ideológico ou como apêndice epistemológico das elaborações construídas no interior do pensamento marxista.

Conforme veremos mais a frente, a problemática racial ou as reivindicações das nacionalidades oprimidas passaram a ser vistas, a partir da ascensão do stalinismo, como negação da síntese internacionalista do manifesto comunista que conclama “proletariado de todo o mundo uni-vos”. Para muitos a ênfase na raça só dividiria a classe.

Numa sociedade assimétrica e contraditória como a brasileira, no entanto, alguns que negam a existência de um problema específico do Negro no Brasil, acham que o Negro é elemento cujos movimentos fogem ao simétrico, e, por isto, são separatista, desagregadores e procuram desunir e separar o que se devia unir: o proletariado (MOURA, 1983, p.126).

No Brasil, não resta dúvida, muito se falou sobre o negro, mas deste como escravo, do negro no Brasil escravista. Isso devido à tentativa de deslindar no nosso passado histórico as raízes culturais ou econômicas do atraso enquanto país de capitalismo dependente. O negro, então, aparece nesse cenário como o escravo rebelde ou a sua rebeldia como as raízes história da luta de classe no Brasil.

Diversos estudiosos de linhagem marxista, como Caio Prado Junior, Nelson Werneck Sodré, Emília Viotti, e tantos outros conseguiram esmiuçar como ninguém o passado histórico do povo negro, mas ao que parece, pouco preocupados em compreender as condições de vida do negro na contemporaneidade.

As reflexões, no geral, buscavam debater como se deu a formação do Brasil enquanto nação capitalista e as tarefas pendentes deixadas pela burguesia brasileira para consolidação desse processo, o que implicava pensar, a partir daí, uma estratégia,

⁸ Essa idéia perpassa toda a obra “Em Defesa do Marxismo” do referido autor em seu debate com diversos autores chamado por ele de “revisionistas”. Em uma dessas passagens Trotski fala que “o socialismo científico é a expressão consciente do processo histórico inconsciente; quer dizer, da tendência elementar e instintiva do proletariado para reconstruir a sociedade sobre princípios comunistas”. (TROTSKI, 1939, p.49).

revolucionária ou reformista, para povo brasileiro superar o seu atraso histórico em relação às nações imperialistas.

Salvo em algumas exceções, como Clóvis Moura e Florestan Fernandes, o negro, nestes estudos, foi sociologicamente diluído na sociedade pós-escravista. É como se com o fim da escravidão o negro também deixasse de existir nessas reflexões. “Sociólogos e antropólogos colocaram o *tema do negro* em uma mesa de necrotério, e passaram a dissecá-lo como se fosse apenas um corpo morto a ser estudado nos seus mínimos detalhes, para posterior diagnóstico de sua *causa mortis*” (MOURA, 1988, p. 115).

É justamente nesse hiato, ou seja, no dilema que envolve as categorias de raça e de classe, que gostaríamos de centrar nossas reflexões nesse primeiro capítulo. Pois, tratar de uma temática que envolve as práticas educativas do *Hip Hop* enquanto movimento político-cultural da Juventude de periferia frente aos impactos da política e cultura neoliberal nessas localidades, cuja maioria da população é negra, nos remete a essas duas categorias tão caras às ciências sociais moderna.

Limitar-nos-emos, entretanto, a manter o debate nos marcos internos do universo marxista, ainda que em muitos casos, recorrendo a autores não necessariamente assumidos como marxistas. Não temos, de modo algum, a pretensão de resolver qualquer problema de ordem teórico-metodológico da perspectiva marxista, do qual não nos julgamos mais do que um iniciante. O que há, a nosso ver, são questões políticas e ideológicas em aberto e caminhos teóricos e metodológicos que precisam ser trilhados na produção intelectual marxista brasileira.

Por outro lado, a nossa experiência enquanto membro, por quase duas décadas, da organização de *Hip Hop* que ora analisamos e a escassez de estudos marxistas sobre o universo político e cultural da juventude negra da periferia, colocou-nos frente a esse desafio: o de saber se o materialismo histórico e dialético é compatível ou não para analisar objetos de pesquisas que envolvam questões culturais, raciais e de classe.

É certo, e nisso concordamos com Frigoto (1999, p.77)⁹, que é a visão social de mundo do pesquisador que determina a sua perspectiva teórico-metodológica e não o objeto, mas é certo também, que tanto o pesquisador como a perspectiva de sua escolha é histórica e socialmente determinada, e que, portanto, essas determinações implicam na escolha ou na consagração de determinadas temáticas e objetos de pesquisas; e no ostracismo de outros.

⁹ Para Frigoto “na perspectiva materialista histórica, o método está vinculado a uma concepção de realidade, de mundo e de via em seu conjunto. A questão da postura, neste sentido, antecede ao método”.

Neste sentido, nossa pretensão aqui é tentar fazer alguns apontamentos que possam contribuir para identificar as raízes históricas, políticas e ideológicas tais como as implicações teórico-metodológicas que contribuiriam para a invisibilidade do negro contemporâneo no pensamento marxista brasileiro.

2.1 O negro a-histórico do marxismo trans-histórico

Em se tratando de analisar as origens do pensamento marxista brasileiro e situá-lo no debate sobre a problemática racial deparamos-nos logo com um fato inusitado: as primeiras alusões sobre os escritos de Marx e Engels no Brasil coincidem justamente com o período de emergência da crise do regime escravista ou do “Escravidismo Tardio”¹⁰.

Quando o Manifesto do Partido Comunista de Marx e Engels foi publicado, nós, aqui, estávamos nos primeiros anos do Segundo Império, dirigido pelo imperador Pedro II, que estava então com vinte e poucos anos. Havia poucos intelectuais republicanos e eles eram influenciados pelos ideais democráticos europeus (KONDER, 2003, p.27).

Neste momento a luta abolicionista ganha também os seios da intelectualidade brasileira da época. Para Fiabani (2005, p.26) “o fim da escravidão foi obra dos cativos em aliança com o abolicionismo radicalizado”. Moura (1988, p. 242), entretanto, afirma que “esse movimento, que teve diversas alas ideológicas procurava, na verdade, extinguir a escravidão, mas objetivava igualmente manter os escravos que abandonavam o trabalho sob o seu controle”.

De qualquer modo, é neste momento, de transição do escravismo ao trabalho livre e com a questão abolicionista em pleno debate, que os primeiros marxistas brasileiros vão deparar-se logo em seu nascedouro, pois, é desse período que se tem notícia das primeiras publicações de reflexões sobre o pensamento marxista no Brasil.

¹⁰ Para Moura (1994), o escravismo no Brasil se divide em duas fases: a do escravismo pleno que vai de aproximadamente 1550 a 1850 e o escravismo tardio, de 1851 a 1888. Na primeira fase, segundo o autor, estrutura-se em toda a sua plenitude a escravidão (modo de produção escravista) a qual irá configurar o comportamento das classes fundamentais dessa sociedade: os senhores e os escravos. O escravismo tardio por sua vez, representa a fase da *modernização sem mudança*, ou seja, em que o Brasil entra na nova ordem mundial imperialista como uma nação dependente que mesclará em toda a fase do segundo império relações capitalistas com trabalho escravo e que as antigas classes senhorias se transformarão em latifundiários e industriais capitalistas. Desta forma, se, de um lado, a sociedade acumula, assimila e dinamiza aquilo que o desenvolvimento industrial, científico e tecnológico criou e aperfeiçoou, do outro lado, as relações entre os homens no processo de trabalho continuaram atrasadas e correspondentes a um estágio anterior e inferior ao da estrutura que avançou. Todo o suporte fundamental da sociedade fica desta forma, em desarmonia com o desenvolvimento da outra parte que se modernizou.

Sendo assim, sem serventia aparente numa sociedade escravista e sem um proletariado formado aos moldes europeus, a industrialização aparece como alternativa ao dilema desses pensadores em fins do século XIX. Para eles, segundo Konder (2003, p. 33), “o Brasil só poderia ter um proletariado significativo, influente, se a industrialização avançasse. E a industrialização só avançaria com o fim do sistema baseado na exploração do trabalho escravo dos negros”.

Nota-se já nos “proto-marxistas”¹¹ brasileiros um dos elementos que entendemos como determinante para a invisibilidade do negro no pensamento da esquerda brasileira, ou seja, o economicismo. Nesta perspectiva é a realidade que precisa ser modificada (no caso a industrialização) para a operacionalização da teoria e não a teoria que deve ser pensada com e na realidade no sentido de compreendê-la para modificá-la.

Não só foram poucas as vozes daquele período preocupadas com a questão da inserção social do negro brasileiro no *pós-abolição* como também foram reduzidos os estudos na posteridade que focalizaram o caráter racialmente excludente que se deu na fase de transição do Brasil escravista para o de capitalismo dependente.

Segundo Moura (1983), ao divorciar o negro contemporâneo do seu passado histórico ou seu passado histórico de sua contemporaneidade, diversos estudiosos, dentre os quais muitos marxistas, acabam transformando o afro-descendente em um ser a-histórico.

A sociedade de modelo de capitalismo dependente que substituiu a de escravismo colonial, consegue apresentar o problema do Negro no Brasil sem ligá-lo, ou ligá-lo insuficientemente, às suas raízes históricas, pois tal ligação diacrônica remeteria o estudioso ou interessado ao nosso passado escravista. O sistema competitivo inerente ao modelo de capitalismo dependente, ao tempo em que remanipula os símbolos escravistas contra o “negro, procura apagar de sua memória histórica e étnica, a fim que ele fique como homem flutuante, a-histórico (MOURA, 1988, p.125).

Para este autor a questão estava para além de identificar a luta de classe existente no Brasil colonial, mas de compreender como essa luta numa sociedade que perdurou por quase quatrocentos anos e cujos principais pólos opostos eram a classe dos senhores e dos escravos “[...] foram definitivos na plasmação do *ethos* do nosso país” (MOURA, 1983, p. 124). E continua:

¹¹ Entre esses primeiros socialistas, Konder (2003, p.28-29) destaca o negro Antônio Pedro de Figueiro (1814-1859) (chamado por Konder de mulato) e José Inácio de Abreu e Lima (1794-1869), ambos influenciados pelo Franceses Benoit-Jules e Louis-Léger Vauthier que vieram discursar sobre as idéias socialistas no Brasil. Antônio Figueiro inclusive chegou a ser apelidado de “*Cousin fusco*” que significava “Cousin Pardo” pelo fato deste ter simpatizado com o livro do intelectual francês Victor Cousin. José Inácio que era filho do “Padre Roma” um revolucionário que participou da Insurreição pernambucana chegou a escrever um livro intitulado *O socialismo*.

Penetrando todas as partes da sociedade, injetando em todos os níveis os seus valores e contra-valores, o escravismo ainda hoje é um período de nossa história social mais importante e dramaticamente necessário de se conhecer para o estabelecimento de uma práxis social coerente. (MOURA, 1983, p. 124)

O Brasil entra nessa ordem mundial, do início do século XX, com uma economia estrangulada pela dominação imperialista; e na impossibilidade enfrentar tal dominação externa, o nascente bloco histórico¹² agro-industrial exportador, formado por ex-senhores de escravos, preferem acentuar a de dominação interna. Para isso, a super exploração do proletariado branco-europeu dependeria da pressão de um grupo social compacto que, segundo Moura (1983), não era lupen-proletariado e nem exército industrial de reserva, mas uma “franja marginal” formada por negros.

Há, finalmente, a contradição que se estabelece entre o trabalhador negro, recém-saído da escravidão, quase sempre desempregado ou na faixa do sub-emprego, e o trabalhador branco, estrangeiro, que veio para suprir de mão de obra uma economia que entrava em um modelo econômico já condicionado pelo imperialismo. Por isto mesmo necessitava de um contingente marginalizado bem mais compacto do que o exército industrial de reserva no seu modelo clássico europeu. Havia necessidade da existência de uma grande *franja marginal* capaz de forçar os baixos salários dos trabalhadores engajados no processo de trabalho. Essa *franja* foi ocupada pelos negros, gerando isto uma contradição suplementar. (MOURA, 1983, p. 133).

Assim, o racismo serve tanto aos interesses internos como aos externos. Não é à toa que a idéia de raça como conceito ideológico e pseudocientífico vai ser gestado no interior do pensamento neocolonialista do imperialismo europeu.

Lander (2007, p. 207) chama atenção para a perenidade e vitalidade contemporânea das idéias que foram elaboradas no interior do pensamento racialista e eurocêntrico do século XIX:

A importância desses assuntos reside no fato de que embora a estrutura de poder (e o regime de saberes caracterizados como eurocêntrico) tenha uma origem colonial, “provou ser mais duradouro e estável que o colonialismo”, perdurando como um elemento do padrão de poder hoje mundialmente hegemônico.

Cabe ressaltar que no Brasil, na transição do escravismo colonial para o capitalismo dependente, não houve substituição de uma classe social por outra, mas uma metamorfose no interior da mesma classe.

¹² Na interpretação gramsciana de Portelli (2002), um bloco histórico se forma quando em determinada formação social as classes em aliança impõe sua dominação tanto a superestrutura política e ideológica como na estrutura socioeconômicas. O vínculo orgânico entre ambas as esferas cabe aos intelectuais orgânicos ligados a essas classes sociais. Assim, todo bloco histórico depende um bloco ideológico correspondente.

No caso da Europa, Engels (2007, p. 262) explica que a crítica dos economistas burgueses tinha como alvo a “[sociedade] anterior, especialmente na feudal, com a qual ainda tinha que lutar diretamente, [e] se assemelhou a crítica que o cristianismo fez do paganismo, ou o protestantismo do catolicismo”.

Esse certamente dever ser uma diferencial fundamental que muitos estudiosos da realidade brasileira não levaram em consideração. Enquanto em países como a França pós-revolucionária, a burguesia organiza no âmbito da superestrutura uma nova ordem de valores que dará combate permanente aos resquícios ideológicos das antigas classes ou estamentos sociais, no Brasil pós-abolição a nascente burguesia cafeeira e industrial, descendente, em grande monta, da classe escravocrata, conseguiu reelaborar e ressignificar os signos e símbolos escravistas para esse novo contexto histórico.

Com efeito, ao desconsiderar as contradições históricas dessa realidade brasileira ou por pensá-las a partir de modelos fechados e europeizados, a maioria desses estudiosos não conseguiram compreender a imensa complexidade da transição abolicionista, especialmente nas relações inter-étnicas.

Daí por que o problema da revolução burguesa no Brasil é um problema polêmico, especialmente por que muitos estudiosos tomam como paradigma as revoluções burguesas européias como se tivéssemos de repeti-las aqui, na época do imperialismo e no contexto de uma sociedade que tinha até cem anos atrás como forma fundamental de trabalho a escravidão e as instituições correspondentes. (MOURA, 1988, p.103).

Feitas essas observações é necessário compreender que, “o Brasil arcaico preservou os seus instrumentos de dominação, prestígio e exploração e o moderno foi absorvido pelas forças dinâmicas do imperialismo que também antecederam à abolição na sua estratégia de dominação”. (MOURA, 1988, p.103).

Considerando as ciências ou as produções científicas como parte superestruturas políticas e ideológicas, notamos que grande parte da produção marxista brasileira não só silenciou sobre essas questões como caíram, prisioneiros e, em muitos casos, defensores da ideologia do branqueamento e da idéia de democracia racial¹³, ambas gestadas neste novo contexto histórico (do Brasil de capitalismo dependente do imperialismo britânico) pelos grupos sociais que detinham a hegemonia econômica, política e social na antiga formação social (no Brasil escravocrata).

¹³ Na sociedade de capitalismo dependente que se estabeleceu no Brasil, após a abolição, necessitou-se de uma filosofia que desse cobertura ideológica a uma situação de antagonismo permanente, mascarando-a como sendo uma situação não-competitiva (Moura, 1988, p.55).

Fiabani (2005) mostra que o intelectual marxista Clóvis Moura, um dos primeiros estudiosos a se interessar em analisar a situação do negro em termos históricos, teve que enfrentar resistências da intelectualidade de esquerda dentro do seu próprio partido (Partido Comunista Brasileiro - PCB) para publicar produções com essa finalidade. Mesmo sendo “militante do PCB, o jovem sociólogo teve a edição de seu trabalho rejeitada por Caio Prado Júnior e não incentivada por Édison Carneiro, seus companheiros de partido.” (FIABANI, 2005, p. 85).

Ainda sobre persistência de Clóvis Moura e resistência tenaz do PCB em admitir a existência da problemática racial no Brasil, Ferreira (2000, p.12-13) relata que:

Para ilustrar as dificuldades dos PCs frente à questão, o autor de *Rebeliões da Senzala* conta que, durante o processo constituinte pós-Estado Novo, o deputado Hamilton Nogueira (UDN) apresentou projeto contra o racismo a ser incluído na nova Constituição. No entanto, a bancada do PCB vota contra o projeto, sob o argumento de que no Brasil não existe luta de raças, mas de classes (!).

Em relação à “imprensa negra” de São Paulo que desempenhou um importante papel social e ideológico junto à comunidade negra no período de 1915 a 1963, Moura (1988, p. 204) lembra que “a própria História da Imprensa no Brasil, de Nelson Werneck Sodré, não a registra”.

Por outro lado, diversos relatos também são feitos por Abdias do Nascimento em seu livro *Quilombismo* (1980) sobre a “negrofobia” da política das esquerdas marxistas dos Estados Unidos e do Brasil. Dentre todos os casos, merece destaque a saga do Comitê Afro-Brasileiro que foi fundado em 1945 pelo referido autor e outros colegas dentro da União Nacional dos Estudantes - UNE. Além da luta anti-racista o Comitê Afro-Brasileiro incorporou em seus propósitos a luta pela anistia de presos políticos daquele período.

Passada essa fase de luta por anistia, segundo Nascimento, iniciaria um intenso processo de perseguição política por parte dos militantes do PCB que atuavam na UNE e no referido Comitê.

Novamente a questão do suposto anacronismo da problemática racial no Brasil estava em pauta.

Foi então que os ‘radicais’, negros e brancos, revelaram a verdadeira razão de sua presença no seio do Comitê: tratar de questão específica do negro era fascismo, que ia resultar a divisão das classes oprimidas. O grupo fundador do comitê insistiu na necessidade de o Comitê cumprir seu objetivo fundamental: a defesa das massas afro-brasileiras em todos os aspectos da realidade do país. E aqui chegamos ao momento culminante: usando máscaras negras dos ‘radicais’ negros, os ‘radicais’ brancos, como maioria, expulsaram do Comitê os seus três membros fundadores: Abdias do Nascimento, Agnaldo de Oliveira Camargo e Sebastião Rodrigues Alves.

O motivo justificador da expulsão: éramos negros racistas! (NASCIMENTO, 1980, p.173).

Como vemos a idéia de que não existe racismo no Brasil ou que vivemos numa democracia racial contribuiu sobremaneira para invisibilizar a problemática racial das reflexões de parte considerável de nossa *intelligentsia*. Afinal de contas às ciências sociais e, especialmente, o marxismo, não se propõe a resolver questões que não estão colocadas para a humanidade como fundamentais.

Skidmore (1991, p. 9) faz uma importante observação sobre os impactos da ideologia do branqueamento nos censos, na produção científica e na agenda da política brasileira:

[...] é necessário esclarecer por que a ideologia do branqueamento levou os políticos e acadêmicos a acreditarem que a raça merecia pouca atenção, tanto na coleta de dados quanto nas discussões sobre a sociedade. Na verdade, pode-se perguntar se sua insistência em ignorar a raça não estaria mascarando o medo de enfrentar uma dúvida óbvia: dada a enorme população brasileira não-branca (56% no censo de 1890), como poderia ter certeza de que iria se tornar branca? Não poderia ser o contrário? De qualquer forma, controlar a coleta de dados significa controlar o conhecimento da sociedade sobre si mesma. O que, por sua vez, significava controlar a agenda das políticas nacionais.

No Brasil, diferente dos Estados Unidos, onde os negros representam apenas 12% da população, não foi possível impor uma legislação separatista com uma linha racial bem definida, ou seja, o racismo brasileiro não se institucionalizou como nos Estados Unidos. A superioridade numérica de afro-brasileiros e a repercussão mundial da revolta negra de 1814 no Haiti desaconselhava tal iniciativa.

Neste sentido, enquanto naquele país prevaleceu à idéia de supremacia racial “branca”, com códigos e leis como a Jim Crow¹⁴, no Brasil a estratégia de dominação racial adotada foi a da superioridade racial de cunho mais ideológico¹⁵.

¹⁴ As **leis de Jim Crow** foram leis estaduais e locais decretadas nos estados sulistas e limítrofes nos Estados Unidos da América, em vigor entre 1876 e 1965, e que afetaram afro-americanos, asiáticos e outras raças. A "época de Jim Crow" ou a "era de Jim Crow" se refere ao tempo em que esta prática ocorria. As leis mais importantes exigiam que as escolas públicas e a maioria dos locais públicos (incluindo trens e ônibus) tivessem instalações separadas para brancos e negros. Estas *Leis de Jim Crow* eram distintas dos *Black Codes* (1800-1866), que restringiam as liberdades e direitos civis dos afro-americanos. A segregação escolar patrocinada pelo estado foi declarada inconstitucional pela Suprema Corte em 1954 no caso *Brown v. Board of Education*. Todas as outras leis de Jim Crow foram revogadas pelo *Civil Rights Act* de 1964.

¹⁵ Contudo, cabe ressaltar que essa estratégia ideológica não descarta e nem ameniza de forma alguma o confronto racial e as manifestações explícitas de separatismo racial no Brasil. Santos (2006, p. 13) mostra que a população negra era excluída de participar de associações de cunho cultural e de lazer como Palestra Itália, Clube Paulistano, Homes, Tietê, etc. Foram também impedidos de participar dos movimentos operários, majoritariamente formados por imigrantes, em defesa da república ou mesmo no corpo de oficiais do movimento tenentista e nos partidos das oligarquias.

Nesta filosofia, o Brasil aparece como paraíso racial do negro dócil e do branco benevolente. Percorrendo o caminho inverso dos demais países multirraciais, aqui as raças teriam se misturado harmonicamente criando a maior democracia racial do mundo.

Diversos intelectuais do início do século XX se apressaram em afirmar que quanto mais mestiço fosse o país (leia-se mais branco e menos negro) mais desenvolvido ele se tornaria, neste sentido a ideologia da democracia racial e a do branqueamento atuam como forças conjuntas. Essa filosofia que tinha (e ainda tem) como pano de fundo a idéia de mestiçagem e de democracia racial, ao pintar o Brasil com as cores harmônicas de um arco-íris multirracial (mestiço), conseguiu nele diluir também o interesse pela categoria racial como bem nos mostra Skidmore (1971 apud FIOLA, 1991, p. 08):

Na prática, o pressuposto assimilacionista levou o governo a tomar uma medida reveladora, omitir a raça do senso. Embora a raça tivesse incluída no primeiro senso, de 1872, e no de 1890, foi omitida em 1900 e 1920 (não houve senso em 1910 e 1930) só reaparecendo no de 1940. Entre 1880 e 1940, pois, a principal coleta de dados ignorou as categorias raciais no país do Novo Mundo que mais recebeu escravos africanos.

Mas, o próprio Skidmore ressalta que a falta de dados oficiais não justifica tanta omissão científica num país marcado por tantos contrastes e conflitos raciais. É bom que se diga que o silêncio tem muito a dizer. Acreditamos que é nos “espaços em brancos” das interpretações existentes que devemos mergulhar para que possamos construir novas interpretações¹⁶.

Contudo, é com o surgimento da chamada Escola de São Paulo em meados do século passado que terá à frente Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e, posteriormente, Otávio Ianni é que o estudo sobre as desigualdades raciais assume uma importância bem mais significativa no mundo acadêmico.

Entretanto, enquanto no pensamento das elites o negro desapareceria à medida que o país se tornasse mais mestiço, para esses estudiosos da Escola de São Paulo o problema do negro seria resolvido com o desenvolvimento do capitalismo e com justiça social.

Os que sustentavam essa visão não acreditavam no mito de Paulo Freyre, mas eram devotos de uma visão economicista de mundo. Como as injustiças econômicas dominam o mundo capitalista, atacá-la resolveria todos os problemas de qualquer

¹⁶ Sobre a crítica de Marx aos economistas burgueses Grüner (2007, p. 120) afirma que “o que faz Marx é começar a aceitar o ‘texto’ da economia burguesa como verdade parcial e logo interrogar seus ‘silêncios’ ou as suas inconsistências [...]. Construindo sobre esses ‘vazios’ da economia clássica Marx produz sua própria teoria, sua *interpretação crítica* do capitalismo, baseada no descobrimento de, entre outras coisas, a *mais valia*”. Para o referido autor não existe interpretação da realidade histórico-concreta, mas as interpretações da interpretação da realidade.

cor. Na verdade, esses intelectuais podem ter sido mais influenciados pelo mito da democracia racial do que gostariam de admitir. (SKIDMORE, 1991, p.11).

O historiador Gorender (2000) que também reconhece importância que teve Florestan Fernandes no combate ao mito da democracia racial brasileira, destaca que na produção deste autor existe certa carga de exclusivismo econômico. O racismo para Florestan, analisa Gorender, seria uma das chagas da sociedade escravista que ainda persistia no capitalismo, mas que com a industrialização tenderia a desaparecer gradualmente. Florestan expressou a perspectiva de que a industrialização e a urbanização, em curso no processo de formação capitalista, viessem a propiciar a extinção da discriminação no Brasil, configurando uma segunda abolição. (GORENDER, 2000, p. 69).

Quando levantamos a necessidade de se estudar mais profundamente o impacto da ideologia do branqueamento na produção marxista brasileira é por que temos claro que nenhuma camada de intelectual está acima das relações sociais. E, como qualquer camada social, os intelectuais podem também conscientemente ou não reproduzir as ideologias que as classes dominantes forjam em determinadas circunstâncias para melhor garantir a sua própria existência enquanto tal. É por isso, que Marx e Engels (1984, p.56) são enfáticos ao afirmarem que “as idéias da classe dominante são, em todas as épocas, as idéias dominantes, ou seja, a classe que é poder material é, ao mesmo tempo, o seu poder espiritual dominante”.

A ideologia do branqueamento, acreditamos, cumpriu com maestria no Brasil, a função de justificar não só a imobilidade social do setor majoritário da população, no caso a negra, como também de limitar ou bloquear as reflexões de parte de nossa inteligência sobre a problemática racial. A equação é simples: se o problema não existe não há por que investigá-lo.

Vejam os como um outro historiador de renome que exerceu forte influência no pensamento da esquerda brasileira, Furtado (1997), também não escapou do economicismo etnocêntrico ao tratar da questão do negro brasileiro. Em seu livro *Formação Econômica do Brasil* ao tentar analisar (ou será justificar?) a preferência de nossas elites pelo incentivo a imigração européia em detrimento da força de trabalho do negro no processo de transição do trabalho escravo para o trabalho livre, utiliza o seguinte argumento:

O homem formado dentro deste sistema social [escravismo] está totalmente desaparelhado para responder estímulos econômicos. Quase não possuindo hábitos de vida familiar, a idéia de acumulação de riqueza é praticamente estranha. Demais seu rudimentar desenvolvimento mental limita extremamente as suas ‘necessidades’. Sendo o trabalho para o escravo uma maldição e ócio um bem inalcançável, a elevação do seu salário acima de suas necessidades - que estão definidas pelo nível

de subsistência de um escravo - determina de imediato uma forte preferência pelo ócio. (FURTADO, 1997 p. 140).

Nota-se que para autor supracitado o negro libertou-se da escravidão, mas não de sua condição *psicológica* de escravo, que o perseguirá por toda a vida. O mesmo argumento que a inteligência escravocrata do Brasil colonial utilizou para justificar a substituição da escravidão ameríndia pela africana, é retomado pelo ilustre historiador para explicar a preferência pelo imigrante europeu em detrimento do afro-brasileiro, ou seja, o ócio.

Furtado (1997) acreditava que a opção pelo ócio, a limitação mental e as marcas crônicas deixada pela escravidão na psicologia do negro inevitavelmente o levaria a ocupar uma posição coadjuvante e insignificante no desenvolvimento econômico brasileiro.

Deste modo, estaria justificado a marginalização do negro no pós-abolição que perduraria ainda por muitos anos:

Cabe tão somente lembrar que o reduzido desenvolvimento mental da população submetida à escravidão provocará a segregação parcial deste após a abolição, retardando sua assimilação e entorpecendo o desenvolvimento econômico do país. Por toda a primeira metade do século XX, a grande massa dos descendentes da antiga população escrava continuará vivendo dentro de seu limitado sistema de 'necessidade', cabendo-lhe um papel puramente passivo nas transformações econômicas do país. (FURTADO 1997, p. 140).

Pelo que vimos essa ideologia não só tratou de garantir a invisibilidade do negro nos dados oficiais do governo como sobrepujou mecânica e a-historicamente a categoria de raça à de classe no pensamento intelectual brasileiro e, em alguns casos extremos, contribuiu para justificar a exclusão social do negro como decorrente do seu suposto “desenvolvimento mental limitado”.

A análise necessária da superestrutura político-ideológica que se ergue sobre e a partir do desenvolvimento das forças produtivas; e das novas relações sociais de produção que se deu entre o final do século XIX e as três primeiras décadas do século XX é, a nosso modo de ver, uma das grandes pendências do pensamento intelectual brasileiro, marxista ou não, do século XX em relação à problemática racial.

A ideologia da mestiçagem, o mito da democracia racial e seu elo mais próximo que é a idéia de superioridade racial branca, todos imbricados num projeto de consolidação da identidade nacional perpassaram e, até certo ponto, determinaram, o debate político e cultural deste período.

E, ao desconsiderar essas questões, ou seja, que é da superestrutura que desce a ideologia que cimenta as relações sociais cotidianas conforme nos mostra Marx (1984),

aquele pensamento que se propõe a interpretar para superar o *status quo* existente acaba, pois, involuntariamente, em maior ou menor grau, tornado-se vítima ou até defensor afinando destas mesmas ideologias.

É bom que se saiba que as ideologias e os mitos não vêm ao mundo à toa como bem expressa Freire (1980, p. 64) a seguir:

É verdade que é da infra-estrutura criada nas relações pelas quais o trabalho do homem transforma o mundo, dá origem a superestrutura. Mas também é verdade que esta mediatizada pelos homens que assimilam seus mitos, voltam-se para a infra-estrutura e a 'sobredetermina'. Se não existisse a dinâmica destas relações precárias nas quais os homens movimentam-se e trabalham no mundo, não poderíamos falar nem de estrutura social, nem homens, nem de mundo humano.

É preciso destacar que num país como Brasil, onde a luta de classe tencionou como também foi tencionada por conflitos raciais durante quase quatrocentos anos, a ideologia de embranquecer o país com a imigração europeia não pode jamais ser colada à margem de qualquer análise sobre a estratégia da classe dominante da época. Assim, eliminar o confronto racial dos conflitos inevitáveis da luta de classe no Brasil, como nos fala Cardoso (1987), era a questão velada por trás do discurso modernizador dessas elites no pós-abolição:

Atrás do discurso modernizador oficial que o trabalhador branco 'estava melhor preparado para a indústria', esconde-se o objetivo central da opção branco-européia da colonização: a docilidade, em função da identidade e da rede de solidariedade do trabalhador europeu diante da burguesia branca, com melhor opção em relação ao escravo, ante a hipótese do confronto racial. (CARDOSO, 1987, p. 87).

Vásquez (2007, p. 220), afirma que “a determinação não vem do passado, mas sim do futuro” tendo em vista que toda ação intencional no presente é sempre projetada para uma situação futura. Mas, por outro lado, Kosik (1995, p. 51), alerta que “no pensamento dialético o real é entendido como um todo que não é apenas um conjunto de relações, mas também a sua criação, estrutura e gênese”, ou seja, que toda realidade é genético-dinâmico, tendo por isso uma origem histórica e uma historicidade.

Tudo isso implica dizer que qualquer práxis social que vise superar as condições de vida existente para a construção de uma realidade futura, deve levar em consideração as condições sócio-históricas e culturais de como se deu a construção de tal realidade. Deste modo, se levarmos em consideração todos os signos e símbolos escravistas remanipulados pelas elites brasileiras na transição escravista para o de capitalismo dependente faz-se necessário empreender uma ação (ou crítica) cultural, ou seja, no âmbito da superestrutura.

Como nos mostra Freire (1980) a interiorização de valores é um fenômeno cultural e social, portanto histórico e não meramente individual. De modo que:

A ação cultural tem lugar ao nível da superestrutura. Ela somente pode ser compreendida pelo que Althusser chama de “a dialética da sobredeterminação”. Este instrumento de análise nos impede de recorrer a explicações mecanicistas, ou que é pior, a uma ação mecanicista. Se compreende isso, não há que admirar-se pelo fato de que os mitos culturais permaneçam quando a infra-estrutura foi transformada, inclusive pela revolução. (FREIRE 1980, p. 88-89).

Diante desta questão compreendemos que é somente através da crítica dialética à interpretação mecânica e linear da relação entre estrutura e superestrutura decorrente por sua vez da insuficiente ligação entre teoria e prática (a práxis humana entendida como motor histórico) que poderemos encontrar os “vazios” ou as “páginas em branco” destas mesmas interpretações sobre o negro brasileiro. Não se trata evidentemente, como nos ensina Grüner (2007), de restituir o objeto histórico em sua essência, mas de retirar-lhes o véu ou desvelar os símbolos que determinada base material (sócio-histórica) lhes atribuiu.

Por trás destas simbologias, como por exemplo, a de ver o proletariado brasileiro como uno e a-histórico, encontraremos outros símbolos, como a ideologia do branqueamento ou a idéia de democracia racial, que foram construídas para explicar ou justificar determinadas formas de relações sociais, como a exclusão estrutural do negro no pós-abolição e a imigração do trabalhador europeu.

E aqui, talvez, esteja à questão chave do problema que levantamos no início do capítulo: ao tratar o proletariado brasileiro somente como conceito teórico, portanto universal e abstrato, muito dos nossos marxistas não conseguiram identificar a sua diversidade e nela a história de cada grupo social que o constituiu.

Para Grüner (2007, p. 111), há uma diferença fundamental entre o proletariado como categoria teórica e o proletariado como realidade sociológica.

No primeiro caso, define-se (define-o Marx classicamente) como aquela ‘classe’ de homens e mulheres despossuídos de todo meio de produção, e tão somente proprietários de sua força de trabalho, essa *mercadoria* que estão obrigados a vender ao capitalista, e em conseqüência produzir uma cota a de mais valia para o dito capitalista, etc. No segundo, trata-se de uma realidade empírica extraordinariamente complexa e mutável, com um alto grau de determinações concretas que variam de sociedade para sociedade, articulando-se com igualmente variáveis condições socioeconômica, políticas e ainda psicológicas. A diferença entre ambos os registros é homóloga entre a que faz o próprio Marx entre um modo de produção e uma formação socioeconômica.

Ora, assim como o conceito de modo de produção, o de proletariado como categoria teórica é uma abstração universal e que não dar conta por si só de uma realidade específica qualquer. É somente no interior do bloco histórico como postula Gramsci, ou das formações sociais, de Marx, que o conceito sociológico de proletariado pode ser operacionalizado.

Sem rosto, particularidades e, acima de tudo, sem história, o que temos em nossos registros históricos é um conceito arbitrário, uno e universalizante de proletariado. Neste contexto, a raça, enquanto categoria específica e contraditória diluiu-se, mecânica e magicamente, no conceito fechado, europeizado e trans-histórico de proletariado e na máxima de “classe contra classe” ou de luta de classes.

Não podemos ver, por isto, como certos marxistas de cátedras, o problema do negro brasileiro como simples problema de luta de classes, embora esteja incluído nele e seja um dos seus aspectos mais importantes e pouco estudado. É simplificar - dentro de categorias muito gerais - um problema bastante complexo. Partindo esses estudiosos da idéia de um proletariado abstrato, de acordo com o existente na Europa Ocidental no meio do século XIX, são incapazes de um mínimo de imaginação sociológica ao tratarem do problema atual do Negro no Brasil. (MOURA, 1983, p.125-126).

Em uma palavra, o proletariado, enquanto conceito sociológico, portanto particular, concreto e histórico não foi desenvolvido por que os símbolos escravistas remanipulados no Brasil republicano tornaram-se hegemônicos no pensamento intelectual brasileiro, inclusive chegando a afetar também o marxismo brasileiro de viés economicista.

Ao contrário de nossa *intelligentsia* envolvida no universo ideológico das primeiras décadas do século XX que não conseguiu vislumbrar a estratégia do nosso abolicionismo, Marx, ainda no século XIX, dedicava vários artigos na *Gazeta Renana* especialmente para desvelar e denunciar o que estava por trás das leis protecionistas e do abolicionismo norte-americano em debate durante A Guerra de Secessão daquele país.

Para Marx (1999, p. 124):

O movimento inteiro foi e é baseado, como se vê, na *questão escravista*: não no sentido de, se os escravos no interior dos estados escravistas existentes devem ou não ser emancipados, mas de se os vinte milhões de homens livres do Norte devem subordinar por mais tempo à oligarquia de trezentos mil donos de escravos; se os vastos territórios devem ser campos para a plantação de estados livres ou de escravaturas; finalmente, se a política nacional da União deve tomar a propaganda armada da escravatura no México, e nas Américas Central e do Sul como seu instrumento.

Isso nos levar a matizar a idéia de que os homens são homens do seu tempo; essa afirmação deve ser pensada em termos da origem e posição dos indivíduos em relação aos

grupos oprimidos e as classes sociais. Quanto a isso Clóvis Moura faz uma excelente comparação das produções literárias de dois grandes intelectuais brasileiros que viveram em épocas completamente distintas, Castro Alves e Gonçalves Dias e mostra-nos que:

Castro Alves escreve o seu grande poema ‘ O navio negreiro’ sem nunca ter visto uma dessas embarcações, pois o tráfico foi extinto em 1850, enquanto Gonçalves Dias que teve a oportunidade de vê-los às dezenas, provavelmente no seu cotidiano, jamais o usou como temática de seus versos (MOURA, 1988, p. 29).

Por tudo isso, a crítica da qual aludimos só pode ser realizada a partir da restituição da relação abstrato-concreto, particular-universal etc., e, acima de tudo, de pensar os problemas como processos e os conceitos como instrumentos inacabados conforme nos mostra Trotski (1939, p.49):

O treinamento dialético da mente - tão necessário para um lutador revolucionário - assim como os exercícios com os dedos para um pianista - exige que todos os problemas sejam tratados como processos, e não como categorias imóveis. Ao contrário, os evolucionistas vulgares se limitam geralmente, a reconhecer a evolução somente em certas esferas, e se contentam em todas as demais questões, como as banalidades dos ‘senso comum’.

2.2 Marxismo e marxofobismo na ideologia da negritude

Na outra ponta de nosso estudo verificamos também no movimento da negritude um sentimento profundamente anti-marxista que é no geral resultados de leituras e interpretação equivocadas ou mesmo de deturpações grotescas. Para isso iremos fazer uma breve análise da trajetória do movimento da negritude e da obra *Quilombismo* de Nascimento.

A Negritude, enquanto movimento contemporâneo tem sua origem na tentativa frustrada de assimilação da cultura européia por descendentes africanos que estudavam nos países desse continente. Mesmo educados no universo cultural europeu estes continuavam sendo vítimas de discriminação em decorrência de sua origem étnica.

Em seus primórdios, o desejo de reagir contra a assimilação está na base da negritude. A tendência dos povos negros colonizados, tanto na África quanto na América, de assimilar a cultura européia, alienados da cultura africana, originou a contrapartida da Negritude que traz no seu bojo a vontade de reencontrar uma identidade perdida, o desejo de opor ressurreição à assimilação (BERND, 1987, p.24).

Bernd (1987) mostra que para muitos estudiosos desde que o primeiro africano escravizado se rebela contra a escravidão temos então a negritude. Entretanto, do ponto de

vista histórico e orgânico, segundo a mesma autora, o movimento da negritude surgiu na França, tendo uma forte influência das teorias marxista. Para isso contribuiu o contexto de fortalecimento deste movimento que se dá justamente na conturbada década de 1930, quando o capitalismo enfrentava a maior crise econômica de sua história, o crescimento da influência do pensamento socialista após a “Revolução de Outubro”, influenciando diversos setores do proletariado mundial, tal como a ascensão do nazi-facismo. Para Bernd (1987, p. 25):

A negritude, em seu período de gestação, teve como pano de fundo importantes acontecimentos históricos e sociais: nos EUA, grave crise econômica provocada pelo *crack* da bolsa de Nova York; na URSS, início de expurgos de Stalin, após a Revolução de 1917; na Alemanha, Itália e Espanha, ascensão do nazi-facismo; na África, grande parte dos países sob dominação do colonialismo europeu; no Haiti, recolonização econômica pelos EUA, em 1915. Completando este panorama, acrescenta-se a situação geral dos negros nas Américas: descendente de escravos e ex-escravos, os negros formam o proletariado (quando não o lupen-proletariado) sofrendo com o racismo e a segregação.

É na década de trinta que estudantes antilhanos residentes na França irão lançar a Revista *Légitime Défense* que dará suporte político para o movimento da Negritude. Em seu nascedouro esta revista “revelava um forte comprometimento político” (BERND 1987, p.25) e um acentuado conteúdo de classe:

Conscientizando-se da situação dos negros, “em toda parte vencidos, humilhados e subjugados”, mesmo após terem decorrido tantos anos após as abolições, publicam em Paris, em 1932, a revista *légitime Défense* que denuncia, de forma contundente, a exploração do proletariado negro do mundo.

Entretanto, o intelectual e militante marxista dos Estados Unidos Cannon, mostra que na verdade toda a ascensão do movimento negro da década de 1930 não teria ocorrido se não fosse à influência exercida pelo Partido Comunista Soviético em relação ao Partido Comunista Norte Americano, ainda na primeira década do século passado:

A discussão histórica sobre a política e ação do Partido Comunista sobre a questão do negro, e sobre a influência russa na formação das mesmas, durante os primeiros dez anos da existência do partido, por exaustiva que seja não pode ser suficiente se a investigação não projeta-se até a seguinte década. O jovem partido tomou os primeiros dez anos para fazer um começo neste terreno até então não explorado. As façanhas espetaculares dos anos 30 não podem ser entendidas sem referência a esta década anterior de mudanças e reorientações. As posteriores ações e resultados vieram disto. (CANNON, 1959, p. 15).

De fato, nesse momento histórico há um intenso debate dentro da Internacional Comunista sobre as questões das nacionalidades oprimidas pelo império russo e a defesa do direito de autodeterminação desses povos.

Contudo, a partir da segunda metade do século XX, a questão da negritude, em muitas ex-colônias, deixa de ser um movimento ou uma contra-ideologia, ou seja, pautado na contradição em relação ao Estado e as classes dominantes, e se transforma em ideologia que passa a servir aos interesses das “castas negras” e do imperialismo europeu.

Erguida sobre a bandeira de ditadores, como Duvalier, no Haiti, ela foi usada para encobrir a verdadeira origem do problema dos negros (fome, miséria, analfabetismo-arbitrio e a exploração estrangeira), atribuindo-os às origens raciais (BERND, 1987, p. 33).

A contradição finda, nesta perspectiva, por que a negritude institucionalizou-se enquanto ideologia: “Há razões para não aceitar uma negritude que, apoiada na crença de especificidades inatas entre os indivíduos pertencentes a determinados grupo étnico, termina por institucionalizar-se e servir a grupos dominantes interessados em mascarar a realidade” (BERND, 1987, p. 35).

Para ilustrar questões desta natureza Petras (2002) toma com exemplo a estratégia utilizada pelos governos de Clinton (1993-2001) e Bush (2001-2009) em relação às chamadas minorias políticas dos Estados Unidos. Enquanto o governo de Clinton “dependia em grande parte de políticos representantes das minorias (negros e latinos)” enquanto Bush, para legitimar-se juntos a esse grupos, “[...] dá ‘representação simbólica’ às minorias- cinco negros e latinos e várias mulheres fazem parte de seu gabinete, todos de acordo com sua política externa pró-imperial e sua política interna reacionária. Uma vez mais, a “diversidade” sem classes serve a adjetivos reacionários (PETRAS, 2002, p. 18).

A questão que se coloca para esse dilema é novamente a de sobreposições de categorias. Neste caso, a categoria “raça” é utilizada para renunciar as desigualdades entre as classes, inclusive no interior de um mesmo agrupamento étnico. O conceito de proletariado sucumbe teórico-metodologicamente ao conceito concreto-particular, acabado e fechado e etnicista de raça. Segundo Casa Nova:

Na interpretação etnicista do colonialismo interno as etnias mais débeis não são convocadas expressamente a unirem-se entre si nem a lutar ao lado da etnia mais ampla e de suas forças libertadoras, ou dentro do movimento de todo o povo ou de todos os povos. Não se apóiam as etnias nas lutas contra seus ‘mandantes’, ‘caciques’, ou contra os grupos de poder e interesse, muito deles ligados às classes dominantes do Estado-nação e das potências imperialistas. **A versão conservadora do colonialismo interno nega ou oculta a luta de classes e a luta antiimperialista, isola cada etnia e exalta a sua identidade como uma forma de aumentar o isolamento.** (CASA NOVA, 2007 p. 402-403, grifos nossos).

O momento fundamental desta virada no movimento da negritude será na década de 60, especialmente depois dos frustrados processos de independência nacional de muitos

países africanos. A partir deste momento, ainda segundo Bernd (1987) não será mais possível falar em negritude como movimento que buscava construir a unidade entre todos os descendentes africanos da diáspora.

Para essa mesma autora, a negritude, que ela denominava de “n” minúsculo pensava a questão da identidade étnica como fator de mobilização política, de denúncia da ideologia da opressão e da exploração capitalista, portanto o negro pensado enquanto classe social. Já a Negritude com “N” maiúsculo tem como centro a denúncia da ideologia do branqueamento e de dá um sentido positivo ao termo “negro” na construção de sua identidade, porém completamente dissociada das questões de classe. Neste último caso a ideologia da negritude coloca a primazia dos valores culturais sobre os políticos.

[...] talvez o ponto fraco, o calcanhar de Aquiles do movimento, tenha sido, conforme a opinião de vários autores, o fato de ele não ter conseguido conceber o desenvolvimento dos valores negros no interior de um combate político, tendo se restringido ao âmbito dos valores culturais e deixado, portanto, de lado a esfera política e social (BERND, 1987, p. 30).

É neste contexto, que Abdias do Nascimento, um dos mais polêmicos e respeitados membros da inteligência afro-brasileira do século passado escreve os livros *Genocídio do Negro Brasileiro* (1979) e *Quilombismo* (1980) que denuncia o processo de extermínio da população negra no Brasil e o racismo historicamente impregnado nas instituições brasileiras e mundiais. Nem a *direita* racista nem a *esquerda* conivente com o racismo escaparam de suas críticas. Sobre os últimos escreveu da seguinte forma:

No Brasil, vários expoentes da chamada esquerda têm compartilhado, ativamente ou por omissão, no processo de liquidação da raça negra que vem desde 1500 até nos nossos dias. Parece que certo segmento dos adeptos do marxismo - talvez da chamada ala direita - quer dar prosseguimento no tempo e no espaço a certas colocações feitas por Marx e por Engels no seu tempo. (NASCIMENTO, 1980, p. 169).

Para o autor, Marx ao tratar o africano escravizado como “categoria econômica”, isto é, como capital constante estaria desconsiderando o seu lado humano e, por outro lado, ao julgar a escravidão como imprescindível para o desenvolvimento do capitalismo industrial estaria naturalizando o sofrimento de todos os povos colonizados do mundo.

Pela carga de seu eurocentrismo, afirma Nascimento (1980, p.170), o marxismo não teria legitimidade científica para analisar a realidade da população negra:

A razão e a lógica dos negros tem outros fundamentos. Adotar a análise marxista aos nossos problemas significa uma contradição fatal: nós os negro-africanos fomos às

vítimas do processo capitalista e fomos novamente vítimas daqueles que supostamente combatem o capitalismo na área industrializada do euro-norte-americanismo. A análise de Marx foi induzida da realidade sócio-econômica da Inglaterra a época em os africanos estavam sendo caçados como feras em seus continentes e trazidos para a plantação de algodão da Louisiana, do Maranhão, ou para os canaviais de Cuba, da Bahia, ou da Jamaica.

Como vemos, Abdias se esforça para mostrar que o racismo é uma prática que se reproduz também dentro das organizações de esquerda e do pensamento marxista, não poupando para isso nem Marx e nem Engels.

A linha de raciocínio do autor é permeada pela idéia de que a omissão do proletariado branco em relação ao sofrimento dos africanos e asiáticos decorria dos benefícios naturais que o racismo e colonialismo lhes ofereciam.

Enquanto os operários europeus, não importam à existência ou não da contradição de classes, tinham seus padrões de vida elevados à medida que exploração industrial-capitalista se expandia meia à custa da opressão e da destituição completa dos africanos [...] e à medida que o industrial-capitalismo se desenvolvia adubado pelo racismo e a exploração econômica da África e da Ásia, os operários europeus iam se tornando sócio e parte do sistema, o mesmo ocorrendo com os Estados Unidos, cuja classe operária é notória pelo conservadorismo e as posições mais reacionárias em relação ao operariado da periferia subdesenvolvida. (NASCIMENTO, 1980, p.169).

O mesmo processo, deste modo, ocorreria no Brasil na relação entre descendentes africanos e imigrantes europeus no pós-abolição:

No Brasil o fenômeno se repetiu. No fim do século passado [o autor se refere ao século XIX], os imigrantes europeus chegaram ao país imediatamente passaram a usufruir as benesses do racismo: tomaram os lugares de trabalho do negro recém-liberto da escravidão e rapidamente ascenderam na escala social, enquanto os descendentes africanos, que edificaram a estrutura econômica da nação foram excluído do mercado de trabalho e permanecem até hoje vegetando na zona rural ou marginalizados nos *ghetos* urbanos das grandes cidades. (NASCIMENTO, 1980, p.170)

Por mais verdadeiras, sensatas e necessárias que sejam as denúncias do autor acreditamos que o mesmo carece de análise um pouco mais profunda. Da forma como a questão é posta somos levados a crer que o racismo é uma condição psíquico-estrutural intrínseca ao homem branco. E, por está intrinsecamente enraizada no indivíduo branco, conseqüentemente toda organização marxista tenderia a reproduzi-lo, tendo em vista que os seus mestres fundadores são todos de origem branco-europeus e beneficiários, segundo o autor, do colonialismo.

Esse tipo de argumento *racialista*, os próprios intelectuais *pan-africanistas* contrapuseram-se devido o seu caráter a-histórico espertamente manipulado pelos países imperialista para justificar a dominação colonial afro-asiática:

A história de viés europocêntrico pretende nos fazer crêr que o racismo é um fenômeno que através dos tempos, tem vitimado os ‘povos de cor’. Aceitar isso seria considerar o racismo como ahistórico e atemporal. Diria um ingênuo: ‘ sempre existiu; logo sempre existirá’. Senghor lembra que ‘ o racismo- etnocentrismo carregado de diferenças raciais, reais ou imaginárias- não tem mais de quatro séculos. Nasce com expansão européia, da qual deriva o tráfico escravos. A noção de raça - imprecisa e inoperacional- é, portanto, uma noção moderna. Pode-se afirmar de modo geral, que o preconceito racial antes do século XV, uma vez que até essa época as ideologias de dominação não tomavam como justificativas a raça (ou o mito racial), mas divergências culturais ligadas sobretudo às diferenças de religião: ‘fiéis’ contra ‘pagãos’, ‘cristãos’ contra ‘mulçumanos’, ou contra ‘judeus’, por exemplo. (PEREIRA, 1978, p. 16).

Em nosso entendimento o racismo é uma construção sócio-cultural que só pode ser entendida nos marcos da história e das contradições entre as classes sociais e não nos grupos isoladamente, afinal de contas como diz Marx (2007, p. 45): “[...] não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o ser social que determina a sua consciência”.

No que pese o respeito que temos pela história de militância e produção intelectual que Abdias do Nascimento nos legou, vamos expor nossas reflexões acerca de suas colocações.

Em primeiro lugar quando Marx afirma que “sem escravidão não haveria indústria de algodão e sem algodão não haveria indústria moderna”, de modo algum ele está fazendo apologia ao industrialismo capitalista, pelo contrário, o que ele faz, em nosso entendimento, é mostrar as atrocidades que foram necessárias para a expansão e desenvolvimento do capitalismo em todo o mundo. O que Nascimento entende como justificativa, nós entendemos como denúncia.

Em relação às benesses do trabalhador branco em relação ao negro, é uma afirmação que merece ser matizada. Se entendermos o racismo dentro de uma visão fenomenológica e passiva tal como se manifesta aos nossos olhos o autor de fato tem razão. Contudo, em essência, não é o trabalhador de origem européia que se beneficia de sua condição racial, mas é a ideologia do branqueamento que possibilita ou justifica a super exploração e exclusão do trabalhador negro em relação ao trabalhador de origem européia. Quem se beneficia, de fato, do ponto de vista racial e classista, são as elites branco-europeias proprietárias dos meios de produção de riquezas.

Até por que se levamos em consideração a questão da exploração, tanto o imigrante europeu quanto os afro-brasileiros aparecerão como peças fundamentais no processo de acumulação de capital. Seria digno afirmar que o trabalhador branco se beneficiaria em relação ao negro se a *mais valia* apropriada pela burguesia fosse redistribuída equitativamente entre os trabalhadores euro-brasileiros, o que significaria um suicídio de classe. O que há na verdade é uma super exploração ou desvalorização da força de trabalho negra.

Desta forma, mesmo havendo identidade étnico-racial entre as elites brasileiras e os trabalhadores imigrantes seria um equívoco sociológico grotesco falar de benefício dos trabalhadores imigrantes, visto que a contradição fundamental, a de classe, não cessa nem se fecha no nível da identidade epidérmica.

Outra questão que merece destaque é a análise do autor sobre a afirmação de Marx que “a escravidão é, portanto, uma categoria econômica de maior importância”. Para Nascimento (1980, p. 169) “[...] a comparação [feita por Marx] do africano escravizado com as máquinas e o crédito fala por si mesma da objetificação do negro e sua total desumanização”.

Ao que nos parece é Abdias, e não Marx, que confunde identidade negra ou africana com condição de escravo. Negro-africano é identidade e não categoria. Deste modo, entendemos que não é Marx que desumaniza o negro, mas sim os capitalistas que o escravizaram. A condição de objeto falante ou capital constante do qual o negro está sujeito é decorrente do modo de produção escravista que aqui se instalou.

Moura (1983), ao analisar a condição do negro no Brasil colonial corrobora com a visão de Marx de que a escravidão desumaniza o negro, porém acrescentando que a sua re-humanização acontecia quando este negava, através de sua rebeldia, o próprio sistema que o escravizou. Vejamos que o próprio autor nos fala a esse respeito:

Montado o sistema escravista, o cativo passou a ser visto como *coisa* e o seu interior, a sua humanidade foi esvaziada pelo senhor até que ele ficasse praticamente sem verticalidade; a sua humanização só era encontrada e conseguida na e pela rebeldia, na sua negação conseguinte como escravo. (MOURA, 1983, p. 124).

2.3 Em busca de uma interseção entre a teoria marxista e movimento da negritude

Em nosso entendimento, os preconceitos raciais que estimulam o desprezo do trabalhador branco para com o negro no interior do próprio proletariado brasileiro, estão umbilicalmente ligados à unidade necessária entre estrutura e superestrutura articulada pelos intelectuais orgânicos da burguesia para garantir a hegemonia da sua classe enquanto bloco histórico. Nunca será de mais lembrar que a origem étnica de nossas elites é branco-européia.

Desta forma fica claro que o racismo garante, ao mesmo tempo, e em sua reciprocidade, a dominação vertical (de classe) e a divisão horizontal (na classe). Visto sobre o prisma da concepção gramsciana de hegemonia o racismo serve tanto para garantir a dominação na estrutura social como a direção cultural e ideológica na superestrutura. É espelho e reflexo para a dominação.

Para melhor clarificar nosso pensamento retomaremos o debate sobre a transição do trabalho escravo para o trabalho livre, a política imigracionista e a ideologia do branqueamento no Brasil. O que tentaremos mostrar é como o vínculo entre infra-estrutura e superestrutura é tão indissociável como a relação entre raça e classe no Brasil.

Para as classes dominantes de qualquer parte do mundo o que interessa em primeiro plano é o lucro, a acumulação de riqueza, manutenção ou ampliação de suas vantagens econômicas. No Brasil não foi diferente, por trás da idéia de que o trabalhador negro era inferior ao branco europeu estavam às vantagens econômicas da política imigracionista e não necessariamente a crença pura e simples de nossas elites na superioridade da raça branca, pelo menos a priori, é o que nos mostra Moura (1988, p. 88):

Não houve aquele automatismo de aceitação decorrente da superioridade óbvia do imigrante. O que pretendia essa substituição do trabalhador nacional pelo alienígena era satisfazer uma teia de interesses que se conjugavam dentro de uma visão capitalista dessa transação, com capitais em jogo e interesses ideológicos e políticos que se completam. O governo imperial investe no imigrante por que ele não era mais um simples trabalhador, mas uma peça importante nos mecanismos que dinamizavam- via interesse de uma burguesia mercantil ativa e ávida de lucros- essa substituição.

Não queremos com isso afirmar, e nem é o caso de Moura, que não existia seletividade racial ou branquitude antes da política imigracionista, pois como o próprio autor mostra-nos, interesses econômicos, políticos e ideológicos coadunavam-se nessa fase de transição do escravismo tardio ao de capitalismo dependente.

O que queremos acentuar é que tal ideologia não é simplesmente filha *in natura* da suposta mentalidade escravista de nossas elites. Em nosso entendimento essa visão é antes de

tudo histórica e se traveste de acordo com as circunstâncias históricas. Moura (1988, p. 90) lembra-nos que:

Esse mesmo processo de substituição de um trabalhador por outro verificou-se na passagem do escravismo tardio brasileiro em relação ao negro. As grandes firmas imigracionista, grupos interessados nesse processo e especuladores em geral não viam evidentemente o imigrante como superior, mas o viam como um investimento que daria lucros a quem administrasse os mecanismos imigracionistas.

Em vista disso, seria necessário então justificar a opção pelo imigrante europeu e a não utilização do trabalhador nacional negro. É em meio a esse dilema que toda carga de preconceitos raciais recairá sobre o negro ancorado na ideologia do branqueamento.

Acompanhando esses mesmos mecanismos que dinamizavam a estratégia da importação de imigrantes e suas compensações monetárias, projeta-se a ideologia de rejeição do negro. Em São Paulo, onde o processo migratório subsidiado foi considerado a solução para a substituição do trabalho representativos dos escravos, os políticos representativos dos fazendeiros de café desenvolveram um pensamento contra o negro, não mais como ex-escravo, mas como negro membro da raça inferior, incapaz de se adaptar ao processo civilizatório que se desenvolveu a partir do fim do escravismo. Em 1882, ao se falar na vinda de negros para São Paulo, o deputado Raphael Correia exclamaria indignado que era necessário ‘arredar de nós essa peste, que vem aumentando a peste que aqui já existe’. Adicionava a condição de praga à ociosidade inevitável dos negros (MOURA, 1988, p. 94).

Como se explica, por exemplo, que ainda em 1850, trabalhadores livres de uma tipografia de São Paulo ao entrarem em greve reivindicarem também a libertação de um trabalhador escravo que fazia parte do quadro de empregados daquela mesma empresa¹⁷, sendo que 70 anos depois, ou seja, em plena década de 1920, diversos jornais anarquistas, ao contrário, exibiam manifestações explícitas de preconceitos e desprezo para com a população negra, conforme relata Moura (1988, p. 65) a seguir:

Em pesquisas parciais que realizamos em jornais anarquistas e em trabalho sistemático feito pelo professor Sidney Sérgio Fernandes Sólis, tanto no Rio de Janeiro como em São Paulo, a imprensa anarquista que então circulava não refletia nenhuma simpatia ou desejo de união com os negros, mas, pelo contrário, chegava mesmo a estampar artigos nos quais era visível o preconceito racial [...] e esse racismo larvar passou a exercer um papel selecionador dentro do próprio proletariado.

Os trechos supracitados demonstram a insuficiência tanto do marxismo economicista ou materialista vulgar, que apregoava que o racismo diminuiria à medida que a

¹⁷ Moura (1988, p. 247) levanta a hipótese “[...] de possível conexão de lutas operárias como as dos escravos [...]”.

sociedade se desenvolvesse, como a visão etnicista que desconsidera a questão de classe no interior do agrupamento racial ou a solidariedade de classe entre etnias diferentes.

Nossas conclusões apontam: 1- Que o racismo brasileiro sofisticou-se à medida que as forças produtivas, outrora travadas pelo escravismo, foram desenvolvendo-se; 2- As ideologias são inócuas sem sua base material; procurar suas origens fora da história e das relações sociais é como procurar sistemas anatômicos em fantasmas; 3- A ideologia do branqueamento não brota da composição genética do branco, como nos quer fazer pensar os etnicistas, mas das necessidades concretas da classe/etnia dominante; 4- E que, portanto, a ideologia do branqueamento tem uma origem e uma existência histórica, portanto ela é genético-dinâmica.

Deste modo, fica claro que não é na idéia de superioridade branca que devemos buscar as causas da imigração européia, ela é na verdade o seu pretexto e a justificativa para não utilização do trabalhador nacional (negro). O que estava em jogo na verdade era a possibilidade de acumulação de capitais com a instituição de um *segundo tráfico* de força de trabalho.

Em razão disso, essa mesma ideologia será força viva para a manutenção das relações sociais no Brasil até os dias de hoje, isso por que nossa *intelligentsia* não conseguiu elaborar uma contra ideologia racial.

Para esta análise estamos tomando com referência as reflexões de Gramsci sobre a “Questão Meridional”, entendida com questão nacional italiana. Segundo o autor, o preconceito vil enraizado na consciência do operariado do norte da Itália (industrial) contra os camponeses do sul (rural e subdesenvolvida) foi historicamente alimentado pelos intelectuais orgânicos do bloco agrário-industrial italiano, no sentido deslocar a questão da ideologia do Mezzogiorno (subdesenvolvimento, zonas atrasadas) do seu centro, ou seja, das deformações do sistema capitalista, para questões de natureza humana. Sentimento este retroalimentado pela ideologia economicista-corporativista das burocracias operárias que eram bastante desenvolvidas na Itália.

Macciocchi (1980, p. 133) relata a posição de Gramsci nos seguintes termos:

Gramsci foi obrigado a desenvolver um grande esforço no plano teórico e uma luta feroz no plano político, para levar, através de mil dificuldades, a classe operária de Turim, a desempenhar esse papel hegemônico, na medida em que estava minada por dentro por um sindicalismo corporativista estreito, por um desprezo para com os camponeses e uma espécie de “racismo” contra o sul.

E conclui:

Uma classe operária que aspira ao papel de hegemônico tem de libertar-se de todas as taras do economicismo, de qualquer egoísmo de categoria, de qualquer conservadorismo sindical, de qualquer forma de ‘aristocracia operária’. E, desse ponto de vista, eis a passagem-chave de A Questão Meridional: o proletariado, para ser capaz de governar enquanto classe deve desfazer-se de qualquer corporativismo residual, de qualquer preconceito ou resistência sindicalista. (MACCIOCCHI, 1980, p. 133).

Percebe-se que Gramsci, antes de tudo, parte de uma realidade específica, a desunião existente entre os camponeses do sul e os operários do norte. E por ser uma realidade concreta (portanto sócio-histórica) Gramsci, do ponto de vista metodológico, empreende uma regressão histórica (do presente ao passado) no sentido de identificar as raízes do problema em questão.

Descobre que a fragmentação territorial da Itália sempre foi um empecilho a construção de sua unidade nacional. Verifica que para Maquiavel essa unidade deveria ser uma tarefa levado a cabo pelo Príncipe, que é na verdade a defesa da implementação do absolutismo monárquico em favor da burguesia ainda no século XV.

No segundo momento, de progressão histórica sintética (do passado ao presente), Gramsci conclui que a grande pendência de sua época, que a burguesia não pôde jamais realizar, seria a de construir a unidade entre camponeses e operários, a ser levada a cabo pelo “Príncipe Moderno”, ou seja, pelo partido comunista.

Segundo Macciocchi (1980, p. 102):

Para Gramsci, a forma de unidade nacional que está na ordem do dia, tantos séculos depois de Maquiavel, é a revolução proletária e a instauração do socialismo na Itália; as formas e os objetivos já não são os mesmos da época de Maquiavel, na medida em que existe um Estado nacional mesmo se a unidade ainda não se realizou por completo; agora já não se trata mais de que um indivíduo isolado, como *Príncipe* esclarecido, faça triunfar a revolução, mas sim de que esse papel cabe à vanguarda do partido proletário e das classes exploradas, única capaz de reunir o Norte e o Sul em único bloco histórico que se encontre no partido sua unidade e seu guia.

É em função da riqueza e complexidade cultural da história da Itália que Gramsci vai pensar sua filosofia da práxis em que o aspecto cultural terá um destaque todo especial.

A experiência da Revolução de Outubro e os escritos de Marx e Lênin serão para ele sempre as grandes referências de estudo e observação, mas para refletir lucidamente e não para copiar cego e dogmaticamente.

O que torna Gramsci original, desde sua juventude, é a constante referência à situação internacional, que forma sua concepção de revolução: esta se baseia numa análise de classes em escala nacional. Nenhum esquema. Ele os recusa. É sua

maneira própria, qualificada pelos burocratas ortodoxos como não marxistas, de ler o *Capital* levando em conta o fato de que a Revolução explodiu num mundo semi-industrializado como a Rússia, e não num país capitalista desenvolvido, submetido às leis estudadas por Marx. O pensamento de Lênin não representa em *O Que Fazer?* a primeira reação à interpretação fatalista do Marxismo, mas inaugura também, com a Revolução de Outubro, uma nova interpretação do marxismo enquanto conjunto das leis gerais: as revoluções nacionais podem ser parte integrante da revolução geral, e os países capitalistas pouco desenvolvidos como a Rússia podem levar a revolução mundial a dar um salto à frente [...] Gramsci contra os defensores das interpretações mecanicistas, reafirma que as leis do desenvolvimento histórico, se aparecem como uma tendência geral como uma tendência geral, são na realidade criadas pelos homens, e que uma boa margem deve ser reservada a fatores objetivos e subjetivos que caracterizam uma realidade do tipo nacional (MACCIOCCHI, 1980, p. 52).

Para Gramsci a vitória revolucionária em um país semi-feudal como a Rússia e as derrotas no Ocidente de capitalismo mais desenvolvido, comprovava que quanto mais desenvolvido fossem as forças produtivas e a cultura burguesa de um país, mas difícil poderá ser o seu processo revolucionário.

A luta pela tomada do poder, nesse caso, deve ser travada principalmente na esteira das superestruturas no sentido de desestruturar o seu bloco ideológico dominante formado não só por intelectuais orgânicos do capital como pelas burocracias operárias absorvidas pelas estruturas ideológicas do capitalismo:

Na Europa central e ocidental, o desenvolvimento do capitalismo dá origem não apenas a formação de amplas camadas proletárias, mas também como consequência da camada superior, a aristocracia operária, com seu cortejo de sindicalistas burocratas e de grupos social-democratas. Esse entusiasmo, que, bem canalizado na Rússia, lançava as massas à rua em um impulso revolucionário, se enredeu, na Europa central e ocidental, nas superestruturas políticas vinculadas ao caráter mais avançado do desenvolvimento capitalista, tornado mais lenta e prudente a ação das massas, e exigindo, portanto, do partido revolucionário toda uma estratégia e uma tática a longo prazo, infinitamente mais complexas que aquelas que foram necessárias aos bolcheviques durante o período de março a novembro de 1917. (CARTA, em Togiatti, a Formação do Grupo Dirigente do PCI, p.196-197, Apud, MACCIOCCHI, 1980, p.79).

A realidade concreta de cada país, de cada continente, deve ser considerada como ponto de partida.

Lênin em *Esquerdismo, Doença Infantil do Comunismo* (1989), criticava os comunistas alemães por defenderem a tática de boicote ao parlamento alemão, tal como aconteceu na Rússia em 1905, sem levar em consideração as condições completamente diferentes da realidade Russa e a Alemã. Segundo Lênin (1989, p. 29) “em alguns momentos [...] é até obrigatório saber renunciar as formas parlamentares. Mas transportar cegamente, por

simples imitação, sem espírito crítico, essa experiência a outras condições, a outra situação, é o maior dos erros”.

Vásquez (2007) lembra que a práxis social que conduziu às grandes revoluções teve que ser construída levando em consideração as peculiaridades do contexto que possibilitou seu desencadeamento:

Uma revolução imitativa- admita-se a expressão- significaria o desenvolvimento de uma lei fixada de antemão – à margem de sua realização e com o esquecimento de suas condições peculiares. Mas, a experiência das grandes revoluções sociais demonstra até que ponto cada revolução se vê obrigada, para responder as condições objetivas e subjetivas peculiares, a se dar sua própria lei, a não busca-la fora dela, transplantando se mais, como um produto acabado, a lei que regeu em outra revolução. Da práxis social revolucionária caberia dizer o que Marx dizia da história: que só se repete duas vezes: a primeira como tragédia; a segunda como, como farsa (VÁSQUEZ, 2007 p. 276)

O que parece fundamental das lições de Gramsci e Lênin para nossas reflexões, está justamente na capacidade desses intelectuais orgânicos desenvolverem a teoria marxista à luz da realidade de seus países e de entender que a universalidade da teoria marxista não pode jamais subtrair ou subordinar autoritariamente a análise concreta de cada realidade específica. É nessa mesma perspectiva que Vásquez critica a práxis imitativa.

“O concreto é concreto”, segundo Engels, “por que é a síntese de muitas determinações, isto é unidade do diverso”. Portanto, a totalidade acima das particularidades não existe, nem muito menos as particularidades sem totalidade. Nas palavras de Kosik (1995, p. 37):

O progresso da abstratividade à concreticidade é, por conseguinte, em geral movimento da parte para o todo e do todo para a parte; do fenômeno para a essência e da essência para o fenômeno; da totalidade para a contradição e da contradição para a totalidade; do objeto para o sujeito e do sujeito para o objeto.

É nessa relação indissociável entre o universal e o particular, e na contradição interna de cada particularidade (pois, o particular também é histórico-social) que a criatividade cultural pensada por Gramsci e a sociológica aludida por Moura, podem ser desenvolvidas.

Os conceitos e as categorias, por sua vez, devem ser pensados como apropriação, por parte do pensamento, da realidade concreta. A realidade, ou o objeto concreto, existe independente do pensamento, “neste sentido, as leis do pensamento abstrato que se eleva do mais simples ao mais complexo correspondem ao processo histórico real” (ENGELS, 2007, p.

259). Deste modo, continua o autor, “as determinações naturais, subjetivas e objetivas, tribos, raças etc. devem constituir, como é justo, o ponto de partida” (ENGELS, 2007, p. 268).

O que Engels (2007, p. 265) quer dizer com isso é que os conceitos ou as categorias são “abstrações especulativas” do concreto, que só tem valor ou sentido se levar em conta o movimento “real da história”, inclusive o da história que os produziu. E, “depois de ter considerado separadamente um e outro, deve-se estudar sua relação recíproca [...] Trata-se de sua conexão orgânica no interior da sociedade burguesa moderna”.

As relações econômicas e a materialidade como fundamento do método dialético não quer dizer de modo algum que os homens, os povos, as nações e os agrupamentos étnicos sejam meros reflexos deformados da economia ou do desenvolvimento infra-estrutural. Pelo contrário, “a economia não trata das coisas, mas das relações entre as pessoas e, em última instância, entre as classes, apesar de essas relações estarem sempre unidas a coisas e aparecerem sempre como coisas” (Engels, 2007, p.282). Portanto, “tratar das relações entre as pessoas”, significa considerar seus sentimentos, representações, subjetividades e necessidades.

Deste modo, as opressões e as formas de dominação racial não podem jamais serem relegadas como problemas do passado a ser resolvido em uma hipotética e incerta sociedade capitalista mais desenvolvida, democrática e humana. Nem muito menos podem ser tratados de forma subjetivista como simples resquícios de épocas passadas confinadas a desaparecerem com o passar do tempo.

Em nosso apanágio a luta contra as opressões deve ser entendida no contexto das lutas pela emancipação coletiva do proletariado. Marx em artigo publicado na Gazeta Renana faz uma bela análise sobre a indissociabilidade entre o particular e o geral na luta por liberdade na sociedade capitalista explicando que: “A falta de liberdade é a regra e a liberdade é à exceção da sorte e do capricho. Portanto, nada é mais perverso que pensar que o caso de um ser particular de liberdade seja uma questão particular. Trata-se de uma questão geral dentro de uma esfera especial”. (MARX, 2006, p. 87).

Que o racismo do qual o negro é vítima seja produto da exploração capitalista, não deixa de ser uma verdade. Porém, acreditar que basta lutar pela superação do modo de produção capitalista para que as opressões desapareçam como fazem muitos marxistas economicistas, tem sido uma visão estritamente fechada. Pensando com Marx, a opressão do negro deve ser tratada como “uma questão geral [de classe] dentro de uma esfera especial [de raça]”.

A postura mecânica e economicista, que sobrepõe arbitrariamente o conceito de classe ao de raça, o universal ao particular, o abstrato ao concreto, a totalidade as partes, sem qualquer articulação entre as mesmas, não se dá conta de que o capitalismo, em determinadas formações sociais, não só produz, como se alimenta permanente do racismo o que por si só exigiria a construção de uma antítese, o anti-racismo, conforme nos mostra Gorender (2000, p.70):

Sabemos que a discriminação racial não é indispensável ao capitalismo, o qual é capaz de se reproduzir, dia a dia, sem ela. Contudo, não deixa de ser verdade que em determinadas condições históricas, o capitalismo não se inibe de herdar preconceitos e práticas racistas de formações anteriores. Dessa maneira, conserva e adapta tais preconceitos e práticas ao próprio funcionamento socioeconômico intrínseco e consegue aumentar as possibilidades de exploração da força de trabalho [...] a eliminação efetiva do racismo não pode ocorrer, por isso, como consequência de processos espontâneos ou da evolução permanente objetiva do ordenamento social, porém como resultante da luta anti-racista consciente, tenaz e prolongada.

Não temos dúvidas que é na base material ou na economia que devemos buscar as determinações, em última análise, da vida social. Porém, é necessário identificar que elementos desempenham as funções principais para que tais relações sociais de produção se mantenham.

Engels (2007) explica que quando Marx migrou da filosofia para economia, não foi por ser determinista, mas, para dar combate ao idealismo hegeliano que era o pensamento hegemônico não somente na Alemanha, mas em quase toda a Europa no século XIX.

Não se tratava de paranóia economicista, mas de tato dialético e sensibilidade intelectual para ver a primazia ontológica do econômico. Marx combate Hegel por dentro e por fora. Por dentro, com a dialética; e por fora quando restitui ao pensamento dialético a sua base material. Do mesmo modo o faz, em sentido contrário, é claro, com o materialismo vulgar. Se levarmos em consideração essa trajetória de Marx e entendermos a ideologia do branqueamento como uma necessidade histórica para o bloco ideológico dominante brasileiro garantir a direção cultural, não só em relação ao trabalhador negro, mas em relação ao conjunto do nosso proletariado, é flagrante a desprezo de nossa intelectualidade a esse respeito.

No Brasil, no âmbito da produção marxista, a ideologia do branqueamento por não ter sido devidamente combatida e desnudada, conseguiu maestriamente bloquear o pensamento da maioria de seus pensadores para essa finalidade. Assim, a ideologia do branqueamento associada ao economicismo fez do negro brasileiro uma “cobaia sociológica”

da *intelligentsia* brasileira, inclusive em muitos marxistas economicistas, segundo nossas reflexões.

Por encarar o racismo meramente como uma chaga do passado escravista esses pensadores, sobretudo os economicistas, anunciaram que a sua extinção seria inevitável com o natural desenvolvimento das forças produtivas, especialmente com a futura construção da sociedade socialista.

De modo que, o presente fica como elo perdido e silenciado entre a herança maldita do passado escravista e o paraíso racial do futuro socialista. Sem interpretação e ação transformadora, para os negros então restaria acreditar em um utópico socialismo aos moldes daquele proposto por Simon, Fourier e Owen que Marx e Engels tanto criticaram justamente por ser incapaz de apresentar uma práxis transformadora.

Essa desqualificação ou subsunção das lutas específica em relação às lutas de classe tem também suas raízes nas distorções que o stalinismo empreendeu na literatura marxista, cuja influência se expandiu pelos quatro cantos do mundo, inclusive entre as esquerdas brasileiras.

Na verdade o período que vai de 1917 a 1923 na União Soviética é de intenso debate a cerca de questões envolvendo a temática de gênero e etnia, mas com a morte de Lênin e emersão do stalinismo essas conquistas ou reivindicações passam ser qualificadas como desvios pequeno-burgueses.

Evidentemente que essa política decorre do caráter bonapartista do regime stalinista que, como qualquer regime fechado, tende a escamotear ou negar diferenças existentes, em prol de uma suposta unidade nacional ou de classe.¹⁸

Deste modo, tudo levar a crer que o país centro-difusor das análises bifurcadas e divorciadas entre as categorias de raça e classe foi o mesmo que outrora teria impulsionado a associação entre essas duas categorias no interior dos Estados nacionais, ou seja, a União Soviética.

Segundo Casanova (2007, p. 398):

Lênin tentou ‘ evitar a preponderância da Rússia sobre as demais unidades nacionais’ [...] fez ver que a Internacional Socialista devia ‘ denunciar

¹⁸ Não é a toa que o mito da democracia racial no Brasil é cunhado durante o Estado Novo de Vargas. Da mesma maneira que o IBGE foi obrigado a retirar o quesito cor das perguntas de recenseamento populacional logo após a implantação da ditadura militar em nosso país. Assim, na ausência de democracia política, passa-se pelo menos a idéia de que existe democracia racial.

implacavelmente as contínuas violações da igualdade das nações e garantir os direitos das minorias nacionais em todos os Estados capitalistas.

Mas, com o stalinismo e burocratização do V e VI Congresso da Internacional Comunista a problemática das opressões nacionais foram perdendo a importância que os Bolcheviques lhe deram anos antes. A marginalização da questão étnico-nacional no interior da União Soviética e da Internacional, segundo Casanova (2007), tem ligação direta com o processo de consolidação da ditadura stalinista:

Os próprios conceitos que tenderam a prevalecer no estado centrista- enfrentado ao imperialismo e ao capitalismo- complementaram-se com reprimendas às reivindicações concretas de croatas, eslovenos, macedônios, etc. Suas demandas foram condenadas como particularistas, em especial as reivindicações de independência. Assim, encerrou-se a discussão do V Congresso da Internacional. A partir do VI Congresso ‘abandonaram-se as posições analíticas’ e concebeu-se ‘o universal como a margem dos fatos nacionais e étnicos. Desde então prevaleceu a ditadura de Stalin no partido e no país (CASANOVA, 2007 apud HÁJEK, 1980, p. 399).

A luta das nações colonizadas contra o imperialismo, segundo o mesmo autor, obscureceu as lutas étnicas no interior do Estado-nação:

Quase todos os líderes e ideólogos deram prioridade à luta contra o imperialismo e à luta de classe como base para rechaçar a luta das etnias, sem que estas pudessem romper as barreiras epistemológicas e táticas que levavam a desconhecer suas especificidades. Assim, o problema do colonialismo interno se expressou de maneira fragmentária e dispersa no pensamento marxista e revolucionário (CASANOVA, 2007, p. 400-1).

Deste modo, concluímos que as lacunas existentes na produção marxista no Brasil para com a problemática racial decorrem, conforme nos mostrou o sociólogo e historiador Clóvis Moura, da ausência de criatividade sociológica da maioria desses intelectuais e do peso do economicismo nestas mesmas produções. Acrescenta-se a isso, conforme tentamos demonstrar, a virada stalinista no marxismo mundial.

Para Moura os chamados “marxistas de cátedras” importam modelos teóricos da Europa para o Brasil sem levar em consideração o processo histórico de formação do proletariado brasileiro. Desconsideraram quase quatrocentos anos de história de luta de classes no Brasil entre senhores e escravos, que foi fundamental para plasmar o *ethos* da sociedade brasileira contemporânea de capitalismo dependente.

Por outro lado, qualquer análise sobre as questões étnicas deve ser estabelecida em conexão permanente com a questão das classes sociais dentro de uma práxis total, pois, como

vimos à negritude fechada e epidérmica só serviu aos interesses das classes dominantes. A negritude etnicista, ou seja, aquela que não dialoga com outros setores oprimidos e explorados da sociedade, deixa de ser movimento e passa a ser ideologia morta ou teoria sem práxis.

Se o economicismo é cego para as opressões o etnicismo é também fechado e antidialético, não avança para além das aparências, não consegue por isso dar conta das contradições no seu próprio interior.

Enfim, não cremos que o racismo persiste no Brasil por que seja uma entidade autônoma, vitalício e deslocado das relações sociais do capitalismo dependente. Pelo contrário, ele só persiste ressignificadamente, por que serve aos interesses das classes sociais dominantes e de seu bloco ideológico que pensa e atua com os pés no chão do mundo em que vivem.

2.3.1 Raça, classe e cultura *Hip Hop*.

Por tudo que vimos, podemos concluir preliminarmente que o marxismo pode ser perfeitamente compatível com estudos de objetos que tenha como *locus* aspectos que envolvam concomitantemente questões culturais, raciais e de classe.

Porém, para tanto, cabe ao pesquisador despir-se de todos os preconceitos economicistas impregnados em muitas das produções marxistas em âmbito mundial e dos conceitos monolíticos, fechados e europeizados que o eurocentrismo e a idéia de democracia racial consolidaram em um certo marxismo de vícios stalinista.

Assim, a primazia dada à luta sindical e o desprezo aos movimentos culturais é também reflexo desse desvio economicista e eurocêntrico do materialismo vulgar no marxismo. A luta de classe nesta perspectiva é movida única e exclusivamente por fatores de ordem econômica.

Os movimentos sociais e a disputa pela direção cultural na sociedade civil também foram relegados a um plano secundário ou mesmo insignificantes. A relação entre a infra e superestrutura foi fosseislizada na idéia de sobredeterminação, em quaisquer circunstâncias, daquela sobre esta.

Por entender a dominação como resultantes da exploração entre as classes, esqueceram estes que a luta contra as opressões levadas a cabo pelos movimentos sociais e culturais são, da mesma forma, parte da luta contra a exploração capitalista.

De acordo com Bloch (2002) a emancipação do proletariado envolve a luta contra a dominação, a exploração e a humilhação inerentes à sociedade burguesa. Portanto, não vemos antinomia entre movimentos políticos e sindicais e ações de movimentos sociais.

O marxismo, conforme nos mostra Boron (2007, p. 180), não é uma colcha de retalhos teórico-metodológicos, pelo contrário, é antes de tudo “uma teoria que coloca uma reflexão integral sobre a totalidade dos aspectos que constituem a vida social, superadora da fragmentação característica do cosmo visão burguesa”.

Portanto, se o marxismo é a teoria da totalidade, não pode haver primazia absoluta de uma esfera sobre a outra:

O que deve haver, e afortunadamente há, é um corpus teórico totalizante que unifique diversas perspectivas de análise sobre a sociedade contemporânea, nenhuma das quais pode, por si só, iluminar satisfatoriamente um aspecto isolado da realidade. É esse, precisamente, o traço distintivo do materialismo histórico (BORON, 2007, p. 178).

Atentos a estas questões tentaremos, neste estudo, compreender a estratégia política do movimento *Quilombo Urbano* que utiliza a cultura *Hip Hop* como tática fundamental na organização e mobilização da juventude negra das periferias de São Luís. E isso justifica a nossa opção pelo marxismo: somente tomando e entendendo a totalidade como aspecto fundamental desta teoria poderemos estabelecer um diálogo entre raça, classe e cultura no concernente ao nosso objeto de pesquisa, em outras palavras, o *Hip Hop* (aspecto cultural), como movimento (aspecto político-cultural), que tem como público alvo a juventude negra (aspecto racial) da periferia (entendida como comunidade onde residem fundamentalmente aqueles que compõem o proletariado em se conjunto, aspecto classista).

Não só não vemos incompatibilidade entre raça e classe, como também não vemos indissociabilidade entre a luta política e a disputa ideológica ou a luta por hegemonia no âmbito dos movimentos político-culturais como o *Hip Hop*. O que vemos é a unidade na diversidade do proletariado. Uno enquanto classe social abstrata, mas diverso em sua formação histórico-concreta e cultural.

Trotsky enfatiza esse aspecto no Livro *A Questão de Modo de Vida* escrito no contexto de ascensão do stalinismo na Rússia. Segundo o autor:

A poderosa unidade social que representa o proletariado surge em toda a sua amplitude nas épocas de luta revolucionária intensa. **Mas no interior dessa unidade, observamos ao mesmo tempo, uma incrível diversidade e mesmo uma grande heterogeneidade** [...] cada camada social, cada oficina de empresa, cada grupo, é constituído por indivíduos de idade e caráter diferentes, de passado

diversificado. Se não existisse essa diversidade, o trabalho do partido comunista no domínio da educação e da unificação do proletariado seria de todo simples. **Pelo contrário, o exemplo da Europa prova-nos quanto esse trabalho é na realidade difícil. Pode-se dizer que quanto mais à história de um país e, portanto, a história da própria classe operária, é rica, mais reminiscências, tradições e hábitos nela se encontram, quanto mais os grupos sociais nela são antigos, mais difícil é realizar a unidade da classe operária**” (TROTSKI, 1923, p. 16, grifos nossos).

Tanto para Moura, conforme já vimos quanto para Trotski, história, cultura e diversidade formam um tripé indissociável, especialmente quando o primeiro fala de *ethos* e o segundo de *tradição e hábitos*.

Trotski (1923, p.15) ao escrever esse livro estava criticando o economicismo dos artigos do jornal Pravda do partido *Bolchevique* alertando para o risco deste não se transformar em uma imprensa “destinada unicamente ao pessoal dos sindicatos” e na seqüência propõe uma espécie de “militantismo cultural” com vista a garantir a consolidação da revolução de outubro:

Para robustecer a ditadura do proletariado é necessário desenvolver um militantismo cultural quotidiano, o único a garantir um conteúdo socialista para as conquistas fundamentais da revolução. Quem não tenha compreendido isso representa um papel reacionário na evolução do pensamento e do trabalho do partido.

Essa mesma questão pode ser levantada quando falamos de *Hip Hop*, enquanto movimento cultural. A idéia comumente partilhada entre aqueles que observam esse movimento com o olhar do colonizador (de fora) é de que o *Hip Hop* seja uma cultura americanizada e “enlatada”, quando não exótica.

Essa visão decorre de um raciocínio binário prisioneiro de uma totalidade abstrata, arbitrária, sem contradições e historicidade. A forma, o ritmo e a estética é sobreposta ao conteúdo político e aos objetivos estratégicos de cada um desses movimentos em seus respectivos países, regiões e comunidades.

Ainda que o *Hip Hop* seja uma cultura cujo desenvolvimento deu-se nos Estados Unidos e que se expandiu para o terceiro mundo a partir da década de 1980, em decorrência do processo de globalização do capital, é preciso considerar o seu processo de deglutição nacional e regional no contexto de sua inserção ou incorporação no *ethos* de uma determinada cultura nacional, mesmo nos Estados Unidos não é possível falar de *Hip Hop* homogeneizado.

Assim como a história deve ser pensada como um filme, a cultura globalizada não pode ser analisada como uma fotografia, ou seja, imóvel e estática. A cultura, seja ela qual for, deve ser considerada em seu aspecto histórico e dialético.

3 O DESENVOLVIMENTO CRIMINOSO DO IMPERIALISMO E A CRESCENTE CRIMINALIZAÇÃO DOS POBRES NO MUNDO

Neste capítulo faremos um breve resgate histórico de como se deu a expansão imperialista norte-americana, tomando com eixo analítico os crimes cometidos pelas suas grandes corporações comerciais e a respectiva criminalização dos trabalhadores no mundo.

Feito isso veremos como esse processo se manifesta no estado do Maranhão na década de 1990, década em que o imperialismo se consolida na América Latina. No caso específico do Maranhão, faremos um indicativo de como as políticas neoliberais devem ter impactado em sua população pobre, especialmente nos afro-maranhenses e como a mídia comercial burguesa desse estado manipula pedagogicamente a idéia de “epidemia da violência” entre os pobres para, por um lado, criminalizá-los, e por outro ocultar os crimes cometidos pelos grupos detentores do poder.

Para Lênin (2005) o imperialismo é a fase superior do capitalismo, é a fusão do capital industrial com o bancário decorrente de uma tendência crescente de concentração de capitais e de poderes em um grupo de capitalistas ou de nações capitalistas cada vez mais limitados. Portanto, com uma tendência para a dominação em vez de tendência para a liberdade.

É com base nesse pressuposto que Leon Trotski acertadamente previu em 1931 que “em algum dia o mundo será testemunha de uma grande explosão da agressividade ianque em todos os cantos do planeta” (*entrevista concedida ao Marchester Guardian, fevereiro de 1931*).

Na consolidação dos Estados Unidos como potência imperialista, a função ativa do Estado foi fundamental, por isso não postulamos que o Estado e suas forças repressivas estejam acima das classes sociais, pelo contrário, as forças armadas e as policias existem não como decorrente da complexidade do desenvolvimento social, mas por que a existência das contradições e interesses divergentes entre as classes de possuidores e despossuídos, tornam problemática que a população “espontaneamente” se arme, como nos clãs .

Lênin (2007, p. 53) destaca que o imperialismo desenvolveu-se com o aperfeiçoamento administrativo da máquina estatal e das repressões contra o proletariado. Com base nisso afirma que no capitalismo “todos os Estados se reduzem de um modo ou de outro, mas obrigatoriamente, afinal de contas, a ditadura da burguesia”.

Deste modo, fica claro que não é possível pensar em liberdade em sociedades divididas em classes sociais. A existência do Estado por si só denuncia a ausência de liberdade e a necessidade da utilização da autoridade de uma classe sobre a outra¹⁹.

Na verdade, só é possível falar em liberdade em uma sociedade sem Estado e, portanto, sem classes (Marx, Gramsci, Lênin, Trotski). Associar a idéia de liberdade à existência do Estado é na verdade parte da filosofia burguesa e hegeliana que postula que a liberdade plena se alcançaria com o desenvolvimento também pleno do Estado que seria a incorporação do reino de Deus na terra (HEGEL, 2004).

Contra essa visão Lênin (2007) afirma que para Engels a democracia é impossível de ser exercida no capitalismo e que numa sociedade socialista torna-se supérflua, sendo assim, continua Lênin, “a supressão do Estado é igualmente a supressão da democracia e que o definhamento do Estado é o definhamento da democracia”. Isso implica dizer que “a democracia não se identifica com a submissão da minoria à maioria, isto é, da violência sistematicamente exercida por uma classe contra a outra, por uma parte da população contra a outra” (LÊNIN, 2007, p. 98).

Essas questões são fundamentais para entendermos o atual processo de punição da juventude negra brasileira. Ora, se o Estado existe para garantir a submissão de uma classe em relação à outra e, se no capitalismo essa repressão é mais intensa, pois é a imposição do poder de uma minoria sobre a maioria, certamente que, quanto mais cresce essa diferenciação de classe no interior de uma formação social, o poder de repressão estatal tende também a robustecer.

Sendo assim, nem liberdade e nem democracia e, no caso brasileiro, cuja maioria da população pobre é negra, nem democracia racial, são compatíveis com a existência das classes sociais de acordo com essa perspectiva. Assim, somente no aspecto formal é que podemos falar em democracia no capitalismo. Essa formalidade política inscreve-se na tentativa da burguesia legitimar sua hegemonia enquanto classe dominante através do consenso.

Assim, coerção e consenso são âncoras de um mesmo processo cuja dimensão de cada um só é possível verificar no tempo e no espaço e, portanto, na dinâmica imprimida pela

¹⁹ É por isso que para Lênin (2007) mesmo no socialismo o Estado não deixará de existir. O objetivo da revolução popular seria justamente fazer com que o Estado perca seu caráter político e passe a zelar ou administrar os interesses sociais. Entretanto, enquanto não forem suprimidas as condições sociais que possibilite essa função, os trabalhadores enquanto classe dominante não poderão jamais abrir mão da autoridade e das armas contra a burguesia, portanto não abrirão mão do Estado. Este por sua vez, deixará de existir com o desaparecimento das classes sociais que se daria no comunismo. O socialismo então seria uma sociedade transitória entre o capitalismo e o comunismo ou a fase inferior do comunismo segundo Marx.

contradição da luta entre as classes no âmbito do Estado nacional e das subjetividades delas resultantes. Governos, regimes e a forma como as forças repressivas atuam dependem desta situação concreta.

Por isso, como nos mostra Farias (2000), é necessário compreender a função específica de cada uma dessas esferas sem, contudo, perder de vista a relação orgânica existente entre as mesmas.

Neste nível, os aparelhos de Estado apresentam-se como eixo material, em torno do qual gira um aspecto social, a saber, a legitimação do Estado ou a democracia burguesa formal. O governo não deve ser confundido com Estado propriamente ditos que é a sua substância oculta. Essa essência da forma-Estado resulta da luta entre as classes sociais, tendo por eixo a divisão capitalista do trabalho, constituindo um todo contraditório. Assim definir o Estado simplesmente como detentor do monopólio do uso da violência física sobre um território determinados significa permanecer no nível mais superficial ou unilateral. Com efeito, as ações do Estado que se materializam (ocupando um espaço) nos seus diversos aparelhos podem se tornar socialmente legítimas (formalmente democráticas) [...] Esses movimentos estruturais são decisivos no conceito de Estado-Nação, pois a identidade nacional sempre possui uma dimensão subjetiva, cuja substância reside na dialética entre a luta entre as classes e legitimação estatal, enquanto o caráter nacional pode, no limite, permanecer um fenômeno objetivo, cuja substância reside na dialética entre divisão do trabalho e aparelhos estatais. Em suma, o movimento de totalização no seio do Estado Nação entre identidade e o caráter nacionais tem por substância a dialética da estrutura social (FARIAS, 2000, p. 30).

A essa relação orgânica entre capital e Estado, acrescentamos à relação do Estado-nação imperial com o Estado-nação do terceiro-mundo. A teoria do imperialismo possibilita vislumbrar essa relação e estabelecer o Estado nacional como campo privilegiado para a luta de classes (PETRAS, 2000), pois, na contramão do que apregoam os intelectuais orgânicos do capital em suas mais variadas vertentes de teorias políticas ou movimentos teóricos (neoliberais, pós-modernos, etc.) sem a ação sócio-política ativa dos Estados-nacionais e de seus governos neoliberais, na América Latina a dominação imperialista não teria se aprofundado tanto nas últimas duas décadas nesta região.

Em uma palavra, o Estado imperial teve papel básico na reconstrução econômica das principais economias dominadas por grandes empresas, forneceu uma cobertura político-militar para a sua expansão, interveio para preservar e aprofundar sua presença, enquanto financiava agências “internacionais” de crédito criadas para novos mercados e áreas de investimentos. Longe de ser antiestatista, o capital multinacional exige um “Estado ativo”, mas um Estado que desmonte o *Welfare State* em favor da *globalização*. Sob o ímpeto do capital exportador/multinacional, o Estado imperial subsidia e financia a expansão global, enquanto facilita a exploração interna para acumular capital para a exportação. Na medida em que o império cresce a sociedade nacional declina internamente.

Um papel ativista similar é evidente na atuação do Estado no Terceiro Mundo. Há uma relação dialética entre o papel do Estado na “economia nacional” e no processo de “globalização”. Ao perseguir políticas de diminuição de salários, implementando

cortes sociais no orçamento, transferindo aposentadorias para o capital privado, *o Estados do Terceiro Mundo reconcentram renda para a expansão ultramarina* “globalização” ou “relocação de capital” (PETRAS, 2000, p.33-34, grifos do autor).

Nossa análise tende a seguir esse caminho, ou seja, de compreender a relação orgânica entre o papel ativo do Estado e a luta entre as classes, bem como deslindar suas estratégias ocultas, subjetivas e objetivas, para a manutenção da ordem social em meio ao barbarismo neoliberal instalados nas periferias brasileiras nas últimas duas décadas.

Neste sentido, Estado, imperialismo e repressão estatal são indissociáveis. Não é à toa que o desenvolvimento dos Estados Unidos como Estado-nação imperialista se deu fundamentalmente com a ação ativa do Estado, ou seja, criminalizando e reprimindo as classes populares interna e externamente ao seu território, ou mesmo utilizando métodos escusos para atingir objetivos escabrosos.

Conforme veremos, o crescimento e expansão das corporações industriais dos Estados Unidos e os seus negócios ilegais são amigos íntimos, enquanto, por outro lado, a classe trabalhadora, as populações não brancas e a “ameaça comunista” foram ao longo do século XX os principais “bodes expiatórios” para os crimes capitais das elites norte-americanas.

Desde o início do século XX, grandes capitalistas liberais, sob a tutela de juízes e legisladores, envolveram os Estados Unidos numa grande cruzada moralista que, segundo Woodiwiss (2003), tinham dois objetivos básicos: criminalizar as reuniões de operários em bares, afastando-os assim da influência das organizações de esquerda da época que atuavam nestes espaços, e deslocar o foco da corrupção da empresa capitalista para o combate às drogas.

Por volta do início do século XX, muita gente havia apoiado a maré de reforma moral que efetivamente desviou a atenção do poder de comportamento das grandes corporações, concentrando em aspectos do comportamento pessoal das massas considerados impuros e indesejáveis nesse país ainda muito puritano. Assim, muitas fortunas oriundas dos negócios foram usadas para financiar campanhas que procuraram erradicar o álcool, os jogos de azar, o sexo comercializado e o uso de certos tipos de drogas como a heroína e a cocaína (WOODIWISS, 2003, p. 16).

Como vimos foram os grandes empresários norte-americanos que financiaram as leis anti-bares e a reforma moral dos anos 1920. O resultado dessa política foi que “o crime organizado se transformou em norma, em vez de exceção” (WOODIWISS, 2003), devido aos lucros milionários dele advindo.

Com essas proibições e a repressão às drogas ilícitas, cresceram também as possibilidades empresariais dos homens de negócios daquele país. Era como se a lei anti-

drogas tivesse diminuído a oferta, aumentado à procura e, portanto, elevando o valor do produto.

Essa política, evidentemente, era também expressão do liberalismo econômico que vigorava na época. A repressão legal do Estado contra as drogas se concentrava, acima de tudo, nos setores da classe trabalhadora, enquanto que as empresas gozavam de enorme liberdade para as suas ações comerciais, legais ou não.

Esse fenômeno, de repressão em uma ponta e liberdade noutra, liberdade especialmente para os crimes super-organizados das empresas norte-americanas na década de 1920, deu “[...] uma contribuição significativa para o traumático colapso econômico do país no final daquela década. As oportunidades aparentemente ilimitadas de fraudes e falcaturas ajudaram a levar à paralisia uma economia anteriormente muito produtiva” (WOODIWSS, 2003, p.18)

Na esteira dessa crise o democrata Delano Roosevelt elege-se em 1933 para presidente dos Estados Unidos com a tarefa de amenizar os impactos da maior crise até então vivida pelo capitalismo mundial. A relação entre falcaturas, liberalismo econômico e atividade criminosa das grandes empresas norte-americanas eram tão evidente que com o retorno a intervenção mais ativa do Estado nas atividades econômicas materializadas no plano do *New Deal*²⁰ houve uma considerável redução do “gangstarismo” empresarial.

Entre as diversas medidas tomadas pelo plano estava o fim da lei seca, o que deslocaria a questão de combate ao crime da órbita moralista para uma política de controle das empresas capitalistas, de forma que:

O *New Deal* reestruturou o sistema capitalista de forma a reduzir as oportunidades para os patifes nos negócios e nos bancos. Transformou o Bureau Federal de Investigação (FBI) num formidável amigo dos ladrões de bancos que atravessam quase impunemente as fronteiras dos estados e dos seqüestradores que operavam com muita facilidade. O Partido Democrata de Roosevelt também facilitou a revogação da Lei Seca e, portanto, tornou obsoleta a profissão de contrabandista de bebidas alcoólicas. É claro que nos Estados Unidos de Roosevelt ainda havia oportunidade para a atividade criminosa organizada e até mesmo novas foram criadas, com as fraudes no subsídios agrícola, mas por algum tempo a ação do governo contra o crime organizado foi eficiente (WOODIWSS , 2003, p. 19)

Com o fim da Segunda Guerra Mundial e o início da Guerra Fria as empresas novamente passaram a ter maior autonomia em relação ao controle do Estado justamente no

²⁰ Ressaltamos que New Deal não foi um plano econômico criado apenas para freiar os crimes praticados pelos capitalistas norte-americanos, mas principalmente para conter o ascenso revolucionário da classe trabalhadora em todo o mundo após a revolução russa de 1917e amenizar os impactos da crise de 1929 sobre a economia mundial.

momento em que a propriedade tornara-se mais concentrada. Neste mesmo contexto, redefiniram-se falsamente os focos centrais do crime organizado. Este passa a ser qualificado como um problema mundial e não norte-americano e elegeram-se as Máfias, e não as empresas, como as principais forças motoras da criminalidade.

Na época da Guerra Fria, era preciso que o crime organizado fosse visto como algo externo aos Estados Unidos, e a idéia da Máfia como entidade que o dominava lançou raízes. Dizia-se que a Máfia era a grande ameaça não apenas nos Estados Unidos, mas também no restante do mundo. Segundo o jornalista nova-iorquino Ed Reid, “a Máfia [era] a maior ameaça da história contra a moralidade, e “a principal fonte de todos os crimes do mundo, por que controla os vícios, o jogo, o contrabando e a venda de drogas, e outras fontes de males” Esse foco limitado sugeria também que não era possível contemplar tolerância no combate a todas as atividades que se acreditavam serem controladas pela Máfia. As idéias de legalizar o jogo ou transformar em assunto médico e o problema dos viciados em drogas eram abafados a gritos, se é que eram ouvidos, e condenadas como capitulação ao inimigo estrangeiro. (WOODIWSS , 2003, p.37).

No governo de Nixon então se consolida a teoria conspiratória a respeito da Máfia²¹. A resposta do governo foi uma política repressiva de combate ao crime organizado acompanhado da necessidade de sua internacionalização. Tudo isso diante de um contexto de desregulamentação dos mercados nos Estados Unidos.

O falso foco contribui para escândalos como da Eron²² e a proliferação do banditismo empresarial e de rua. Essas hipocrisias no combate ao crime, assim como a internacionalização dos seus métodos fracassados, não coibiram, pelo contrário, só favoreceu o crescimento da violência.

Todos os governos subsequentes ao de Nixon, segundo Woodiwss (2003), que adotaram políticas nos Estados Unidos para, supostamente, combater o crime só intensificaram a criminalidade. Nixon iniciou o processo de dissolução do *New Deal* e preparou o caminho para o presidente Reagan avançar nas políticas neoliberais de privatização e desregulamentação do mercado na década de 80 e o conseqüente

²¹(Woodiwss, 2003), demonstra o equívoco de associar o conceito de crime organizado ou super organizações criminosas às máfias . Ainda que ressalte o crescimento de grupos gângsteres nesse período, o autor destaca que as grandes corporações criminosas estão intimamente ligadas as empresas multinacionais e ao governo. É justamente nestas esferas que se localizam as firmas criminosos devidos sua capacidade de organização, centralização burocrática e influência política. As redes criminosas de rua, ao contrário, vivem o caos e o risco que a atividade dessa natureza oferece.

²² Segundo Woodiwss (2003, p. 136) as fraudes praticadas pela Eron, empresa multinacional norte-americana que atua no ramo de aparelhos eletrônicos e informática, eram encobertas tanto pelo partido republicano como pelos democratas. Só em 2000 essa empresa gastou 2,4 milhões de dólares em apoio a candidatos desses partidos, principalmente dos republicanos. Esta empresa usava parceiros no exterior para fazer falsos registros de lucros advindo de falcaturas ou para encobrir perdas reais.

enfraquecimento dos mecanismos de controle das atividades fraudulentas das corporações empresariais.

Ao que nos interessa, é em meio a essa política que o presidente Nixon vai adotar uma tática de combate às drogas propagandeando entre os pais das famílias norte-americanas de que a repressão estatal às drogas seria a única via capaz de reduzir o consumo e os “malefícios” que as drogas provocavam na juventude.

Na verdade essa política foi tão desastrosa quanto à anti-bares do início do século XX. A partir desse momento disparou os casos de corrupção de funcionários públicos, redes de distribuição de drogas, proliferação de gangues de rua e crescimento dos conflitos entre as mesmas devido às demarcações territoriais, homicídio, tudo isso iniciado nos anos 1970, atingindo seu ápice na década de 1990.

O resultado foi a criminalização e encarceramento massivo de negros, latinos, hispânicos e asiáticos moradores das favelas. Contudo, o que impressiona é que, apesar do saldo extremamente negativo dessa política, os Estados Unidos têm a primazia de exportar essa tática fracassada para todo o restante do mundo:

Essencialmente, a política norte-americana anticrime a partir de Nixon vem se baseando em grande parte no encarceramento em massa dos criminosos mais pobres, em geral, e dos envolvidos num comércio crescente de drogas, em particular. Previsivelmente, no entanto, a superpopulação dos presídios e a detenção de centenas de milhares de jovens junto com criminosos profissionais somente resultou na criação de uma quantidade muitíssimo maior de redes de tráfico de drogas do que as foram desbaratadas. **Os problemas decorrentes do crime organizado no setor de drogas nos Estados Unidos vêm piorando, mas o país, também a partir da era Nixon, vem dizendo ao resto do mundo que siga o seu exemplo na questão do controle das drogas** (WOODIWSS, 2000, p. 22-23, grifo nosso).

É neste contexto, ou seja, entre as décadas de 1980 e 1990 que o imperialismo norte-americano irá se consolidar efetivamente na América Latina. Portanto, fica claro que a penetração imperialista norte-americana na América Latina é contemporânea e companheira da política de criminalização dos pobres neste mesmo continente.

Segundo Petras (2000) alguns acontecimentos ocorridos no período de 1930 a 1970 conseguiram bloquear a hegemonia do imperialismo na América Latina. Grandes mobilizações populares e conquistas para a classe trabalhadora e diversos governos nacional-populistas como Cárdenas no México, Vargas no Brasil, Perón na Argentina, a frente popular no Chile, na Guatemala, etc., contribuíram para essa configuração.

Esse ‘longo meio século’ de avanço político e social teve como resultado uma importante legislação social e econômica que legalizou sindicatos, proporcionou

benefícios sociais básicos, estendeu a educação e a saúde pública para atingir setores substanciais da classe trabalhadora industrial, empregados públicos e, em alguns casos (Chile 1970/73), o campesinato. (PETRAS, 2000, p.26).

Entretanto, nas últimas duas décadas os bancos e as multinacionais têm exercido um poder impressionante no mundo e na América Latina. Apesar das raízes do imperialismo na região ser bastante antiga é somente “a partir dos anos 80 e 90 que esse imperialismo, supostamente o estágio superior - e final - do capitalismo, amadureceu de fato na América Latina, criando as condições para a sua consolidação” (PETRAS, 2000, p. 21).

Convém lembrar que essa penetração não se deu apenas através do convencimento ou da dinâmica superior da ideologia burguesa em relação a socialista. Na verdade a partir da segunda metade do século XX as revoluções socialistas se deslocaram dos países centrais para os de terceiro mundo. O ciclo reaberto com a Revolução Cubana de 1959 encerraria com a revolução na Indochina em 1975, a última vitoriosa do século passado (Petras, 1994).

Nos países em que a luta avançava em direção a ruptura com o capital houve a intervenção das forças militares ligadas às burguesias nacionais e ao imperialismo euro-norteamericano. Acrescenta-se a isso a necessidade do grande capital recompor sua taxa de lucro reprimida em decorrência da crise iniciada na final da década de 1960 e em função do crescimento dos movimentos sociais de crítica global do capitalismo e dos regimes populistas e nacionalistas em acenso desde a década de 1930.

Portanto, vitória do capital é também a vitória das armas e dos golpes militares que se abateram sobre as esquerdas de diversos países do terceiro mundo, especialmente da América Latina, abrindo caminho para a implementação das políticas neoliberais nas décadas seguintes.

Petras (1994, p. 20) mostra que:

Na América Latina, a onda revolucionária que se seguiu à Revolução Cubana foi barrada por uma série de golpes militares apoiados pelos Estados Unidos. Em 1964; no Brasil; em 1973 no Chile; em 1976, na Argentina; 1974, no Uruguai, em 1971 na Bolívia, uma série de golpes militares e sangrentos expurgos destruíram os movimentos populares de massa, assassinando e dispersando centenas de milhares de ativistas e dizimando a esquerda revolucionária.

Como conseqüência desse processo a década de 1990 será marcada também pelo processo de intensificação da penalização, criminalização e punição da juventude pobre desta região e de outros continentes.

A “penalidade” neoliberal coloca o paradoxo de remediar com mais Estado “policial” o menos Estado social e econômico, quando na verdade é justamente o menos

Estado social que é a causa mais direta do crescimento da criminalidade ou da insegurança subjetiva e objetiva que atinge tanto o primeiro como o segundo mundo. Entretanto, em países com pouca tradição democrática como o Brasil, a penalidade neoliberal torna-se mais sedutora e funesta (WACQUANT, 2001).

O diferencial nesse momento, de acordo com nossa hipótese, está na ênfase mais acentuada no aspecto político-pedagógico da referida estratégia, que é a face cultural do imperialismo ou simplesmente imperialismo cultural que, acreditamos, está intrinsecamente relacionada/articulada a penalidade neoliberal e desarticulação política da juventude negra de periferia.

[...] a insegurança criminal no Brasil tem a particularidade de não ser atenuada, mas nitidamente *agravada* pela intervenção das forças da ordem. O uso rotineiro da violência letal pela polícia civil (através do uso da “pimentinha” e do “pau- de – arara” para fazer “confessarem”), as execuções sumárias e os “desaparecimentos” inexplicados geram um clima de terror entre as classes populares, que são seu alvo, e banalizam a brutalidade no seio do Estado. (WACQUANT, 2001, p. 09)

Assim, a penalização favorece a segregação racial, espacial e econômica. Por outro lado, desarticula qualquer tentativa de ação política e cultural coletiva. Enfim, inviabiliza por invisibilizar o verdadeiro confronto racial. “Penalizar a miséria significa aqui ‘tornar invisível’ o problema negro e assentar a dominação racial dando-lhe um aval de Estado” (WACQUANT, 2001, p.10).

De modo que:

Esta violência policial inscreve-se em uma tradição nacional multissecular de controle dos miseráveis pela força, tradição oriunda da escravidão e dos conflitos agrários, que se viu fortalecida por duas décadas de ditadura militar, quando a luta contra a “subversão interna” se disfarçou em repressão aos delinquentes. Ela apóia-se numa concepção hierárquica e paternalista da cidadania, fundada na oposição cultural entre *feras* e *doutores*, os “selvagens” e os “cultos”, que tende a assimilar *marginais*, trabalhadores e criminosos, de modo que a manutenção da ordem de classe e a manutenção da ordem pública se confundem (WACQUANT, 2001, p. 09).

Ora, de acordo com a perspectiva marxista, especialmente a leninista, uma situação revolucionária acontece quando temos uma crise na estrutura socioeconômica e política de determinada formação social, mas que a classe dominada só pode sair vitoriosa com a intervenção de seu organismo subjetivo, o partido.

Segundo a interpretação gramsciana de Portelli (2002), para que isso não aconteça, ou seja, para que bloco histórico dominante não se desagregue é necessário que o vínculo

subjetivo entre as classes dominantes e a classe dominada mantenha-se articulado, função essa atribuída aos seus intelectuais orgânicos.

O que queremos dizer com isso é que a crise estrutural do capitalismo, sem solução a curto e médio prazo, tem levado o imperialismo a se precaver militar e ideologicamente nas localidades deserdadas do terceiro mundo. Mas, o que nos tem chamado atenção nesse processo é justamente o caráter político-pedagógico da presença do aparato policial nessas localidades.

Se para Durkhaim (1978) e Bourdieu (1979) todo processo educativo é coercitivo, aqui nos parece que o processo coercitivo é também educativo.

Wacquant (2003) dá uma pista valiosa para essa hipótese. Segundo ele o “Estado punitivo” nada mais é do que uma extensão do Estado neoliberal ou seu complemento de ferro. Entretanto, para esse autor, “[...] o crescimento dos meios de fortalecimento legal tornaram-se úteis para compensar o déficit de legitimidade sofrido pelas lideranças políticas pelo fato de terem abandonado as tarefas do Estado no campo social” (WACQUANT, 2003, p.73).

Zaluar (2000), por sua vez, indica que a ausência de movimentos reivindicatórios nas comunidades pobres favorece a influência de políticas clientelistas. Mas, ao que nos parece, estamos frente a uma situação que combina a ausência do Estado Social e dos movimentos reivindicatórios com a crise ou déficit de legitimidade política dos ideólogos do capital na periferia.

Portanto, a pergunta que se coloca é: como impedir uma crise orgânica do bloco histórico dominante se o seu bloco ideológico está, aparentemente, em crise? Uma primeira resposta a essa pergunta seria dizer que tal impedimento se dá com o fortalecimento da sociedade política através da coerção. Mas, uma análise menos apressada pode nos levar a uma outra resposta menos superficial para a questão que se coloca.

Conjecturamos que a presença cada vez mais intensa do Estado punitivo nas periferias brasileiras não pode ser interpretada apenas do ponto de vista da repressão aos pobres, mas também como estratégia para impedir que estes se organizem, portanto uma intervenção que é, ao mesmo tempo, repressora, educativa e disciplinadora, portanto, preventiva. Não existe nenhum paralelo entre o crescimento do contingente e da repressão policial com redução da criminalidade em países como o Brasil. A razão inversa parece ser mais verdadeira.

O clima de tensão, de desconfiança e a presença de drogas e armas entre a juventude negra da periferia, tal como suas rivalidades internas, longe de ser um incômodo

para as elites, tem sido um importante fator de desarticulação política e cultural para quem ali reside.

Segundo Petras (1995, p. 110):

[...] o imperialismo cultural concentra-se na juventude não apenas enquanto mercado, mas também por motivos políticos: cortar pela raiz uma ameaça política onde a rebelião pessoal poderia transformar-se em uma revolta política contra formas de controle econômico e cultural.

É neste contexto que percebemos que o conceito gramsciano de hegemonia, enquanto coesão e consenso, dominação política e direção cultural, mostra toda a sua vitalidade e organicidade especialmente quando nos referimos a política neoliberal da década de 1990.

Anderson (2007) retoma a concepção gramsciana de hegemonia para mostrar como a ideologia neoliberal e repressão militar atuou como força conjunta nos anos 1990. Entretanto, o mesmo autor mostra que:

A concepção de hegemonia gramsciana - poder de persuasão ideológica - enfatizou o consentimento que funcionava para garantir a estabilidade e previsibilidade de uma ordem social. Porém, não foi nunca sua intenção minimizar, muito menos esquecer, seu necessário respaldo na repressão armada. Em sua opinião, 'consentimento mais coerção' era a fórmula plena de uma ordem hegemônica. O universo neoliberal da década de passada reuniu amplamente ambos os requisitos. Hoje não há alternativa a isto, como um sistema governante de idéias de alcance planetário. "Estamos nos referindo à ideologia mais exitosa na história mundial" (ANDERSON, 2007, p. 375).

Na verdade, no atual processo de desenvolvimento capitalista, de desemprego estrutural, e ameaça constante de revoltas e insurreições populares das camadas sociais mais penalizadas pelas políticas neoliberais, e da necessidade de controle social, há uma simbiose crônica entre os governos clientes do imperialismo (neoliberais) com os meios de comunicação e o aparato repressivo. E somente pensando essa articulação que podemos falar de hegemonia burguesa, os três, mais do que nunca, têm andado de mãos dadas.

Sendo assim, a afirmação de que a ideologia burguesa é mais dinâmica, criativa e persuasiva é insuficiente.

Para Petras (1995) a centralização de poderes midiáticos, políticos e repressivos mostra justamente o oposto.

A década de 90 não pode ser compreendida como simples publicação de um “manifesto político” que proclama que a hegemonia dos Estados Unidos domina de forma suprema, que as lutas revolucionárias já não existem que a ideologia de direita é coerente e sistemática, que as idéias de esquerda foram cooptadas, são fragmentadas e irrelevantes. Tão pouco, podemos falar da década como um “todo” coerente, sem considerarmos que as crises que a iniciaram, a bolha especulativa que arrebentou no final da década e a vitalidade instável que prevaleceu em seu transcurso. Não se pode deixar de considerar a oposição aguda e profunda à intervenção imperial dos Estados Unidos que precedeu a Guerra do Golfo e a crescente maré de resistência à dominação econômica euro-estadunidense no final da década. É o cumulo e miopia intencional que se ignorem as derrotas imperialistas importantes no terceiro mundo e as lutas de massas que questionam todo o repertório de políticas imperiais “neoliberais”, seus patrocinadores financeiros internacionais e seus apoios políticos nacionais (PETRAS, 1995, p.122).

Neste sentido, continua o autor:

A hegemonia dos Estados Unidos, um conceito bastante vago que infla o papel da “persuasão política”, é totalmente inadequada quando se considera a dimensão e profundidade da violência no passado e seu contínuo uso no presente sobre uma base seletiva mais demonstrável. A questão é que o poder imperial tem sido cíclico, baseado em relações políticas e sociais e na violência estatal “totalmente dominante” e foi certamente mais destrutivo e dominante em outras décadas deste século (PETRAS, 1995, p. 124).

De qualquer modo, não se tratava mais, ao longo dos anos 1990, de apresentar o capitalismo como o reino da igualdade, liberdade e fraternidade humana. A função de seus intelectuais seria então de tentar convencer os pobres a aceitar como natural e necessária a “ditadura” do pensamento neoliberal e das armas sobre seus próprios pares. Assim, a militarização da periferia favorece a criminalização da pobreza e vice-versa, isto é, a coerção e convencimento agindo como forças conjuntas.

Isto por que, é dessa legitimação que o capitalismo precisa para manter sua hegemonia na periferia e, ao mesmo tempo, inviabilizar a formação de um bloco ideológico contra-hegemônico. Em todo o caso a violência é posta como centro.

Para Vásquez (2007) todo tipo de dominação só pode se dá através do uso da violência e ambas exigem uma legitimidade. Porém, o que tem legitimado a violência estatal e a conseqüente manutenção da dominação de classes na periferia é o próprio significado que se tem construído em torno da violência nestas localidades.

Uma vez esquecida a raiz objetiva, econômica social, de classe, da violência, fica aberto o caminho para que a atenção se centre na própria violência, e não no sistema que a engendra necessariamente. Daí uma tomada de consciência da própria violência sem chegar até as suas raízes sociais. Essa tomada de consciência se evidencia principalmente em relação às formas diretas e imediatas da violência (a opressão colonial, a violência política, o terror, a intervenção armada ou a guerra); isso é em relação às formas de violência que por seu caráter direto e imediato podem ser vividas e compreendidas diretamente como tais. Perde-se de vista que essa violência, que aparece claramente na superfície dos fatos e é vivida diretamente, é a expressão de uma violência mais profunda: a exploração do homem pelo homem, a violência econômica a serviço da qual aquela está. (VÁSQUEZ, 2007, p. 386).

O “violocentrismo”, ou seja, a violência sem adjetivos de classes e deslocada das relações sociais de produção²³, tem sido o principal motor político e pedagógico para favorecer a hegemonia de classe do bloco ideológico burguês na periferia.

Destacar a importância da direção cultural na manutenção da dominação de classe não significa de modo algum desconsiderar ou arrefecer o peso que tem a repressão estatal nesta relação. Evidentemente, como nos ensina Gramsci, onde a direção é mais intensa, a dominação é menos acentuada e vice-versa. Entretanto, o que nos chama atenção é o caráter cada vez mais pedagógico da repressão estatal.

A nova estratégia de intervenção militar do imperialismo impôs, a nosso ver, uma ação estatal que não é só combinação de repressão com educação, mas é aquela em que a educação vem embutida na repressão.

Ora, à medida que a burguesia nacional submete-se a dominação externa, o Estado nacional passa a ser também uma extensão do Estado imperial. Desta forma, a dominação interna deve ser compreendida através destes dois ângulos.

Nesse caso o país imperial atua como comunidade-sujeito e o país dominado como comunidade-objeto e para que essa relação se mantenha a classe oprimida e explorada no país dominado é empurrada para a uma situação limite (FREIRE, 1980). É nessa condição ou situação limite que a periferia se encontra no atual contexto histórico.

Ainda, segundo Freire (1980), essa situação limite só pode ser rompida através de uma ação histórica dos povos oprimidos que conseqüentemente abalaria as relações políticas entre as classes dominantes dos países centrais e terceiro-mundistas.

Lembramos que no Brasil a redemocratização política não significou o fim do terrorismo estatal contra a periferia. Pelo contrário, o fim da “ditadura pura”, ou seja, aquela em que a sociedade política suplanta a sociedade civil, não se estendeu para a sociedade brasileira em seu conjunto.

Ora, se a isso acrescentamos que a partir da década de noventa a implementação das políticas neoliberais dilacerou o nosso emergente Estado social e sua constituição cidadã (MONTÃO, 2002), então temos uma situação no mínimo diferenciada e contraditória. Sem direitos básicos a exercer e com um Estado policial cada vez mais forte, não nos parece exagerado falar de “ditadura pura” sobre a periferia, especialmente sobre a juventude negra que tem um histórico nada animador em sua relação com a repressão estatal no Brasil.

²³ Cunhamos este termo com base nas considerações feitas por Farias (2000) em relação ao Estado, ou seja, quando o referido autor critica a utilização do termo Estado sem referência ou adjetivo de classe.

Contudo, para falar de “ditadura pura”, como nos explica Portelli (2002), é necessário levar em consideração a inexistência dos organismos privados da sociedade civil. Mas, se levamos em conta a ausência da ação de movimentos sociais e dos partidos de esquerdas, isto é, dos intelectuais coletivos do proletariado na periferia, é provável que haja algo muito próximo desta assertiva.

Em nota introdutória aos leitores do Brasil, Wacquant (2001, p.10), faz a seguinte afirmação sobre a realidade brasileira:

Em tais condições desenvolver o Estado penal para responder as desordens suscitadas pela desregulamentação da economia, pela dessocialização do trabalho assalariado e pela pauperização relativa e absoluta de amplos contingentes do proletariado urbano, aumentando os meios, a amplitude, e a intensidade da intervenção do aparelho policial e judiciário, equivale a (r) estabelecer uma verdadeira ditadura sobre os pobres.

Dito isto e de acordo com algumas observações preliminares, verificamos que a violência entre a juventude de periferia antes de ser um incômodo, serve prontamente aos interesses das classes dominantes no sentido de impossibilitar que essa mesma juventude possa criar formas de articulação políticas em defesa de interesses comuns, especialmente diante dos impactos das políticas neoliberais nessas localidades, onde o “braço social” do Estado é cada vez mais ausente.

Membros de grupos rivais presos e jogados nas mesmas celas, solturas inesperadas de jovens jurados de morte dentro do bairro, a política de “lavar as mãos” por parte da polícia diante dos conflitos e da “guerra interna” que envolve estes jovens, são alguns indícios que apontam para a hipótese de que a “mão invisível” do Estado, através de seu “braço de ferro” contribui para o acirramento desses conflitos.

Nesse caso, o que está em jogo, em nossa interpretação, é a necessidade que tem as classes dominantes e seus governos em controlar os efeitos políticos e sociais resultantes das suas próprias políticas neoliberais. No caso do Brasil, se levamos em consideração as históricas contradições étnicas, o quadro tende a se complicar mais ainda²⁴. Como alternativa a essa situação impõe-se o fortalecimento do Estado repressivo ou punitivo.

²⁴ No Brasil a dominação de classe se confunde com a dominação étnica afinal “a miscigenação (fator biológico), por outro lado, não significou democracia racial (fator sócio-político)” (MOURA 1988). Neste sentido, a classe/etnia dominante por ser minoria teve que montar, desde a época colonial, uma estrutura repressora altamente concentrada em uma ponta e uma ideologia sofisticada na outra.

Por isso mesmo, conforme vimos com Wacquant (2001), o “Estado punitivo” deve ser compreendido como extensão política e complementar do Estado neoliberal. Cabe ressaltar que essa penalização (destruição de direitos) e punição dos filhos desempregados dos trabalhadores, ou dos filhos dos trabalhadores desempregados, não podem acontecer sem participação política ativa dos meios de comunicação.

A grande questão é que nós temos um governo cliente do Estado imperial em meio a um déficit de legitimidade deste mesmo Estado junto às classes populares de sua nação que precisa reprimir os pobres e legitimar essa repressão, tal como jogar a responsabilidade do fracasso social do capitalismo para os mesmos.

Compreendendo esse quadro, que tentamos pintar sucintamente, é possível compreender a ação policial como uma ação também político-pedagógica na periferia. Ou seja, em que a essa ação tem outros objetivos, para além do simples combate a criminalidade. Qual seja? A de inviabilizar qualquer possibilidade de organização política e ação coletiva da juventude que reside na periferia. É a velha política do dividir para governar.

Essa política deve ser compreendida no bojo da estratégia do imperialismo cultural para a América Latina, que é a desagregação política da juventude pobre, enfatizada por Petras (2002, p. 107) nos seguintes termos:

Na esfera política, o imperialismo cultural desempenha um papel fundamental de dissociar as pessoas de suas raízes culturais e tradições de solidariedade, substituindo-as pelas necessidades criadas pela mídia, que mudam a cada campanha publicitária. O resultado político é a alienação do povo em relação a sua classe social tradicional e os vínculos comunitários, atomizando e separando indivíduos.

Mesmo que o este autor não trate da ação das forças repressivas tal como temos postulado, deixa claro, porém, que um dos resultados obtido pelo imperialismo cultural é a quebra de laços de solidariedade de classe entre os pobres. Entretanto, o referido autor mostra como imperialismo manipula politicamente a problemática das drogas para criminalizar, punir e desarticular os pobres do terceiro mundo.

A externalização do problema das drogas tem um valor duplo para Washington: funciona para desviar uma crítica profunda da sociedade e economia estadunidense e também proporciona um pretexto para a manipulação contínua e política, dos políticos e dos oficiais militares latino-americanos (PETRAS, 2002, p. 137).

Essa tática é decorrente da ameaça a partir de baixo (dos pobres) que levou o consenso de Washington a aplicar uma nova ideologia de intervenção militar na América Latina. Por isso a decisão dos Estados Unidos olharem para o estrangeiro e para baixo, explorando um propósito moral, neutralizando a opinião pública nacional, quando na verdade

deveriam focalizar as suas ações internamente e para cima, para os seus bancos que lavam a maior parte do dinheiro do narcotráfico (PETRAS, 2002).

Se retomarmos a idéia de comunidade-sujeito e comunidade-objeto de Paulo Freire (1980), que se dar na dominação imperialista na América Latina, as polícias nacionais, antes de proteger seu povo, na verdade está protegendo ou garantindo a pacífica circulação de capital em meio ao caos urbano do terceiro mundo, ao mesmo tempo em que desvia a questão das drogas e das armas do seu foco de centro: a lavagem de capital através dos bancos.

Deste modo, percebe-se que questão da repressão estatal contra os pobres não é só preservar a integridade física dos ricos. Em um país que é dominado externamente e que internamente seu povo vive numa situação-limite, o ato-limite, a ação histórica das classes populares, entendida como afrontamento, pode interferir e desequilibrar os negócios e a relação de poder das elites nacionais com as elites internacionais.

Tanto é que nos países em que a ação das polícias nacionais não conseguiu frear o ato-limite dos oprimidos, houve uma intervenção direta das forças imperialistas como nos recentes casos da Colômbia e do Haiti.

O certo é que a perda da segurança no trabalho vem acompanhada da teoria de segurança pública e a desproletarização dos trabalhadores vem articulada à sua respectiva criminalização, penalização e punição.

Daí a insuficiência das teorias que pensam o Estado em sentido mínimo ou máximo.

Assim, o Estado-classe tem atuado de acordo com os interesses do Estado imperial, que na última década ampliou a sua hegemonia que esteve ameaçada em todo o terceiro mundo após a revolução cubana em meados do século passado. E quando essa dominação demonstra sinais de esgotamento “as companhias têm muitos recursos, inclusive os da repressão, de preferência seletiva, com operações encobertas ou com ações legitimadas por um estado privatizado” (CASANOVA, 2007, p. 410).

Portanto, além dos excessos cometidos na periferia por policiais supostamente despreparados, veremos que há uma atitude político-pedagógica que dialoga com a dominação imperial no sentido de manter os indivíduos pobres em uma situação limite dentro de uma sociedade fechada como a brasileira, e no bojo desta política a “guerra interna” entre a juventude de periferia desempenha uma função de primeira ordem.

3.1 Neoliberalismo e Desigualdade Racial no Maranhão

Para facilitar o entendimento em torno das nossas análises sobre como esse processo se dá no estado do Maranhão sentimos a necessidade de levantarmos e confrontarmos alguns dados sobre as condições socioeconômicas da população maranhense imprimindo um corte de raça sobre os mesmos.

Vemos que muitos estudos já foram realizados sobre os impactos das políticas neoliberais para a classe trabalhadora, no entanto, raramente fazendo um recorte étnico. Em se tratando do estado do Maranhão essa constatação é ainda mais desoladora, pois os estudos nesse sentido são praticamente inexistentes.

É claro que existem dados sobre a exclusão racial, mas sem estabelecer relação com as imposições estabelecida por organismos controlados pelas forças imperialistas como o Fundo Monetário Internacional - FMI, Banco Mundial, Fundação Ford, etc. Um trabalho inédito neste sentido é de Paixão (2000) intitulado “Divida externa e suas seqüelas para a população negra: análise prospectiva”. Mas, no geral, essas pesquisas evitam fazer esse tipo diálogo ou ainda são construídos com base nos parâmetro estabelecidos pelos organismos ou instituições supracitados.

Por exemplo, ao considerarmos que alguns grupos humanos estão situados abaixo da linha de pobreza o parâmetro tomado é o do Banco Mundial que estabelece que esses indivíduos vivem com menos de 1,08 dólar por dia . Em outras palavras, pessoas que vivem com pouco mais de dois reais ao dia no Brasil não estão abaixo da linha de pobreza segundo o Banco Mundial. Outra questão é ausência do recorte de classe ou de critério para estabelecer a distribuição da riqueza na relação capital/trabalho.

No Chile, por exemplo, que foi apresentado mundialmente como modelo de crescimento de Índice de Desenvolvimento Humano - IDH na América do Sul, se utilizarmos o critério capital/trabalho veremos que houve um retrocesso terrível para a classe trabalhadora deste país nas últimas décadas.

Durante o governo de Alende (1970-1973) 60% da renda social deste país foi aplicado no trabalho enquanto 40% foi para o capital. Por volta de 1989 essa relação consubstanciou-se em 81% para o capital e apenas 19% para o trabalho, uma mudança drástica 16 anos depois do golpe liderado por Pinochet (PETRAS, 2000, p. 26).

Verificando a situação do Maranhão entre 1991 e 2000, percebe-se que foi um dos estados brasileiro que mais elevou o seu IDH, passando de 0,551 em 1991 para 0,647 em 2000, enquanto estados como Distrito Federal (de 0,798 para 0,844) e Rondônia (de 0,773

para 0,814) foram os que menos cresceram nesse mesmo período (IBGE, 2000). Isso por que a possibilidade de crescimento para quem está em um patamar mais baixo é maior do que aqueles que já atingiram um patamar alto ou quase alto (Paixão 2008). Ainda assim, esse crescimento é questionável haja vista que o índice de desemprego no estado do Maranhão avançou de 3,1% em 1992 para 5,4% em 2002 (IPEA, 2003).

Por outro lado, um dos indicadores do IDH é o de educação que focaliza essencialmente escolaridade e matrícula. No Maranhão de fato houve crescimento no acesso a educação básica, sobretudo com programas de “inclusão social” como aceleração de estudos e educação de jovens e adultos, programas estes que visam corrigir as distorções idade-série, decorrentes das falhas do sistema regular de ensino gerado pelo elevado índice de repetência, evasão e analfabetismo. Contudo, destacamos que o crescimento verificado não pode ter somente como parâmetro dados de matrícula e escolaridade, deve-se utilizar o critério de investimentos neste setor. Conforme mostraremos mais a frente, nos últimos anos houve uma acentuada redução no orçamento estadual para a área de educação, demonstrando que o crescimento apresentado pelo IBGE é passível de questionamento.

Adiantamos, porém, que mesmo com a insuficiência das estatísticas oficiais e da fragilidade dos seus critérios de mensuração, os dados sobre a população afro-maranhense não são nada animadores.

Para melhor localizar essa problemática no bojo da aplicação das políticas neoliberais tomaremos como referenciais alguns dados gerais sobre os gastos do governo do Estado em políticas sociais, destacando aquelas áreas em que a população negra se encontra mais vulnerável.

Além do IDH que leva em consideração os indicadores de educação (alfabetização e matrícula) longevidade (esperança de vida ao nascer) e a renda (PIB per capita) enfocaremos também as áreas de segurança pública e mercado de trabalho. Tomaremos o estudo de Paixão (2008) de comparação da situação do IDH dos afro-descendentes do Brasil com brancos e com o IDH de países do continente africano.

3.1.1 Riqueza natural e pobreza social no estado do Maranhão

O Maranhão é um estado que possui uma posição geográfica privilegiada no território brasileiro. Por está localizado no meio norte que é uma zona de transição que abrange parte da floresta equatorial amazônica, sertão, cerrado, litoral, etc. agracia-se com

uma riquíssima diversidade geo-econômica que poucos estados brasileiros podem usufruir como manguezais, mares, rios etc.

Entretanto, toda essa riqueza natural contrasta com a pobreza que assola a maioria do seu povo. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE de 2008 a população maranhense é de aproximadamente de sete milhões de pessoas, destes cerca de 70% é afro-descendentes, um dos maiores contingentes do Brasil (Ferretti, 2008). No entanto, 68,42% da população desse estado encontram-se abaixo da linha de pobreza (IBGE, 2000).

Quadro 1- Sócioeconômico das Regiões e Estados brasileiros

	Mortalidade Infantil	Analfabetismo	Renda percapta	Urbanização	Participação no PIB	Crescimento Populacional	IDH
BRASIL	28,7	12,8	6.950	79,4	100	1,9	0,766
NORDESTE	43,0	24,6	3.014	69,1	13,1	1,3	0,680
Sergipe	41,9	23,5	4.514	71,4	0,68	2,0	0,682
Piauí	34,6	28,6	1.941	62,9	0,47	1,1	0,656
Ceará	38,1	24,7	2.858	71,5	1,80	1,4	0,700
R. G. Norte	43,2	23,7	3.490	73,3	0,82	1,6	0,705
Paraíba	46,8	27,6	2.959	71,1	0,86	0,8	0,661
Alagoas	60,0	31,8	2.649	68,0	0,63	1,3	0,649
MARANHÃO	47,6	26,6	1.796	59,5	0,86	1,5	0,636
Bahia	39,8	21,6	3.957	67,1	4,36	1,1	0,688
Pernambuco	46,3	23,2	3.962	76,5	2,65	1,2	0,705
NORTE	28,6	15,6	3.907	69,9	4,60	2,9	0,727
Amazonas	29,4	15,3	7.169	74,9	1,73	3,3	0,727
Pará	28,1	16,3	3.435	66,5	1,81	2,5	0,723
Acre	34,3	23,1	3.351	66,4	0,16	0,33	0,697
Rondônia	25,2	11,5	9.321	64,1	0,51	2,2	0,735
Roraima	17,9	12,0	3.623	76,1	0,10	4,6	0,746
Amapá	25,4	11,2	4.523	89,0	0,19	5,7	0,753
Tocantins	29,6	17,2	2.590	74,3	0,26	2,6	0,710
CENTRO-OESTE	21,0	9,7	6.559	86,7	6,9	2,4	0,848
Mato Grosso	22,2	11,1	5.650	79,4	1,21	2,4	0,773
Mato G. Sul	19,5	10,1	6.505	84,1	1,15	1,7	0,778
Goiás	21,3	10,8	4.898	87,9	2,09	2,5	0,776
D. Federal	18,5	5,2	15.795	95,6	2,76	2,8	0,844
SUDESTE	20,7	7,5	8.774	90,5	57,8	1,6	0,857
Minas Gerais	21,4	10,9	6.261	82,0	9,47	1,4	0,773
Espírito Santo	21,5	10,6	7.148	79,5	1,88	2,0	0,765
Rio de Janeiro	20,0	6,3	10.160	96,0	12,35	1,3	0,807
São Paulo	18	6,1	10.642	93,4	33,40	1,8	0,820
SUL	18,4	7,0	7.692	80,9	17,6	1,4	0,860
Rio G. Sul	15,7	6,1	9.129	81,6	7,85	1,2	0,814
Santa Catarina	17,5	5,7	8.541	78,7	3,88	1,9	0,822
Paraná	21,4	8,6	7.511	81,4	6,07	1,4	0,787

Fonte: RIOS, Luiz. Geografia do Maranhão 2005.

A tabela acima mostra que o Maranhão possui o menor IDH do Brasil (0,636) que é considerado médio-baixo (entre 0,600 e 0,699). Desagregando esses dados por etnia a situação se complica mais ainda. Os negros maranhenses juntamente com os alagoanos e cearenses têm um IDH qualificado como quase-baixo (entre 0,500 e 0,599), próximo, portanto, dos países mais pobres do continente africano (PAIXÃO, 2008).

IDH por estado desagregado por etnia segundo e mesmo autor.

1. População com IDH acima de 0,800: Desenvolvimento Humano Alto
2. População com IDH entre 0,750 e 0,799: Desenvolvimento Humano Quase-Alto
3. População com IDH entre 0,700 e 0,749: Desenvolvimento Humano Médio
4. População com IDH entre 0,600 e 0,699: Desenvolvimento Humano Médio-Baixo
5. População com IDH entre 0,500 e 0,599: Desenvolvimento Humano Quase-Baixo

Só para se ter noção da gravidade dessa situação, se colocássemos os afro-descendentes do estado de Alagoas, que é o único do Brasil que fica abaixo do Maranhão, no quadro internacional do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) estes ficariam situados na 126ª posição, abaixo do Iraque e pouco acima de Myanma. (PAIXÃO, 2008)

Apenas nos estados do Maranhão e Alagoas os brancos possuem IDH considerado médio-baixo (0,600 e 0,699), nas demais regiões do Brasil os brancos possuem IDH próximo ao dos países europeus. Paixão (2008) mostra ainda que nas regiões em que afro-descendentes encontra-se com um IDH menos traumático (médio) é justamente onde as diferenças em relação aos brancos é bem maior.

No mesmo sentido, verificamos que as regiões onde as desigualdades em termos do IDH são maiores - medido em termos da classificação na tabela internacional do Índice do PNUD - são justamente nas regiões Sul (48 postos de diferença a favor dos brancos) e Sudeste (46 postos de diferença a favor dos brancos). (p.13)

Em outras palavras, onde há aproximação entre IDH's de negros e brancos, ela se dar fundamentalmente por baixo, esse é o caso do Maranhão. Por outro lado, de acordo com quadro acima, o estado do Maranhão ocupa a quarta posição em taxa analfabetismo do Brasil (26,6%) abaixo apenas dos estados de Alagoas com 31,8%, Piauí com 28,6% e Paraíba com 27,6%. Em termos de escolaridade média apenas 13% de sua população tem mais de 12 anos de estudo, a pior do país (PNAD, 1999).

Essa defasagem escolar tem efeitos danosos em relação à longevidade do afro-maranhense. Segundo pesquisas do IBGE (2000) “os filhos de mulheres com três anos de

estudos tem 2,5 vezes mais riscos de morrer do que as mulheres com oito anos ou mais de estudos”.

É possível perceber, então, que a falta de investimentos públicos em educação no Maranhão tem relação direta com o infanticídio que atinge a taxa de 47,6%, acima da média nordestina que é de 39,5 % e a maior do país como mostra a tabela acima. A esse respeito não temos os dados sobre a situação dos afro-maranhenses, mas não resta dúvida que são a maioria absoluta se tomamos o IDH étnico desagregado desse estado. Portanto, o infanticídio verificado pode indicar ainda um etnocídio infantil.

De certo, essa política tem suas raízes históricas e sua historicidade que mantém seus impactos negativos no presente. Afinal de contas, foram quase quatro séculos de escravidão e pouco mais de doze décadas de “abolição” Entretanto, consideramos que, acima de tudo, essa situação deplorável é resultado do modelo político adotado que só tem aprofundado mais ainda as condições de miséria da população negra maranhense. Vamos então ver como tem se dado essa política de aplicação de recursos sociais nesse estado no período de 2000 a 2005.

Quadro 2: PERCENTUAL DA DESPESA POR FUNÇÃO 2000 a 2005²⁵

FUNÇÃO	2000	2001	2002	2003	2004	2005
LEGISLATIVA	2,90%	2,49%	2,77%	2,59%	4,36%	4,66%
SEGURANÇA PÚBLICA	0,29%	0,60%	6,68%	7,80%	8,83%	8,33%
ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,84%	0,70%	0,78%	0,75%	0,63%	0,49%
SAÚDE	3,16%	3,63%	6,79%	7,02%	5,50%	8,70%
TRABALHO	0,39%	0,72%	0,32%	0,22%	0,06%	0,11%
EDUCAÇÃO	13,25%	22,78%	23,91%	25,70%	17,17%	17,68%
DIREITO DA CIDADANIA	0,21%	0,27%	0,26%	0,29%	0,71%	0,71%
HABITAÇÃO	0,47%	0,34%	0,17%	0,21%	0,09%	0,15%
SANEAMENTO	2,28%	4,15%	5,77%	2,98%	1,37%	0,45%
ENERGIA	0,63%	0,14%	0,90%	0,27%	0,18%	0,00%

Fonte: BARROS, 2006 (Anos 2000, 2001 e 2002. SEPLAN – Maranhão em dados 2003 / Anos de 2003, 2004 e 2005: MF/STN/COREM)

Percebe-se que das políticas que constam no IDH o único setor social que representou algum avanço foi a saúde pública que cresceu de 3,16% em 2000 para 8,70% em 2005. Os demais setores fundamentais de assistência social aos trabalhadores simplesmente recuaram. O investimento em educação, apesar de ter crescido entre 2000 quando era de

²⁵ Essa tabela possui 28 áreas de enfoque, mas nós optamos em destacar apenas aquelas mais diretamente relacionada com nosso estudo. Mas, no geral os dados apontam na mesma direção, que é menos “Estado social” e mais “Estado punitivo”.

13,25% para 25,70% em 2002, logo em seguida sofre uma queda chegando a atingir 17,68% do orçamento em 2005.

A área de Assistência social registrou queda de 0,84% em 2000 para 0,49% em 2005, uma redução em quase pela metade. Na área de trabalho os ataques foram ainda mais hostis, passando de 0,39% em 2000 para 0,11% em 2005, sendo que no ano de 2004 esse percentual chegou insignificantes 0,06% do orçamento.

O mais espantoso, no entanto, está no espetacular investimento em segurança pública saindo da casa de 0,29% em 2000 para 8,33% em 2005, a prova mais flagrante do modelo neoliberal aplicado num estado que ocupa a posição de um dos menos violentos do Brasil, ainda que seja o segundo mais pobre.

É também, a nosso ver, expressão da política de tolerância zero que os Estado Unidos passaram a importar para todo o mundo juntamente com as imposições do consenso de Washington de 1990. Por outro lado, vemos através desses dados que aqueles que, em sua grande maioria, aplicam inapelavelmente esse tipo de política de menos Estado social e mais “Estado punitivo”, ou seja, os parlamentares, foi também um dos setores que mais teve seus recursos inflados nesse período, saindo de 2,90% em 2000 para 4,66% em 2005. Cabe ressaltar ainda os impactos das políticas de privatizações.

Pesquisa realizada em 2001 pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) e pela Confederação Nacional dos Bancários da Central Única dos Trabalhadores - CUT para a Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED demonstra que a participação de afro-descendentes entre funcionários de bancos no Distrito Federal chega a 49,3%, o maior contingente de funcionários negros do país. A hipótese mais provável é que na capital brasiliense é onde se encontra o maior número de banco oficiais do Brasil. Talvez por isso mesmo o Distrito Federal seja a única unidade do território nacional em que os afro-descendentes aparecem com um IDH quase-alto (entre 0,750 e 0,799).

Em outras palavras, isso significa dizer que os afro-brasileiros têm mais facilidade de acesso ao mercado de trabalho via concurso público do que através de critérios de escolhas que levam em consideração a tal da “boa aparência”. De maneira que os impactos das políticas neoliberais devem acentuar sem dúvida as desigualdades raciais.

No Maranhão durante o governo de Roseana Sarney (1994-2002) o Banco do Estado do Maranhão (BEM) foi privatizado e dezenas de trabalhadores perderam seus postos de trabalho sem contar os 333 milhões utilizados para saneá-lo e logo em seguida vendê-lo. O mesmo vale para o ensino superior. A Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado no Maranhão - FAPEMA também foi desativada enquanto a Universidade Estadual do Maranhão

- UEMA ficou estagnada no ranking nacional entre as piores universidades do Brasil. Entre os anos de 2001 a 2004 o investimento em educação em comunidades quilombolas no Maranhão foi praticamente inexistente.

No quesito desemprego o Maranhão ocupa o menor índice nacional, em contrapartida é penúltimo com trabalhadores de carteira assinada, 35%, acima apenas do estado do Tocantins com 23,2%. Esses dados demonstram que a maioria dos trabalhadores maranhenses sobrevive da informalidade, por isso mesmo é último do país em renda média (PNAD, 2006).

Em 1999, um ano após a crise do plano real, o Fundo Monetário Internacional (FMI) impôs um corte de verba em torno de 25% no orçamento previsto para o combate ao trabalho infantil no Brasil (Paixão, 2008). Verificamos que os negros perfazem 70% desse total no Brasil (Paixão 2008) e o estado do Maranhão ocupa a segunda posição com população na faixa de 05 a 17 anos trabalhando (17, 1%) um pouco abaixo do Piauí (17,4%) (PNAD, 2007). Por outro lado, a dívida pública desse estado correspondia em 2003 a 72% de todo o investimento em educação, assistencial social e saúde (BARROS, 2006).

Esses dados confrontados mostram o quanto que as políticas de privatização de serviços e empresas públicas, associados ao corte de gastos nas áreas sociais, têm penalizado a população negra maranhense. Deste modo, o enfraquecimento da ponta social do Estado vem acompanhado do fortalecimento da repressão, que foi justamente o setor que mais cresceu no Maranhão nos últimos anos acompanhando a tendência internacional.

3.2.1 Neoliberalismo, mídia e Estado punitivo no Maranhão a partir de 1990: alguns casos ilustrativos.

O ano de 1989 é extremamente importante para nossas análises. Do ponto de vista mundial este ano marca a queda do leste europeu e a primeira intervenção dos Estados Unidos na América sob a alegação de combater o narcotráfico, Guatemala foi o país escolhido.

No plano nacional temos a derrota de um dos mais importantes projetos político da esquerda brasileira materializado na candidatura de Luis Inácio Lula da Silva para presidente da república e a conseqüente vitória de Fernando Collor de Melo representando o projeto neoliberal das classes dominantes. Nesse mesmo ano no Maranhão é fundado o *Movimento Hip Hop Organizado do Maranhão “Quilombo Urbano”* que fortalece sua influência sobre a juventude das periferias da cidade de São Luís a partir da primeira metade da década de 1990.

No ano seguinte a essa data marco de nosso estudo, ou seja, no ano de 1990, a sociedade maranhense viu nascer ou robustecer o “punho de ferro” do Estado na conhecida “Operação Tigre”.

Essa operação foi amplamente divulgada pelo próprio governador João Alberto, como necessária para combater a criminalidade, entretanto a própria mídia da época silenciava diante das atrocidades que marcaram os “meses de sangue” da Operação Tigre, onde mais de 100 pessoas, segundo dados oficiais, foram assassinadas em menos de quatro meses, período este em que João Alberto (PMDB), que era vice-governador, esteve interinamente à frente do governo devido ao afastamento de Edson Lobão (PMDB).

Não se sabe até **hoje** – e talvez nunca se saiba com exatidão – quantas pessoas foram executadas pela “Operação Tigre” do governador João Alberto. De acordo com o advogado Josemar Pinheiro, também ex-presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB, que enviou à Organização das Nações Unidas (ONU) dados sobre a operação, mais de 100 pessoas foram assassinadas pela polícia nos pouco mais de quatro meses em que os PMs pistoleiros atuaram na região de Imperatriz. Sabe-se que bandidos notórios sucumbiram crivados de balas, mas muita gente com ficha policial limpa – ou na condição de meros suspeitos – também foi morta. Entre eles, os irmãos Noletto. (Jornal Pequeno, São Luís, 16 Set. 2006. Nacional, p. 8).

Considerada a maior operação de extermínio da história do Brasil a “Operação Tigre” que se propunha, em tese, a acabar com a pistolagem, abriria a trilha de sangue do processo de criminalização e punição de gente negra e pobre por todo o estado do Maranhão durante a década de 1990, bem como o silêncio da grande mídia.

José Gerardo, Davi Alves Silva, Chico Caica, Luis Moura, Ilce Gabina, Joaquim Laurixto, dentre outros, espalham o terror no Maranhão. Ninguém se sente seguro. Corpos despencam das calçadas, lares são violados pelas escopetas, o sangue jorra nas avenidas e não se tem notícias de punição. Todo mundo sabe quem são os assassinos, quem são os mandantes, os responsáveis pelas desovas, mas o medo cala as bocas e intimida as almas. A polícia também sabe, mas tem as mãos atadas pela força do crime que parece exercer um estranho poder sobre os três poderes da República no Maranhão. A Lei do Silêncio impera. A imprensa também sabe, mas pouco ou quase nada pode fazer ou ousa dizer. (Jornal Pequeno, São Luís, 4 nov. de 2008. Colunas, p. 6).

Não por acaso, à medida que os diversos governos ligados aos grupos oligárquicos iam um após o outro destruindo o apático *Estado social* do Maranhão na outra ponta preparavam o caminho para o fortalecimento do Estado punitivo e proliferação de grupos de extermínios por todo o estado.

Foto 1-Corpos dos Irmãos Noletos fuzilados pela Operação Tigre



Fonte: Jornal Pequeno, São Luís, 18 jun. 2009. (Policial, p.12)

Há um paralelo indisfarçável entre os saques dos cofres públicos, enriquecimento ilícito de políticos e o processo de privatização de empresas públicas com a crescente criminalização dos pobres no estado do Maranhão.

Se o mês de Março de 1992 marcou início da “Era Pantoja” que “pegou o banco (BEM) com um patrimônio positivo de R\$ 35 milhões e afundou a instituição, em uma gestão temerária de uma década” (Jornal Pequeno, São Luís, 31 out. 2004), no dia 17 de novembro do mesmo ano ocorreu o famoso “mito do arrastão” que nunca foi de fato comprovado e, em alguns casos, foi até mesmo negado pelas próprias autoridades policiais²⁶.

Na verdade o que ficou no ar foi a suspeita de que tudo poderia ter sido meticulosamente teatralizado por interesses de grupos políticos amparados e articulados pela grande imprensa, conforme relata manchete do Jornal Pequeno, (2004):

‘Cortaram os seios de uma estudante do Liceu Maranhense, que está no Socorrão’, ‘informava’ uma fonte. ‘Estamos indo invadir o Colégio Luís Viana, na Alemanha’, ameaçava alguém numa outra ligação. E lá iam polícia e repórteres – a Mirante na frente – acompanhando o ‘caos’. No Luís Viana, nada de arrastão. No Socorrão, nada de estudante com o seio cortado. Nada, nada, nada. ‘Aqui nós já atendemos muita gente, mas só pessoas desmaiadas e nervosas, com toda essa onda que espalharam pela cidade’, disse uma funcionária do Socorrão. (Jornal Pequeno, 12 jun. 2008. Cidade, p. 4).

²⁶ “O tumulto generalizado provocado por telefonemas às emissoras de rádio e TV levou a cidade de São Luís ao pânico’, declarou o superintendente de Polícia da Capital, delegado Aldyr Teixeira” (Jornal Pequeno, 12 jun. 2008. Cidade, p. 4).

Coincidentemente, o “mito do arrastão” na cidade de São Luís ocorreu um mês após o não menos falso “arrastão” atribuído a moradores dos morros cariocas na Praia de Ipanema daquela cidade.

As coincidências não param por aí, interesses políticos também eram jogados no arrastão do Rio de Janeiro onde a ex-moradora do Morro do Chapéu Benedita da Silva, disputava, pelo Partido dos Trabalhadores (PT), a prefeitura daquela cidade contra o candidato César Maia (PMDB). Segundo pesquisas da época, Benedita da Silva era favorita para vencer as eleições, o que de fato se concretizou no primeiro turno.

Entretanto, com esse episódio, a relação feita pela empresa burguesa entre os arrastões e a candidatura de Benedita da Silva foi direta e imediata, especialmente no jornal O Globo. Isso beneficiou o candidato do PMDB que acabou saindo vencedor das eleições municipais no segundo turno.

Na mesma direção a prefeitura do Rio de Janeiro aproveitou-se do episódio e da pressão midiática para impor um verdadeiro *apartheid* entre a Zona Norte e a Zona Sul da cidade embutido em normas preconceituosa e resguardado pela repressão policial:

O agendamento da cobertura sobre a ocorrência beneficia César Maia e logra instituir a metáfora: arrastão *implica* suburbanos, que implica Zona Norte, que implica Benedita da Silva, que implica risco de má administração, que *implica* insegurança, que *implica* impossibilidade do carioca curtir o que mais gosta (a praia). No dia 24, Sábado, as praias da Zona Sul ficaram vazias, fortemente policiadas e sem risco de arrastão. A repressão, para garantir o *apartheid ad hoc* foi violenta e eficiente e o *apartheid ad hoc* foi eficiente: *jovens* de aparência *humilde*, andando *a pé*, de *ônibus*, sem *camisa* e sem *dinheiro* que quisessem entrar nos territórios do Leme, de Copacabana, do Arpoador, de Ipanema e do Leblon eram barrados. Essa ação isolou a Zona Sul e sitiou os pobres, especialmente os negros e os mestiços, conforme anotou o *Jornal do Comércio* ao informar que os moradores das favelas do Cantagalo, do Pavão, do Pavãozinho e do Chapéu Mangueira, “que ficam entre Ipanema e Copacabana, também resolveram não descer. (FRANCISCO, 2003, p. 08).

No Maranhão ao que parece não foi muito diferente. O pânico provocado pelo suposto arrastão foi atribuído pela grande imprensa a jovens pertencente à “Gangue” Garotos da Bota Preta, mas, segundo a manchete do Jornal Pequeno do dia 18 de novembro de 1992 o “ARRASTÃO SERIA PLANO PARA LEVAR JOÃO ALBERTO PARA A SEGUP”, tendo em vista que:

Em novembro de 1992, João Alberto estava desempregado, pois tinha acabado de ser derrotado por Conceição Andrade no segundo turno das eleições para a Prefeitura de São Luís. Como o governador Edison Lobão ainda não havia efetivado o secretário interino Leofredo Ramos (que assumiu a Segup com o afastamento de Jorge Rachid Maluf, indicado desembargador), o grupo Sarney tentou alçar ao posto João Alberto – famigerado como o homem que dois anos antes havia idealizado a

chamada “Operação Tigre” na região tocantina, que deixou um rastro de mais de 100 execuções (Jornal Pequeno, 12 jun. 2008. Cidade, p.4).

O jornal Pequeno foi a única versão dissonante da versão oficial da época. Mesmo sem nenhum indício comprobatório; a versão do arrastão prevaleceu entre a grande imprensa maranhense, sendo inclusive narrado “ao vivo” por um programa de emissora local, fato esse que, associado aos barulhos das sirenes das viaturas policiais que se deslocaram ao centro comercial da cidade, certamente contribuiu para acentuar o pânico entre os transeuntes.²⁷

Figura 1 - Jornal Pequeno da época divulga suposto “arrastão” em São Luís



Jornal Pequeno da época divulga que o “arrastão” não passou de uma farsa política (Jornal Pequeno, 12 jun. 2008. Cidade, p.4).

Impressiona a agilidade midiática na construção deste episódio mesmo sem provas concretas, sendo que a mesma simplesmente fez vista grossa a atuação e proliferação de grupos de extermínios no estado do Maranhão durante toda a década de 1990, bem como dos casos de impropriedade administrativa e corrupção ativa.

Esta postura demonstra o caráter de classe da grande imprensa-comercial que “atua como se fosse um partido político” (ABRAMO, 2003), portanto como um partido que atua com base num programa também de classe.

A Operação Tigre, por exemplo, não foi uma ação criminosa imprimida a margem do Estado, era antes de tudo institucional, portanto com uma dimensão política superior a dos convencionais grupos de extermínios e esquadrões da morte existentes no Brasil.

²⁷ A essa época o Jornal Pequeno mantinha uma relativa independência em relação ao governo estadual, mas a partir da ruptura do governador José Reinaldo Tavares com o grupo Sarney e a conseqüente vitória de Jackson Lago em 2006 para governador, esse jornal passou a ser mais um organismo completamente associado a certos poderes institucionais.

Segundo José Agenor Dourado, atual presidente da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB - Imperatriz, que em 1990 presidiu da Comissão de Direitos Humanos da entidade, a “Operação Tigre”:

Foi mais grave do que os ‘esquadrões da morte’, que agiram no Rio e em São Paulo nas décadas de 60 e 70. Os ‘esquadrões’ eram grupos de policiais insatisfeitos que atuavam à revelia do Estado. A ‘Tigre’ foi incumbida de matar, assassinar, pelo próprio Estado. Ela foi determinada pelo próprio governador. Isso é muito mais detestável do que alguns policiais formarem um grupo de extermínio (Jornal Pequeno, São Luís, 16 set. 2006. JP Sul do Maranhão, p. 7).

Coerção e convencimento ou convencimento para a coerção atuaram em mão única ao longo dos últimos vinte anos de democracia burguesa no estado do Maranhão. Essa relação entre poderes midiáticos e políticos e a criminalização dos pobres decorre, obviamente, da propriedade que detém os grandes grupos políticos e econômicos sobre os meios de comunicação. Longe de ser um quarto poder, a grande imprensa é na verdade uma extensão dos poderes políticos e econômicos que atuam sobre o judiciário, o legislativo e o executivo.

O sensacionalismo da imprensa comercial e de algumas autoridades do Estado construíram um imaginário de que aqueles jovens seriam portadores de uma espécie de “índole criminosa” proporcionando, desta forma, uma verdadeira “paranóia social” na sociedade ludovicense da época. Vejamos, por exemplo, o que disse a delega Rochelli Texeira da Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente - DPCA.

É lamentável perceber durante os questionamentos que são feitos aos integrantes das gangues na delegacia, que estes meninos e meninas não têm perspectiva de vida e de futuro. Eles não querem ser nada além de infratores. (O Imparcial, São Luís, 22 ago. 1993. Grande São Luís, 6).

Nesta mesma edição o jornal “O Imparcial” noticiava que só em São Luís existiam cerca dezesesseis “gangues”. A verdade é que a essa época proliferava a prática da pichação por todos os bairros da cidade, pichações essas que podiam representar grupos, duplas ou mesmo pichadores individuais.

Certamente não havia relação direta entre pichações e galera e nem muito menos entre gangues de pichações e criminalidade. Entretanto, nem a Secretaria de Justiça e Segurança Pública - SEJUSP nem a imprensa levaram isso em consideração, para ambos, cada pichação era atribuída a uma galera. Passavam-se, assim, a idéia equivocada de que os bairros da periferia da cidade estavam infestados de gangues; seria necessário então combatê-las.

De fato existiam inúmeras galeras de pichações em São Luís, mas que não se aproximavam em número das estatísticas da SEJUSP e nem simbolizavam uma praga criminosa com a dimensão que fora propagandeada pela grande imprensa comercial. O crescimento do número dessas galeras vai se dá só muito depois desse acontecimento.

A construção deste imaginário assustador favorecia a criminalização e punição dos jovens da periferia enquanto o extermínio de negros e os crimes cometidos contra o erário público que enriqueceram alguns grupos políticos ao longo dos anos 1990 eram simplesmente ignorados.

O Programa de Televisão “Bandeira II” exibido pela TV Difusora, afiliada ao Sistema Brasileiro de Televisão (SBT), revela de maneira sintomática essa prática jornalística dos anos 1990. O cotidiano violento da periferia e a “índole” criminosa de seus moradores, negros em sua maioria, estiveram sempre no epicentro do noticiário deste programa policial.

É nessa esteira que o *Bandeira 2* parece se situar. Jânio Arley é avesso àqueles que não trabalham, aqueles que vivem da malandragem, que não são úteis a sociedade. Verificamos que o *Bandeira 2*, sob a capa de jornalismo verdade (por que se auto-define como um jornalismo investigativo que perscruta a tudo e a todos) apresenta-se, diariamente, como um saber e dispositivo dotado de instrumentos que legitimam para tanto (deixa eu ver que já vi por aqui, a sua forte ingerência no universo policial, a sua lucidez para demarcar a cerca do bem e do mal). No entanto, agindo assim, o programa *Bandeira 2* se instala no campo da condenação, da condenação sumária (BORGES, 2004, p. 96).

É notório que o discurso do apresentador não representa sua visão individualizada de mundo, mas os interesses e, portanto, a visão social dos proprietários da emissora; todos eles membros de partidos políticos conservadores. Representa também, a filosofia neoliberal da década de 1990, à medida que procura atribuir aos pobres e excluídos a culpa por sua situação social, ao mesmo tempo em que coroa com auréolas angelicais os crimes políticos das oligarquias, especialmente a usurpação e apropriação indevida das riquezas públicas, à medida que os ocultavam.

O rótulo de “programas policiais” tem suas limitações de classe, pois depende do grupo social que comete ou é acometido por crimes, por exemplo, nenhuma consideração relevante foi feita por esses programas sobre as constantes denúncias dos diretores do Sindicato dos Bancários do Estado do Maranhão – SEEBMA sobre o crescimento meteórico dos assaltos a agências bancárias em municípios do interior do estado em período de campanhas eleitorais, especialmente, na já referida “Era Pantoja”.

Intensificou-se, também na ‘Era Pantoja’, o negócio dos assaltos a bancos. De 1996 a 2002, o BEM foi assaltado 82 vezes, em uma sangria de recursos de mais de R\$ três milhões de reais, fora as pessoas que morreram ou foram lesionadas

gravemente, coincidindo o maior número de assaltos nos anos em que aconteceram eleições. Os assaltos ao BEM, portanto, escondem a suspeita de uma inusitada fonte de recursos para as campanhas eleitorais. De acordo com o dossiê “Assaltos a Bancos no Maranhão”, do sindicato dos Bancários, a direção do BEM violou sistematicamente a Lei nº 7.102, que trata da segurança para estabelecimentos financeiros. Funcionários e vigilantes foram assaltados quando transportavam valores em veículos comuns e sem a presença de vigilantes, em um descumprimento da legislação. (Jornal Pequeno, São Luís, 31 out. 2004, Política, p. 3).

Do mesmo modo, quando o ex-delegado Luís Moura foi indiciado e preso pelos diversos crimes cometidos na década de 1990, o referido programa agia como se nada estivesse acontecendo no núcleo duro da instituição policial do Estado. Antes, porém, o citado delegado era reiterada vezes, apresentado como símbolo semi-onipotente de combate à criminalidade.

O negro e o pobre, pelo contrário, na construção social destes programas aparece como ser anti-social ou anti-herói, enquanto o policial é sempre o herói, tal como nos filme de bang bang do velho faroeste hollywoodiano. Essa publicização negativa do negro e da periferia favorece o apartheid social, alimenta os preconceitos raciais e a paranóia de insegurança pública da classe média branca.

Como vimos à medida que a burguesia brasileira aceita a ideologia neoliberal e submete-se a dominação imperialista, entendemos que os agentes do Estado-nacional ou a eles politicamente associados tendem também a levar a cabo a cultura neoliberal e a criminalização dos pobres.

Em nossas análises identificamos no aparelho policial, no parlamento e na grande mídia os agentes internos do imperialismo cultural no Brasil ou simplesmente uma frente ideológica do imperialismo na América Latina, isso considerando o interesse do nosso estudo, pois existe uma infinidade de intelectuais especializados e materiais ideológicos para esse empreendimento.

De certo, o objetivo estratégico do imperialismo cultural é garantir a direção cultural na sociedade civil para manutenção da dominação de classes. Evitar ações coletivas entre a juventude negra e pobre contra as classes dominantes dentro de um Estado-nação do terceiro mundo certamente que facilita também a dominação do Estado imperial sobre o terceiro mundo, consideramos que a recíproca é também verdadeira. Por outro lado a quebra desses laços de dominação interna implicaria também em mudanças significativas na balança das relações externas.

Como veremos no terceiro capítulo, os laços que precisam ser quebrados constantemente são aqueles que de algum modo favoreceriam a construção de nichos culturais e sociais coletivos que poderiam despertar nos indivíduos que residem na periferia à

necessidade de mobilização política contra a dominação interna e externa. Essa é a função invariável do imperialismo cultural em nosso ponto de vista.

Daí, por que aplicação das políticas neoliberais e a imposição do imperialismo neoliberal tendem a tornar cada vez mais reduzidos os espaços de interação social e de mobilidade intra-periférica da juventude negra e pobre. Enquanto nos anos 1990 prevaleceu à guerra de baixa intensidade de bairro contra bairro, nos últimos anos tem prevalecido à guerra interna nos bairros que é cada vez mais intensa.

Além dessa guerra e do apartheid social notamos também que o aumento da vigilância por parte do Estado policial na periferia tende a dificultar a socialização e convivência entre indivíduos vítimas comuns do sistema capitalista em sua fase imperialista.

Por mais que a periferia cresça assustadoramente, conforme mostrou a matéria de capa da Revista Veja de janeiro de 2001²⁸, o mundo social de quem vive nela é cada vez menor. Se de um lado temos a classe média acuada em condomínios fechados, filmados e eletrocutados a exigir desesperadamente proteção policial contra o “inimigo externo” (da periferia), por outro lado, temos uma periferia dispersa e não menos acuada pela presença ostensiva do Estado policial e do “inimigo interno” (também da periferia). De um modo geral, nem os moradores da periferia e nem os dos bairros de classe média, estendem o seu olhar coletivo para as raízes sociais e econômicas da violência.

A construção social da violência e do crime envernizada pela cultura neoliberal faz com que todos vejam a periferia como território privilegiado onde a violência é plantada, semeada e disseminada. A cultura neoliberal isenta os de cima, atíça preconceitos na classe média e criminaliza a periferia, especialmente os negros. “Em suma, seu modelo de sociedade apresenta coesão classista no topo, fragmentada no centro e atomização na base”. (PETRAS, 1999, p. 67).

Crimes como assaltos, homicídios, estupros, tráfico e consumo de drogas, praticados por jovens negros que residem na periferia tendem a intensificar a criminalização e a repressão coletiva aos moradores destes bairros, especialmente contra os negros, ao passo que os crimes praticados por empresários e políticos são, quando muito, atribuídos a indivíduos isoladamente sem qualquer referência de classe, raça, categoria profissional ou de bairro.

Se para Marx (2005) a violência é parteira da história, no caso em análise o “violencentrismo” atende aos interesses daqueles que querem continuar mantendo a

²⁸ - A matéria de capa desta revista trazia como título “O Cerco da Periferia”.

dominação de classe na sociedade civil. Inflar os dados sobre violência para criminalizar os pobres é também uma outra face dessa estratégia.

Esse discurso de mais “Estado penal” e a adoção de políticas de tolerância zero na periferia mesmo quando se atesta que os índices da violência tenham despencado, demonstra o nível de submissão das autoridades brasileira em relação ao modelo norte-americano de combater a criminalidade. Em relação a isso o discurso do deputado Ricardo Murad (PSB-MA), ligado ao grupo Sarney, é emblemático:

Que é o começinho, essa coisa de dizer que a segurança pública só vai ser resolvida depois de acabar a pobreza, depois de acabar a falta de habitação, depois de melhorar a escola, isso é blefe. Nova York teve um tempo que era a cidade mais violenta do mundo, crimes absurdos de roubo de carteiras nas ruas, de assaltos a drogarias, a farmácias, a supermercados praticados de forma absolutamente inaceitável, índices absurdos, lá se resolveu com uma política bem gerenciada, chamada Tolerância Zero, mas bem gerenciada com recurso material de pessoal com a justiça, com o Ministério Público com todos os organismos e a população imbuída desse propósito. (Discurso realizado na Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão em 31 de out. 2007).

Dizer que investir em políticas sociais para diminuir a violência é blefe e apresentar o modelo novayorkino de “tolerância zero” como única alternativa a ser adotada, não deixa de ser de conteúdo flagrantemente neoliberal por que serve para justificar a amputação da “asa social” do Estado e o fortalecimento do seu “punho de ferro”.

Como se ver, mesmo onde não há “epidemia de violência”, o violencentrismo se faz presente e o “fracassado” modelo norte-americano de combate à violência é indicado como alternativa eficiente a ser adotado. O discurso do Senador Edson Lobão do PFL-MA, aponta para essa tendência entre os políticos conservadores do estado do Maranhão.

Segundo Lobão, a violência só será contida se em todas as unidades da federação com o apoio do governo federal forem tomadas providências conjuntas para que a polícia tenha condições técnicas de realizar o seu trabalho. O senador lamentou que a criminalidade venha se tornando um "lugar-comum", com a elevação crescente do número de assaltos, roubos, assassinatos e ataques a forças policiais.- Incrusta-se em nossos espíritos a terrível impressão de que os bandidos estão mais fortes e mais preparados que a própria polícia disse o parlamentar. (Discurso proferido pelo Senador Edson em plenário do dia 12 março de 2001 Senado Federal).

Percebam que além do modelo, as técnicas norte-americanas também devem ser importadas.

O veículo da Secretaria de Segurança Pública vai ser usado para atender principalmente aos municípios do interior maranhense na solução mais rápida de crimes ocorridos nas cidades afastadas da capital, São Luís. **Equipada com kits de laboratórios importados dos Estados Unidos, ao custo de 800 mil dólares, a unidade móvel pode realizar**, por exemplo, exames de balística, que hoje já são

realizados no Instituto de Criminalística com margem de acerto de 100%. (Discurso proferido pelo Senador Edson em plenário do dia 12 março de 2001 Senado Federal, grifos nossos).

Wacquant (2003), na contramão de discursos como o do deputado Ricardo Murad e do senador Edson Lobão, aponta que em diversos estados norte-americanos em que os índices de violência e de desemprego haviam caído, expandiu-se, contraditoriamente, o sistema prisional em decorrência da adoção da política de “tolerância zero”.

Essa vasta rede de difusão de difusão parte de Washington e Nova York, atravessa o atlântico para aportar em Londres e, a partir daí, estende suas ramificações por todo o continente. “Ela encontra sua origem no complexo formado pelos órgãos do Estado americano oficialmente encarregado de promover o “rigor penal” que grassa nos Estados Unidos há duas décadas, tendo como resultado uma quaduplicação da população penitenciária absolutamente inédita em um período em que a criminalidade estagnava e depois recuava (WACQUANT, 2003, p.20).

Esse mesmo autor salienta ainda que os mesmos países, políticos, partidos e professores que outrora defendiam o menos Estado econômico, o enfraquecimento de Estado social para privilegiar o capital perante o trabalho como a destruição de direitos sociais e trabalhistas, são os mesmos que hoje apregoam a necessidade de “mais Estado” para massacrar as vítimas das penalidades neoliberais após a destruição com o pouco que tínhamos de proteção social. Em nosso entendimento, esse é o caso do deputado e do senador acima citado.

Mas não só isso, Wacquant revela ainda que há uma relação direta entre a política de tolerância zero e a exclusão social e política de afro-americanos, ao mesmo tempo em que serve aos interesses econômicos da indústria do crime. De uma só vez essa política transforma prisões em “guetos” políticos e os penalizados em peças de acumulação de capital.

A sobre-representação maciça e crescente dos negros em todos os patamares do aparelho penal esclarece perfeitamente a segunda função assumida pelo sistema carcerário no novo governo da miséria nos Estados Unidos; substituir o gueto como instrumento de encarceramento de uma população considerada tanto desviante e perigosa como supérflua, no plano econômico- os imigrantes mexicanos e asiáticos são bem mais dóceis- assim como no político - os negros pobres não votam e o centro de gravidade eleitoral do país se deslocou de todas as maneiras dos centros decadentes das cidades para os bairros brancos abastados (WACQUANT, 2003, p. 98).

Portanto, diferente do que se costuma pensar, não é somente a exclusão política e sócio-racial que promove o crescimento do sistema prisional, mas também o seu contrário, isto é, o encarceramento em massa tem promovido em todo o mundo a exclusão política, econômica e social de negros e pobres e a acumulação de capital nos empresários da indústria de segurança privada.

Ora, diante do alto índice de indignação da população maranhense e do baixo desenvolvimento das forças produtivas do estado, nada mais “lógico” do que transformar²⁹ pobres “improdutivos” em “peças” de acumulação de capital sem que sua força de trabalho seja se quer explorada. Nestes termos que aconteceu no dia 03 de outubro de 2007, o debate entre alguns deputados na Assembléia Legislativa do Maranhão em torno da não inclusão desse estado no Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI

“O Maranhão está fora, não sei por que, pois o Maranhão está hoje entre os cinco ou seis estados mais violentos do Brasil pelo nível de criminalidade que está hoje” lamenta o deputado e ex-secretário de segurança pública, Raimundo Cutrim (DEM-MA). O deputado Alberto Franco (PSDB-MA) por outro lado chega a apelar aos prefeitos que “realmente deixem dessa teimosia e efetivem, implantem definitivamente a nossa região metropolitana, para que nós possamos usufruir desses benefícios, que fomos excluídos agora”. Ambos os deputados são ligados ao grupo Sarney.

Já o Jornal Pequeno do dia 08 de abril de 2005, jornal este ligado ao então governador do Estado José Reinaldo Tavares, questionava veementemente as pesquisas realizadas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA divulgada pela revista Época que apontavam a cidade de São Luís como uma das menos violentas do Brasil. O toque de recolher que a essa época vigorava no bairro Liberdade era apresentado pelo referido jornal como a prova de que a violência e o tráfico de drogas estavam em pleno vigor em São Luís.

Será que sabem estes pesquisadores da existência do toque de recolher em alguns bairros de São Luís, como o bairro da Liberdade, por exemplo? Será que entendem que a natureza do maranhense mal consegue entender a proliferação do tráfico de drogas nos bairros pobres e o apoio financeiro da alta classe média, por via do consumo, à ação de traficantes cada vez mais ousados e violentos? (Jornal Pequeno, São Luís, 08 Abr. 2005. JP, p.7).

Percebe-se ainda neste discurso que existe tráfico de drogas somente nos bairros pobres, a classe média apenas sustenta esse comércio ilícito “via consumo”.

Entendemos que por trás dessa retórica conservadora “de gente que no passado fez a ditadura militar ou que deu apoio a ela e que hoje tenta nos impor outras formas de

²⁹ É obvio que o discurso do deputado Ricardo Murar é proferido no momento em que quem governava o Maranhão era o PDT de Jackson Lago que vencera a candidata Roseana Sarney nas eleições para o governo do Estado em 2008, portanto, do ponto de vista do interesse do seu grupo político é um discurso obvio, mas o que chama atenção é que esse mesmo discurso o senador Edson Lobão, também aliado do grupo sarney, expressa quando Roseana Sarney era governadora e o Jornal Pequeno durante o governo de Jackson Lago. Isso implica dizer que, até certo ponto, independente das disputas intra-oligárquicas no Maranhão todos eles defendem mais estado punitivo para os pobres. (Discursos proferidos em 03 de Outubro de 2007 na assembléia Legislativa do Maranhão).

autoritarismos nos segmentos da justiça, da segurança e da imprensa” (Barcelos, 2003) encontra-se interesses políticos e econômicos.

Na verdade esses índices de crescimento da violência são descontextualizados e apresentados grosseiramente para causar impacto, pânico e um permanente sentimento de insegurança na sociedade. E essa paranóia de insegurança pública estimulada pela paranóia na busca de lucros leva a uma outra paranóia que é da ação descontrolada e letal das forças policiais em relação aos segmentos mais pobres da sociedade, que por sua vez engordam as estatísticas sobre violência e os cofres dos empresários da indústria de segurança.³⁰

Os conservadores da imprensa e de outros segmentos escondem que os assaltantes que matam para roubar são responsáveis por não mais que 4% do universo total das mortes em qualquer cidade, grande ou pequena, do norte ao sul do Brasil. E escondem para pedir repressão dura, e muitas vezes brutal, contra os criminosos de baixa renda e somente contra eles. E o resultado disso é chamado combate corajoso do crime organizado, outra meia-verdade dos conservadores. Legitimada por esse equívoco, a polícia - é importante que se frise, (...) tornou-se mais violenta que os piores criminosos do país. São responsáveis hoje por 10% das mortes, mais que o dobro em relação ao número de latrocínios. As outras 85% das mortes são praticadas por pessoas comuns, que matam porque a mulher ou o marido traíram, porque brigam com o vizinho, porque são fechados no trânsito, sempre por motivos banais. (Discurso proferido por Caco Barcelos em 10 dez. 2003 durante o recebimento de prêmio de Direitos Humanos, na categoria Imprensa, em solenidade no Palácio do Planalto).

E continua:

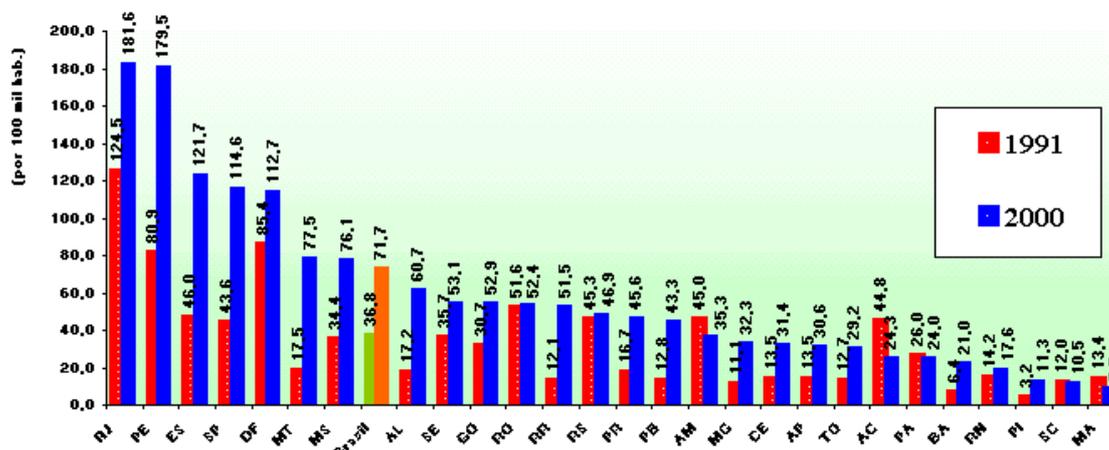
Aliás, assim como a indústria da segurança, comandada por coronéis e delegados de polícia, muita gente está faturando alto com a epidemia da violência, gente que aposta no "quanto pior, melhor". Refiro-me à indústria das armas, por exemplo, refiro-me à indústria do álcool, principalmente a da cachaça. (BARCELLOS, op. cit.)

Segundo síntese de indicadores sociais do IBGE (2000) sobre as mortes provocadas por causas externas ou simplesmente mortes violentas (homicídio, suicídios e acidentes de trânsito) o Maranhão foi o estado que apresentou as menores taxas no período de 1991 a 2000. Contraditoriamente, esse estado ocupa a décima quarta posição em crescimento de segurança privada do Brasil (Departamento da Polícia Federal, 2004) a frente de estados como Espírito Santo que foi o terceiro que mais cresceu em taxas de homicídios praticados entre 1980 e 2000. (ZANETIC, 2007, p. 18).

³⁰ O próprio Jornal “O Imparcial” do dia 28 de maio de 2009 apresenta dados que mostram o crescimento meteórico das empresas de segurança privada no Estado do Maranhão.

Gráfico1 - Taxa de Mortalidade por arma de fogo 1991 e 2000

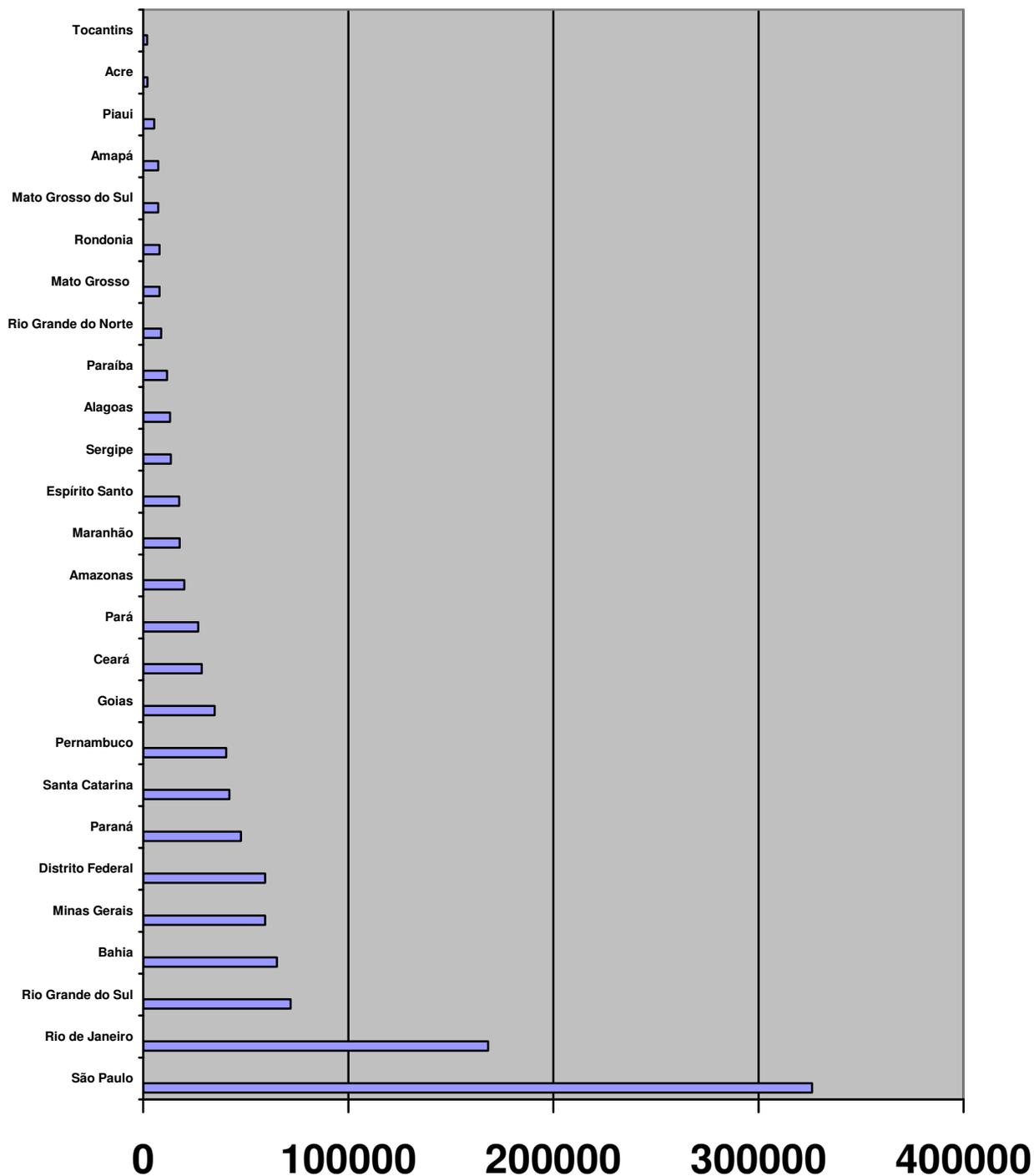
Gráfico 9. Taxas de mortalidade (por 100 mil hab.) por homicídio por armas de fogo em jovens do sexo masculino de 15 a 24 anos de idade - Brasil e Unidades da Federação - 1991 e 2000



Fonte: Datasus.Estatísticas vitais: mortalidade geral - desde 1979. Disponível em:
<<http://tabaet.datasus.gov.br/cgi/sim/obtmmap.htm>>. Acesso em: jan.2004

Enfim, com a política de penalização da pobreza em vigor e com a imprensa comercial e o parlamento brasileiro assimilando e reproduzindo o discurso de criminalização da pobreza elaborados por políticos e intelectuais norte-americanos, alguns objetivos intrinsecamente relacionados se fazem notar: proteger os ricos, aumentar os preconceitos da classe média em relação às classes e os bairros populares e, de forma semelhante, reforçar o olhar negativo dessas comunidades pobres sobre si mesmas e em alguns casos favorecer a indústria de segurança privada, conforme mostra o quadro abaixo em que o Maranhão ocupa uma posição (14º) desproporcional a posição ocupada no quadro nacional de taxas de homicídios (último).

Gráfico 2 - Distribuição dos vigilantes nos Estados brasileiros – 2004



Fonte: Departamento da Polícia Federal

Essa penetração imperialista no Brasil não se dá mecanicamente, nem muito menos pode ser considerado o único motor do processo de criminalização da população pobre e negra deste país. O que tentamos mostrar ao longo desse capítulo é que a dominação interna acentua-se a medida que a dominação externa se intensifica. A cultura alienígena (imperialista) se ajusta as formas de dominação e humilhação existente e até certo ponto serve

também aos interesses das classes fundamentais do estado-nação dominado ou de suas unidades federalistas.

Vimos que a expansão e consolidação do imperialismo não teve como resultado relações globais de interdependência política e econômica entre países centrais e periféricos, pelo contrário:

As ações para a articulação do espaço global e os locais não levaram a superação do desenvolvimento desigual e combinado, mas à globalização, que aumenta a submissão dos processos de trabalho periféricos aos processos de valorizações globais (FARIAS, 2000, p.45).

Os casos ilustrativos que apresentamos sintetizam nossa hipótese de que o parlamento, mídia e aparato repressivo atuam de forma sincronizada no processo de penalização, criminalização e punição dos pobres.

Contudo, os casos que relatamos referentes a esse processo no estado do Maranhão acontecem paralelos a diversos massacres ocorridos em âmbito nacional com repercussão internacional como Carandiru (1992), Candelária (1993), Corumbiara (1995), Eldorado dos Carajás (1996) etc. Isso implica dizer que as políticas neoliberais não podem ser consideradas com simples remoção do Estado econômico, mas também do ponto de vista da repressão aos pobres.

Farias (2000) critica os autores que apresentam o Estado neoliberal como Estado mínimo e mostra que um estado forte, policial e repressor é extremamente compatível com o neoliberalismo ou outras formas estatais fenomênicas por que em sua essência esse Estado é um Estado a serviço do capital.

As formas fenomênicas, estatais, simultaneamente flexíveis e vigorosas, consensuais e autoritárias, são perfeitamente adequadas tanto às práticas capitalistas neoliberais, como à chamada revolução democrática, que se consolidaram a partir dos anos 80. Assim favorece a competitividade tanto por intermédio da restauração de subsídios e outras vantagens, como através da reabilitação de vantagens espúrias para quem personifica o capital, em detrimento de quem personifica a força de trabalho, ao arripio dos direitos constitucionais anteriormente conquistados (FARIAS, 2000, p. 51).

É nesta perspectiva que pretendemos analisar o processo de criminalização, punição e controle social da juventude do bairro da Liberdade em São Luís do Maranhão destacando os aspectos político pedagógico dessa investida.

4 POLÍTICA E CULTURA NEOLIBERAL NA PERIFERIA: a “mão invisível” e o “braço de ferro” do estado na “guerra interna” do bairro da liberdade.

4-1. Liberdade: um bairro marcado pela riqueza cultural e pela pobreza sócio-estrutural.

O bairro da Liberdade fica situado porção leste da Ilha de São Luís, capital do Maranhão, e a mais ou menos dois quilômetros do seu principal centro comercial. Limita-se a norte e a oeste como o Rio Anil, ao sul com o bairro do Monte Castelo e a leste com o bairro Camboa.

A área que hoje corresponde a esse bairro foi o local escolhido em 1918 para a construção de um abatedouro de animais e um mercado público em razão da facilidade de acesso ao mar e a uma estrada de ferro que teria sua construção concluída em 1920, ambos entendidos como fundamentais para o sucesso do referido empreendimento.

Com o passar do tempo, o Matadouro tornou-se um atrativo para construção de moradias em suas proximidades. O acesso à carne era uma dessas razões. Segundo consta no contrato firmado entre a prefeitura municipal de São Luís e a companhia Matadouro Modelo, empresa responsável pela construção e exploração do matadouro, o mesmo deveria “ter capacidade para que possa ser abatido, no espaço de cinco horas, 100 rezes 20 vitelos, 30 porcos e 20 carneiros” (Contrato do Matadouro, item I, apud, SILVA, 1997), ou seja, em média 33 animais por hora e um a cada dois minutos.

Em 1937 esse contrato seria recendido por falta de comprimento de algumas de suas cláusulas, especialmente a que diz respeito à higiene social³¹. Após a estatização do matadouro pelo prefeito Otacílio Saboya Ribeiro, intensificou-se o processo de ocupação dessa área que aos poucos foi estimulando o loteamento da mesma. Antes, porém, a maioria destas terras eram as chamadas “quintas” demarcadas por alguns moradores de melhor poder aquisitivo, provavelmente comerciantes que ali se estabeleceram.

Em 1950 o Matadouro é oficialmente transformado em bairro. Esse avanço se dar na esteira do processo de redemocratização do país com a queda do Estado Novo. A partir daquele momento prevaleceu em todo o Brasil a política clientelista e populista muito comum ao período desenvolvimentista que se estendeu até o golpe militar de 1964. Nesse contexto, diversos lotes do bairro Matadouro foram sendo entregues a populares.

³¹ Seria interessante um estudo que verificasse se essa mudança, ou seja, a estatização do Matadouro, não mantém alguma relação com a crise capitalista de que se abateu em todo o mundo na década de 1930.

No entanto, é somente em 1966 que esse bairro abandona a alcunha de Matadouro e passa ser chamado Liberdade. Essa mudança foi realizada pelo prefeito Epitácio Cafeteira que prometera assim proceder caso ganhasse as eleições.

A maioria dos seus moradores é originária da baixada maranhense. Esse processo migratório ocorre paralelo à tentativa de inserção do Maranhão na divisão de internacionalização do trabalho como espaço de transnacionalização de capital que se dar fundamentalmente nas décadas de 1960, 1970 e 1980 com a descentralização de indústrias do eixo sul sudeste para o norte e nordeste (DURANS, 2008).

Neste período a população de São Luís salta de 160.000 habitantes em 1960 para 500.000 em 1990, uma taxa de crescimento correspondente a 212,5%. Essa drástica mudança se deu em virtude do êxodo rural.

Por está localizado no meio norte brasileiro o Maranhão foi beneficiado com recursos provenientes da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM e Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE. No entanto esses projetos beneficiaram majoritariamente os grandes empreendimentos ligados ao grande capital em detrimento da agricultura familiar. Lei da terra criada em 1969 favoreceu ainda mais esse processo à medida que garantia acesso a terra em até 3.000 hectares. Do mesmo modo, a construção das rodovias Belém-Brasília e a BR- 316 que liga a região norte a Brasília e a Teresina, ao valorizar as terras em suas proximidades favoreceu igualmente a especulação e a grilagem. A forma como se deu a implantação destes projetos acentuou os conflitos agrários e o êxodo rural (PEREIRA, 2007).

Portanto, ao mesmo tempo em que os grandes projetos instalados nos municípios interioranos expulsavam seus habitantes, especialmente camponeses, o desenvolvimento industrial da cidade de São Luís apresentava-se como um outro atrativo para imigração em direção a capital.

Além desses fatores, a construção do Centro de Lançamento de Alcântara - CLA, em 1980 -baixada maranhense- chegou a expropriar aproximadamente 10 mil pessoas, favoreceu também esse deslocamento rumo ao bairro Liberdade. Além de alcantareense, encontramos neste bairro, moradores oriundos de municípios da baixada como: São Bento, Cururupu, Viana, Pinheiro, entre outros.

Por essa razão pesquisadores da Secretaria de Desenvolvimento Social do Maranhão – SEDES estão considerando o bairro da Fé em Deus, comumente considerada como pertencente à Liberdade, como o maior quilombo urbano do Brasil. A justificativa para essa afirmação é baseada no resultado de uma pesquisa que teria identificado que muitos

desses moradores foram expulsos de comunidades quilombolas, principalmente da baixada maranhense. Rosângela Santos Bertoldo, membro dessa equipe afirma que:

A medida que se tem acesso às informações sobre a história dos afro-descendentes no Brasil, se constata que a maioria das pessoas residentes no bairro Fé em Deus é oriunda de municípios do interior do estado- de comunidades quilombolas- e vieram para capital por várias razões. Por exemplo, grande parte das famílias que estão morando, atualmente naquela periferia da Camboa é oriunda de Alcântara, muitas por conta da implantação da base de lançamento que as expulsou de suas terras (Jornal Pequeno, São Luís, 27 ago. 2006. Especial, p.05).

Segundo pesquisas da Fundação Nacional de Saúde (1996) a Liberdade possui 16.305 habitantes, nos quais aproximadamente 80% são negros.

Silva (1997) mostra ainda que a formação e consolidação da Liberdade fora profundamente marcada por manifestações trazidas do interior do estado por pessoas humildes, sendo aos poucos plasmada nos ethos cultural deste bairro. Terreiros de Umbanda, festa do divino, boi de zabumba, são algumas dessas manifestações que marcam profundamente a história cultural deste bairro. O reggae, também tem relevância destacada na construção dessa identidade coletiva. Muitos consideram a Liberdade como bairro que congrega a maior quantidade de adeptos do reggae no Maranhão e outros como o berço do reggae na capital maranhense.

Outras manifestações culturais, não menos importante, estão presentes no bairro a exemplo de blocos-afros como a agremiação Cultural Netos de Nanã e a grande quantidade de seus moradores que durante os carnavais desfilam no bloco Afro Akomabu ligado ao Centro de Cultura Negra do Maranhão - CCN-MA.

Hoje a Liberdade passou a ser um conglomerado composto de pequenas comunidades como Brasília, Pró-Morar, Floresta, Rua da Vala, Vila Sésamo, Vila Maruim, Baixinha, Alto do Bode, etc. Entretanto, no noticiário midiático, especialmente nos programas policiais, os crimes cometidos nos bairros da Camboa e Fé em Deus geralmente entram nas estatísticas do bairro da Liberdade.

No interior deste bairro existem duas escolas da rede pública de ensino fundamental, uma mantida pelo governo municipal a Unidade Integrada Ministro “Mario Andreazza” e outra pelo governo estadual a Unidade Integrada “Estado do Pará” Diversos bares funcionam com bailes, principalmente de reggae como Cidinho Bar, Bar do Reizinho, Naty Freedom, etc. Festas com serestas é também muito comum neste bairro.

Há ainda uma feira que faz fronteiras com a Baixinha e a Brasília, e seguindo alguns metros encontramos o oitavo distrito policial. Em relação ao lazer só recentemente foi

construída um ginásio nas proximidades das comunidades Pró-morar e Vila Maruim. Em frente a esse ginásio encontra-se um mini-teatro e na sua margem esquerda a Praça Mário Andreazza, a única do bairro, que, no entanto, não dispõe de nenhuma estrutura fixa para realização de atividades culturais ou políticas.

O boi de Zabumba de Leonardo e o de sotaque da baixada de Apolônio assim como seus respectivos tambores de crioula, considerados uns dos mais importantes do estado Maranhão, têm sua sede localizada no interior deste bairro. Blocos carnavalescos tradicionais como Mensageiros da Paz e Os Reis da Liberdade também elevam riqueza cultural do bairro. Muitas personalidades do universo cultural e desportivo foram moradores deste bairro a exemplo do cantor e compositor Mestre Antônio Vieira, o pai de santo Jorge Babalorixá, o Damista Zequinha, a jogadora da seleção brasileira de basquete Iziane, jogadores de futebol e tantos outros.

Nenhum campo de futebol existe na Liberdade, apesar da grande quantidade de agremiações. A praia do IPEM, localizadas a alguns quilômetros do bairro, é onde se realizam as partidas de futebol entre essas agremiações. O deslocamento geralmente se dar através de bicicletas.

Um pequeno posto de saúde na saída do bairro atende os seus mais de 20 mil moradores e aos das comunidades adjacentes³². Nessa mesma rua que avança em direção a Avenida Getúlio Vargas encontramos o Centro de Ensino Médio- CEM Fernando Perdigão que, apesar de atender a moradores da Liberdade, é considerada como pertencente ao bairro Monte Castelo. Uma outra escola de ensino médio, o CEM César Aboud, localizada nesta avenida, portanto fora do bairro, que também atendia majoritariamente aos moradores da Liberdade, foi fechada em 2008.

Na Rua Machado de Assis, encontramos a igreja católica matriz “Santo Francisco de Assis” e as filiais- “Santo Expedito” na Floresta, Nossa Senhora Aparecida na Fé em Deus e Nossa Senhora da Conceição na Brasília, que durante muito tempo fomentou atividades políticas, culturais e sociais no bairro. Diversos ativistas da esquerda ludovicense iniciaram sua militância nessas igrejas.

Como vimos brevemente à história de formação deste bairro tem relação direta com a tentativa inserção do Maranhão no modelo de expansão do capitalismo mundial após a crise econômica dos anos 1960. Expulsos do campo ou atraído pelo desenvolvimento

³² Como os dados que estamos nos baseando é de 1996, quando o bairro possuía 16.305 habitantes, é provável que mais de dez anos depois esse contingente tenha aumentado significativamente.

industrial de São Luís esses moradores tentaram reconstruir suas vidas nesta capital onde a atividade cultural foi, sem dúvida, um elemento-chave importantíssimo.

Porém, mesmo que estas manifestações culturais “tradicionais” sejam hoje reconhecidas e até tombadas como patrimônio imaterial da humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura- UNESCO, os filhos e netos dos homens que as preservaram se vêem em meio a um intenso processo de conflitos internos, de repressão estatal e de criminalização midiática. A riqueza cultural da Liberdade nesses momentos é simplesmente esquecida bem com a origem sofrida de seus moradores.

Contudo, só é possível entender como esse processo se dar no referido bairro acompanhando o percurso dos conflitos entre as galeras iniciada na década de 1980. Se levarmos em conta as considerações realçadas no segundo capítulo, veremos que esses conflitos cresceram à medida que o imperialismo cultural e econômico foi se consolidando no Brasil, com a implementação das políticas neoliberais entre as décadas de 1980 e 1990.

4.2 Dos conflitos entre as “galeras” à “guerra interna”

A formação da primeira “leva” de galeras³³ em São Luís iniciou-se por volta de 1985 e foi fortemente influenciada pela indústria cultural norte-americana (fonográfica e cinematográfica) que adentravam lares, cinemas, e bailes freqüentados pela juventude da época. Foi também esse contexto que deu origem a “febre do *break*” como ficou conhecido o período em que por todo o país, jovens de todas as classes sociais e origens étnicas praticavam essa dança.

A febre chamada break. A chegada da dança de rua no Brasil, 1984, este é o ano oficial da chegada do B.boying, Popping e Locking no Brasil. Em São Paulo, no interior do país, Minas Gérias, no Sul e no Nordeste, em fim todos os lugares foram influenciados pela cena Flash Dance, os vídeos clipes, como de Lionel Richie, Malcom Mc Laren, etc... E não devo esquecer (por mais que muitos queiram) de Michael Jackson, pois foi seu Backslide a primeira cena que muitos Popper's viram no Brasil. Break Dance era a uma febre, todos dançavam, e não demorou muito para os talentos tupiniquins terem seu espaço (REVISTA MOVA-SE STREET DANCE, 2000. p.26).

³³ Ainda que algumas galeras se autodenominem gangues preferimos utilizar o termo galera para caracterizá-los levando em consideração que “as galeras, ao contrário das gangues, estão estruturadas fundamentalmente sobre atividades ligadas ao lazer como, por exemplo, ir à praia, dançar, cantar, beber, namorar (Herschmann, 2000, p.49)

Durante esse período surgiu em São Luís diversos grupos de jovens que se auto-intitulavam gangster ou gangueiros. A grande maioria destes grupos eram formados ou ligados a grupos de danças, especialmente de *break* ou de *funk*, e alguns adeptos do chamado *rock* nacional que também crescia por todo o país. Era comum ver jovens envolvidos com os três estilos de música e dança.

Dentre as principais galeras da cidade de São Luís destacavam-se os Bárbaros, os Víboras, Dente de Sabre, Irmandade do Aço, Os Cobras, Os Gladiadores, Os Kid's, entre outros. A grande maioria dos nomes desses grupos era copiada de filmes que tratavam da violência entre grupos urbanos ou “bandos” de guerreiros o que demonstra a influência da indústria cinematográfica norte-americana sobre essa juventude.

Geralmente esses grupos representavam um determinado bairro, mas na maioria das vezes incorporando jovens de bairros diferentes. Talvez por isso, os poucos conflitos existentes entre os mesmos não resultavam em conflitos entre bairros.

Outro fator interessante que possibilitava essa relação era que, como a maioria destas galeras era ligada a grupos de danças e entre estes grupos existia certa relação de respeito e afetividade, mesmo havendo sentimento de competição entre os mesmos; o limite dos conflitos entre as “galeras” se dava nos limites da relação entre os grupos de danças. Relatos de mortes eram muito raros.

Como exemplo, podemos citar que o crime de maior repercussão na grande mídia maranhense envolvendo esses jovens na década de 1980 foi um atribuído a um grupo de dança de *break* da Cohab e não necessariamente às galeras. Segundo matéria publicada em um jornal de grande circulação no estado:

Depois do show de top-less onde garotas de menores exibiam seus corpos seminuas para uma multidão, dentro da associação de moradores da Cohab, M.G. foi estropada selvagemmente. Foi uma brutal maratona promovida por um grupo de dançarinos de break. Em seguida os assaltos e a corrida para a droga. Eles estão literalmente drogados. É um grupo de 20 rapazes, que trajam roupas coloridas. A garota M.G.C. de 13 anos de idade grita desesperadamente no meio da roda. (O Imparcial, São Luís, 4 dez.1986. Polícia, p. 8).

Mas o nome do grupo de *break* a qual o Jornal “O Imparcial” atribuiu o crime (estupro) é, na verdade, o da galera “Dente de Sabre”, o que atesta ainda mais a existência dessa relação entre galeras e grupo de dança.

Em São Luís, no bairro da Cohab, depois do surgimento do grupo “Dente de Sabre”, há três meses, comandado por um adolescente de iniciais R.R. de 17 anos, as queixas de acusações de assaltos, maconha e estupros são em grande quantidade, atribuídas a eles. (O Imparcial, Ibid, p.8).

É claro que a vinculação entre gangues e grupos de danças feita pelo jornalista é no sentido de associar a dança break à violência e, conseqüentemente, criminalizar àqueles jovens em seu conjunto.

Vale lembrar que desde a chegada do break no Maranhão, em 1983, jamais um jornal de grande circulação, como “O Imparcial”, teria feito uma matéria tão pomposa, de quase uma página inteira, com jovens praticantes desta dança (Dias, 2000).

E, o mais impressionante nisso tudo, é que todos aqueles jovens que aparecem nas fotos dançando em frente ao Clube da Cohab e na Praça Chico, onde ensaiavam, imaginavam que estavam posando para fotos que iria sair na coluna cultural, e não na página policial, do referido jornal que trazia como manchete “Na Dança Break, Tem Assalto, Curra e Droga” (DIAS, 2002).

A partir daquele momento ficou estabelecida a proibição de realização de rodas de break em diversos bailes da cidade, entre os quais o do clube da Cohab.

Nenhuma roda de *break* no clube da Cohab podia acontecer em função de um estupro. O camarada estuprou uma mina e a mina colocou que o camarada dançava *break*. E aí os parceiros que dançavam *break* né[...] e todas as pessoas que dançavam *break* começaram, inclusive, a não se vestir como dançarinos de *break*, com calças largas. Colocaram roupa social, tá entendendo (Lamartine Silva, apud, Dias, p. 2000).

Já na década de 1990 surge uma nova “leva” de galeras no estado. São as galeras de pichadores como: Garotos da Bota Preta, do bairro da Alemanha; Pichadores Rebeldes (P.R.), da Macaúba; MC, do Bequimão; Detonadores de Rua (D.R.), da Liberdade; Garotos Geração2000 (G.G. 2000), da Areinha; NJ, do João Paulo, etc.

O surgimento dessas “galeras” em São Luís tem relação também com a forma como eram organizadas e conduzidas as chamadas “festas de galeras” ou “encontro de galeras” promovidos principalmente por apresentadores de programas musicais de *funk*, *house* e *rock* ligados às emissoras de rádios comerciais de São Luís, especialmente da Rádio Difusora e Rádio Cidade, ambas FM. É possível verificar que o definhamento dessas galeras, conforme veremos, ocorre paralelo ao também definhamento dos referidos programas e “festas de galeras”.

Enquanto a “primeira leva” de galeras mantinha uma relação mais próxima com os grupos de *break* e amantes do *rock* nacional, a “segunda leva” será fundamentalmente

influenciada pelo *funk* carioca, que ficou nacionalmente conhecido como funk Brasil. Havia, entretanto, uma diferença nessa relação galera/grupo de dança que merece esclarecimento.

Os jovens pertencentes às galeras da “primeira leva” freqüentavam os mesmos espaços de lazer (os bailes, as praças) dos grupos de *break*, mas dificilmente praticavam a dança. Já para as galeras da “segunda leva”, escutar e dançar *funk* era quase que uma questão de identidade cultural, o que não implica dizer que todo dançarino de *funk* era um membro de galera, no entanto quase todo membro de galera era um amante ou dançarino de *funk* e em alguns poucos casos também de *break*.

Esse mesmo esclarecimento serve para a relação galeras/pichadores. Na “segunda leva” a pichação era uma prática comumente usada entre os membros das galeras simbolizando até mesmo status, mas não significava que todo pichador era membro de uma galera ou que toda pichação simbolizava uma galera. Aqui interessa-nos a relação entre galeras da “segunda leva” e o “movimento *funk*”.

Diferente do estado do Rio de Janeiro aonde o *funk* é um fenômeno cultural da população negra e pobre, especialmente dos morros, que permanece até hoje sobrevivendo aos zigzagues modistas da grande imprensa e da classe média (Herschmann, 2000), em São Luís, o fim dos programas e dos bailes promovidos por esses locutores implicou no esgotamento do fenômeno entre a juventude negra das periferias, restando algumas iniciativas focalizadas sem muita repercussão.

É provável que esse deslocamento esteja ligado à grande aceitação que o reggae passou a adquirir entre a classe média de São Luís a partir da segunda metade da década de 1990. Essa hipótese pode ser comprovada na transferência de muitos promotores de “bailes de galeras” para as festas de reggae; o Hip Hop também passa a ganhar impulso entre a juventude de periferia nesse mesmo contexto, porém por fora do glamour mediático e da classe média.

Em termos comparativos a “segunda leva” de galeras vai ter um perfil mais “violento” do que seus antecessores. A composição desses grupos, outrora mistos e poli-territorial passa a ser uni-territorial, formados por jovens oriundos do mesmo bairro ou comunidade. Dentre as muitas explicações para essa mudança, ressaltamos a influência das chamadas “festas de galeras”.

Porém antes de falarmos sobre essas festas, alguns esclarecimentos merecem serem feitos para evitar confusões ou interpretações equivocadas a cerca de nossas colocações sobre esse assunto que no momento não é questão central do nosso trabalho, mas que se relacionam, mesmo que indiretamente, com mesmo.

Para que a situação em análise seja compreendida três aspectos devem ser considerados: 1- a aplicação das políticas neoliberais e os seus impactos nos desajustamento familiar e comunitário destes jovens; 2- a necessidade de socialização juvenil que muitas das vezes se dar nos ambientes extra lar, especialmente para quem reside na periferia; 3- A maneira equivocada ou irresponsável de como era organizadas as “festas de galeras” em São Luís.

Esses aspectos precisam ser conjugados mutuamente, pois só a situação de pobreza não explica necessariamente violências e conflitos de rua, tendo em vista que, segundo pesquisas, os países mais pobres do mundo não são necessariamente os mais violentos o mesmo serve para os estados brasileiros em que os mais pobres, Maranhão e Piauí, quase sempre aparecem como os menos violentos (estamos nos referindo à violência física, pois a desigualdade social é em si uma grande violência).

Da mesma forma que só o desejo de socializar-se e pertencer a grupos ou “galeras” ou ainda participar de eventos que estimule disputas ou competições como as “festas de galeras” não necessariamente deve resultar em agressões e revanchismos.

Não devemos isolar nenhum desses aspectos, mas, por outro lado, não podemos colocar todos em patamar de igualdade. O que precisamos diferenciar é o que é determinante (as desigualdades sociais, que se acentuará com o neoliberalismo na década de 1990) e o que foi fundamental, na especificidade do fato em análise, a formação das “galeras” como grupo de “autodefesa”, pois para que o mesmo ocorresse à forma como eram organizadas e realizadas as “festas de galeras” foi decisivo. No entanto, isso também poderia ter se dado de outra forma.

A mais importante destas festas e que talvez tenha dado origem às demais festas e encontros acontecia nos dias 24 de dezembro de cada ano no espaço de eventos conhecido como Casino Maranhense que fica localizado nas proximidades do centro histórico de São Luis. África Bambata³⁴, ex-membro da galera D.R. (Detonadores de Rua) do bairro Liberdade explica como acontecia essas festas:

As festas tinham vários tipos de festa, mas a festa mais importante mesmo era a que se fazia em época de natal no dia vinte e quatro de dezembro e se chamava baile das galeras e a maior galera vencia né? E ai descia galera de todas as áreas, Anjo da Guarda, bairro de Fátima ai sempre fica aquela repercussão lá dentro [...] quem ficava na apresentação lá dentro era Rubinho Jones, Stênio Kavazaqui. Sempre tinha atrito não tinha como evitar, por que ficava tudo mundo junto, cada pedaço era de

³⁴ África Bambata, condinome utilizado para M. A. F. S. , 33 anos, natural da cidade de Salvador capital do Estado da Bahia, autonomo, morador da comunidade Floresta no bairro Liberdade, cursou até a sétima série do antigo segundo grau. Entrevista concedida em 30 de fevereiro de 2009.

uma galera ai sempre tinha, toda hora rolava uma briga uma confusão mesmo, o segurança não tinha como apartar não, o pau fechava legal. (África Bambata.).

Estas festas, que aconteciam aos fins de semana, eram divulgadas durante toda a semana anunciando que o bairro que levasse a maior quantidade de pessoas ganharia um troféu. Em algumas dessas festas, grupos perdedores se revoltavam contra os vencedores, entravam em atritos com os mesmos e na festa seguinte tentavam reunir mais pessoas para ganhar o próximo troféu ou para garantir a autodefesa coletiva dos seus membros. A D.R., chegou a ganhar alguns desses troféus e foi vítima de tentativa de agressões por parte dos grupos perdedores, segundo depoimento abaixo:

Inclusive o último ano, eu lembro muito bem, quando saímos do Casino tinha várias galeras preparada pra pegar e arrumar a briga com a gente já tudo unida pra chegar e brigar com a gente lá do lado de fora por que a gente já tinha ganhado dois anos e o terceiro ano já tava, entendeu? Gerava muita briga sim (África Bambata.).

O resultado foi que grupos de jovens que se reuniam para extravasar suas energias nas noites dos fins de semana foram aos poucos transformando entretenimento e diversão em hostilidades entre bairros. As “galeras” com o tempo foi se tornado em grupos de autoproteção.

Mas, além disso, as galeras tornavam-se um atrativo para muitos jovens, à medida que o fato de ser membro de uma galera poderia simbolizar, no círculo de convivência destes, fama e respeito.

Como a DR era falada, como a Bota Preta, como P.R., como a M.C. e outras gangue assim, elas tinham muita fama, entendeu? Chegavam nas boates e neguinho respeitava, e sempre tinha um querendo entrar, querendo participar das pichações, das brigas de galeras por que aquilo ali quando o cara chegava era respeitado, qualquer lugar que ele chegava ele era respeitado, quando era da D.R. da P.R., da M.C. eram umas galeras que era respeitada aqui em São Luís (África Bambata).

Max Padilha³⁵, que na época tinha entre aproximadamente quatorze anos nos revela que se sentia seduzido pelas galeras, apesar de nunca ter participado de nenhuma. Interessante perceber nesse depoimento a relação que o mesmo faz entre a invisibilidade do jovem da periferia na mídia, a sua baixa auto-estima e busca de status social no interior desses grupos.

³⁵ Max Rodrigues Padilha Gonçalves, 29 anos, natural de São Luís do Maranhão, é militante do Quilombo Urbano desde 2000. Possui ensino médio completo e trabalha com operador de computador. Atualmente reside no bairro Jardim América onde participa da posse C.O. em Legítima Defesa. Entrevista concedida no dia 30 de fevereiro de 2009.

No recomeço da DR eu tá ali, não ia em festa e sempre escutava em casa, eu escutava que queria muito participar, como eu era muito jovem não participei muito [...] por que pelo fato de não se ver em outros local, tipo televisão, no colégio então a pessoa sempre procura um status, e ai as galeras nesse tempo, as duas maiores que tinha que era pesada tanto a D.R. como a Bota Preta então cada um queria ser mais. Jovens queria se ver lá, queria pichar mais alto, passar por cima dos outro para os outros ter uma visão sobre ele (Max Padilha).

Essa maneira de reagir de uma parcela significativa da juventude negra plebéia traz à tona alguns elementos que precisam ser analisados com mais profundidade, pois além serem espremidos tanto socioeconomicamente pela estrutura excludente da sociedade capitalista e racista, são também oprimidos psicologicamente pela inferiorização dos seus valores culturais.

Neste sentido, a inexistência de uma válvula de escape ou de um instrumento coletivo de pressão social que os façam descomprimir dessa situação acaba levando-os a mergulhar ainda mais no mundo do crime na tentativa de recompor o seu *ser* negro que foi mutilado na hierarquia cromática de valores da sociedade capitalista e racista que estabelece o branco como protótipo a ser seguido por todos e *ser* ocupante do ápice da pirâmide sócio-cultural. De maneira que:

Ele pratica o crime não apenas pelos resultados materiais, mas, também, por uma vingança simbólica de romper com os valores sagrados impostos pelos brancos. A agressividade apresenta-se, então, como a forma através do qual ele se superioriza e consegue restabelecer a unidade de sua personalidade ambivalente. Por outro lado, essa agressividade serve para que, diante de alguns setores da comunidade negra, ele adquira *status* de prestígio capaz de projetá-lo ao nível da liderança (MOURA, 1994, p. 213).

No depoimento de Roberth³⁶, militante do Quilombo Urbano que morava no bairro da Alemanha, bairro identificado com os galera Garotos da Bota Preta, reafirma o significado desse “status de prestígio” que significava ser membro de uma dessas galeras naquela época.

Viche! a bota preta praticamente era das mais faladas né? (...) a Bota Preta tinha um repercussão bem maior, até integrante também era bem maior por que pegava Caratuiua, pegava gente do João Paulo, até cara da própria Liberdade já teve dentro da Bota Preta na época, e ai tinha essa repercussão assim tipo fama nè? Infelizmente, no meu ponto de vista negativo (...) o pessoal não tinha outras coisas pra absorver né?, e ai muitos se identificada com gangster, atitude dita rebelde vista pelo manos que não faziam parte que admirava a atitude dos caras muitas das vezes até de bater de frente com a polícia, isso ai na quebrada tu é louco, os caras tinha uma admiração

³⁶ Roberth Ribeiro Costa é militante do “Quilombo Urbano” desde 1997. Tem 29 anos, é natural de São Luís, ensino médio completo, é funcionário da prefeitura municipal de São Luís e atualmente reside no bairro Cidade Olímpica onde participa das atividades da Posse C.O. em Legítima Defesa, filiada ao “Quilombo Urbano”. Entrevista no dia 3 de março de 2009.

que eu vejo tem ponto negativo ai né? Isso ai, uma coisa que não é direcionada pro um lado positivo que venha contribuir. (Roberth Costa)

De fato, ao que parece, a Galera Garotos da Bota Preta era a mais influente da época, motivo esse que explica por que a mesma foi utilizada como “bode expiatório” para o farsa do arrastão de 1992. Júlio³⁷ fala como a galera da “Bota Preta” servia como referência para outras galeras se organizarem.

Eu conheci uma gangue que existia na época chamada Bota Preta que era uma das gangues mais formosa de São Luís. Eu conheci ela por que a maioria dos jovens que fazia parte dessa gangue morava na Alemanha, morava no Caratatuia e no João Paulo. E foi quando eu conheci alguns deles, eu conheci e comecei a me envolver e comecei andar. Eu não era da Bota Preta mais como eu conhecia muito caras, eu colava com eles e eu morava entre o João Paulo e a Alemanha, que era a Apeadouro e lá nós fundamos uma gangue chamada NJ que começou a se chocar com uma gangue bem de perto da Cerâmica que era a O.G. que já tinha um ano ou mais de existência. (Júlio Barbosa.)

Durante esse período que durou praticamente entre 1990 a 1998 foi registrado um crescimento significativo da violência entre as galeras e os seus respectivos bairros, mas nada que justifique o sensacionalismo midiático supra-analisado.

A rivalidade não era tanto interna em se tratando de bairro. Na época das gangues era uma rivalidade de bairro contra bairro né? agente tinha aquele receio por que pô, ficava cabreiro mesmo, de repente ali surgisse um confronto ali das galeras agente poderia ser o alvo, mas é diferente de hoje né? hoje a guerra é interna, é diferente disso ai, antigamente era uma divisa de bairro, hoje em dia é no próprio bairro, infelizmente, tá acontecendo um guerra (Roberth Costa).

Apesar de algumas ações ousadas dessas galeras como, por exemplo, invadir o bairro da galera rival, ações essas que poderia proporcionar aventura, perigo e obtenção de “respeito”, as formas de enfrentamento e as armas que os mesmos utilizavam não possuíam a mesma capacidade letal das utilizadas nos atuais conflitos entre a juventude de periferia.

A gente fazia reunião, articulava como é que ia fazer onde é que fica o ponto estratégico onde que os moleques gostavam de marcar mesmo pra gente mesmo invadir. [...] Na época era mais arma branca, era faca, facão, era corrente, era foguete, a gente levava muito foguete, pra chegar lá e atirar mesmo assim, mas não existia revolver na época não. Nesse confronto assim não morria como assim pra chegar e matar, mas era briga mesmo assim pra gente chegar e quebrar no pau pra

³⁷ Júlio André Sousa Barbosa, 27 anos, natural de São Luís do Maranhão, milita no Quilombo Urbano desde 1999. Possui ensino médio completo, é autônomo e atualmente reside no bairro da Cidade Operária. Entrevista concedida no dia 15 de março de 2009.

ter respeito entendeu? Chegar assim ô tá vendo aquele moleque, a gente chegava e quebrava mesmo pra ter respeito, ô a galera da D.R. chegaram e quebraram um moleque de tal galera, era mais assim. (África Bambata).

Assim, passada à fase da guerra inter-bairros³⁸ que durou até mais ou menos 1998 entramos na fase da “guerra interna”. Do macro espaço urbano os conflitos se deslocam para o micro espaço comunitário. E o bairro Liberdade é um dos seus mais emblemáticos exemplos.

Ainda que não tenhamos os dados precisos sobre a mortande resultante dos conflitos entre as duas primeiras gerações de galeras nem muito menos da “guerra interna” do bairro Liberdade nos últimos dez anos, é possível que os primeiros sejam infinitamente inferiores aos dos que envolve a “guerra interna”. Para se ter uma idéia só no período que vai de janeiro a maio de 2004 foram registrado na Liberdade 29 casos de homicídio com assassinatos ou tentativas, quase dois por fim de semana³⁹, a maioria certamente decorrentes de conflitos entre diferentes “quebradas” da Liberdade.

É provável que esse número supere os quase 15 anos de existência das galeras na cidade de São Luís, se levarmos em consideração a “primeira leva” (de aproximadamente 1985 a 1992) e a “segunda leva” (de 1990 a 1998)⁴⁰.

³⁸ Certamente que ainda persistem os conflitos entre bairros de periferia em São Luís, mas não decorrente do processo que estamos analisando. O mesmo cabe para a data que estabelecemos como marco transitório para delimitar os conflitos entre os bairros e a “guerra interna”, pois muitas “galeras” se desfizeram antes desta data ou mesmo depois.

³⁹ Fonte: Jornal pequeno, São Luís, 18 jul 2004. Cidade, p.4.

⁴⁰ A discrepância entre as mortes ocorridas entre essas duas levadas pode ser comprovada também nos inúmeros casos de homicídios ocorridos muito recentemente envolvendo jovens que outrora fizeram parte das galeras de bairros. Só no primeiro trimestre desse ano (2009) dois membros da ex-P.R. da Macaúba foram mortos a tiros. Da ex- D.R. só na “guerra interna” da Liberdade já morreram mais de três, sem contar aqueles que perderam suas vidas em outros conflitos que não estão diretamente ligados a “guerra interna, e assim sucessivamente. Da “primeira leva”, por exemplo, nos foram relatadas aproximadamente cinco homicídios ocorridos na época de atividade dessas galeras, mas muitos morreram nos últimos dez anos em decorrência de acertos de contas em tráficos de entorpecentes ou em presídios. Seria interessante comparar também a faixa etária de vida das duas “primeiras levadas” de galeras com os da “guerra interna”, algo que não nos propomos estudar nesta pesquisa, mas que certamente trará novas e preocupantes discrepâncias, sobretudo por que em todos os depoimentos que coletamos sobre os jovens envolvidos em homicídio na “guerra interna” a média de idade dos mesmos oscila entre 15 e 22 anos. Se tomarmos como parâmetros o fato de que muitos jovens da primeira leva tinha a época entre 16 e 25 anos e que só foram se envolver em homicídios na década de 1990. De qualquer maneira, independente da geração, todos estão morrendo ou matando acentuadamente nos últimos 10 anos, que corresponde mais ou menos ao período de instalação da “Guerra Interna”, no caso específico do bairro da Liberdade, e, de maneira geral, na intensificação da aplicação das políticas neoliberais no Brasil e no Maranhão. Contudo, reafirmamos que um estudo mais profundo precisa ser desenvolvido. Nota-se ainda que esse crescimento coincide, conforme já vimos no segundo capítulo, com a redução no nível geral de violência no estado do Maranhão, o que pode parecer contraditório. Seria importante identificar com mais precisão em que camadas ou em que situações essa taxa de homicídio decresceu no Maranhão.

Woodiwiss (2001) explica que a evolução do crescimento de número de “ganguês” de ruas nos Estados Unidos ocorreu principalmente na década de 1990 como resultado da destruição do Estado de Bem Estar Social.

No Maranhão esse processo ocorre relativamente até a segunda metade dos anos 1990, mas na última década (1998/ 2008) há uma significativa redução do número de galeras de rua, o que, entretanto, não implicou redução da violência entre a juventude pobre, pelo contrário, nossa constatação é de que essa violência cresceu astronomicamente na última década em decorrência da instalação da “guerra interna” nas comunidades pobres. Resta saber se esse fenômeno é nacional, o que não se coloca como foco do nosso estudo no momento.

4.3 A “arma” neoliberal da “droga” do neoliberalismo: integração cultural e desagregação política da juventude negra no bairro da liberdade.

Liberdade chora, chora, chora dor/ dessa guerra interna
saudades muito deixou/ por aqui só ficou o sofrimento
como herança/ sentimento de vingança/ (Liberdade Sem
Fronteiras, Dialeto Preto e Gíria Vermelha).

Em nossa pesquisa quase todos os entrevistados em afirmaram que a guerra interna no bairro Liberdade iniciou-se há mais ou menos dez anos atrás. Contudo, não há consenso entre os mesmos sobre o provável estopim desse processo. Stivie Biko⁴¹ referências, por exemplo, a um assassinato decorrente de um desentendimento ocorrido em uma festa reggae envolvendo moradores da Rua da Vala e Pró-Morar:

Há mais ou menos dez anos eu acho, começou (...) Essa guerra começou aqui , foi até um molequzinho que morava aqui, foi uma briga , foi até no reggae de Naty Nayfson começou lá em cima e vieram pra cá pra baixo, ai os caras esfaquearam esse moleque, ai começou essa rinha de moleque do Pró-morar querer agarrar moleque da Rua da Vala aqui, ai começou tendo aquela intriga até que gerou crime, ai um ficou querendo cobrar de outro ai foi tipo assim uma bola de neve. Daí começou essa guerra todinha ai Pró-morar contra Rua da Vala. Quer dizer, até antes não tinha, Pró-Morar com Brasília e nem com Camboa, ai pronto ai depois foi contaminando a Liberdade todinha ai (Stevie Biko).

O acerto de conta em torno deste crime resultou na morte de pelo menos mais duas pessoas “inocentes”. Com a *rincha* formada, moradores da Rua da Vala, supostamente incentivados por um individuo que teria passado uma temporada no Rio de Janeiro e que

⁴¹ - Stevie Biko, condinome para A. H. V. C. 37 anos, morador da Rua da Vala no bairro Liberdade, é natural de São Luís, milita no Quilombo Urbano desde 2002 e coordena a pose Liberdade Sem Fronteiras. Possui ensino médio completo e trabalha como autônomo. Entrevista concedida no dia 20 de fevereiro.

queria impor sua liderança no bairro, foram até a Floresta para assassinar um outro desafeto mais terminou ceifando a vida de mais uma pessoa inocente:

Ai os moleques saíram aqui pra ver se pegava ele lá em cima só que nisso Lucky Dube ficou, Dube não tinha nada haver na bronca dos moleques, finado Notoruis Big não queria matar Dube era Orlando e nisso que finado Notoruis passou pra cima dele lá, ai ficou Dube parado, ai foi que esse Suge aqui que tava querendo botar banca na favela aqui veio por trás e disse ei rapa tú também é de lá né? Ai foi que ele descarregou, meu amigo, foi o revolver todinho em cima do meleque lá, foi bem aqui na frente, ai eles disseram que iam cobrar essa fita ai (Stevie Biko)

E de fato a vingança ocorreria horas depois do assassinato de Lucky Dube, só que mais uma vez a vítima seria uma outra pessoa “inocente”. Esse conflito entre Floresta e Rua da Vala acabou envolvendo o Pró-morar que a época era “aliado” da Floresta.

Ai nesse mesmo dia que eles mataram Dube foi por volta de onze horas para o meio dia a polícia veio recolheu o corpo aqui e logo em seguida os moleques vieram tudinho armado aqui um bando da Floresta lá que era aliado do Pró-morar e vieram cobrar a fita do finado Dube, ai só sei que eles foram lá pra favela lá e não encontram nenhum dos moleques, ai vinha um outro moleque lá, um cara que nem tinha se envolvido em treta nenhuma, um moleque super tranqüilo, lavador de carro, mas só que era um moleque super divertido, o moleque vinha lá da casa da mulher dele ai ele foi na casa da sogra dele pra buscar o almoço, ai isso ai foi por volta de uma hora pra duas horas ai moleque foi lá na favela procurar os moleques, ai o moleque foi passando cara, sem ter nada haver ô, ai um dos moleques apontou: esse ai também é do bando , tu é safado, ai deram um tiro, foi só um tiro, esse pegou na cara desse moleque. (Stevie Biko).

A tristeza do fato relatado se mistura com o espanto dos funcionários do Instituto Médico Legal - IML no momento do recolhimento dos corpos desfalecidos:

esse moleque veio andando, andando, até que ele morreu ali. Isso era duas horas, o IML só foi aparecer ai umas cinco horas e quando os caras chegaram aqui disseram, iche rapá, mas não mataram um aqui agorinha, pois acabaram de levar o corpo pra lá os moleque desceram e mataram outro agorinha ai. Ai ficou nesse pé de guerra deles ai. (Stevie Biko).

Sobre o início dos conflitos entre Baixinha e Brasília, Tim Maia⁴², morador da Baixinha, descreve que o início de tudo teria sido um caso de ciúme envolvendo dois rapazes e uma garota:

⁴² Tim Maia, condinome para M. A. M. R. possui 25 anos, autônomo, é natural de São Luís do Maranhão e morador da Baixinha no bairro Liberdade. Era membro do grupo Explosão do Rap e participou, durante algum tempo da Posse Liberdade Sem Fronteiras, atualmente cursa o ensino médio. Em decorrência do conflito analisado chegou a ser alvejado nos quadris. Entrevista concedida no dia 22 de fevereiro de 2009.

Essa treta ai começou a mais de dez anos e foi uma treta que começou envolvendo uma mulher e que pra mim essa treta ai começou por causa de besteira, tá entendendo? Começou por uma mulher que gostava de um e de outro, um da Baixinha e um da Brasília, o da Brasília chamava-se Peter Tosh e o daqui se chamava Sabotage, começou essa rivalidade ai do vínculo que essa mulher tinha com todos os dois. Um belo dia teve uma festa aqui na Camboa no famoso arraial Escorrega na Faca eles foram lá ai teve essa briga ai acabaram matando Peter Tosh , uma desavença Peter Tosh levou a pior. Ai desde esse dia criou essa rivalidade entre Brasília e Baixinha, os pequenos da Brasília sempre botando aqui e os da Baixinha sempre botando lá (Tim Maia).

Não obstante o preconceito em relação à mulher, que aparece por um lado como a única personagem anônima e, por outro, como protagonista central dos conflitos, o mesmo entrevistado lembra que somente cinco anos depois desse episódio que resultou na morte do morador da Brasília é que o ciclo de vinganças “vieram à tona”:

Passaram cinco anos na verdade ai quando veio a tona. Os pequenos tavam aqui no canto, bebendo num final de semana quando veio oito elementos deram a volta, cercaram a Baixinha, vieram por dentro. Muitas pessoas diziam que eles não tinham coragem de vim, mas eles acabaram vindo. Vieram, fizeram o cerco e acabaram matando Sabotage, que era o que eles queriam e acabaram levando de graça, na minha opinião, Feijão que não tinha nada haver com isso, ele era um menino tranqüilo que gostava de brincadeira, mas tava no meio levou a pior, então depois disso ai começou a briga direto (Tim Maia).

Nota-se pelos depoimentos que no início desses conflitos a maioria dos mortos eram pessoas “inocentes”. Entretanto, isso não explica como se deu os demais conflitos e a “bola de neve” que se formou envolvendo jovens de quase todas as comunidades do bairro.

Essa dificuldade, por parte dos entrevistados, em identificar o ponto de partida da “guerra interna” demonstra justamente que não devemos buscá-la nos comportamentos individuais, “isto é, a violência não é uma entidade metafísica e supra-histórica; é condicionada histórica e socialmente, e, definitivamente, são homens concretos os que determinavam seu uso e seu alcance”. (VÁSQUEZ, 2007, p. 389).

O recorte histórico, neste sentido, é mais importante para nós e a estrutura social em que ele se assentava. Esse período (1998-2008) marca o auge da aplicação das políticas neoliberais no Brasil com Fernando Henrique Cardoso e no Maranhão com Roseana Sarney, ambos de 1994 a 2002⁴³.

⁴³ - Só nos dois governo de Roseana Sarney (1994/2002) tivemos inúmeros empresas públicas destruídas e privatizadas, a exemplo do escândalo da privatização do Banco do Estado do Maranhão (BEM), o fechamento da COPEMA e da FATEMA, o sucateamento da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) que chegou a ocupar durante todo o seu governo os últimos lugares no *ranking* nacional, privatização parcial dos hospital do IPEM, os casos de projetos cujo verbas foram aprovadas e nunca foram aplicadas em sua totalidade (Salangô,

Nesse referido momento o Maranhão atinge um dos mais baixos do IDH no Brasil, conforme vimos no segundo capítulo. É provável que essa política tenha provocado impactos psíquico-afetivos desastrosos na consciência da população pobre como um todo, principalmente entre a juventude negra. Isso certamente deve ter oxigenado o processo da “guerra interna” em estudo.

Petras (1999) mostra que além das condições socioeconômicas, as orientações ideológicas são também fundamentais para consolidação de situações como estas:

[...] há uma forte tendência dos que caem na escala social dirigirem sua raiva para dentro, a se tornarem deprimidos, hostis em relação a família e a se afastar dos vizinhos, amigos e de antigos colegas trabalhadores. Este comportamento é favorável e induzido pelos maiores partidos políticos, a mídia de massa e os autores acadêmicos, que assinalam a inevitabilidade da “globalização”, as virtudes da “competitividade do mercado” e “necessidade” da flexibilidade trabalhista; o que representa o problema da vítima individual como produto de forças impessoais que escapam seu controle. (PETRAS, 1999, P. 24).

Essa ressalva é importante por que nos faz pensar as periferias e o bairro Liberdade em sua especificidade objetiva relacionada diretamente como o contexto mais geral das relações sociais. Dito isto, retornaremos ao centro de nossas análises.

Entre os nossos entrevistados há sempre uma tendência em comparar gerações, como por exemplo, a dos “malandros das antigas” com a dos “moleques mais novos” ou os “molecotes” como linha demarcatória entre o antes e o depois da “guerra interna”. Sobre os primeiros - os malandros das antigas - os relatos apontam para um tipo de rivalidade que se mantinha nos marcos do mundo do crime.

Logo no princípio mesmo quando tinha a malandragem os caras não se guerreavam. A guerra que tinha aqui era de bandido contra polícia. Quando polícia vinha aqui para querer embasar contra os caras eles não deixavam não. Os caras das antigas se matam mais não era muito assim era mais facada assim, era muitos difícil ter um crime hoje em dia tem os moleques que tão envolvidos na treta mesmo e os caras que não tem nada a ver. (Stevie Biko).

Lagoa da Jansem, empresa Cauê no município de Rosário, Estrada Arame Paulo Freire, ect), tudo isso evidentemente com verbas públicas que poderiam ser utilizadas em políticas sociais para os pobres. Na educação pública do Estado apenas duas escola foi construída efetivamente durante todo o seu governo. Mas, um dos programas que mais evidencia a política de sucateamento dos serviços públicos e de ataque os seus servidores foi sem dúvida o plano de demissões voluntárias. Aliás se teve uma promessa de campanha que a governadora pôs em prática foi a de “enxugar” a máquina pública estatal. Do mesmo modo entendemos que as políticas neoliberais aplicadas em nível nacional na gestão do então presidente Fernando Henrique Cardoso nesse mesmo período teve forte impactos no estado do Maranhão contribuindo ainda mais para aprofundar a penúria e desesperança de sua população mais pauperizada.

Nesta comparação há uma linha geométrica da violência que aponta para a reciprocidade entre o processo de intensificação dos conflitos com o da sua interiorização na comunidade. Quanto mais crescente é o conflito menor são os espaços de sua manifestação, ou seja, o “inimigo” reside cada vez mais próximo.

Conforme já vimos em alguns depoimentos o que provavelmente teria potencializado esses conflitos seria que a partir de um determinado momento o mesmo passou a envolver pessoas que não “tinham nada a ver”, o que, por sua vez, teria criado “uma bola de neve”. A partir de então muita gente “inocente” passaria a se armar pelo simples fato de residir em alguma área em conflito.

“Por essa rivalidade que tem entre as quebradas na liberdade [...] por exemplo uma pessoa que mora no Pró-morar que as vezes ela não é nem de confusão, não é de treta assim, às vezes ela não se sente segura na Brasília ai ela já compra um revolver pra própria segurança”. (Bib King⁴⁴).

Entretanto, há outros motivos, não menos importantes, que fazem com que muitos “inocentes” se envolvam nesses conflitos como, por exemplo, a relação de amizade. O fato de presenciarem velórios ou assassinatos de amigos é uma dessas motivações. De modo que a morte de um jovem “guerreiro” ou de um amigo “inocente” ao invés de inibir, acaba, pois, estimulando o envolvimento de outros jovens na “guerra”.

É difícil uma pessoa escutar o outro dizer assim mesmo: porra meu amigo morreu e tudo, meu parceiro morreu vou parar com isso que essa vida não dar, não sei o que. Só escuta dizer assim, ah vou cobrar, essa ai vai ter volta, não tem uma basta, sempre vai gerando cada vez mais (Bib King).

Tomando esses elementos como pistas, sentimos a necessidade de avançar para além da aparência do que estava sendo dito⁴⁵. Nosso questionamento então era de saber como esses jovens pobres e majoritariamente desempregados, conseguem adquirir armas de fogo, que custa em média mais de um salário mínimo, com tanta facilidade. Bib King descreve essa situação da seguinte forma:

A maioria dos jovens quando rouba um celular na avenida à primeira coisa que faz é comprar um revólver e é fácil, assim, sempre tem um esquema, um conhecido que

⁴⁴ Bib King, codinome para J. W. S. M. F. 20 anos, natural de São Luís do Maranhão, ensino médio completo e morador da comunidade Floresta no bairro Liberdade. Atualmente trabalha em uma auto-escola localizada nesse mesmo bairro. Entrevista concedida no dia 10 de fevereiro de 2009.

⁴⁵ Vasquez (2007) alerta que a aparência deve ser levada em consideração, pois pode servir como ponto de apoio para que possamos mergulhar na contradição do fenômeno a fim de chegar a sua essência.

tem um revolver que conhece alguém que tem um revólver. **Com certeza deve ser da própria polícia.**

Tim Maia relata que nas proximidades de sua residência morava um policial que costumava oferecer armas para seus amigos:

Comprando em outros bairros ou às vezes descolando com a polícia mesmo, que agente sabe como é a polícia, tem aqueles mais rigoroso, mas tem aquele que dar arma pra maluco, que vende arma pra maluco. **Eu por exemplo conheço policial que já vendeu arma pra maluco daqui, conheço muitos, muitos(...)** maluco mete uma fita aqui ali vai e compra. É aquela facilidade tremenda mesmo.

Essa afirmação de que policiais tem contribuído com a comercialização de armas de fogo demonstra a ingerência da “mão invisível” do Estado, oficialmente ou não, na “guerra interna” do bairro Liberdade. Malcoml X⁴⁶ também descreve que há algo de estranho nessa situação.

Quanto é uma arma, doido? Uma arma é 560 conto! Quem é que consegue dar, neguinho que não tem trampo ai, vai dar 560 numa arma (...) Acho que tem uma parte, tem maluco mesmo que consegue comprar através de sua viração quando mete um assalto mesmo e tenta agilizar. Mas a maioria mesmo, a gente ver que os maluco que não tem nadinha no barraco, mas tá ali com uma arma ali. A gente ver que a facilidade desses maluco conseguir essas armas acho que é muito grande é muito grande mesmo(...) aqui nem tem fábrica de arma mas tá cheio de arma ai, tem toda uma hierarquia, pra ir descendo até o maluquinho aqui.

Se o “braço de ferro” do Estado, através de alguns de seus agentes, estende sua “mão invisível” para que jovens em situação de conflito no bairro possam adquirir armas de fogo, por outro lado, alguns destes “lavam as mãos” diante de alguns eminentes conflitos.

Um episódio envolvendo moradores da Rua da Vala e o Pró-morar deixa claro essa política de “lavar as mãos” por parte de alguns policiais no bairro. Notorius Big de família extremamente pobre chegou a quebrar uma condicional ao praticar um furto, foi preso, mas não ficou menos de um mês na cadeia. Solto, não passou dois mês na rua e foi assassinado por moradores do Pró-Morar.

Até que um dia finado Big tava sentando de bobeira de costa os moleques vieram de lá e mataram Big. E Big antes disso foi preso por umas broncas de assalto ai ô cara. **Neguinho dizia que ele iria passar um bocado de dia na cadeia assim, mas não demorou um mês ele saiu na rua, ele pegou a rua.** Ele tinha quebrado uma condicional e geralmente quando o cara quebra uma condicional assim o cara volta a puxar a cadeia todinha anterior e ainda vai responder a bronca atual que ele fez. (Stevie Biko.)

⁴⁶ Malcoml X, condinome para R. N. R. 25 anos, é natural de Belém do Pará e militante do “Quilombo Urbano” desde 2005 e coordenador da Posse Liberdade Sem Fronteiras. É morador da comunidade Floresta no bairro Liberdade há quatro anos, está cursando o ensino médio, durante a noite. Trabalha como autônomo.

O entrevistado acima, que era parente da vítima, ainda chegou a escutar os tiros e presenciar o mesmo dando os últimos suspiros na frente de seu filho que estava ao seu colo no momento em que o mesmo foi alvejado pelos disparos.

Foi umas duas e meia por ai assim, ai foi quando eu escutei o tiro assim, pá, quando eu vi o moleque caído no chão mas não sabia quem era (...) ai foi quando eu sair assim em desespero, tinha alguma coisa dizendo assim que era algum sangue meu que tava no chão ali. Não ficou ninguém na rua ali (...) ai eu peguei e sair batido ai quando eu cheguei lá ele já tava arriado no chão e com dois tiros na cabeça. Ai vi ainda os meleques dando mais um tiro ainda pra executar mesmo, ai foi quando eu sair, ai quando eu cheguei lá ele tava lá no chão, tentou me falar alguma coisa, mas não conseguiu. O tiro era no pescoço e dois na cabeça e o garoto [filho] na frente dele lá. (Stevie Biko)

Dos suspeitos de envolvimento no assassinato nenhum foi preso. Destes, um foi morto alguns meses depois, na comunidade Boa Esperança, próximo Rua da Vala,⁴⁷. Impressiona o relato de como os policiais que estavam no local agiam quando os parceiros das vítimas foram até o local do homicídio e, todos armados, juravam “banhar” a Rua da Vala com sangue de seus moradores.

Enquanto esse moleque tava no chão lá veio uma gangue do Pró-Morar pra lá e a polícia tava lá e os moleques tudo lá armado e os moleques falaram: vamos invadir vamos matar todo mundo lá tudinho lá e os próprios policiais ao invés de prender pra coibir, **rapaz aqui não, depois vocês vão fazer a onda de vocês lá** (Stevie Biko)

Os relatos demonstram que há muitos destes jovens ao cometerem crimes gravíssimos continuam circulando livremente no bairro. Vejamos mais um depoimento a esse respeito:

Na verdade eles não passam muito tempo, dois meses depois tá liberado. Hoje em dia eles são assim, eles são espertos, se alguém ameaça eles de morte e se não matar logo ele, eles simplesmente vão numa delegacia registram queixa contra aquela pessoa e depois pode fazer o que eles bem entender (...) minha revolta maior é que por isso que já morreu muita gente nessa treta e se tú for ver hoje não tem ninguém preso, não tem ninguém, ninguém. Então minha raiva maior dessa treta é isso, que já morreu mais gente daqui do que de lá e lá não tem ninguém preso (Tim Maia).

⁴⁷ Essas duas mortes significaram uma grande derrota para a PSLF, tendo em vista que tanto a primeira como a segunda vítima estava envolvida numa estratégia da posse em aproximar a Rua da Vala e o Pró-Morar. O jovem morto no Pró-Morar já estava compondo e cantando rap num grupo que se organizou em razão de incentivo dos membros da PLSF. Cartas escritas por militantes do Quilombo Urbano foram entregues aos dois lados, infelizmente não nos foi possível resgatá-las. As duas pessoas mortas eram duas peças fundamentais para o Quilombo Urbano, entretanto, mesmo depois desse ocorrido, o Quilombo Urbano continuou realizando atividades nas duas comunidades. No momento em que escrevemos esse trabalho há uma relativa calma entre essas áreas, mas nada que nos assegure o findar dos conflitos.

Vale ressaltar que o depoimento acima trata especificamente dos conflitos entre Brasília e Baixinha. A afirmação de que “não tem ninguém preso” se refere aos moradores da Brasília que cometeram crimes contra os da Baixinha, pois como veremos mais a frente há casos de indivíduos mortos dentro das prisões.

No depoimento a seguir Big King que já perdeu alguns amigos nesses conflitos, explica que além dessas solturas inesperadas muitos desses jovens, após cometerem algum tipo de crime no bairro, não conseguem passar mais de um mês em outra localidade:

A maioria muda logo assim no principio que ocorre o crime, eles passam uma semana, no máximo um mês, às vezes não chega nem a isso, depois volta normalmente. Ai dizem que vai ter vingança, que mataram na covardia, por que sempre as vitimas são agarradas de surpresas.

Mas não é só nas ruas que essa política se manifesta. Em alguns casos as cadeias têm também se transformado em arena da “guerra interna” do bairro. Se é intencional ou não, não podemos afirmar, mas a quantidade de casos relatados impressiona. Somente o depoimento de um morador revela inúmeros casos de jovens que foram mortos após serem colocados no mesmo pavilhão ou até mesmo em celas dominadas por grupos rivais.

Finado Cobra Can que era Manhozinho, finado Guto, Pinico também que moravam lá embaixo, todos foram mortos por homicida lá da Liberdade que se conheceram na malandragem lá dessa nova geração ai que estão presos lá na penitenciária. Foram mortos por colegas mesmo que chegaram lá dentro e fizeram rixas (...) até hoje acontece ainda neguinho se matando por causa disso, ou até de rixa atrasada mesmo que ainda tão lá dentro neguinho manda, rapaz tem segurar aquele e tal tem que segurar aquele outro e tal. (África Bambata).

Enfim, como toda guerra, a “guerra interna” tem, além de seus mortos e feridos, aqueles que lucram com ela e que dela se aproveitam econômico e politicamente. De modo que, mantê-la ou promovê-la atende a interesses de grupos políticos e classes sociais.

A grande quantidade de armas entre a juventude do bairro em meio à pobreza extrema e a ausência de consciência de classe entre os mesmos os têm submetido a um processo de brutalização descomunal de sua humanidade. Pequenos conflitos deixam de ser resolvidos amigavelmente ou através do bom senso fazendo prevalecer aquilo que o grupo de rap Gíria Vermelha chama de “diálogos das armas”⁴⁸.

Poderíamos relatar inúmeros acontecimentos que demonstram esse fenômeno, mas vamos nos restringir a dois exemplos: o primeiro se refere a um jovem de apenas 18 anos

⁴⁸ Estamos nos referindo a música “Os Justos” que não consta no CD “A Hora do Revide” lançado recentemente pelo grupo.

que pediu a sua namorada que comprasse uma quentinha para almoçar, pelo simples fato da mesma ter demorado, ele, muito irritado com o atraso, deferiu um tiro em sua cabeça levando-a óbito.⁴⁹ A mesma que tinha apenas 19 anos de idade. O caso aconteceu no dia 09 de setembro de 2008.

O outro caso diz respeito a um grafiteiro de 23 anos que foi assassinado com um tiro no crânio simplesmente por que reclamou a um outro jovem que teria derrubado o litro de vinho que tomava sentado na calçada de sua casa com demais amigos. O jovem que deferiu os disparos estava vindo juntamente com o seu grupo de uma troca de tiros ocorridos contra indivíduos pertencentes a uma comunidade rival. O grafiteiro assassinado costumava fazer tatuagem em alguns dos amigos de seu algoz⁵⁰.

Essas questões demonstram que as políticas neoliberais têm jogado esses jovens em uma situação de barbárie tão extremada chegando ao ponto de destruir a sua sensibilidade para com o próximo e a capacidade de lidar com o contraditório mesmo que momentaneamente (o vinho derramado, o reclame e o homicídio). A arma nesses casos funciona como se fosse uma extensão da barbárie instalada em suas consciências que bloqueia tanto sua capacidade de reflexão como parte de sua humanidade deixando-os:

Sem respeito, sem amor/ sem bom senso, sem pudor/Pisando a cabeça do irmão não importa/ sua natureza humana é natureza morta/ (Amigo Invisível, Gíria Vermelha e Raio X Nordeste).

Além das armas, a presença das drogas, especialmente da merla, consegue, de diversas formas, contribuir para a desarticulação da juventude desse bairro ao mesmo tempo em que oxigena a guerra interna. A demarcação entre os “novos” e “velhos” malandros, pode ser feita também com o tipo de droga que se consome. Aqui podemos definir de geração A.M.(antes da merla) e a geração D.M.(depois da merla) como sendo, respectivamente, a “malandragem das antigas” e a dos “molecotes mais novos”.

É simplesmente espantoso os estragos psicológicos e morais que esse tipo de droga - a merla - tem provocado entre alguns destes jovens. Essa constatação está presente em todos

⁴⁹ Esse caso foi noticiado no Jornal Pequeno do dia 10 de setembro de 2007 tal como os entrevistados nos relataram. Um mês após esse crime o acusado foi preso, confessou o crime, mas justificou o ato como repúdio a uma suposta traição de sua namorada.

⁵⁰ Esse jovem era membro da segunda geração da galera D.R. e passou a praticar a arte da grafiteagem após participar de uma oficina ministrada por membros do Quilombo Urbano na Escola Centro de Ensino M Edson Lobão, onde estudava. Denizar era amigo do grafiteiro e também ex-membro da D.R., Zidane que também participava desta oficina. Zidane também foi morto em decorrência de conflitos envolvendo Rua da Vala e Floresta. O réu confesso de ter assassinado sua própria namorada, já relatado acima, foi acusado por mais esse crime, mas negou a autoria.

os entrevistados. Segundo os mesmos, o consumo da merla na atualidade no bairro Liberdade é muito superior ao da maconha⁵¹. Desde a quebra de laços familiares até o envolvimento em crime pela simples necessidade de consumi-la são algumas das seqüelas que esse tipo de droga deixa no bairro.

Stevie Biko relata uma situação vivida dentro de sua própria família em função de um irmão que é consumidor desse tipo de droga.

Eu tiro assim pelo meu irmão, até quando ele fumava maconha ele era um cara tranqüilo, mas ele quando bebe fuma essa muita nóia (...). O cara mano, é totalmente fora dele assim, despreza a própria vida assim, deixa de lado a responsabilidade dele, larga a família assim (...). Do outro lado tem a família mano, é só sofrimento mano, por que ai o próprio pai e a mãe ver o filho como escravo, ali assim ela fica até aponto de ver a qualquer momento ele tá levando tudo da casa dele pra deixar na mão do traficante, tá ligado. É muita conseqüência mano que gera. O s moleques chega em casa não quer respeitar pai nem mãe ali se tem filho espanca filho.

Além dos pais destes indivíduos, as esposas e os filhos são aqueles que mais sofrem com essa situação, principalmente diante da percepção de que seus planos e sonhos foram destruídos:

Tem muita menina novinha ai que se casaram para construir uma família esperando uma coisa positiva dos malucos ai que antes era até uma cara de responsabilidade hoje em dia ela ver os cara envolvido nessa droga dessa merla ai mano, ela se sente uma mulher desprezada nas noites. Eu digo assim por minha cunhada né mano cansou de dizer assim pra mim ô cara eu não to mais agüentando não cara. As vezes a noite ele sai pra fumar essa nóia ai, as vezes é semana todinha [...] até que chegou um ponto que ele perdeu a família dele, vendeu casa, vendeu lar, se desestruturou total. É inferno tanto na vida pessoal como familiar. (Stevie Biko)

Tal como a entrada das armas os entrevistados acreditam que a merla também não está no bairro à toa⁵². O mesmo entrevistado relata como esse tipo de droga contribui para acentuar os conflitos internos, especialmente em função do caráter compulsivo da mesma.

Essa merla causa mais violência, mais tortura [...] O cara que fuma maconha mano, ele fuma um baseado pronto sossegou, parou. A nóia, mano, o cara passa vinte e

⁵¹ Segundo os autores do livro “Droga, Estimulantes, depressores e alucinógenos” (1991) as pesquisas anuais sobre casos de mortes por ingerência de drogas nos Estados Unidos apontam que destas pessoas “nenhuma morreu por causa da maconha” (apud, Arbex, 2003, p. 23), enquanto que em média 400 mil morrem por causa de ingerência de nicotina, 125 mil decorrentes do álcool, 2 mil por cocaína, etc. Os autores não dispõe dados sobre a Merla. Temos consciência que muitos jovens morrem ao se envolver com trafico de maconha no Brasil, mas, do ponto de vista físico e psíquico, é um dado que devemos levar em consideração em um bairro pobre em que, segundo os entrevistados, o consumo de Merla superou o da maconha. Isso também não implica dizer que todos os jovens envolvidos nesses conflitos sejam consumidores desses tipos de drogas, mas os depoimentos apontam para um nível preocupante.

⁵² E de fato não está. A revista “Informe Federal” (ano I, edição 02) que é uma publicação da Associação dos Servidores da Polícia Federal do Maranhão traz como notícia de capa “Maranhão na Rota da Merla” e mostra ainda que os envolvidos nesse esquema tinha “costa quente” nas instituições públicas estatais e no parlamento local. ARBEX JR. (2003) afirma que “discutir drogas é discutir bilhões de dólares em interesse defendidos por uma complexa rede de máfias (2003, p. 23)

quatro horas direto, fumado ela direto, e quando os cara tão assim naquela já fisurado, que não tem mais o que fumar, o cara vai buscar do outro lado mano, nisso às vezes ele vai na boca pega droga lá fiado não paga por que o cara quando tá devendo a boca se ele é viciado na nória ele deve 20 conto se ele garrar 40 conto ele não vai querer pagar 20 e ficar só 20, ele vai querer pegar os quarenta conto de merla. Ai é o seguinte traficante não pode dar parte e isso é prejuízo para o traficante, ai isso já vai atingir o pacto dele lá na frente ai quer dizer é tipo uma bola de neve de prejuízo, então o que os cara vão querer fazer logo? É executar! e daí assim vai aumentando a maior parte da violência (Stevie Biko)

Percebe-se pelo depoimento supracitado que a merla por ser compulsiva e ilegal leva os indivíduos (clientes e fornecedores) a entrarem em um permanente estado de tensão que acentua os conflitos no bairro e como esse comércio é considerado crime, tal como assassinatos, “nenhum cidadão ferido ou roubado se queixa à polícia e nem serve de testemunha” (Woodiwiss, p.67), decorrendo disto que como “traficante não pode dar parte” tudo se resolve no “tribunal das ruas”. Trata-se de uma rede de relações turbulentas que envolvem a hierarquia do tráfico, a dos traficantes com a clientela e as destes com seus familiares.

Apesar disso, é importante destacar que o tráfico em si não é maior provocador da “guerra interna”. Os conflitos entre a juventude deste bairro não se dar fundamentalmente em função de disputas por demarcação territorial para o estabelecimento do controle do comércio de drogas ilegais. Percebemos que, apesar da droga está fortemente presente no bairro, não há grandes e nem médios traficantes nessa localidade.

As pessoas que lidam com esse produto não gozam de muita estrutura social. Constatação essa que demonstra que o endurecimento da repressão no combate às drogas no interior do bairro não resolve o problema, pelo contrário, só acentua preconceitos e estigma negativos.

De modo que a grande função das drogas, legais ou não, é que a mesma mescla-se com a desintegração social, pobreza, miséria acentuando as disputas internas que por razões óbvias inviabiliza ações comunitárias dos moradores do bairro, especialmente da juventude. Na ausência desses vínculos comunitários, prevalece a desconfiança, disputas e rivalidades internas.

O depoimento que segue, de um profundo conhecedor do submundo do bairro, é no mínimo intrigante, pois aponta para uma profunda simbiose entre consumidor e revendedor de merla.

Hoje em dia a droga que tá predominando não só na Liberdade como em todo local de São Luís e no Maranhão todo é a merla. A merla tá muito fácil, tem gente que não tem condição de comprar um quilo de comida e tem merla pra vender entendeu? Merla foi uma droga que veio pra ficar e tem gente, tem traficante que ganha dinheiro em cima dela. Ai fica fácil, com cem reais tu compra mais. Tem pessoa que

passa um revólver hoje em dia tá fácil de conseguir. Tem muita gente que tem revólver. Tem até maluquinho que faz assalto tá a fim de vender um revólver, a fim de vender bala e tu compra na mão dele. (...). Por que o negócio não é nem o revólver o negócio é a droga que tá fácil da pessoa comprar, adquirir (...) Por que ali da pra pessoa ver que tem gente que não tem nem condição de comprar, mas tá vendendo entendeu? Tá vendendo, tá passando, aí e tu fica, porra, o cara não tem condição. (África Bambata)

Não há fronteiras significativas entre as duas funções no interior do bairro e, ao que parece, é da venda da droga que se compra a mesma ou que se adquire a arma para resolver questões pendentes no mundo do crime.

Assim, o clima de tensão permanente tenciona o belicismo, que realimenta a tensão e a mútua desconfiança entre os moradores do bairro que por sua vez inviabiliza a organização política da juventude na comunidade. Na outra ponta, a mídia e o aparato repressivo se aproveita dessa situação para criminalizar ainda mais a comunidade.

Dessa forma, é preciso pensar essa questão atentando para os efeitos gerais da destruição do pálido Estado social no Brasil e no Maranhão.

A desregulamentação do mercado e ataque vampiresco do capital privado na veia gular do Estado social, especialmente no enfraquecimento de suas políticas sociais, não poderia ter resultado pior. Um desses resultados é que o Estado tem se deslocado das ações sociais - como, por exemplo, de oferecer tratamento médico e psicológico para viciados em drogas - para a repressão aos drogados. Por outro lado, essa política de criminalização das drogas, decorrente de sua ilegalidade, faz com que a rua seja um espaço cada vez mais privilegiado para resoluções desses conflitos.

Em uma palavra, a não interferência do Estado com políticas públicas e sociais na periferia condiciona muitos destes jovens a viver no “darwinismo social” de rua e a ação policial reforça essa filosofia.

Diversas seqüelas advêm dessa situação, e uma das mais sentidas é a desestruturação da família e dos laços de solidariedade comunitária. Além do desemprego crônico, do racismo e educação precária, o stress pós-traumático de parentes e amigos que perderam seus entes tem um efeito psicológico coletivo arrasador que, em nossa visão, retroalimenta permanentemente os conflitos.

Na ausência de sólidos vínculos familiares é para os grupos que se formam nas ruas que o sentimento de solidariedade e companheirismo se desloca.

No entanto, essa solidariedade restrita e microrgânica se confronta com o revanchismo quase generalizado entre diversas comunidades deste bairro de maneira que a humilhação de classe sofrida por todos e o stress crônico da vida cotidiana é

inconscientemente, pela ausência de organismos e ideologia de classe no bairro, descarregada nas batalhas da “guerra interna”. E nesta, o “inimigo” geralmente pertence ao mesmo grupo social e, na maioria das vezes, ao mesmo grupo étnico, tal como nos descreve Petras (1999).

Na medida em que inexistia uma ideologia (e instituição para transmiti-la) que identifique os resultados como sendo produto de uma maquinação empresarial baseada nos interesses de classe em oposição àqueles dos trabalhadores em descenso têm como os seus únicos “grupos de referência” seu círculo imediato- eles próprios, suas famílias e conhecidos. Quaisquer agressões e frustrações que se acumulem são dirigidas para baixo e para dentro em vez de para fora. (p. 24).

Veja como essa percepção de Petras está traduzida fielmente nas palavras simples do morador do bairro.

São poucos os que têm coragem de chegar e meter em quem tem, são poucos! Mas tem muitos que tem coragem de chegar e meter, e sair bem aqui e meter nesse aí nesse canto, têm muitos. Como na Liberdade mesmo acontece é muito, diariamente acontece isso, moleque novo, mesmo chega lá às vezes não tem coragem de botar um revolver na cintura pegar uma bike e ir lá no Calhau e meter em um bicho forte. Eles metem, mas em gente lá dentro do que de própria gente de fora, entendeu?. (África Bambata).

Percebemos que assim como o fortalecimento do Estado punitivo é uma extensão ou compensação do menos Estado social (Wacquant, 2001), nota-se que a intensa presença e consumo de drogas, especialmente da merla, apresentasse também como um contrapeso à presença de armamentos nas mãos de jovens pobres e negros em um bairro localizado nas proximidades do centro comercial e político de São Luís.

É preciso compreender que o Estado-classe (burguês) não “abre mão” de modo algum do monopólio do uso legítimo da força, pois isso significaria perder “os dedos” e não apenas “os anéis”, e perdendo “os dedos” seria impossível ao mesmo cerrar “os punhos” para que possa continuar “esmagando” os trabalhadores e seus filhos.

Entretanto, a pergunta que nos cabe fazer é: deter a legalidade para usar a força contra quem? Pois, o que vemos é que a quantidade de armas existentes nos bairros de periferia só tem justificado mais repressão, pois, do ponto de vista de classe, isso não tem significado ameaça iminente a classe fundamental do poder, tendo em vista que falta aos “guerreiros” da periferia a consciência de classe.

A grande quantidade de armas representa mais um elemento de conter do que provocar a violência de “classe contra classe” em sua reciprocidade, pois a “guerra interna” fragmenta ou inviabiliza a construção da identidade racial e de consciência de classe invisibilizando o “inimigo” que se encontra posicionado do lado oposto, onde estão aqueles

que controlam efetivamente os meios de produção de riquezas. Neste cenário as drogas e as armas têm uma função pedagógica importantíssima de conservação da ordem.

É nesta direção que Vásquez explica que a violência não é força em si (a quantidade de armas, por exemplo), mas o uso que se faz da força. Pensando a periferia enquanto corpo social é necessário atentarmos para os impactos da “guerra interna” na consciência coletiva dos moradores do bairro e não apenas individual corpóreo (físico) da mesma, conforme nos mostra o próprio Vásquez (2007, p.376).

A violência busca dobrar a consciência, obter seu reconhecimento, e a ação que se exerce sobre o corpo dirige-se, por isso, a ela. Não interessa a alteração ou destruição do corpo como tal, mas sim como corpo de um ser consciente, afetado em sua consciência pela ação violenta de que é objeto. Portanto, a violência que se exerce sobre o seu corpo não se detém nele, e sim em sua consciência; seu verdadeiro não é o homem como ser natural, físico, como mero ser corpóreo, mas sim ser humano e consciente. Ainda que a violência se exerça, em primeiro lugar, contra o corpo, a violência que acompanha uma práxis ou antipráxis social implica certo reconhecimento de que o corpo não é mero corpo, e sim o corpo de um ser humano.

A “guerra Interna”, neste sentido, favorece a imposição de um controle externo, para evitar o autocontrole coletivo interno da comunidade como contra tendência à dominação externa.

A ameaça física característica de outras formações sociais, a exemplo do feudalismo, no capitalismo passa a ser uma violência externa, superior, do Estado-classe, esse é um fator objetivo. Entretanto, a “guerra interna”, outro fator objetivo, faz com que os indivíduos da mesma classe se vejam como nas batalhas feudais, ou seja, como ameaças individualizadas, uma subjetividade distorcida da realidade concreta. Isso impossibilita a organização e prevenção de classe, vindo a ser na classe, individuo contra individuo, a ratificação extremada do individuo atomizado do neoliberalismo. O clima de tensão da “guerra interna” favorece esse descontrole coletivo.

Essas ações que denominamos educativas do Estado na periferia estão presentes ao longo das nossas análises. Como veremos, ainda que a presença da polícia no bairro seja muito intensa (o bairro Liberdade foi o primeiro a ser ocupado pela Força de Segurança Nacional em São Luís) e a repressão mais ainda, o que vemos é que essa repressão é mais no sentido de dobrar a consciência dos indivíduos do que eliminá-los.

Desde que a “guerra interna” iniciou no bairro poucos são os relatos de indivíduos mortos pela polícia. O relato de jovens assassinados pela força repressiva na Liberdade, ao que parece, não resulta de enfretamento aberto entre estes e a polícia, mas de ações “ocultas”

que ganham as páginas policiais da empresa comercial burguesa, na maioria da vezes, de acordo com as versões das autoridades⁵³.

Um caso envolvendo a morte de um adolescente negro de 17 anos de idade e morador da Brasília nos chamou atenção, por que atesta a importância da ideologia do “violencentrismo” para criminalização permanente dos moradores destas comunidades. Esse adolescente foi morto em tentativa de assalto no semáforo que localizado na Avenida Camboa em um trecho muito próximo da referida comunidade.

Nas manchetes da grande imprensa comercial o caso foi relatado como se o mesmo tivesse sido morto por um taxista:

O sargento Diniz, do CPM, estava no local do crime, na Avenida Camboa, e falou com a reportagem do Jornal Pequeno. Ele disse que o trailer da PM já havia recebido várias denúncias de três jovens que estavam assaltando na área. Uma das vítimas foi um taxista que teria perseguido o grupo e efetuado o disparo fatal contra Leandrino e depois desapareceu. Os dois companheiros do menor, conhecidos como ‘Sal’ e ‘Vietnã’, foram apreendidos em situação de flagrante e conduzidos para o PC Beira Mar. Uma arma foi levada e apresentada como tendo sido apreendida com a dupla. (Jornal Pequeno, São Luís, 24 de jun. 2008, Polícia, p.12).

O jornal toma a versão da autoridade com a verdade absoluta. A manchete não deixa qualquer dúvida quanto à autoria do crime “Taxista Mata Jovem a Tiro Durante Assalto na Camboa”, e no corpo da matéria não há qualquer referência sobre os rumos ou as características do taxista que “teria perseguido o grupo e efetuado os disparos” e que “depois desapareceu”. É verdade que o jornalista afirmou que a mãe da vítima teria se recusado a prestar informações, mas é estranho que ninguém, nem mesmo os policiais, teria sequer anotado a placa do táxi que provavelmente deve ter ficado parado por alguns minutos no local do crime, ou seja, no semáforo que fica ao lado de um trailer da polícia militar citado na matéria.

⁵³ Quando perguntamos sobre casos de assassinatos no bairro praticados por policiais, percebemos que os entrevistados tiveram dificuldade em responder. Alguns disseram que tinha, mas que não lembravam no momento, outros preferiram lembrar dos casos de enfrentamento entre a polícia e a chamada “malandragem das antigas”. Ficou-nos a impressão de que a “malandragem das antigas” praticava mais crime fora do bairro, alguns contra membros da elite, do que internamente. Stevie Biko nos relatou que um grupo destes chegaram a assassinar o prefeito de município de Axixá, fato esse que, segundo o mesmo entrevistado, resultou na mobilização de quase todo o aparato militar de São Luís para efetuar a prisão dos homicidas que moravam na Liberdade. Um destes chegou a ser baleado e só não foi morto por que houve intervenção popular, sua sentença foi de quase duas décadas. Já os “molecotes mais novos” praticam mais crimes internamente e suas penas são mais brandas, o que comprova que o caráter de classe do crime que se pratica tem relevância para a aplicação da sentença.

Foto 2 - Familiares sofrem a morte de um jovem



Familiares se desesperam ao presenciar o corpo do jovem sem vida ao chão.
O que a foto mostra a matéria não relata.

Entretanto na versão de alguns moradores e amigos da vítima, o responsável pelos disparos foi um policial a paisana e não um taxista anônimo.

Foi o Leandro que foi morto aqui no final da Camboa foi com um tiro de ponto quarenta aqui no segundo sinal aqui. Durante um assalto um policial que estava a paisana deu um tiro no peito (...) foi um policial , a vitima era mulher (...) o pessoal, os amigos deles que estavam com ele disse que esse carro tava passando direto lá pela avenida e já tava caquiando já, para agarrar eles, pois sabia que nesse horário assim que eles agiam. (Bib King.)

Divergência a parte, dois fatos envolvendo esse acontecimento deve ser levado em consideração.

O primeiro foi o relato de que o comparsa da vítima ao perceber que o mesmo estava baleado parou um carro que vinha em seguida e com uma arma em punho determinou que o motorista levasse o seu amigo baleado para um hospital. Nesse momento o autor dos disparos interferiu autorizando que o carro interceptado fosse embora enquanto a vítima agonizava no asfalto até a morte. “Ele nem se quer tomou a arma do meu amigo” afirma Bib King.

O segundo fato, talvez o mais triste, ocorreu no velório e no cortejo.

Durante o velório era carro, camburão, as viaturas passavam direto lá pela rua dele pela rua nova todo momento assim de meia em meia hora eles passavam olhando pelo velório pela casa dele. Ai durante, quando o ônibus ia sair para levar o velório eles abordaram fizeram uma revista e falaram que se tivesse algum tumulto, alguma zoadá qualquer, eles não iam deixar o ônibus prosseguir pro enterro. Ai algumas pessoas se revoltaram, mas não fizeram nada. Quando o ônibus seguiu alguns metros, bem próximo ao viaduto aqui do Monte Castelo eles mandaram todo mundo descer, começaram a revistar todo homem mulher, agredir, não deixaram a irmã dele presenciar, ir pro enterro. Disseram que ele era vagabundo, não sei o que, chamou todo mundo de vagabundo, prenderam até uma senhora que tava no velório, a avô de um que tava com ele no assalto, agrediu ela, por que ela falou pra eles respeitar o enterro. Ele disse que ele que era a autoridade quem mandava era ele, e mandou todo mundo descer do ônibus e mandou o motorista seguir em frente. Foi enterrado só com os parentes, os mais íntimos. (Bib King)

No dia 08 de outubro de 2008 acontece um outro assassinato no mesmo local e com as mesmas características daquele que levou Leandro a perder sua vida. Desta vez a vítima foi um rapaz de 23 anos de idade. Reproduziremos abaixo a matéria na íntegra:

Um homem identificado como Jean Carlos Carvalho, de 23 anos, conhecido como “Esquilo”, morreu ontem à tarde, depois de ser atingido com um tiro na cabeça. De acordo com testemunhas, por volta das 15h, Jean Carlos e outros dois comparsas aproveitaram o trânsito lento da avenida Camboa para tentar assaltar os ocupantes de um carro que passava pela via (próximo à creche Maria de Jesus Carvalho).

Um homem que estava num Celta vermelho – que trafegava atrás do carro abordado pelos assaltantes – teria visto a ação dos acusados e atirou contra eles. Apenas Jean Carlos foi atingido. Os outros dois conseguiram fugir do local. Jean Carlos era morador da Liberdade (4ª Travessa Santo Antonio, 25-A) e já era conhecido na área por praticar assaltos. (Jornal Pequeno, São Luís, 8 de out. 2008. Polícia, p.12).

A essa matéria intitulada “Tentativa de Assalto Acaba em Assassinato na Camboa” o “Jornal Pequeno”, como se ver, dispensou apenas dez linhas para relatá-la. Desta vez a cor do carro é identificada - Celta Vermelho - no entanto, nenhuma outra referência é aludida. Não há comentários, indícios nem muito menos tentativa de relacionar este caso como o de Leandro que foi morto no mesmo local quatro meses antes e em condições similares. A única lembrança feita pelo jornal é de que o mesmo “já era conhecido na área por praticar assaltos”.

Os indivíduos negros que ganham as páginas policiais destes jornais são indivíduos sem história, sem rosto e sem trajetória de vida. As poucas linhas dedicadas a esses casos, a que nos parece, decorrem da pouca importância que a vidas destes jovens negros tem para os mesmos. O corpo sem a vida no centro da matéria é mais importante do que a história de vida do jovem negro morto. Leandro, por exemplo, era estudante. O mesmo serve para a história do bairro e de sua infra-estrutura que é ofuscada pelas notícias centrada quase exclusivamente em casos de violência.

Um outro caso acontecido no dia 23 outubro de 2007 também nas proximidades da Camboa chama a atenção. O Jornal “O Estado do Maranhão”, ligado ao grupo Sarney, que sempre criticava as ações do governo do Estado, reproduziu a mesma versão da publicada pelo Jornal Pequeno, por outro lado, dedicou uma página inteira de seu matinal para tecer pomposos elogios à ação da Secretaria de Segurança Pública no evento Marafolia encerrado no dia em que esse crime era praticado na Liberdade.

O “Jornal Pequeno”, ligado ao governo do Estado, desta vez afirmou que o jovem Geilton, de apenas de 19 anos, foi morto pela polícia, mas “em troca de tiros” chegando a falecer no hospital. O Jornal “O Imparcial”, em uma pequena nota, afirma também que o mesmo foi morto em tentativa de assalto, mas não faz qualquer referência a quem teria disparado os tiros.

Na versão da mãe da vítima o seu filho foi morto por policiais da Força Nacional de Segurança⁵⁴. Jogado na mala de uma viatura, o mesmo teria permanecido horas a circular pelo bairro no interior deste veículo até ser acometido por uma hemorragia interna vindo a falecer antes de ser atendido hospital.⁵⁵

Como falamos no segundo capítulo é a existência ou manutenção da violência na comunidade que serve como justificava para o uso legal, não legítimo, da violência exterior (das forças repressivas) que por sua vez condiciona a comunidade a ficar nessa situação limite. Para a grande imprensa cabe a função legitimar essas ações e as versões de suas autoridades. E o que torna isso possível, ao que nos parece, é a presença de armas entre a juventude muitas das vezes com a permissão da própria polícia, conforme mostra alguns depoimentos:

A polícia sabe que os caras tão se matando e a “guerra interna” existe, então pra a policia eles não vai sujar a mão deles de sangue, a policia não tá nem ai, então vão deixar os caras se matar, tá entendendo? O sistema já jogou tudo enquanto é merda lá dentro, então tá ai ó, se matam , deixa os caras se matar lá (...). (Roberth Costa)

Esta é sem dúvida uma situação de completa objetivação do indivíduo, jovem, negro e pobre, no barbarismo neoliberal do capitalismo imperial.

4.4- A “liberdade” na expressão da mídia maranhense: privilégios negativos

A Liberdade é um dos bairros de maior destaque nos programas policiais veiculados no estado do Maranhão. Como temos mostrado a violência no bairro é uma lamentável realidade que envolve principalmente um setor de sua juventude, mas o bairro não é só isso.⁵⁶ Contudo, o mais grave decorre da forma como a imprensa comercial burguesa retrata esses acontecimentos, que conforme veremos apóia-se em tenazes preconceitos, ao mesmo tempo em que criminaliza os seus moradores e desloca os acontecimentos de suas raízes sociais.

⁵⁴ Essa mãe comunicou-nos isso durante um ato realizado na Praça Deodoro, localizada no centro de São Luís, em memória do artista Gerô que foi assassinado por policiais militares e civis em março de 2007.

⁵⁵ Além desses casos, tomamos conhecimento de um outro caso de homicídio envolvendo diretamente ação policial. Um jovem discutiu com um policial a paisana que tentava proibir jogo de futebol na rua. Como resultado o mesmo assassinou a tiros o policial, sendo, alguns dias após, morto com o corpo crivado de balas por policiais, a alegação foi a de que o mesmo havia reagido à prisão, conforme relata um indivíduo não identificado no vídeo “Periferia Sem Mordaca”.

⁵⁶ Sempre que falamos que a “guerra interna” envolve quase todas as comunidades do bairro, não estamos querendo afirmar com isso que seja um conflito entre todos os seus moradores. Pelo contrário, mesmo diante de todos esses problemas os moradores deste bairro, especialmente os mais velhos, demonstram uma capacidade tremenda de produzir cultura e reconstruir laços afetivos. Na verdade o que queremos demonstrar é que a “guerra interna” visa justamente quebrar esses elos e produzir uma geração de jovens desafetos no interior do bairro.

Vemos essa imprensa como um material ideológico estritamente vinculado, em suas funções, as forças policiais e ao processo de legitimação da punição dos moradores do bairro pela mesma e pelas políticas neoliberais.

Em outras palavras, existe uma relação orgânica entre a imprensa comercial burguesa, o aparato repressivo (visto em sua função político-militar)⁵⁷ e o barbarismo neoliberal instalado entre a juventude deste bairro.

Portelli (2002) lembra que a burguesia possui uma ideologia orgânica que precisa de um corpo de intelectuais ou organizações especializadas (a estrutura ideológica) que criam, recriam e difundem essa ideologia, mas a mesma necessita de materiais ideológicos que facilita essa difusão, dentre estes a mídia é para Gramsci uma instituição fundamental. Do mesmo modo que o aparato repressivo também não passa de um material ideológico que garante a difusão ou aceitação da ideologia, essa aceitação pode ser passiva ou ativa.

Abramo (2003 p. 18) também mostra que existe uma relação orgânica entre imprensa e autoridade. Para esse autor, uma das funções da imprensa comercial burguesa é sempre garantir a prevalência da versão da autoridade em detrimento da versão dos membros da comunidade, a isso ele chama de oficialismo.

Aliás, para o autor supracitado, o oficialismo tende a desembocar no autoritarismo. Entretanto, este autor vai além, para ele a imprensa comercial burguesa tem também suas próprias versões, versões essas decorrentes da visão social de mundo de seus proprietários. Pois para Abramo (2003) a imprensa atua como um verdadeiro partido político, com quadros centralizados e projetos políticos (2003, p.44).

No caso específico do Maranhão a imprensa comercial não só atua como partido, como também os seus proprietários são todos líderes dos principais partidos conservadores ligados às classes dominantes do estado. O Sistema Mirante de Comunicação e o jornal “O Estado do Maranhã o” é de propriedade do grupo Sarney (PMDB, PFL, PV), o “jornal Pequeno” e “O Imparcial” são ligados ao grupo dos ex-governadores Jackson Lago (PDT) e José Raimundo Tavares (PSB), o Sistema Difusora de Comunicação ao grupo do senador Edson Lobão (PMDB) e assim sucessivamente.

O bairro da Liberdade, portanto, tem o “privilégio negativo” de ficar localizado nas proximidades das sedes dessas imprensas de comunicação, o que a nosso ver facilita a sua criminalização.

⁵⁷ Portelli (2002) mostra que para Gramsci as policias tem tanto um caráter técnico-militar (da repressão “pura”) como político-militar (que envolve repressão e convencimento). É esse segundo caráter que nos chama atenção na atuação das forças repressivas no bairro Liberdade.

Como já afirmamos a Liberdade foi o primeiro bairro do Maranhão a ser ocupado pela Força de Segurança Nacional em 2006. Mas, essa ocupação é só a ponta do iceberg de um processo iniciado muito antes.

No primeiro semestre de 2004 a TV Mirante levou ao ar uma matéria denunciando que “marginais” estariam cobrando pedágio na Liberdade e em outros bairros de São Luís. Um denunciante, não identificado, entrevistado de perfil e em ambiente escuro, afirma que “no bairro da Liberdade tem várias ruas, é muito difícil à gente entrar, eles ficam exigindo, querendo gorjeta pra poder passar nessas ruas”. Em seguida a repórter enfatiza que “os moradores da Liberdade não são os únicos refém do medo” e continua relatando casos similares ocorridos em outras localidades.

Ainda que as entrevistas tenham sido realizadas a luz do dia, as imagens mostram a maioria das pessoas por trás dos gradeados de portas e janelas de suas residências como se de fato estivessem dominadas pelo medo. A repórter chega ainda a afirmar que com “uma espécie de toque de recolher imposto pelos bandidos os moradores não saem de casa a qualquer hora”

A referida matéria foi motivo de muita polêmica. Na época morávamos no bairro e o que presenciávamos de fato é que existiam em algumas esquinas grupos de jovens que costumam pedir dinheiro, geralmente um real, aos transeuntes. Ao receber negativa, alguns de fato chegavam a se irritar, mas esse é um caso comum em muitos bairros de periferia, o que, por isso mesmo, não pode caracterizar pedágio como foi noticiado pelo referido telejornal, tendo em vista que todo pedágio é decorrente de um pagamento sistemático em dinheiro como condição para que indivíduos possam transitar em determinados espaços.

O certo é que, algumas semanas após essa matéria ser vinculada a Secretaria de Segurança Pública do Estado e o Ministério Público decretaram no dia 16 de julho de 2004 o toque de recolher no bairro.

Deflagrada anteontem à noite, a operação conjunta, envolvendo as polícias Civil, Militar e representantes do Ministério Público com vistas a dar cumprimento a uma medida judicial que disciplina o horário de funcionamento (até 23h00) de bares, casas de shows e clubes no Bairro da Liberdade foi aprovada pela maioria dos moradores. (Jornal Pequeno, São Luís, 17 de Jul.2004. Cidade, p.4).

A justificativa para a imposição desta medida, eram os altos índices de homicídios registrados no bairro. Os bares e o consumo de álcool foram apontados como os seus principais estimuladores.

Donos de bares notificados - De acordo com o delegado Nilvan Vieira, todos os donos de estabelecimentos que se enquadram na medida cautelar foram notificados e cientificados de que, “se forem encontrados funcionando, após as 23h00, serão detidos e encaminhados ao Plantão Central-Beira Mar e submetidos a procedimento judicial” (Jornal Pequeno, 17 de Jul. 2004. Cidade, p.4).

Importa salientar o oficialismo na matéria que tem como manchete “Toque de recolher - Moradores aprovam ação que fechou os bares na Liberdade” e em outra parte da matéria a afirmação de que “os únicos insatisfeitos seriam os donos de bares” (os freqüentadores dos bares não) e “radicais que nem moram no bairro”, talvez uma referência aos militantes do “Quilombo Urbano” que na época questionavam publicamente o toque de recolher.

Foto 3 Ato-show no bairro do Coroadinho em 2004



Ato-show realizada pelo Quilombo Urbano no bairro Coroadinho durante a vigência do “Toque de Recolher” em 2004.

Um documentário realizado a essa época por estudantes do curso de ciências sociais da UFMA mostra que a aceitação do toque de recolher não era uma quase unanimidade como a imprensa comercial burguesa e as autoridades tentava repassar.

Esse documentário chamado de “Periferia sem Mordação” registra falas de moradores do bairro da Liberdade e do Coroadinho. Na Liberdade dos seis entrevistados, apenas um afirma que a medida reduziu a violência, os demais não só se demonstraram insatisfeitos com a lei como aproveitaram para denunciar a ausência de políticas públicas nesse bairro e os danos que esse processo de criminalização traz aos moradores quando procuram emprego.

Como aqui, por exemplo, tem um monte de patrimônio aberto, com colégio vazio, creche sem aluno, podia abrir os cursos pros jovens, por que o desemprego tá demais

e a gente já é discriminado pro emprego, sabe como é que é né? (...) eu mesmo já procurei serviço e disse que morava nesse bairro e neguinho já discrimina, inventa logo uma desculpa, eles pensam que aqui só tem marginal, malandro, não tem pessoas de bem, é por isso que fica difícil (Morador da Liberdade não identificado).

Outra questão a ressaltar é que logo após a imposição dessa medida judicial os crimes continuaram a acontecer no bairro. Muitos moradores alegavam que com o toque de recolher as ruas do bairro ficavam desertas após as onze horas da noite, principalmente em função do fechamento dos bares, o que facilitava as práticas de assaltos e outros delitos. Nesse mesmo documentário há diversos moradores tanto do Coroadinho como da Liberdade relatando essa situação.

Fator não menos importante decorrente da medida era que, ao fechar os clubes, bares, e outros estabelecimentos similares, o Estado bloqueava os poucos espaços existentes para a prática de lazer e entretenimento de um bairro que “respira” cultura.

Além desses estabelecimentos, os únicos espaços públicos existentes para práticas culturais e desportivas no bairro, era a quadra do Japão, completamente deteriorada e o mini-teatro “Padre Haroldo” que durante a vigência do toque de recolher foi transformado em Q.G. da Polícia Militar. Na principal praça do bairro, a Mário Andreazza, foi instalado um trailer da polícia.

Dois meses depois essa mesma medida judicial foi estendida a outros bairros da capital, todos de periferia, com exceção do bairro Monte Castelo, considerado de classe média baixa e, não por coincidência, vizinho da Liberdade,

O secretário de Segurança Pública, Raimundo Cutrim, divulgou, ontem, a Portaria nº 08/Asplan/2004, que disciplina o horário (23 horas) de fechamento de bares, clubes e casas de shows. Além do Bairro Liberdade, cuja medida cautelar foi determinada pela justiça, o secretário atendeu apelo das comunidades e estendeu a medida, abrangendo os bairros Coroadinho, Monte Castelo, Vila Isabel Cafeteira, Parque Jair, Cidade Operária, Vila Embratel, Anjo da Guarda e Ilhinha, no São Francisco. (Jornal Pequeno, 20 Jul. 2004. Cidade, p.4).

Segundo depoimento do delegado da SEJUSP, Raimundo Cutrim a medida visava “reduzir o índice de criminalidade, em consequência do uso imoderado de bebidas alcoólicas nessas localidades”. Veja que além dos problemas decorrentes do consumo e comércio das drogas ilegais no bairro, o consumo e comércio de bebidas alcoólicas – as chamadas drogas legais - são parcialmente proibidas e os seus transgressores sujeitos à penalidades.

Novamente questões de natureza sócio-estruturais são tratadas como caso de polícia, era preciso reduzir o consumo de bebidas no bairro para reduzir a violência, e isso implicava mais repressão. Entendemos que atitudes como estas não decorrem de equívocos de

quem provavelmente não conheça a realidade do bairro, mas tem uma função política implícita.

Por exemplo, essa distorção de olhares tanto por parte do governo como por parte da imprensa, fez com que, apesar do aumento do número de mortes registrado em apenas três dias de Marafolia⁵⁸ em outubro de 2005, foi o bairro Liberdade que continuou como foco privilegiado do noticiário policial de São Luís num momento em que a violência em seu interior havia diminuído, conforme veremos mais a frente.

Ainda que todas essas mortes fossem decorrentes de desentendimentos envolvendo pessoas embriagadas, os bares do bairro da Liberdade e de outras localidades periféricas é que foram proibidos de funcionar a partir das 23h00, horário em que esta micareta está apenas começando. Segundo a Promotoria da Infância e da Juventude:

A edição mais violenta foi no ano de 2005. Naquela ocasião, segundo estatísticas do Centro Integrado de Operações de Segurança (Ciops) foram registrados quatro homicídios nos três dias e vários acidentes, incluindo o de um jovem que foi atropelado pelo próprio trio elétrico. Em 2004, haviam sido duas mortes. Em 2006, também. (O Imparcial, 06 de set. 2007. Polícia, p. 9).

A alegação de que o consumo do álcool estava estimulando a criminalidade foi simplesmente desconsiderada pelo delegado Raimundo Cutrim em relação ao Marafolia, que, diga-se de passagem, é promovida pelo mesmo grupo político que controla a empresa de comunicações Mirante grupo político este que o referido delegado pertence.

No entanto, acreditamos que não é o consumo de álcool em si que é a causa principal da violência no bairro, mas a ausência de políticas sociais na periferia, como de fato afirmam vários moradores, assim como a de organização política e ação coletiva destes contra os grupos dominantes e seus representantes na sociedade política.

Segundo Marx (1992) “se esta indignação contra a burguesia não se torna sentimento predominante entre eles [os trabalhadores], à consequência inevitável é o alcoolismo e tudo o que habitualmente se chama imoralidade”. (p. 25).

O Quilombo Urbano chegou a aprovar uma moção de repúdio juntamente com outras entidades do movimento negro do Maranhão⁵⁹ denunciando que tanto o toque de recolher como a presença da Força de Segurança Nacional nas periferias ludovicenses tinha caráter eleitoral

É inadmissível que todas as reivindicações que o Movimento Negro têm historicamente feito ao governo do Estado tenham somente como resposta o braço

⁵⁸ Micareta realizada anualmente durante três dias do mês de outubro pela TV Mirante na avenida Litorânea em São Luís.

⁵⁹ Esse documento foi a provado durante o seminário “Ações Afirmativas para além das Cotas” promovido pelo Núcleo de Estudos Afro-brasileiros - NEAB realizado na UFMA no período de 29 a 31 de setembro de 2006.

armado por meio da repressão policial nos bairros em que a maioria da população é negra e pobre. Causa-nos espantos que tais medidas tenham um recrudescimento justamente em períodos eleitorais, tal como a famosa **Lei Seca**, denominadas pelas comunidades como toque de recolher, imposta em 2004 (Contra a Ocupação Militar na Periferia de São Luís, 29 de setembro de 2006).

Ironicamente, em 2008 quando Delegado Cutrim era candidato a prefeito de São Luís e um irmão seu foi preso pela Polícia Federal sobre a acusação de ser um dos maiores traficantes de merla do estado, ele acusava a polícia federal de está fazendo jogo políticos eleitoreiro. Segundo a revista Informe Federal (Ano I, Edição 02): “O acusado é irmão do deputado estadual Raimundo Cutrim, que na época concorria à prefeitura municipal de São Luís, e acusou a corporação de usar a prisão para fins eleitoreiros (p.16)”.

Essa política de dois pesos e duas medidas, de criminalizar pobres e negros e isentar grupos poderosos atesta o caráter de classe da grande imprensa e dos agentes do Estado.

Num período que corresponde a mais ou menos o primeiro semestre de 2005, os moradores da Liberdade presenciaram um logo “cessar fogo” na “guerra interna” do bairro.⁶⁰ Durante esse período, poucos homicídios foram registrados e, ao que parece, nenhum decorrente de rivalidades entre jovens de áreas rivais.

Nesse meio tempo o programa policial “Bandeira 2”, que é um dos tribunais eletrônicos que privilegia a “condenação sumaria” de jovens negros e pobres (Borges, 2004) levou ao ar uma matéria resultado de filmagens realizadas durante a madrugada no bairro.

A matéria iniciava com uma imagem panorâmica feita de alguma localidade mais elevada do bairro e mostrava as ruas desertas, os comércios protegidos por gradeados, uma pessoa empurrando uma bicicleta, como se estivesse sobressaltada e um caminhão em baixa velocidade⁶¹.

O claro objetivo da matéria era reforçar a idéia de que o bairro era perigoso. Em nenhum momento as estatísticas de redução da violência no bairro foram se quer frisadas pelo repórter. Isso prova por diversas razões que a violência no bairro rende aos poderosos e brutaliza a humanidade de seus moradores.

Max Padilha, que a época residia na Liberdade, atribui essa redução da violência como resultado das diversas atividades realizadas no bairro pelo “Quilombo Urbano”,

⁶⁰ O pouco tempo disponível para pesquisa não nos permitiu verificar esses dados concretamente, mas a essa época morávamos no bairro e fomos testemunha ocular deste momento. Os homicídios não chegaram a cair 100% como nos foi relatado acima, no entanto é provável que tenha caído consideravelmente.

⁶¹ Assim nos relatou Bib King, Max Padilha e Africa Bambata que alegaram ter assistido ao referido programa.

organização a qual milita desde 1998, e, por outro lado, denuncia a forma como a matéria foi vinculada pelo referido programa:

Um fato muito positivo pra gente do Quilombo Urbano foi o lance do trabalho que o Quilombo Urbano tem feito lá na Liberdade teve um tempo que teve uma faixa de uns seis a sete meses mesmo decorrente mesmo de ter debate de ter, de ter periferia urgente, de ter, de ter campeonato de futebol, e inclusive o futebol não era na Liberdade era na praia por não ter campo na Liberdade acabou tendo que ir pra praia. (...). **Nesses seis meses como a mídia não tava tendo o que mostrar que não tava tendo morte, que não tava tendo briga, não tava tendo nada, então a mídia tinha que mostrar alguma coisa para mais uma vez botar o atrito dentro da periferia.** Então mostraram que na avenida principal nas outras áreas da Liberdade estava tendo gente em cárcere privado que tinha grade, todo comércio era gradeado, tinha que fechar que tinha a lei do silêncio, que tinha pedágio. Na verdade se agente for analisar isso aí agente percebe que a mídia não presta para o que interessa dentro da periferia, ela só mostra o negativo.

É claro que muitos moradores atribuíram a queda no índice de assassinatos no primeiro semestre 2005 ao toque de recolher, mas é importante lembrar que logo após a imposição desta medida, em julho de 2004, a violência não diminuiu no bairro conforme fica parcialmente demonstrado no quadro abaixo.

Quadro 3 - Homicídios ocorridos no Bairro da Liberdade no ano de 2004 noticiados pelo Jornal Pequeno.

Ano 2004	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Liberdade	0	0	1	1	1	0	2	0	1	5	1	0	15

Pelo quadro verificamos que nos seis primeiros meses antes da imposição do toque de recolher foram registradas no Jornal Pequeno cinco matérias tratando de homicídios ocorridos na Liberdade. No semestre seguinte esse número atinge dez registros, um crescimento de **50%**⁶².

Já em relação à redução da violência no bairro no primeiro semestre de 2005, o fato é que, ainda que essa redução tenha se dado quando o toque de recolher ainda estava em vigor, o mesmo já não estava mais sendo aplicado ou obedecido como no ano de sua adoção.

Entretanto, os efeitos pedagógicos de programas como o relatado acima, é fazer com que o nível de percepção da comunidade movimente-se em uma realidade criada artificialmente (Abramo, 2003). As imagens e o discurso que são construídos a partir do real (pois as imagens mostradas na matéria eram realmente do bairro) tentam substituir a própria realidade original.

⁶² Esse quadro não mostra todos os casos de homicídio ocorridos no bairro nesse período, mas certamente aproxima-se em termos percentuais geral dos casos ocorridos.

A relação entre imprensa e a realidade é parecida com aquela entre um espelho deformado e um objeto que ele aparentemente reflete: a imagem do espelho tem algo a ver com o objeto, mas não só é o outro objeto que não corresponde ao objeto real (Abramo, 2003, p. 24).

Muitos moradores bombardeados cotidianamente com noticiários sensacionalistas, criados artificialmente, são condicionados a não perceber a gravidade de outros problemas do bairro, para além da violência. Isso afeta a auto-estima dos moradores e fortalecem preconceitos externos ao bairro, conforme mostramos em outras passagens.

Prova disso é que enquanto a Escola César Aboud, que atendia principalmente alunos deste bairro, era fechada em 2007, a maioria dos moradores estavam envolvidos na discussão da necessidade ou não da existência do “Serviço Velado” no bairro. Nenhuma manifestação contra o fechamento da escola foi se quer esboçada.

No entanto, diversos programas midiáticos, especialmente os policiais, defendiam cotidianamente o retorno do “Serviço Velado” da Polícia Militar no bairro, principalmente depois que estes prenderam um grupo de jovem que estavam envolvidos no assassinato de uma adolescente de 12 anos.

O que nos chamava a atenção nesse jogo de interesses era o fato de que, mesmo sendo um serviço de inteligência, o Serviço Velado era amplamente divulgado pela imprensa e pelos órgãos de segurança. Na verdade funcionava com um dispositivo para a auto-vigilância da comunidade. Todos sabiam que Serviço Velado estava presente no bairro.

No entanto, há também o contraditório no bojo dessas publicações jornalísticas que muitas das vezes deixam escapar aquilo que não desejam. O Jornal “O Estado do Maranhão” do dia 04 de setembro de 2008 mostra as precárias condições infra-estruturais do bairro, ainda que claramente não fosse esse o desejo da publicação da matéria. Das 13 pessoas entrevistadas apenas uma destacou que o bairro padece por falta de policiamento.

Os outros doze entrevistados aparecem reclamando a ausência de políticas públicas no bairro como educação, saúde, saneamento básico, moradia, lazer, iluminação, etc. Um desses chega a afirmar que “a rapaziada tem que ser contemplada com mais projetos de inclusão social para não entrar na marginalidade”.

Por outro lado, nessa matéria que contempla uma página inteira do referido jornal, há oito fotos mostrando esgoto a céu aberto, valas, o mercado semi-destruído, lixos não recolhidos, o pequeno e precário posto médico do bairro, porém o que o título enfatiza é que o problema central do bairro é a falta de segurança: “Liberdade: dia – a – dia marcado pela violência” e no subtítulo a lamentação de que “Criado há 60 anos, o bairro cresceu desordenadamente, com carências em diversas áreas, principalmente na segurança”. Mais

uma vez notamos o violencentrismo tentando ensurdecer a violência estrutural. Em outras palavras, a violência sem adjetivo de classe e a violência surda legitimando a violência estatal e ofuscando a violência de classe.

Deste modo, somos levados a crer que a lei seca, o toque de recolher, a proibição de realização de festas a partir das 23h, a ocupação militar do bairro dialoga único e exclusivamente com a repressão, mas essas leis e medidas são criadas ao mesmo passo em que outras são “silenciosamente” destruídas, especialmente aquelas que representam conquistas históricas da classe trabalhadora.

Quase todos os moradores de São Luís tinham conhecimento da existência e da aplicação dessas leis (tal como da existência do Serviço Velado), mas poucos tomaram conhecimento de que nesse mesmo período o parlamento local estava impondo pesados cortes no orçamento voltado para as políticas públicas e sociais de um modo geral.

Isso mostra que os ataques a classe trabalhadora podem até acontecer setor por setor, camada por camada, mas é importante que se entenda que são ataques a classe em seu conjunto.

Para além de um setor “alienígena” pertencente a uma classe social “sobrenatural”, os moradores desses bairros são em essência parte da classe dos despossuídos dos meios de produção ou ainda da possibilidade de venda de sua força de trabalho. O sistema jurídico (leis, normas, portarias) é parte e não fundamento do Estado e quanto a isso concordamos com Farias (2000, p. 27) de que a luta de classe é a essência social do Estado, Estado esse que penaliza e em seguida se lança em ato punitivo sobre a juventude negra da periferia.

Em condições completamente oposta se encontro o indivíduo branco rico, apresentado, portanto como protótipo de ser humano e de comportamento social. A criminalização do negro de periferia tem também, nessa pedagogia dos opressores, a função de ocultar os crimes das elites e inocentar os criminosos brancos dos bairros nobres.

4.5. A natureza da “guerra interna” no discurso liberal da “pedagogia dos opressões”

No capítulo “O direito a vida e morte” Rousseau (1987) defende que no pacto social firmado pelos indivíduos que deu origem ao Estado “quem desejar conservar a sua vida também deve dá-la quando necessária” (p.51). Nesse caso o atentado contra o corpo social seria igualmente um atentado contra o Estado. Ora, se é o Estado o responsável por garantir a liberdade natural dos indivíduos que formam o corpo social ou a sociedade civil, então aquele

que coloca a vida de qualquer contratante em risco torna-se inimigo do Estado e tem igualmente o direito a morte:

A conservação do Estado é então incompatível com a sua, sendo preciso que um dos dois pereça, e, quando se faz que um culpado morra, é menos como cidadão do que como inimigo. Os processos de julgamento são as provas e a declaração de ter ele rompido com o trato social, não sendo mais, conseqüentemente, membro do Estado. Ora, como ele se reconheceria tal ao menos por sua residência, de ser isolado por exílio, como infrator do pacto, ou pela morte, como inimigo público. Por que, não sendo tal inimigo uma pessoa moral, mas um homem, então o direito da guerra é o de matar o vencido (Rousseau, 1987, p.52).

Neste caso o “atentado” contra o Estado, seria um suicídio. No caso do bairro Liberdade, visto sob a ótica Rousseauriana, o jovem negro no barbarismo neoliberal deve está “morto” para o Estado (social) enquanto cidadão de direito, passando a existir apenas como infrator para o Estado (punitivo). Contudo, o mesmo não deverá ser literalmente “esmagado” pelo Estado burguês, mas pelo “exílio” social que este lhe confere ao empurrá-lo para os campos de batalha da “guerra interna”. O Estado apenas decreta e pena de morte, a “guerra interna” aplica a sentença.

Em todo o caso a idéia de “estado permanente de guerra” na periferia provocado pelo excesso “de drogas e armas” e não pela falta de políticas públicas reforça a idéia de que há uma perversão estrutural em quem mora nessas localidades. Tal como Hobbes previa, para aplinar ou controlar essa tendência natural do homem a praticar a violência seria necessário à intervenção do Estado, “de um Estado duríssimo”, cujos governantes, segundo Maquiavel, “é muito mais seguro ser temido do que amados”. (GRUPPI, 1980, p.10).

No geral o que toca a todos, é o controle social dos pobres, sobre a falaciosa retórica de defesa do “bem comum”, para garantir a propriedade privada das classes dirigentes. Toda essa complexa relação, que envolve atores de diversas esferas de poder, deságua num processo educativo de fazer com que a própria comunidade assuma para si a responsabilidades pelo fracasso social do capitalismo, à medida que se ver como politicamente impotente e incapaz de conciliar consigo mesmo.

Acreditamos que isso acontece na atualidade por que as formas de inculcar a ideologia burguesa nas classes dominadas através métodos tradicionais (escola, parlamento) estão seriamente em crise precisando ser acrescidos por outros instrumentos que, no caso analisado, possa levar a comunidade a projetar no próprio universo simbólico de suas relações sociais cotidianas a sua auto-imagem negativa.

Já dizia Marx (1992) que os trabalhadores sem escolas são educados por seu estado de miséria e de pobreza. Mais do que “as confusas idéias religiosas” o mundo prático dos trabalhadores pode lançá-los em fúria contras as ideologias e os privilégios da burguesia. Analisando a situação da classe trabalhadora da Inglaterra Marx afirma que:

Por sorte, as condições em que vive esta lhe asseguram uma formação prática que não só substitui todo o trabalho escolar, mas que também neutraliza o efeito pernicioso das confusas idéias religiosas em que se move o ensino - e isto é o que coloca os operários na cabeça do movimento em toda a Inglaterra. A miséria não só ensina o homem a rezar: também ensina a pensar e a atuar. (...) Inclusive se não sabe escrever sabe falar e falar em público. Não sabe contar, mas sabe o suficiente para fazer , com noções de economia política, os cálculos que são necessários para rejeitar o burguês que que abolir a lei sobre os seus salários a fim de rebaixa-los (p.80)

Lopes (1980) explica que ao longo da história diversos acontecimentos políticos tiveram um impacto educativo formidável na consciência das massas trabalhadora. A partir da afirmação de Saviani de que “A educação é sempre um ato político” acrescenta a autora que “toda a ação política é educativa”. Não se trata de confundir política com educação, mas de captar a política como um ato educativo. E diz mais, há no processo histórico uma educação revolucionária do povo e o seu grande educador é o governo.

Deste modo, cada ataque do Estado contra os trabalhadores, ou a ausência de sua de sua face social, pode se reverter em um ato educativo, por que ensina as massas a desacreditarem ou desiludirem-se com os seus governos. Foi assim nos antecedentes da queda do império Romano, da revolução francesa, da revolução Russa, da inconfidência mineira, na Balaiada, etc.

Essas questões devem ser consideradas em nosso estudo tendo em vista a fragilidade do sistema de ensino do estado do Maranhão e acentuado “déficit de legitimidade” das elites políticas que aplicaram o receituário neoliberal em todo o mundo na década de 1990, conforme já vimos com Wacquant.

Em vista disto é mister lembrar que a indisfarçável constatação do desemprego estrutural aos olhos dos setores despossuídos da classe trabalhadora criaram uma ameaça para o capitalismo e uma preocupação a mais para os ideólogos do capital. As recentes insurreições populares na América Latina e na França mostraram a força política que pode representar esses grupos. Ainda que possam está deslocado do real processo de criação de valores

(...) sua condição de despossuídos o coloca como, potencialmente, um pólo social capaz de assumir ações mais ousadas, uma vez que estes segmentos sociais “não tem mais nada a perder” no universo da (des) sociabilidade contemporânea. Sua

subjetividade poderia estar, portanto, mais propensa às rebeldias. (ANTUNES, 2003, p. 220)

Portanto, “se estamos diante dos limites absolutos e insuperável do capital em si” (Mezáros, p.98, 2007), e se estes trabalhadores, especialmente aqueles que se encontram no “final da fila” do exercito industrial de reserva, “não tem mais nada a perder”, não resta alternativa ao capital a não ser destruir este “inimigo” de classe por dentro, antes de ser por ele destruído.

Neste emaranhado de processos educativos convergentes, o braço menos eficiente do Estado para resolver problemas sócio-estruturais destas comunidades é justamente o mais requerido. Para Marx (1982 p. 14) “as necessidades do consumo determinam a produção” e sendo a polícia um dos poucos “produtos” que o Estado tem a oferecer para a periferia na atual conjuntura, a “guerra interna” aparece como ventre gerador e legitimador dessa “necessidade”.

Nessa “pedagogia dos opressores”, a “guerra interna” da periferia aparece como decorrente da natureza humana de seus “guerreiros”, cabendo ao Estado, força externa e acima da “guerra”, intervir no seu controle. Assim, o clima de tensão permanente entre os seus moradores favorece o estabelecimento do “pacto social” da periferia com as classes dominantes via legitimação do seu Estado punitivo. Esse consenso, às vezes tênue, se constrói nestes termos e vem embutido na repressão.

Dito isto, a partir de agora iremos analisar como que a Posse Liberdade Sem Fronteira, considerada como núcleo molecular pedagógico do Movimento *Hip Hop* Quilombo Urbano, atua como força contra-hegemônica ao barbarismo neoliberal da “guerra interna” e as estratégias ramificadas do imperialismo cultural no bairro da Liberdade.

5 A POSSE DA LIBERDADE: a ruptura cultural para a reagregação política em torno do *hip hop*

Textos textos e mais textos escritos/ Livros lidos relidos e devolvidos/ distribuídos, adiante, avante discípulos/ não era uma pedra mais estilhaçava vidros/ despertou o menino (O incendiário, G.O.G)

Desde o seu surgimento em 1989, o Movimento *Hip Hop* “Quilombo Urbano” sempre estabeleceu algum tipo de relação política e cultural com a juventude do bairro Liberdade, seja nas atividades realizadas no período de 1989 até 2000 nas “Sexta *Hip Hop*” na Praça Deodoro, no centro da cidade de São Luís ou em uma das etapas do projeto “Ruas Alternativas” desenvolvido com os membros da galera Detonadores de Rua (D.R.), pertencente a esse bairro em 1993.

Figura 2- Cartaz divulga o lançamento do Projeto “Ruas Alternativas”.



A Liberdade foi o primeiro bairro contemplado por esse projeto.

Mas, efetivamente, o Quilombo Urbano passa a atuar de forma mais sistematizada nesta comunidade a partir da fundação da posse “Liberdade Sem Fronteiras” por volta de 2000.⁶³ Este momento coincide com o acirramento do processo de “Guerra Interna”, talvez um dos seus momentos mais tenso e intenso.

O nome “Liberdade Sem Fronteira” traz justamente a preocupação e necessidade de transcender as “fronteiras” reais e imaginárias criadas nos interstícios desses conflitos. A coordenação desta posse é formada por cinco militantes do Quilombo Urbano, mas em suas atividades está sempre presente o corpo de militantes desta organização.

5.1 Raça, gênero e classe no discurso da Posse Liberdade Sem Fronteiras

⁶³ O nome Liberdade Sem Fronteiras é posterior à organização da posse e a realização de atividades nesse bairro.

A “Posse Liberdade Sem Fronteiras” - PLSF utiliza vários materiais ideológicos e pedagógicos para desenvolver suas atividades políticas e culturais que vai desde os elementos da cultura *Hip Hop* propriamente dito como o *break*, a dança, o *grafite* a arte visual e o *rap*, o canto falado até programas em rádios comunitárias, grupos de estudos, etc. A música *rap* por ser o elemento mais utilizado pelos membros da PLSF conseqüentemente será aquele que daremos maior atenção neste estudo, seguido da arte visual, o *grafite*.

A entrada do estilo musical *rap* no bairro Liberdade se deu a partir do momento em que o “Quilombo Urbano” passou a realizar atividades em ruas e praças da cidade de São Luís, portanto um processo concomitante a de outros bairros de periferia que remonta a 1989. Depois disso, a organização da PLSF, em 2000, favoreceu essa expansão entre a juventude do bairro, especialmente através de gravações gratuita de CD’s para jovens que se interessavam em ouvir *rap* e participar das atividades de *Hip Hop*.

Na atualidade o *rap* é uma das músicas mais escutadas entre a juventude da Liberdade, um fenômeno que é resultado, principalmente, do crescimento da comercialização de CD’s “piratas” no mercado informal e a disponibilidade em *sites* que permitem baixar essas músicas gratuitamente. As diversas *lan house* que se instalaram no bairro nos últimos anos também favoreceu esse processo, tendo em vista que a maioria dos seus moradores não possui computador ou internet em suas residências.

Diferente dos estados do eixo Rio - São Paulo- Brasília, no Maranhão não é comum tocar *rap* nacional em rádios comerciais nem vendas de CD’s destes grupos em lojas convencionais. Sendo assim, a rádio comunitária Conquista FM, localizada no bairro do coroadado, e a Liberdade FM também contribuíram para esse processo de difusão do *rap* nacional neste bairro.

Na Liberdade, os grupos mais escutados são os paulistanos Racionais MC’s, Realidade Cruel, RZO, Dexter, Ndee Naldinho, A Família, Facção Central, o brasiliense G.O.G., o Carioca MV Bill, entre outros. Há uma prevalência de grupos nacionais, principalmente daqueles que não fazem parte do seletto grupo glamourizado pela mídia comercial burguesa⁶⁴.

⁶⁴ O rapper MV Bill talvez seja um exceção a essa regra, contudo notamos uma certa perda de legitimidade deste artista em relação aos adeptos do *Hip Hop* no Maranhão. Talvez isso decorra das constantes idas deste artista a grande imprensa comercial burguesa. Em show realizado em São Luís em outubro de 2007 durante a fundação da Central Única das Favelas (CUFA-MA), o referido rapper foi surpreendido por uma sonora vaia ao subir ao palco cercado por policiais militares, provavelmente requerido pelos promotores do evento (governo do Estado). É obvio que essas vaias foram direcionadas aos policiais e não para MV Bill, mas no universo político da cultura *Hip Hop* atitude como esta não é muito aconselhável.

A simpatia pelo rap nacional e negação do *glamour* midiático pode ser entendido tanto como resultado das ações políticas do “Quilombo Urbano”, que tem adotado essa postura desde 1996, como também um fator que, do mesmo modo, facilita essas ações políticas deste movimento no interior das comunidades pobres de São Luís. Isso, por outro lado, favorece a inserção e aceitação *rap tupiniquim* - produzido localmente - entre a juventude destas comunidades.

Neste sentido, mesmo considerando a força que o *rap* paulistano exerce nessa localidade, iremos limitar nossas análises ao conteúdo da produção cultural *Hip Hopiana* do “Quilombo Urbano” que, em nosso entendimento, é, ao mesmo tempo, material resultante de um olhar sociológico destes jovens sobre os problemas que afetam bairros como a Liberdade e uma intervenção político-pedagógica junto aos seus moradores, especialmente em relação à juventude negra envolvida no processo da “guerra interna”.

Nessa direção os grupos de *rap* “Gíria Vermelha” e “Dialeto Preto” têm uma canção feita em parceria que relata tanto a “guerra interna” quanto propõe, às vezes sutilmente, às vezes abertamente, um redirecionamento da violência contra o “inimigo” de classe⁶⁵.

A missão quase impossível do guerreiro que é fibra/ é botar num só lugar Baixinha,
Pró-morar, Brasília/ é botar num só lugar Rua da Vala e Floresta/ quem quiser pode
achar que ilusão de fim de festa/ ei irmão é o que nos resta, deixa quieta o prejuízo/
Liberdade é uma só, vida longa bairro *freedom*/ deixa o *rap*, deixa o *reggae* e a
seresta tomar conta/ com *playboy* é diferente se tem treta agente compra. (Liberdade
Sem Fronteiras, Gíria Vermelha e Dialeto Preto)

Nesse pequeno trecho os grupos vislumbram o fim do conflito entre as comunidades do bairro, mas aponta na mesma direção à unidade entre os diferentes estilos musicais - “*deixa o rap, deixa o reggae e seresta tomar conta*” - que por vezes dividem os moradores de comunidades pobres. Na mesma medida que defendem a tolerância interna, no plano político e cultural, propõe, inversamente, a intolerância de classe ao afirmarem que “*com playboy é diferente se tem treta (confusão) a gente compra*”.

Em uma outra passagem essa oposição de classe se manifesta nas rimas do Gíria Vermelha quando o grupo atesta a existência de penúria e sofrimento no bairro, mas exalta a heróica resistência de seus moradores.

Quem mora na quebrada sabe bem como é que é/ pobreza pela frente miséria pelos
lados/ palafita se equilibra contra a lei da gravidade/ criatividade popular meu
irmãozinho/ criatividade e resistência tá no instinto/ sonho e protestos, trincheiras e
poesias/ são marcas de quem vive e luta na periferia/ cê sabe qual que é a gente

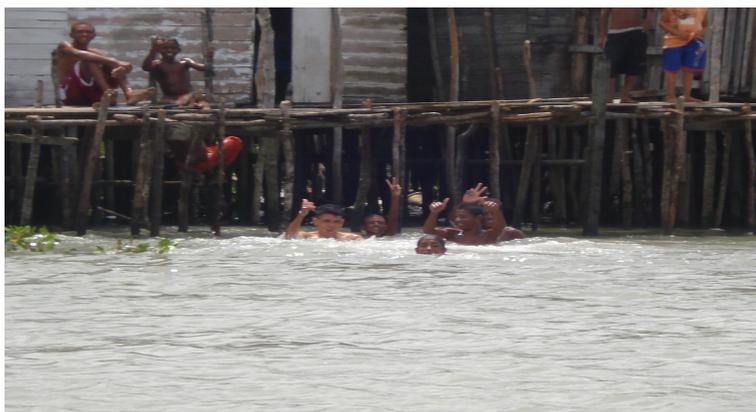
⁶⁵ Na linguagem do *Hip Hop* de modo geral os membros das classes dominantes (os burgueses) são chamados de *boy* ou *playboy*. Em alguns casos *playboy* pode se referir aos jovens que leva um estilo de vida extravagante, mas na linguagem do “Quilombo Urbano” ele é literalmente o burguês, independente do estilo de vida ou da idade.

sonha todo o dia/ ter uma boa casa poder cuidar dos filhos/ cê sabe qual que é a gente sonha todo o dia/ transformar a nossa vida aqui ninguém nasce bandido/ tem dificuldade, tem muito e não é mentira/mas ninguém se suicida com faz a burguesia/ se aposta pela vida e se constrói no dia a dia/ *Hip Hop* militante em seu trabalho de formiga/construindo pouco é tipo um sonho coletivo/ é um projeto de favela contra o neoliberalismo/ rosto erguido, punho firmes, características inerentes, resistência e alegria, liberdade é brava gente, liberdade é brava gente/ (Liberdade Sem Fronteiras, Gíria Vermelha e Dialeto Preto).

Sonho, criatividade, vontade de criar os seus filhos em meio às dificuldades do bairro, são ressaltadas pelos grupos, numa tentativa de demonstrar que a vida nesse bairro não é fácil, pois não depende só de “vontade” de seus moradores. *Resistência e alegria, pobreza e miséria, trincheira e poesia*, por outro lado, são palavras que realçam quão heterogêneo e contraditório é o bairro Liberdade, e não homogêneo, como tenta demonstrar a mídia comercial burguesa, principalmente em seus programas policiais. Pelo contrário, “*aqui ninguém nasce bandido*” rebate o Gíria Vermelha; e se os pais têm “*vontade de criar seus filhos*” então de quem é culpa por essa situação?

Por outro lado satirizam os ricos, ao afirmarem que, apesar de todo o sofrimento na Liberdade “*ninguém se suicida como faz a burguesia*”. Em oposição a essa “fraqueza” supostamente inerente aos ricos está o reencontro com a história de resistência e luta que marcou o bairro durante anos: “*rosto erguido, punho firmes, características inerentes, resistência e alegria, liberdade é brava gente, liberdade é brava gente*”.

Foto 4 - Crianças e adolescentes de palafita em momento de lazer



Talvez essa foto de uma palafita da Liberdade traduza o sentimento de sofrimento, resistência e alegria que o grupo Gíria Vermelha tenta retratar sobre o cotidiano deste bairro.
Fonte: Acervo particular do Quilombo Urbano

Em quase todas as manifestações artísticas do “Quilombo Urbano” essas oposições binárias - de classe - estão impressas com bastante nitidez e vigor.

Em um *grafite* realizado no Pró-morar em julho de 2006 havia uma frase que dizia “o nosso inimigo não mora aqui!”, portanto, não se trata só de relatar a situação de pobreza e sofrimento dos moradores, mas de apresentar essa situação, especialmente a violência, como resultante das relações sociais.

Foto 5 - Grafite realizado no Projeto “Periferia Urgente”



Realizado na Comunidade Pró-Morar em março de 2004

O tom agressivo ou violento presente nessas manifestações traduzem-se naquilo que Vásquez (2007) chama de antipraxis. Isso demonstra que para esse movimento a não violência é insuficiente ou incapaz de tirá-lo da situação em que vivem.

Violência e contra violência ou a violência como praxis dominante e a violência como antipraxis libertadora inscreve-se nesse grande bailado dialético que envolve a tentativa de manter o bairro em uma situação limite ou objetivá-lo e a da “Posse Liberdade Sem Fronteiras” que busca ativar uma ação histórica entre a sua juventude com vista a romper com tal condição. De qualquer modo, isso prova que:

(...) a violência está tanto no sujeito como no objeto, e acompanha tanto a praxis como a antipraxis, tanto a atividade que tende a subverter a ordem estabelecida como a que luta por conservá-la. (VÁSQUEZ, 2007, p. 376/377)

Na música “O Imortal” o grupo Gíria Vermelha narra à saga de uma criança negra como se a mesma representasse tantas outras milhões. Diante de tanto sofrimento o mesmo já não teme mais nada “*nem morte e nem a polícia*” e por outro lado nutre um notório ódio de classe manifestado da seguinte forma na narrativa do grupo:

O imortal também, já foi anjo/ arrancado do paraíso transformado num belo de um monstro/ sobre os escombros do capital, sangra você burguesia/ cospe fogo no Renascença I, Tiamate da periferia/ (O Imortal, Gíria Vermelha).

A violência contra os representantes do Estado e da burguesia aparece sempre como uma forma re-humanização dos personagens desumanizados. Parece que essa violência é uma resposta a uma violenta exterior - “*o imortal também já foi anjo /arrancado do paraíso transformado num belo de um monstro*” - portanto, na contramão da “guerra interna” que é uma resposta autofágica a uma violência exógena.

O bairro do Renascença é onde se encontra, na visão do grupo, um setor da burguesia, e não por coincidência é também um bairro distante a poucos quilômetros da Liberdade. Por isso, “O Imortal” provavelmente um adolescente negro de rua, com um “tiamate” (revolver) em punhos, “cospe fogo” (deferis tiros) no Renascença I.

Nessa mesma canção, o grupo investe contra os proprietários do Sistema Difusora de Comunicação, fazendo referência ao caso de falsidade ideológica, lavagem de dinheiro e formação de quadrilha que envolveu o então deputado federal Edson Lobão Filho (PMDB-MA). O caso estourou quando este foi anunciado como substituto de seu pai, senador Edson Lobão (PMDB-MA), que abdicaria da função de senador para assumir o ministério das Minas e Energia do governo Lula.⁶⁶

Além de está muito próxima do bairro da Liberdade, a TV Difusora leva ao ar nas manhãs de segunda a sábado o programa policial “Bandeira II”. Em um primeiro momento o grupo dispara que o “Imortal” “*foi manchete no ‘O Imparcial’, foi destaque no Bandeira II/ contemplado pelo governo, isso ai ele nunca foi*” e logo em seguida salienta em tom vingativo:

Não era isso que cês queria ódio na veia revolver e capuz/ pra você que enriqueceu desviando dinheiro do S.U.S./ pra você que compra canal de TV com dinheiro de favelado/ com milhões na conta da tia que nem sabia lá no Coroadó/ esses são fatos esse é o fardo pra quem vive nesse inferno/ tira o sono de Vidigal, tira o sono do Coronel Melo/ no verde amarelo, azul e branco, manchado de sangue/ o Imortal é tua cria burguesia assassina e gangster/ (O Imortal, Gíria Vermelha)

Essa postura tem a primazia de recolocar a questão da violência em seu devido *locus* de classe e de dominação ou subversão racial. Confronta-se com o neoliberalismo cultural que tenta “dar uma explicação objetiva da violência no marco de uma concepção

⁶⁶ O inquérito sobre o senador no Supremo Tribunal Federa - STF tem como origem investigação do Ministério Público do Maranhão e da Receita Federal sobre um esquema de sonegação fiscal de R\$ 42 milhões envolvendo as empresas Itumar e Bemar Distribuidora, sediadas no Maranhão. Lobão Filho foi envolvido na investigação porque era dono da Bemar. Ele admitiu que o negócio fora feito em sociedade com pessoas indicadas por Marco Antônio, que seria um dos proprietários da Itumar Distribuidora. As duas funcionavam no mesmo endereço em Bacabal. O Ministério Público suspeita que Edinho seja sócio oculto da Itumar. Ainda, segundo o STF “pessoas humildes e sem poder econômico teriam sido iludidas a se responsabilizar pelo pagamento de impostos”, dentre os quais, a empregada *doméstica* Maria Lúcia Martins, residente ao bairro do coroadó. (Fonte: Jornal O Globo, Rio de Janeiro, 28 fev. 2008. Política, p.09).

naturalista e biológica do homem, de acordo com a qual teriam um caráter instintivo que não desapareceria no plano social” (Vásquez, 2007, p. 384). Ao contrário disso, para esse grupo de *rap* ligado a PLSF, são as condições de existência de quem mora na periferia que os arrebatam para o mundo do crime.

Uma outra função dessas canções é de evidenciar crimes cometidos pelas elites que geralmente são omitidos pelos meios de comunicação, especialmente em seus programas policiais que tem a criminalidade da periferia como centro. Na música o “Imortal” a burguesia é que aparece como “*assassina e gangster*”.

Na canção “Ninguém Nasce bandido”⁶⁷ esse mesmo grupo denuncia o caráter de classe da dominação política, o racismo nas políticas de adoções de menores, o neoliberalismo e as privatizações, estes dois últimos considerados como os verdadeiros “produtores” de marginais na periferia.

Talvez eu não entenda porra alguma de política/ mas sei que meu país quem controla é gente rica / me intriga, cadê o portal da vida?/ Mestre dos Magos não mostrou nenhum saída/ pra vida que eu levo, de onde eu sou para onde eu vou/ ... ninguém me adotou/ minha cor, meu perfil, meus B.O.s na FEBEM/ ... aqui quem fala é o anjo bem/ os manos lá da área tão bolando um assalto/ a fita é um banco recém privatizado/ o mentor de toda treta é um funcionário demitido/ trabalhador que o sistema fez virá bandido/ (Ninguém Nasce Bandido, Gíria Vermelha)

Essa canção narra a história de um menino de rua, filho de uma prostituta com um policial desconhecido. Já jovem o mesmo se envolve com um grupo de assaltantes, cujo líder é um ex-bancário vítima das políticas de privatizações e de demissões. O mesmo participaria de um assalto na tentativa de dar um último presente de natal a sua mãe portadora do vírus HIV e que aquela altura se encontra em estado terminal. Ao final o jovem rapaz é morto no assalto e somente nesse momento conhece o seu pai, um dos policiais que o alvejou fatalmente.

Quem vai chorar por mim eu tô aqui pouco importa/ caralho caquetaram me acertaram pelas costas/ os manos desabaram me deixaram me deixaram agonizando/ o puto que atirou se aproximou tá delirando/ me chamando de filho, agora não dá mais/ fui morto pelo próprio pai, morri sem conhecer a paz. (Ninguém Nasce Bandido, Gíria Vermelha)

É verdade que essa canção, como a maioria dos *rap*’s, são criações ficcionais, mas as mesmas tem sempre a realidade concreta da periferia como base inspiradora. Veja como o drama relatado abaixo se aproxima da canção “Ninguém nasce bandido”, ainda que a mesma tenha sido escrita muito antes do referido acontecimento.

⁶⁷ Essa música foi gravada pelo grupo Gíria Vermelha em 2002, chegando a ser executada em rádios comunitárias e atividades de *Hip Hop*, mas nunca foi lançada oficialmente em CD.

Um jovem que resolve praticar assaltos movido, principalmente, por problemas de ordem familiar. Bob Marley⁶⁸ que é DJ de Reggae e amigo de infância do personagem descrito relata esse drama:

Eu conheci ele desde molequinho, era meu amigo de infância. O pai dele largou a mãe e tal foi morar com outra família, com outra mina, aí ele teve a necessidade de tirar carteira de motorista, ele era defensor a noite só que geralmente não dava, então ele sentiu a necessidade de roubar aí numa dessa infelizmente ele caiu (Bob Marley).

Nesse caso o indivíduo decidiu praticar assaltos por que, além da situação relatada acima, descobriu que sua filha recém-nascida tinha rejeição a lactose cujo tratamento médico-alimentar encareceria mais ainda suas despesas:

A filha dele tava com pneumonia, é a mais nova que sempre tem um problema, ela tem um problema de rejeição alimentar, comida que tem leite, lactose as vezes ele rejeita, então ela tem esse problema, com mais a pneumonia se agravou. Como ele já não tava dando a mais valia no carro aí achou a necessidade de meter, de roubar pra ver se compensava pra comprar o remédio, a alimentação, o leite especial que era muito caro (Bob Marley).

Mas, não só se aproximar da realidade concreta; os objetivos dessas produções são também narrar situações em que a juventude negra rompe com a situação limite imposta pela dominação sócio-racial.

Na canção “Bem Sem Farsa” do extinto grupo Reação-Afro, um jovem morador do bairro Liberdade, conhecido como “Cobra Cam”, é lembrado como um elemento perigoso, mas diferente do que era na realidade, na canção ele é um perigo, mas para as elites⁶⁹. Por mais polêmica que sejam essas letras, há uma tentativa de fazer com que pessoas simples sejam vistas com rosto, necessidade, pertencimento de classe, e, acima de tudo, como seres humanos desumanizados pelo capitalismo.

O monstro que eu sou a resultado de tua ambição/ os malucos em pedrinhas/ que plano real são vítimas/ falo do que a Mirante esconde/ do que não é mostrado no cartão postal/ do que é maquiado no telejornal/ meu som é um repúdio ao que aparece na têvê/ eu canto a luta do meu povo pra sobreviver/ (...) (Bem Sem Farsa, Reação Afro).

⁶⁸ Bob Marley, codinome de M. A. P. P., 37 anos, ensino médio completo, a época morava na 2ª travessa Augusto de Lima no bairro Liberdade. Atualmente reside no bairro Jardim América e trabalha como vigilante. Milita no Quilombo Urbano desde 2006. Entrevista concedida no dia 20 de Março de 2009.

⁶⁹ Cobra Cam era um adolescente de família completamente desestruturada que foi condenado por praticar diversos crimes dentro e fora da Liberdade. Segundo moradores, o mesmo teria sido morto ao ser colocado numa cela, juntamente com inimigos.

Assim como no rap “Ninguém Nasce Bandido” na canção “Bem Sem Farsa” há uma tentativa de relacionar a criminalidade como resultada das políticas neoliberais. É essa mesma relação que uma ex-professora de “Cobra Cam” no Projeto Centro de Apoio e Formação a Criança e Adolescente -CAFIFA estabelece ao descrever a personalidade e sua estrutura social e familiar deste jovem:

Cobra Cam era um menino bastante esperto, questionador, com perfil de liderança, mas era muito centrado em si mesmo, só fazia as atividades (participação) quando de certa forma lhe motivava e quando não tinha interesse acabava estimulando outras crianças a não fazer. Era alfabetizado, tinha visão pessimista sobre o mundo. Penso que isso era fruto da situação de pobreza de sua família. Sua mãe era empregada domestica, morava na Rua da Vala, sem nenhuma infra-estrutura, com vários irmãos e sem pai com um histórico de marginalidade em sua família conhecido pelos moradores. (Lauren Hill).

Ao mesmo tempo em que tentam romper com a situação limite colocada, essas canções também alertam aos jovens que a “guerra interna” é sinônimo de derrota “pra favela” e vitória para a burguesia e que a organização política é a única alternativa para a periferia sair dessa situação:

No alvo da minha fúria em linha reta tem pipoco/ o sangue de covarde pra vitória ainda é pouco/ **um mano contra o outro é mãe que chora a toda hora/ favela em prejuízo, burguesia comemora/** explora, ri a toa, tá de boa não trabalha/ vagabundo de gravata racista canalha/ periferia organizada põe terror no sistema/ quebrada unida na batalha é o grande esquema/ faça valer a pena a nossa cara é vencer/ dilema forte sem contar com a sorte pode crê/(Pronto Pro Jogo, P.R.C).

Do mesmo modo, a violência de classe se manifesta também quando se trata da questão da mulher negra. A afirmação da auto-estima de quem é triplamente discriminada, enquanto mulher, negra e pobre, é redimensionada num discurso agressivo da rapper Preta Nicinha, moradora da Floresta e componente do grupo “Dialeto Preto” tenta superar a recorrente visão estilizada e estigmatizada que se costuma fazer da mulher de um modo em geral.

Se é favela eu respeito, da quebra, do gueto/ se é os boys não tem mais jeito senta o dedo/ que se foda o seu machismo, todo o seu preconceito/ eu continuo favelada 100% preta, de viela em viela sempre mantendo o respeito/ como Winie Mandela, uma militante feminista ladrona da nova era/ descendo nas quebras, colando nas favelas/ distante do pó, do álcool e da merla/ não posso dar motivo pra acabar atrás da cela/ eu sou mais a Liberdade, posso até esta no osso/ sem nenhum puto no bolso/ mais distante dos covardes correndo pelos certo/ sou Quilombo Urbano me apresento DIALETO. (Vem Colar Com OS Pretos, Dialeto Preto).

Ser “favela” aparece como sinônimo pertencimento de classe, do mesmo modo que o machismo é atribuído ao burguês (boy) e a afirmação que “*não tem mais jeito, senta o dedo*”, deixa claro o ódio de classe do grupo. Já o termo “ladrona” deve simbolizar esperteza,

bem quista, de uma militante negra como Winnie Mandela que “*está descendo nas quebradas, colando nas favelas*”, porém, “*distante do pó, do álcool e da merla*”. O diálogo do grupo foge dos rotineiros chavões do tipo “diga não a violência”, “diga não as drogas” e “diga não ao racismo”. A fala transmitida é de quem vive nas “trincheiras” da “Guerra Interna” e sabe que o orgulho de ser negra, mulher e moradora do bairro dever ser mantido.

O grupo de mulheres “Preta Anastácia” que tem atuado com o *Hip Hop* no interior do bairro ver o machismo como mecanismo de dominação e que impede também a solidariedade de classe entre os “favelados”:

O *Hip Hop* tem que inserir em seu conteúdo o universo da mulher de periferia e conscientizar todos e todas que o descaso social, na marginalidade, na violência, no racismo, é sentido pela mulher de forma profunda. Essa inserção tem que partir primeiramente da união e organização das mulheres da periferia, negras e excluídas, deixando de lado vícios burgueses que aprendemos durante toda vida. Como “a neguinha que fala mal da outra”, desunião, sem saber que a consequência desse comportamento na periferia é a desorganização. E para que a gente esqueça que todas as mulheres e homens pobres recebem uma herança social: A MISÉRIA. Precisamos saber que não somos nós os responsáveis por ela. **(Lutar, Construir, Transformar, Núcleo de Mulheres Preta Anastácia)**

A Posse Liberdade Sem Fronteiras transfere um debate comumente tratado como caso de polícia para o de políticas públicas. Na matéria intitulada “Fora a Força Nacional do Bairro da Liberdade”, Malcolm X militante do “Quilombo Urbano” e membro da PLFS rebate as afirmações do Secretário de Segurança Pública Coronel Melo⁷⁰ de que o problema da Liberdade era drogas e armas:

A visão racista e discriminatória da burguesia, acha que o problema da Liberdade é simplesmente tráfico de drogas, fazendo de conta que não conhece a real problemática que se encontra no bairro, um bairro de contingente negro que só recebe a ação do Estado através do seu braço punitivo e repressivo, que através da mídia burguesa tenta camuflar a violência e as mazelas desse estado, que tem nos obrigados a aceitar o seu sistema opressor através da força policial e com um racismo sustentado pelos empresários do setor comercial que exclui a população negra e pobre da Liberdade do mercado de trabalho. Hoje a Liberdade está envolvida com uma violência imensurável causada pelo poder público onde não vemos seu braço social (escolas, postos de saúde, saneamento básico, espaços recreativo e geração de emprego e renda) e sim o seu braço repressivo (força nacional, 1000 novos policiais, força tática, etc...). NÃO QUEREMOS POLÍCIA, essa polícia racista que ai esta não resolve, QUEREMOS POLÍTICAS PÚBLICAS (Fora a Força Nacional do Bairro Liberdade, Malcom X)

Esse discurso contrapõe-se ao *oficialismo* e *autoritarismo* que, segundo Abramo (2003), tomou conta do jornalismo brasileiro especialmente a partir de 1994 quando Fernando

⁷⁰ Essa entrevista foi realizada em uma emissora de rádio AM de São Luís uma semana após a realização da II Marcha da Periferia que tinha como tema “Por Educação, Emprego e Reforma Agrária”.

Henrique Cardoso foi eleito e o neoliberalismo passou a ser aplicado mais intensamente no Brasil. O *oficialismo*, como já vimos, acontece quando grande parte da imprensa adere completamente às versões das autoridades em detrimento do jornalismo investigativo. Essa prática, evidentemente, desemboca no autoritarismo.

Ao se contrapor a esse discurso a PLSF redefine também o debate étnico, ou seja, de que a violência entre os negros ou dos negros contra a burguesia deve ser buscado na estrutura social que envolve o indivíduo e não nos indivíduos isoladamente. Essas ações micro-pedagógicas do *Hip Hop* conduzem a uma contra tendência política.

Passagens que buscam desconstruir o oficialismo neoliberal é muito comum nas canções dos grupos de rap do “Quilombo Urbano”. O grupo Q.I. Engatilhado enfatiza no refrão da música “De olho nos Pilantras” que “*a verdade se espalhou feito estrela lá no céu, / se contesta até juiz deputado e coronel*”, e em “Pronto pro Jogo” P.R.C. afirma que “*feio é roubar e não levar o roubo/ os dez mandamentos pra favela é muito pouco*” ou ainda “*maluco sonha alto na mente vem assalto, escrito nas estrelas é um caralho, . “Mãos ao alto”*”. (Vida de preto no gueto).

Na mesma direção o Gíria Vermelha anuncia “*Então, congela a imagem dar o close, filma tudo/ criminoso anti-Estado , prazer Lex Lutho*” (*Hip Hop Militante*). Lex Lutho é um conhecido bandido dos filmes norte-americanos, mas nas canções desses grupos os papéis se invertem, Como, por exemplo, “*pum, pá, é hora do revide, só ladrão de consciência , tomando Gotaw Cite*” (A Hora do Revide, Gíria Vermelha).

Ladrão de consciência, na perceptiva do grupo, simboliza um militante revolucionário que disputa (rouba) a consciência daqueles que vivem na periferia; disputar no sentido de elevá-la do senso comum a filosofia da práxis, pois é através da filosofia da práxis que se realiza a unidade de classe na superestrutura ideológica (Portelli, 2000), e em nosso entendimento é essa unidade que a PLSF persegue em suas atividades político-pedagógicas na Liberdade. Na verdade, essa unidade que tentam construir alude não só consciências de classe, mas também a da identidade racial.

Como se estivesse narrando um processo revolucionário o grupo Gíria Vermelha conclama tanto lideranças negras como socialistas para essa ação, o que aponta essa forte tendência de raça e de classe no discurso e nas práticas educativas do “Quilombo Urbano”.

“Chama Lênin, Negro Cosme, chama Trotski e Zumbi/ chama lá preta Dandara, chama Luiza Main/ Ai, sou, sou, sou, sou, assim, consciência para si/ o movimento é crônico, popular e sincrônico/ que rápido hiperopia tipo um supersônico (A Hora do Revide, Gíria Vermelha)

Nota-se que o discurso anti-oficialista dessas canções combinam ressignificação de valores, deconceito e de comportamento, e apontam para algum tipo de violência como anti-práxis à práxis da classe dominante, que como já vimos é indissociável da violência de classe. No imaginário coletivo desses grupos podemos notar uma pretensão de romper com a ordem estabelecida, através do que Petras (1999) admite ser uma desordem positiva, ainda que com suas limitações políticas, mas que tem a importância de superar a “letargia” política imposta pelos “esquerdistas modernizados” às organizações coletivas da classe trabalhadora.

A desordem positiva é o primeiro passo para a criação de uma ação coletiva de transformação social. Em si mesma é limitada, na medida em que é “espontânea” “local” e sem respaldo maior. Mas rompe as restrições de mobilizações de massas impostas pelos esquerdistas “modernizados”. A desordem positiva focaliza a atenção nacional sobre determinados problemas e deslegitima a autoridade existente, mas pode também fazer desaparecer da vista os problemas quando a “desordem” termina. Entretanto, o lado social da desordem conduz diretamente à subjetividade positiva que emerge hoje, primariamente, com o crescimento de movimento extra-parlamentares. (p.99).

Na canção “Vem colar com os pretos” do grupo Dialeto Preto a denúncia contra as autoridades se repete, o que demonstra que a questão da “guerra interna” aparece como foco central da política da posse “Liberdade Sem Fronteiras” e do “Quilombo Urbano” de um modo geral. Se, como vimos a mídia comercial burguesa apresenta a violência do bairro deslocado das relações sociais, no discurso da PLSF essa mesma mídia e a polícia são apontadas como parte das causas dos problemas principais do bairro, entre os quais a violência, o racismo e a repressão.

O problema aqui não é droga, o problema é o seu descaso/ ainda mais com a Mirante que não mostra o outro lado/ mete o pau no favelado, joga o povo contra o povo/ toque de recolher lá vem repressão de novo/ Liberdade esta ocupado, virou passarela de gamba inchado/ não pode me ver de boa que já vem me dando o enquadro/ polícia não resolve problema de favelado/ só aumenta o racismo, só aumenta o descaso/ que é maior que a guerra entre meus chegados/ nesse estado racista pelos brancos controlados/ continuo aqui na quebra com os pretos favelado pode chegar, chegado./ (Vem Colar com os Pretos, Dialeto Preto).

Na compreensão dos membros desta posse é somente com o fim da “guerra interna” que a juventude pobre poderá mobilizar-se para exigir a presença do braço social do Estado na periferia. Para que haja pressão social em direção ao Estado é necessário que se construa uma unidade comunitária que passa também pela construção de uma subjetividade positiva entre a juventude negra do bairro, algo que se encontra bloqueada pela “guerra interna”. Essa é a nossa percepção.

Percebemos isso também no manifesto “pelo fim da guerra interna”, publicado recentemente no blog do “Quilombo Urbano” que ao solicitar o fim da “guerra interna” propõe também um “pacto de paz” entre os diversos grupos de jovens envolvidos nesses conflitos.

Pelo fim da “guerra interna” nós do Quilombo Urbano propomos um pacto de paz entre todas as gangues, galeras e bondes de todas as comunidades pobres deste país. Nossa declaração de guerra é contra os ricos, é por educação, saúde, cultura e emprego. Vamos reduzir a zero a contagem de corpos sem vida no chão da periferia. Vamos multiplicar por mil o sorriso de felicidade da mãe que vê seu filho resgatado do crime. O desafio está lançado pra quem é guerreiro de verdade. (Manifesto Pelo Fim da “Guerra Interna” na Periferia, 2009).

E na seqüência há um conjunto de exigências que vai desde “a eliminação gradual do sistema prisional”, “que a polícia se retire imediatamente das periferias” passando pelo pedido do “fim dos assaltos na periferia” e a exigência do “fim do pagamento da dívida externa” e que “esse dinheiro seja investido em políticas sociais na periferia”.

Com essa política nota-se que PLSF almeja atingir dois objetivos: o de alertar a juventude do bairro para que percebam o que pode está por trás da “guerra interna” e o de quebrar com a “redoma de vidro” que tenta isolar a violência de suas causas sociais. Por isso o referido manifesto tenta mostrar que os problemas internos ao bairro têm também causas oriundas das relações políticas e econômicas internacionais, a exemplo do pagamento da dívida externa.

De modo geral, essa atitude confronta-se com a concepção “violencentrista” sobre a “guerra interna” que, em nosso entendimento, é hoje um dos ramos da ideologia orgânica (neoliberal) da classe fundamental (a burguesia) difundida nas periferias através da frente teórica mídia, polícia e parlamento.

O objetivo da filosofia neoliberal é agregar indivíduos em torno de padrões de comportamentos, homogeneizar formas de pensamento e desqualificar o utopismo revolucionário. “Tudo se passa como se o *antes* e o *depois* tivesse se dissolvido para dar lugar unicamente ao presente” (Teixeira, 1996).

O *Hip Hop* da PLSF parece portar-se numa fronteira oposta ao *presentismo distópico*. As identidades raciais contidas nessas produções culturais analisam a situação concreta do negro tendo por base a história. O vínculo entre passado e presente é tão vivo quanto à perspectiva de construção de um outro futuro. O grupo de rap Impacto Racial⁷¹ vislumbra essa relação na música “Vida Louca”:

⁷¹ O grupo Impacto Racial é formado por três integrantes do bairro Liberdade, não estão organicamente ligados ao Quilombo Urbano, mas participam das atividades realizadas pela Posse Liberdade Sem Fronteiras.

A violência e o descaso caminham lado a lado/ tudo culpa do sistema que só quer nos ver ferrado/ mas nós vamos resistir por que sempre foi assim/ percorre em nossas veias o sangue no negro Zumbi/ percorre em nossas veias o sangue dos negros escravos que lutaram e conseguiram a corrente arrebentar/ hoje eu luto pra viver paz nesse lugar/ pode crê caminhando na humildade/ Liberdade o bairro mais falado da cidade/ com fama de violento capital da malandragem (Vida Louca, Impacto Racial).

Os problemas do bairro têm uma origem história, a relação com a escravidão não é à toa, e a violência é apontada como decorrente do descaso das autoridades. O desejo de “*viver em paz nesse lugar*” passa necessariamente pela resistência negra, tal como a de Zumbi e outros negros escravizados.

Conforme vimos no primeiro capítulo, a forma como se deu o abolicionismo no Brasil e os quase quatrocentos anos de escravidão foram fundamentais para garantir o atual processo de exclusão e opressão dos afro-brasileiros. Essa relação, constantemente negada nos livros didáticos e nos meios de difusão cultural controlado pelas elites, é resgata nas produções culturais do *Hip Hop* como um todo, e não só do “Quilombo Urbano”. Além do mais, ao resgatar a memória histórica do povo negro confrontando-a com a realidade presente, esses jovens tentam minar uma das ideologias mais dinâmicas para a ocultação da dominação étnico-social no Brasil, que é o mito da democracia racial.

Foram muitos anos de escravidão e lá se vem à abolição e foleira Izabel se promoveu heroína da nação/ se aproveitando da situação/ a efeito de hoje a exploração/ ganhamos a liberdade, junto a desigualdade/ o preconceito fecha as portas/ somos nós a maioria encarcerado, desempregado/ favelado, minoria nas escolas, maioria nas ruas/ pedindo, roubando, morrendo, matando/ culpa do governo capitalista de sangue azul/ (Quilombo, Raio X Nordeste).

Os “*muitos anos de escravidão*” deixaram suas marcas no Brasil de capitalismo dependente que na contemporaneidade “fecha as portas” para o jovem negro da periferia.

Nessa práxis pedagógica há, além do discurso racial ofensivo e radicalizado, uma clara defesa da necessidade de superação do modo de produção capitalista e a edificação de uma sociedade socialista e pluriétnica, portanto, uma postura completamente oposta a da juventude *distópica* do pensamento neoliberal. Mas à frente vamos analisar o conteúdo desse discurso mais detalhadamente.

Foto 6 – Venda de material: Autogestão



Foto 7- Grafite



Venda de material (camisas, CD,s, revistas, etc.) em atividades políticas é uma das marcas da autogestão do Quilombo Urbano. No Grafite (a esquerda) realizado no centro histórico de São Luís o nome do movimento, ao lado a foice e o martelo e em baixo a frase “espectro do comunismo”.

No momento vamos deter-nos a relação que estes estabelecem com o convencional mundo artístico e cultural e com o mercado fonográfico. Lembramos que esses artistas/militantes são indivíduos pobres e, em alguns casos, desempregados, mas que não utilizam a cultura *Hip Hop* como instrumento de sobrevivência individual.

Observamos que toda a política cultural e financeira desta organização gira em torno da autogestão. É das atividades culturais que são angariados os recursos para manter a sobrevivência financeira do movimento e não dos artistas.

Deste modo, os artistas são, nada mais nada menos, que militantes como qualquer outros. Talvez seja por essa lógica de independência financeira dos artistas em relação ao mercado fonográfico e à grande mídia; e do movimento ou das posses em relação aos governos e às grandes empresas, que ambos gozam de uma peculiar independência política para fazer da cultura *Hip Hop* uma arma política a serviço do “Quilombo Urbano”, e dos seus artistas verdadeiras “metralhadoras giratórias” da periferia contra o capital e a opressão.

Moura (1994) lembra que geralmente a produção cultural dos artistas negros no Brasil torna-se ambígua por que os mesmos sentem-se obrigados a se manifestarem em linguagem erudita e completamente deslocada dos problemas raciais do país, muitos inclusive chegam a negar a existência desses problemas. Isso acontece por que os padrões de julgamento dessas produções culturais geralmente são construídos no universo branco da classe dominante.

Assim, conclui o autor “Para conseguir status dentro dos padrões estéticos e culturais das instituições produtoras, prestígios e privilégios, o autor afro-brasileiro ou aceita o código formal, semântico e gramatical e dominante ou é rejeitado (p.192)”.

No caso dos “intelectuais militantes” do “Quilombo Urbano” percebemos uma tática de “auto-exclusão” desses espaços e de negação dos seus padrões de julgamento. Além do discurso racial radicalizado, da defesa do socialismo - o que por si só seriam ingredientes suficientes para que os mesmos não sejam absorvidos pela mídia comercial burguesa e pelo seu seletivo mercado fonográfico convencional - esses artistas de *Hip Hop* militante simplesmente negam-se a manter qualquer relação com esses dois mundos.⁷²

Enquanto o grupo Gíria Vermelha defende que os grupos de *rap* devem-se manter “*distante do mercado fonográfico burguês*” (*Hip Hop Militante*), P.R.C. afirma que “*conforto é lá na Globo junto aos vermes pegajoso*” (Pra cima da Rima).

Negar a mídia comercial burguesa para Movimento *Hip Hop* significa negação também do seu oficialismo autoritário, isso não só para o Quilombo Urbano. O *rapper* G.O.G. de Brasília chegou a afirmar em uma entrevista que enquanto representante do povo não iria à TV Globo por que “essa emissora quer ser mais do que o presidente da república, se o Brasil fosse parlamentarista ela seria primeiro ministro” (TV Rap Nacional, 22 de Janeiro de 2007, youtube).

Por outro lado, a forma de dialogar desses grupos mantém-se fiéis ao universo cultural de quem vive na periferia. Os *rap's*, por exemplo, são cantados em linguagem recheada de códigos edificadas no interior de grupos considerados marginais, o vocabulário chamado pejorativamente de chulo,⁷³ pois, conforme Gramsci explica “O vocabulário do povo é muito rico e vivo e reflete a vida real; é preciso aprender a linguagem das massas”. (Apud, Macciocchi, 1980, p. 217), tendo em vista que:

Só aquele que fala em nome do povo pode educá-lo; só aquele que se torna seu aluno pode torna-se seu mestre. Aquele que se comporta como um senhor ou um aristocrata, debruçando-se do alto sobre o ‘povinho’, mesmo se tiver um grande talento, não terá nenhuma utilidade para o povo e sua obra não terá nenhum futuro.... (GRAMSCI, apud, MACCICHI, 1980, p. 217).

⁷² Em diversos documentos publicados pelo Quilombo Urbano está sempre presente a defesa de que o *Hip Hop* tem que ser completamente independente da mídia comercial burguesa, do Estado e das empresas multinacionais.

⁷³ Para Moura (1994) “ povos bantos que aqui chegaram em primeiro lugar e aqueles que habitavam a parte sudanesa da África, posteriormente incorporaram ao nosso léxico milhares de vocábulos na estrutura do português. No entanto, ninguém, ou quase ninguém, viu essa incorporação como um fator de enriquecimento vocabular, mas muito pelo contrário, criou-se o termo *chulo* esses vocabulários” (p.182)

Portanto, do ponto de vista pedagógico, podemos apontar diversos objetivos a se atingir com essas práticas. Em primeiro lugar está o de valorizar as criações populares, como a linguagem simples, de não se afastar do universo cultural das massas (o *Hip Hop* fala com, como e em nome das massas) e, por fim, de partir do senso comum (o *Hip Hop* tem sempre como ponto de partida os fatos corriqueiros do cotidiano) para superá-lo no momento seguinte (isto acontece quando os mesmos avançam nestas mesmas produções para temáticas que apontam para a luta de classe, superação do capitalismo, racismo, etc.), ou seja, para chegar à filosofia da práxis.

Percebemos que é desse modo que se cria o laço orgânico entre a os intelectuais militantes da PLSF e a juventude pobre do bairro Liberdade, sem contar que ambos se confundem no universo do *Hip Hop*.

A questão não é tanto de “ir as massas”, mas de criar o laço orgânico que se forma entre massas e os intelectuais, partindo do “senso comum” das massas, criticando-o destruindo o que é negativo, elaborando, em fim, a filosofia da práxis. (Macciocchi, 1980, p.249).

Essa prática é facilitada também porque, além de narrar o cotidiano violento da periferia, na maioria das vezes essa narrativa se dar na primeira pessoa do singular, ou seja, um “eu” que pode simbolizar tanto uma coletividade⁷⁴ ou mesmo a vida particular de quem narra (canta ou grafita) o acontecimento. Vejamos dois exemplos:

Hip Hop militante tá na veia, tá no sangue/ preto Verck comandante , pra elite bang, bang/ ex-gangueiro recomposto, renascido das cinzas / Rede Globo MTV sai de mim não me filma (*Gíria Vermelha*)
 “orgulho quilombola me mantêm sempre alerta/ socialismo na minha vida a maior descoberta/ maluco de quebrada transformado em ativista/ periferia urgente balaiada futurista. (P.R.C.)

De fato, como nos alerta Gramsci “não basta ir às massas”, muito mais do que isso esses artistas militantes são produtos das massas, talvez do setor mais vulnerável que alguns chegam a caracterizar como lupen.

Por isso mesmo a experiência de vida, a relação com o mundo do crime é valorizada num primeiro momento, ou seja, não se trata apenas de mera narrativa ou interpretação de personagens, mas de depoimentos vividos. Entretanto, esse velho indivíduo “morre” (ex-gangueiro, recomposto, renascido das cinzas) para dar lugar a um “novo homem” que se

⁷⁴ Como vimos a música o Imortal, por exemplo, é a narrativa de uma pessoa representando o sentimento de milhões que vivem em condições semelhantes.

apresenta como um intelectual militante resgatado das fronteiras da “guerra interna” (maluco de quebrada transformado em ativista) ⁷⁵.

Em todo o caso o indivíduo é sempre um indivíduo coletivo se contrapondo às estruturas de poder existente (Rede Globo, MTV), portanto, a negação do indivíduo atomizado do neoliberalismo cultural que “desesperados se voltam para a droga, o contrabando e a violência urbana” (Petras 1999, p. 103).

Enquanto o neoliberalismo e a sua face cultural (o imperialismo cultural) empurram a juventude negra para as “arenas” da “guerra interna”, vemos que o “Quilombo Urbano” e a PLSF transformam “malucos de quebradas” em “ativista político”; como se esses fossem verdadeiras “crias [políticas] do ‘Quilombo Urbano’/ fortalecidas nas posses” ⁷⁶ e as posses “um projeto de favela contra o neoliberalismo” ⁷⁷.

Segundo nossas observações na maioria das canções desses grupos há mais referências feitas ao intelectual coletivo “Quilombo Urbano” do que aos grupos ou seus membros individualmente. ⁷⁸ Muitos chegam a considerar o movimento como o grande norteador das mudanças de suas vidas, uma grande “família de rua” ou da periferia, tal como consta em algumas canções ou mesmo em alguns depoimentos como o que expomos abaixo:

O contato que eu tive assim com o Quilombo Urbano, a influência que ele teve na minha vida foi muito louca por que praticamente eu era um negro da periferia que não tinha nome e que passa a ter nome, por que os negros na periferia, vamos dizer assim, não tem uma referência, não tem uma identidade não sabe o que fazer, e o “Quilombo Urbano” foi isso aí, meu deu uma referência me deu uma identidade, me disse, rapá você é negro aconteceu isso assim com seu povo, então você tem que se organizar e ir a luta A contribuição, então eu acho que isso ai transformou automaticamente a minha vida, a partir da ir eu passei a ler, passei a estudar, passei a me organizar, passei a ver a vida de outra forma, então assim, a influência do *Hip Hop* em minha vida foi dos pés a cabeça, mudou minha vida totalmente como eu nunca pensei que nada no mundo fosse mudar, não é a questão só do *Hip Hop* em si, mas da organização que eu faço parte que é o ‘Quilombo Urbano’ (MALCOLM X).

Essa constatação está também diretamente ligada ao ambiente familiar desestruturado de muitos destes jovens. Tal como na “guerra interna” aqui também percebemos que estes jovens buscaram na rua uma coletividade que o lar e a escola não os

⁷⁵ Tanto P.R.C. como Verck eram membros de galeras da “segunda leva”. Hoje Verck é graduado em história e mestre em educação e P.R.C. trabalha como autônomo. Este último chegou a ser alvejado com um disparo no peito, acontecimento que relata em uma de suas canções.

⁷⁶ Música “*Hip Hop* militante” (Gíria vermelha).

⁷⁷ Música “Liberdade Sem Fronteiras” (Gíria Vermelha e Dialeto Preto).

⁷⁸ Essa é uma outra característica muito peculiar do Quilombo Urbano, sendo que a maioria das canções dos grupos de rap do Brasil prevalece o nome dos artistas.

ofereciam, porém como uma diferença fundamental; o *Hip Hop* tenta reatar os laços familiares e comunitários destes indivíduos e não quebra-los.

Contudo, muitos dos entrevistados demonstraram um indisfarçável sentimento indignação ou frustração quando tiveram que fazer referência a figura paterna⁷⁹.

Como contrapeso a ausência da referência paterna a figura materna é supervalorizada. O Roberth Costa ou Preto Roob cujo pai nunca conheceu, declara em tom de agradecimento “*a minha mãe primeira revolucionária que conheci/ foi com ela que aprendi/ respeito é o que vale malandragem/ vou prosseguir*”.(Amigo Invisível).

Por mais que entendamos a família como uma instituição nascida com o surgimento das classes sociais (Engels, 2007) e a figura da mãe como molécula pedagógica do Estado (Gramsci, 1990); diante do atual quadro de barbarismo neoliberal e da tática do imperialismo cultural de quebrar os laços comunitários, de classe e de família, concordamos quando Petras (1999) afirma que “para ser revolucionário hoje deve-se ser conservador, no sentido de defender a comunidade, a solidariedade de classe, aprofundar as relações íntimas contra o modismo neoliberal dos indivíduos atomizados” (p.114).

Na verdade as “posses”, de um modo geral:

Constituíram-se como espaço próprio pelo qual os jovens passaram não apenas a produzir arte, mas apoiar-se mutuamente. Diante da desagregação de instituições tradicionais, como a família, e a falência dos programas sociais de apoio, as posses consolidaram-se no contexto do movimento Hip Hop como uma espécie de “família forjada” pela qual os jovens passaram a discutir os seus próprios problemas e a promover alternativas do plano da arte. (Silva, J., 1999, P. 27)

Acreditamos que é neste sentido que a PLSF procura atuar no bairro Liberdade. No sentido de recompor laços sócio-afetivos. Mães e filhos aparecem como figuras centrais deste processo, como se fossem possíveis elos de re-ligação entre a juventude do bairro. Lembremos o trecho do manifesto Pelo Fim da “Guerra Interna” “*vamos multiplicar por mil o sorriso da mãe que vê seu filho resgatado do crime*” ou a música do Gíria Vermelha quando diz que “*cansei de ver os pivetes crescer tudo com trauma/ muita calma nessas horas o crime fez escola/ vem ver bem de pertinho o rosto da tia que chora*” (Liberdade sem Fronteiras)

Mas, é no discurso das próprias mulheres deste movimento que a figura feminina ganha mais relevo, não só a figura materna é valorizada, mas a mulher enquanto pobre, negra e lutadora⁸⁰.

⁷⁹ Nas entrevista ao perguntarmos o nome dos seus genitores, alguns reagiam com indignação ou desprezos quando falavam do pai. Alguns de fato nem chegaram a conhecê-los.

As estéticas, os padrões e os preconceitos são veementemente contestados na canção “fim do silêncio” do grupo de rap “Ameaça Feminina”. A luta contra a opressão torna-se também uma “declaração de guerra” contra o racismo e o capitalismo.

Maria lava roupa todo dia é foda/pra cárcere privado quem é que se incomoda/ na pia, no tanguê, na cama ou fogão/ somos mais bem que isso desligue a televisão/ novela não ilude, ter grana não é virtude/ racista no pipoca valorizo a negritude/não vivo de homenagem sociedade hipócrita/ educação machista, fabrica de idiotas / moleque ganha carro, vídeo game, bicicleta/ menina fogãozinho de brinquedo e boneca/ conceito social natural programado / normal pro Estado futuro planejado/ ligada nas idéias e caminhado contra o vento/ disposição pra guerra pode crê, fim do silêncio/. (Fim do Silêncio, Ameaça Feminina).

O machismo está presente na periferia, de acordo com o grupo, devido ao sistema educacional - “fábrica de idiotas” - imposta pelas elites. Aludem assim que muitas das conquistas comemoradas pelas mulheres burguesas não foi estendida às mulheres negras e pobres da periferia. Na “disposição” pra guerra dessas mulheres há uma clara fronteira de classe e de raça.

Em uma atividade realizada no dia das mulheres no bairro Liberdade a PLSF lançou um panfleto, assinado em parceria com a Coordenação Nacional de Lutas -CONLUTAS, que expressava esse sentimento de gênero e de classe da seguinte forma:

Enquanto as mulheres burguesas queimam calcinhas e sutiãs em praças públicas, a polícia de Eurídice Vidigal impõe terror na periferia e faz a mulher pobre chorar a morte do seu filho. A Roseana Sarney do Calhau em nada se parece com a Dona Maria do bairro da Liberdade, pois enquanto uma pertence à classe exploradora e corrupta a outra é vítima da exploração e corrupção. Enquanto a Rede Globo apresenta Ana Maria Braga como uma mulher branca burguesa que conseguiu superar um câncer com tratamento milionário, nos socorros dezenas de mulheres negras e pobres morrem a míngua sem se quer ser atendidas. (Nem Tudo é Rosas no Oito de Março da Periferia, Posse Liberdade Sem Fronteiras).

Após tomar as questões do cotidiano do bairro como ponto de partida e fazer a diferenciação entre as mulheres do bairro com as “burguesas”, na seqüência o grupo aponta o socialismo como alternativa. Percebam que na segunda parte do panfleto o nível, na forma e no conteúdo, eleva-se a um outro patamar:

⁸⁰ Lembramos, entretanto, que por mais contestador que seja o *Hip Hop* brasileiro, o mesmo ainda reproduz fortemente preconceitos machistas, principalmente nas canções de muitos grupos de rap. A existência de grupos de mulheres organizados no interior do “Quilombo Urbano” e as constantes referências à bravura da mulher negra de periferia nas manifestações culturais deste movimento não significa de modo algum que o mesmo tenha removido todos os mecanismos de barragem da entrada de mulheres no seu coletivo. Prova disso é que, ainda que algumas dessas militantes sejam coordenadoras do referido movimento, é notório a reduzida quantidade de mulheres militantes se comparadas aos homens.

Precisamos compreender que o machismo funciona como ideologia que coloca a mulher em situação de inferioridade para melhor explorá-la e com isso aumentar o lucro do burguês, por isso os salários das mulheres trabalhadoras são quase sempre menores, principalmente as das mulheres negras. Então, para o bolso de quem vai esse dinheiro? Do marido? É claro que não! Da mesma forma, não é o patrão quem paga para lavar a farda que seus trabalhadores utilizam nas empresas, mas sim as esposas ou filhas dos trabalhadores. É isso, exploração sem remuneração. É verdade que tivemos muitas conquistas, mas nenhuma delas sem luta. Somente com organização e mobilização poderemos avançar nas conquistas de mais direitos e impedir que outros sejam destruídos. Contudo, não temos nenhuma ilusão de que conquistaremos plenamente nossa libertação por dentro das estruturas do capitalismo. Pelo contrário, é preciso que a luta contra o machismo esteja combinada com a luta pela destruição do capitalismo e pela construção de uma sociedade socialista de mulheres e homens livres de preconceitos e da exploração. (ibid).

A cada ano no dia das mulheres há atividades promovidas pela PLSF no bairro Liberdade. Nos últimos dois anos, foram feitos belos grafites, fazendo referência a luta das mulheres pobres e exaltando a beleza da mulher negra, uma na entrada do bairro, não mais existente e outra na comunidade Floresta.

Em uma dessas artes, o grafiteiro Gleydson Santos⁸¹, o Gegê, após desenhar duas mulheres negras acrescentou a frase “do meu jardim a rosa preta é a mais bela” frase esta retirada da música *baile dos lokos e das rosas* do grupo Gíria Vermelha. Mesmo neste simples desenho notamos o desejo de valorização racial da comunidade que, segundo o autor da arte, tem relação direta com a problemática da guerra interna.

Foto 8: Grafite em homenagem às mulheres



Fonte: Acervo particular do Quilombo Urbano

⁸¹ Gleydson Rogério Linhares dos Santos, 20 anos, ensino médio, milita no Quilombo Urbano ano. Reside no bairro do Bequimão. Entrevista concedida no dia 19 de fevereiro de 2009.

Assim, os discursos que envolvem a família, mulher e o espírito comunitário constituem-se em pilares fundamentais para se contrapor a “guerra interna” ao bairro.

Em um panfleto distribuído em um baile de *Hip Hop* realizado na comunidade Rua da Vala no dia 16 julho de 2006 em homenagem a um jovem adepto da cultura *Hip Hop* falecido em consequência de um acidente automobilístico essa política se faz presente.

Na verdade júnior era um verdadeiro cidadão da periferia, de todas as periferias, um guerreiro da **‘rua sem nome, barraco sem numero’ negro drama de estilo**, júnior nos deixa a lição sobre o verdadeiro significado de ser da periferia, saber chegar e sair em todas as quebradas, semeando a solidariedade entre todos (...) Se todos fossem como ele, certamente não haveria rivalidades entre quebradas diferentes, não existiria zé povinho e nem guerra interna na periferia” (O Adeus ao Eterno Negro Drama)

É praxe a PLSF encerrar essas atividades políticas com bailes de *Hip Hop* ou ainda realizar esses bailes como atividade de caráter político-cultural. Nestes espaços há apresentação de *break*, de grupos de *rap* e amostra de *grafite*.

Os primeiros desses bailes foram organizados há mais ou menos oito anos e eram intitulados “*Hip Hop* Pela Paz”⁸². Os mesmos são realizados principalmente no “Clube do Reizinho” localizado na Fé em Deus e o “Borrvalho Eventos” na comunidade da Floresta. Segundo depoimento estes bailes contribuíram reaproximar os jovens da Rua da Vala, Fé em Deus e Floresta.

Lá na Floresta ali a referência era Hertz, Nicinha. E aqui a galera já tem eu e isso ai conseguiu amenizar um pouco essa situação. E os moleques que tinham medo de descer na Rua da Vala criaram coragem de vim aqui por que eles estavam confinado no nosso movimento, rapaz nós vamos lá por que não vai ter treta nenhuma aqui. A mesma coisa que eu vi foi dos moleques daqui com Nicinha lá no Borrvalho também, os moleques, poucos subiram lá, mas os poucos que subiram daqui pra lá que viram nossa atividade lá, viram que não era nada daquilo que as pessoas falavam que podia rolar e tal de um querer garrar o outro (...) Rua da Vala e Floresta hoje é pacato, as pessoas vão daqui pra lá de lá pra cá, quer dizer o Quilombo Urbano, o *Hip Hop* contribuiu muito nessa parte ai (Stevie Biko).

Essas festas conseguiam reunir não só moradores de comunidades rivais, mas também aqueles envolvidos diretamente nos conflitos, inclusive em casos de mortes. Essas iniciativas, sem dúvida, de muito risco, demonstram até certo ponto que o *Hip Hop*, enquanto cultura de periferia, e a PLSF, enquanto núcleo molecular pedagógico representa, a um só contexto, um elo entre diversos grupos de jovens existentes neste bairro. Na maioria desses

⁸² Na verdade a iniciativa de realizar festas com esse tema é do rapper G.O.G. de Brasília, que é por sinal um dos mais respeitados artistas de *Hip Hop* para o Quilombo Urbano e para o *Hip Hop* brasileiro como todo. Em uma de suas músicas intitulada “O Incendiário” G.O.G. homenageia a história do Quilombo Urbano.

bailes em que estivemos presente, ao contrário do que possa parecer, o clima era de alegria e fraternidade.

Foto 9 - Atividade Cultural da 2ª Marcha da Periferia



Foto 10 - 3ª Marcha da Periferia



À esquerda apresentação do grupo de rap Dialeto Preto no Pro-Morar e a direita grafiteira na Fé em Deus, áreas consideradas rivais na Liberdade. Ambas realizadas como preparatório para a 2ª e 3ª Marcha da Periferia, respectivamente.

Mas, esse respeito só é possível, à nossa percepção, por que nessas atividades há constantes falas sobre problemas do bairro, intercalada com blocos de músicas, ou nas falas dos grupos de *Hip Hop* que se apresentam ao público presente nesses eventos.

Bob Marley destaca a função pedagógica dessa estratégia utilizada pela PLSF fazendo comparação com o estilo do qual ele é *DJ*, ou seja, o reggae.

Eu vou te falar dos dois lados, eu como regueiro, eu nunca vi nenhum clube de reggae um DJ de radiola pegar o microfone e dizer “o espaço é nosso temos aqui pessoas de vários bairros mostrando que todos nós somos iguais, o *hip hop* já mostra isso. Cada um militante quando pega o microfone, a primeira coisa que diz é isso, mostra que todas as pessoas são de bairros diferentes (...) de diferentes quebradas e todo mundo se conhece, todo mundo se dá bem, do começo ao fim é mil maravilhas, já o reggae é diferente, é mais agressivo, mas eu culpo os donos das radiolas, das emisoras de rádio que tem o poder do monopólio da palavra e não faz nada, não influencia nem o próprio regueiro a se auto-conhecer.

A questão dos sentidos ou sentimentos é também fundamental. Essas produções culturais são carregadas de sentimentalidade, por que muitas das vezes lidam com situações delicadas; de mortes, vitórias, derrotas, superação, traição, amor, conflitos etc., ou seja, o *Hip Hop* é tão contraditório quanto à periferia⁸³.

⁸³ No “periferia urgente” de julho de 2007, ocorrido meses após de 2 Pac do Pró-morar ter sido moradores da Fé em Deus, esse sentimento despertado pelo *Hip Hop* precipitou um início de tensão na atividade. O fato foi que os membros da PLSF expuseram fotos da atividade realizada em 2006 quando esse guerreiro ainda estava em vida e cantando rap. Os ânimos se exaltaram, mas ao final tudo foi acalmado.

Justamente por isso torna-se uma manifestação cultural interessante para a periferia, por que esta é interessante para o *Hip Hop*, é o seu oxigênio político-cultural. É uma cultura que trata dos sentimentos humanos (desumanizados) do jovem negro da periferia. Marx (2006) explicava que a imprensa inglesa, por exemplo, não era interessante para o povo inglês por que o povo não era interessante para a imprensa inglesa.

Qualquer movimento, cultural ou político, que pretenda forjar uma nova cultura entre o proletariado que consiga restabelecer laços de afetividade entre os mesmos, deverão também eles próprio vincular-se afetivamente às massas, sob pena de aprisionar-se ao burocratismo. Neste sentido Macciocchi assevera que:

(...) Não se faz política em escala histórica sem essa paixão, isto é, sem esse laço sentimental entre intelectuais e povo-nação. Privadas de tal laço, as relações entre intelectuais e povo-nação são ou tornam-se relações de ordem puramente burocrática, formal; os intelectuais tornam-se uma casta ou corpo eclesiástico. (p. 216).

Questionar o *Hip Hop*, como muitos fazem, por ser violento, denunciador e agressivos, e não contemplativo e alegre como a maioria da cultura do mundo capitalista, é desconhecer a realidade e as necessidades estruturais do universo negro plebeu de onde essa cultura emerge e retorna organicamente, pois “para o homem necessitado, carregado de preocupações, não tem sentido o mais belo espetáculo”. (Marx, 1992, p. 35).

Em meio a essas contradições, tensas contradições, a PLSF procura tomar partido pelo fim da “Guerra Interna”, mas evita envolver os seus membros nos conflitos em favor de qualquer que seja o lado. Isso faz com que os mesmos tenham trânsito livre entre todas as comunidades existente no interior deste bairro. Em um tom meio emocionado Ailton⁸⁴ ex-morador da Liberdade e hoje militante do “Quilombo Urbano” relata esses feitos:

As atividades de *Hip Hop* lá, são atividades, pó ... é ... é sem palavras pra falar. As atividades de *Hip Hop* lá são boas pra caramba. Agente ver o respeito muito grande que o pessoal tem pelo *Hip Hop*. Acho que o que o Estado não consegue dialogar com a população, o *Hip Hop* tem esse caminho, tem essa facilidade. Uma coisa que acho interessante ali é o próprio nome da posse Liberdade Sem Fronteira, é por que pro *Hip Hop* não existe aquelas fronteiras ali (...) nas festas de *Hip Hop* a gente percebe que não tem essas fronteiras. A gente consegue ter trânsito livre na Floresta, no Pró-Morar, mesmo a gente sabendo que querendo ou não isso é um tanto quanto areia movediça, bater de frente com os caras, por que a rua tem outra lei que não é a mesma da vigente (Antônio Ribeiro.)

⁸⁴ Antônio Ailton Penha Ribeiro, 27 anos, é natural de São Luís do Maranhão e ex-morador da Liberdade. Atualmente reside no bairro Vila Izabel Cafeteira. É estudante do curso de História da UFMA, milita no “Quilombo Urbano” desde 1998 e é vocalista do grupo Q.I. Engatilhado.

Coincidência ou não, a comunidade considerada mais violenta no bairro é a única em que a PLSF nunca realizou nenhuma atividade de *Hip Hop*, que é a comunidade da Brasília, conforme relato abaixo:

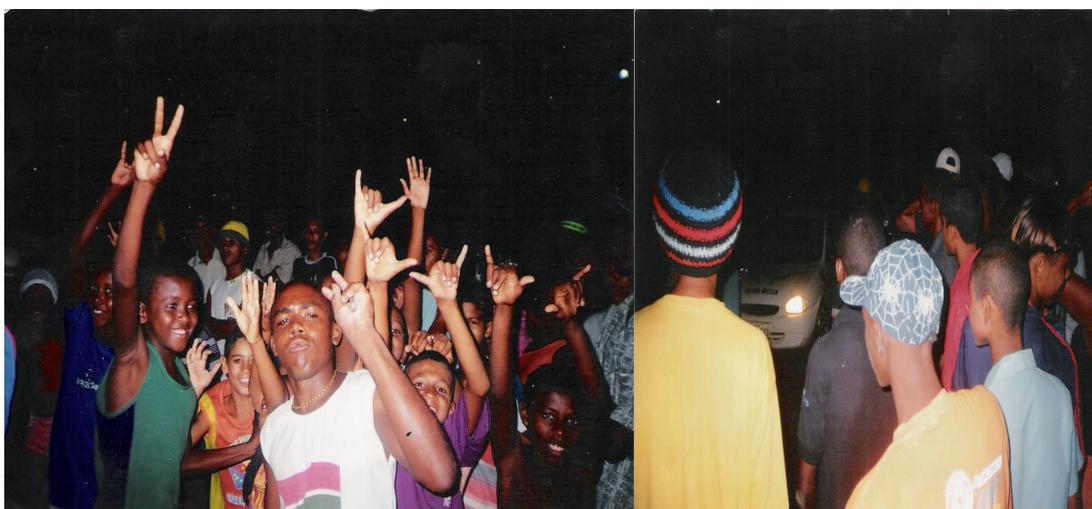
O único local que agente não tem atividade aqui, que vamos dizer assim, que é o local que tem mais maluco bicho solto, mais treta com outras quebras, é justamente o local onde o “Quilombo Urbano” não tem atividade que é na Brasília. Não por que a gente não queira fazer, mas tem uma outra treta aí que não seria bom à gente colocar aqui (Malcolm X.).

E, por incrível que pareça, é também a única comunidade em que se tem notícia de que a polícia acabou com uma festa pelo simples fato de está tocando uma música do grupo paulistano Racionais Mc's.

Na Brasília eles chegaram, foram acabando com o *Hip Hop* dizendo que era música de bandido que fazia apologia a violência, mandaram abaixar o som quando desligaram o som a população, o pessoal que tá tava no baile começaram a cantar, e eles começaram a puxar quem estava cantando mais alto, começaram a agredir, dizer que tavam fazendo apologia e que iam ser detidos (Bib King).

Em uma atividade de rua (Periferia Urgente) realizada no Pró-Morar uma viatura da polícia chegou a estacionar no meio de uma roda de break, esboçaram terminar com a atividade, mas ao perceber que era organizada por uma célula pelo Quilombo Urbano recuaram deste intuito. O simples fato de a atividade ter continuado normalmente foi motivo de muita comemoração, tendo em vista que por diversas vezes a polícia já encerrou pequenas festas realizadas naquela comunidade, conforme nos comentaram alguns moradores.

Foto 11 – Atividade Cultural no Pró - morar (Liberdade)



Alegria da juventude durante atividade da 1ª Marcha da Periferia no Pro-Morar seguida de batida policial e apreensão.

Cabe lembrar que a produção cultural dos grupos de *Hip Hop* do Quilombo Urbano que atuam juntamente com a Posse Liberdade Sem Fronteiras, não resulta simplesmente de olhar microscópico e da sensibilidade política de quem vive na periferia. Além dessas questões, a PLSF organiza diversas atividades que envolvem estudos, palestras, debates e produção textual.

Veremos como essas atividades micro-pedagógica enriquecem a produções culturais dos seus membros além de desembocar em ações políticas de grandes impactos para a juventude do bairro Liberdade.

5.2- A “batalha” do *Hip Hop* na fronteira da “guerra interna”: as estratégias mobilizadoras do quilombo urbano no bairro da liberdade.

Gramsci foi um dos primeiros marxistas a tratar os intelectuais como *homo politicus* dessacralizados (Macciocchi, 1980). Acreditava que o artista, por exemplo, não pode ser colocado acima das classes sociais devido sua importância, não só para garantir a unidade na superestrutura ideológica, mas, acima de tudo, a hegemonia social.

Ao que nos parece, é nesta perspectiva que o “Quilombo Urbano”, através da PLSF encara o *Hip Hop*. Seus militantes são artistas e seus artistas são militantes, à medida que estes atuam no bairro da Liberdade e em outras localidades como intelectuais militantes e não como equilibristas prevenidos.⁸⁵

Qualquer um que visualizar o *blog* do “Quilombo Urbano” e o da PLS terá dificuldade em definir se é um material ideológico de uma organização política ou de um movimento cultural, por que as duas coisas estão entrelaçadas⁸⁶.

Talvez um dos aspectos mais importantes desses militantes que os aproxima dos conceitos de intelectual orgânico de Gramsci, é a relação que os mesmos, ou melhor, que a PLSF mantém com as massas. Mas do que isso, o *Hip Hop* se confunde com as massas.

Poucos são os militantes adventícios de espaços considerados não periféricos, a grande maioria é militante conquistado ou resgatado das entranhas do mundo marginal do universo plebeu periférico no qual a PLSF desenvolve suas atividades pedagógicas. A grande

⁸⁵ Segundo Macciocchi (1980), Gramsci criticava o intelectual que não tomava “posição” na luta de classes para não correr o risco de perder seus privilégios, esses intelectuais era para Gramsci uma espécie de equilibrista, amparado por uma rede de proteção.

⁸⁶ Santos (2007) aponta em seu estudo sobre o Quilombo Urbano que as práticas educativas deste grupo movimentam-se entre os universos políticos e culturais, bem como o de raça e classe. Em nosso entendimento esse é um dos pontos centrais desse trabalho.

maioria daqueles que tem formação acadêmica é resultado de um processo de ida - do “Quilombo Urbano” às universidades - e volta - das universidades ao “Quilombo Urbano”. Entretanto, nos últimos alguns militantes entraram no “Quilombo Urbano”, já com ensino superior, porém todos residentes em bairros de periferia.

Podemos dizer que a PLSF não vai às ruas à toa. Percebemos que há toda uma organização cultural e pedagógica que atua na preparação do seu corpo de militantes. Alias, é bom esclarecer que em relação às *posses* esses indivíduos são considerados membros, em relação ao “Quilombo Urbano” é que são os militantes. Segundo consta no estatuto desta organização “as *posses* deve funcionar como laboratórios para formação de novos quadros” (2000).

Aqui vamos analisar tantos os círculos culturais promovidos pelo “Quilombo Urbano” como aqueles promovidos especificamente pela PLSF, isso por que encontramos dificuldade em separar os dois tendo em vista que toda atividade promovida pela PLSF, como a de qualquer outra *posse*, é considerada como atividade do “Quilombo Urbano” e nas atividades promovidas pelo “Quilombo Urbano” os membros das *posses* sempre estão presentes, sem contar que na grande maioria das vezes as formações educativas promovida pelo “Quilombo Urbano” acontecem no bairro da Liberdade.

Durante os seus vinte anos de existência o “Quilombo Urbano” (1989- 2009) sempre primou pela formação político-educativa de seus militantes, mesmo antes de alguns deste adentrarem ao mundo acadêmico.

Todo esse longo processo educativo iniciou-se a partir do momento em que alguns de seus membros escutaram a música “Voz Ativa” do grupo de rap Racionais Mc’s por volta de 1992. Essa canção exalta positivamente a negritude e reclamava que o Brasil precisa de referências do porte do líder negro norte-americano Malcolm X. Veja um trecho:

Precisamos de uma líder de crédito popular/ como Malcolm X em outros tempos foi na América/ que seja negro até os ossos um dos nossos/ que reconstrua nosso orgulho que foi feito em destroços/ (Voz Ativa, Racionais MC’s, 1992).

Nesse mesmo *single* intitulado “Escolha o seu caminho” constava uma faixa que ridiculariza os negros cafetões, malandrões; e aponta os estudos como alternativa para que os negros não fossem exterminados no Brasil pelas forças repressivas.

Cultura, educação, livros escolas, crodilagem demais, vagabundas e drogas. A segunda opção é o caminho mais rápido/ E fácil a morte percorre a mesma estrada é inevitável/ planejam a não extinção esse é o título/ da nossa revolução, segundo versículo/ venha se informe, se atualize, decore/ antes que os racistas fardados de

cérebro atrofiados os seus miolos estourem e estará tudo acabado./ Cuidado! (Negro Limitado, Racionais, MC's).

É verdade que o contexto político da época no estado do Maranhão favoreceu também esse interesse da busca por formação política, pois os grupos de *Hip Hop* deste movimento por diversas vezes apresentavam-se nas manifestações políticas organizadas pelas entidades de esquerda no Maranhão⁸⁷. Contudo, é incontestável o impacto que teve para estes jovens as músicas dos *Racionais* e, na seqüência, a leitura da bibliografia de Malcolm X, conforme relato:

Na época era só som visual gringo e a gente nem se dava conta de que era nordestino, nem muito menos do que era ser preto nordestino (...) só que todo mundo evolui né mano? Ou pelo menos deveria evoluir. Foi ai que escutando Racionais, aquela música lá que diz “precisando de um líder de crédito popular, como Malcolm X em outros tempos foi na América” muito cabôco pirou e começou a ler Malcolm X e percebeu que o próprio Malcolm X falava que era preciso estudar e ir por trás da verdade do branco para descobrirmos a nossa. De lá pra cá foi foda. Muito estudo, muita militância, ou seja, sempre procurando fazer aquela parada que o Lênin dizia “unir teoria e prática” (O mal do Malandro, apud, Dias, 2002, p. 35).

Nesse mesmo contexto, entretanto, algumas organizações sociais foram fundamentais nesse despertar educacional do “Quilombo Urbano” como o núcleo de estudos “13 de maio” que promovia os cursos “Como Funciona a Sociedade”, o Partido dos Trabalhadores -PT, o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados - PSTU, Núcleo de Estudos Socialista -NES, o Centro de Cultura Negra- CCN-MA e o Movimento de Universitários Negros - MUN. Sobre o último consta um relato de uma de suas coordenadoras que aponta para essa interação entre o Quilombo Urbano e MUN.

Cláudia realçou a seriedade do trabalho do Movimento *Hip Hop* Quilombo Urbano no desenvolvimento do projeto “Ruas Alternativas” junto com crianças e adolescente de periferia envolvidos com drogas e “gangs”, no Maranhão. Acrescentou que o Quilombo Urbano é assessorado pelo Movimento de Universitários Negros –MUN no que se refere à pesquisa e discussão de textos para o aprofundamento político, além de dinâmicas de grupo (Fundação Cultural Palmares,1995)

Destas relações o “Quilombo Urbano” foi formando seus militantes e organizando, no seu interior, células educativas e grupos de estudos para conquistar aquilo que Gramsci chama de “autonomia intelectual”. A importância do MUN para o Quilombo Urbano deve ser destacada por que foi o movimento que não só contribuiu para a formação inicial dos seus intelectuais militantes, como também os aproximou do mundo acadêmico.

⁸⁷ Quanto a isso ver Dias (2002) e Santos (2007).

Dois anos após esse contato os primeiros militantes do “Quilombo Urbano” entravam na Universidade Federal do Maranhão - UFMA enquanto outros retomavam os estudos do antigo segundo grau com vista a alcançar esse mesmo propósito. Hoje no universo do *Hip Hop* brasileiro o “Quilombo Urbano” talvez seja a entidade que congrega o maior percentual de militantes com formação acadêmica em universidades públicas.

Quadro 4 - Quantidade de militantes e simpatizantes que ingressaram nas universidades

Quantidade	Universidades	Cursos
8	UFMA e UEMA	HISTÓRIA
2	UFMA e FAMA	LETRAS
1	UFMA	ARTES
1	UFMA	QUÍMICA
1	UEMA	ARQUITETURA
2	CEUMA	ENFERMAGEM
1	FAC. SÃO LUÍS	ADMINISTRAÇÃO
1	UFMA	CIÊNCIAS SOCIAIS
1	UFMA	MATEMÁTICA
1	UEMA	FÍSICA
1	FAMA	CIÊNCIAS CONTÁBEIS
1	UFMA	SERVIÇO SOCIAL

Fonte: Santos (2007, p. 127).

Não iremos aqui nos deter, momento a momento, do histórico educacional desta organização, apenas queremos demonstrar que a formação política do “Quilombo Urbano” está intrinsecamente ligada a processos educativos sistematizados que como veremos tem exercido uma influência decisiva em suas articulações e mobilizações políticas, bem como em suas produções culturais.

Em muitas entrevistas, panfletos e fanzines publicados durante o período que coincide com o momento em que o “Quilombo Urbano” se legitima enquanto “porta voz” de um setor considerável da juventude negra das periferias de São Luís, a questão da educação está sempre presente como fundamento transformador.

“Brigamos para mostrar aos nossos manos da periferia que o estudo e a informação são armas contra o poder de inferiorizar da classe dominante”⁸⁸, a questão racial desde então já era uma temática presente nas práticas educativas deste movimento que alertavam aos

⁸⁸ “O Imparcial”, São Luís, 30 set. 1995.

jovens envolvidos nas galeras que: “temos o dever de divulgar os valores da raça negra, mostrar aos manos, quem são nossos verdadeiros heróis”⁸⁹.

No primeiro panfleto distribuído publicamente pelo “Quilombo Urbano”, contém acentuadas críticas ao sistema educacional brasileiro, reponsabilizando-o pela “forte alienação e grande desinformação das quais são vítimas homens, mulheres e crianças negras”, pois segundo o grupo é “dentro das escolas, onde o adolescente negro tem sua identidade completamente violentada tendo em vista que são induzidos a assimilar uma falsa e embranquecida história”. E encerravam o panfleto com um chamamento aos negros para que **“Não use drogas, não viole seu corpo, estude, auto-valorize-se, enfim “considere-se um verdadeiro Preto”**”⁹⁰.

Essa estratégia de utilizar o *Hip Hop* como instrumento de educação popular diante das galeras pode ser comprovado na programação do projeto “Ruas Alternativas” que estabelecia que “no domingo, o dia era reservado para discussões e debates com a comunidade. Entre as questões que serão colocadas pelo Quilombo, a violência urbana e as doenças sexualmente transmissíveis”. (O Imparcial, São Luís, 02 jun. 1995. Cultura, p.11).

Nesses processos educativos, interno e externo ao coletivo “Quilombo Urbano”, percebe-se um radicalismo racial fechado e epidérmico (negro) que mescla-se com um moralismo puritano (as drogas como preocupação de centro). Em nosso entendimento, essa subjetividade coletiva é resultado do universo político e cultural que envolvia essa organização até 1995. O movimento negro (MUN, CCN, etc), os rap’s nacionais (especialmente dos Racionais MC’s) e o despertar da consciência racial de jovens que a época tinham entre 16 e 22 anos de idade não poderia ter outro resultado. Por outro lado, pelo fato de terem Malcolm X como grande referência política contribuiu para essa acentuada preocupação com a questão do consumo de drogas entre os negros⁹¹.

A questão de classe era ainda um pálido conteúdo na preocupação político-pedagógica desta organização. É somente com o contato com Movimento *Hip Hop* Organizado do Ceará (MH2O-CE), com as esquerdas maranhenses (especialmente o PSTU, PT, MST e a CUT) que a questão de classe vai ter uma atenção mais especial (Dias, 2002, Santos, 2007).

⁸⁹ Idem.

⁹⁰ O Informativo intitula-se “Democracia Racial”.

⁹¹ Tal como na organização de Malcolm X, a Nação do Islã, no Quilombo Urbano também era proibido o consumo de drogas ilícitas ou não. A prova mais fiel dessa influência, que resultava num radicalismo racial e puritano entre os militantes do Quilombo Urbano até meados da década de 1990, era que os mesmo chamavam o cigarro de “demônio branco”.

Os grupos de estudos do “Quilombo Urbano” lembram “os sábados comunistas” do qual Lênin (2007) nos fala, pois geralmente são aos sábados que funcionam essas formações, em alguns casos nos sábados e domingos.

Levando em consideração que o *Hip Hop* por ser cultura de periferia, que como qualquer outra cultura de periferia, encontra-se dispersa e contaminada por preconceitos, envolver esses indivíduos em processo educativos sistematizados significa também disciplinar a cultura e, partir desse processo, destruir as suas manifestações negativas e individualistas.

Feito isso, a cultura disciplinada (no caso específico, o *Hip Hop*) serve também para forjar uma nova disciplina cultural (em âmbito geral) na periferia. Trocando em miúdos, essas práticas educativas estão inseridas num contexto de disputa por hegemonia cultural na periferia, e não só no universo *Hip Hopiano*.

Em nenhuma das canções ou arte visual (*grafite*) que analisamos percebemos manifestação de desprezo á mulher; algo muito comum no *Hip Hop* de maneira geral. Essa constatação não isenta de maneira alguma este movimento de reproduzir no seu interior práticas que possam ser consideradas machistas, como já havíamos frisado.

Pelo contrário, foi com o propósito de “transformar o universo masculinizado do *Hip Hop* em universo coletivo”⁹², que as mulheres do “Quilombo Urbano” resolveram organizar o Grupo de Mulheres “Preta Anastácia” que também prima por promover cursos, estudos e debates tratando especificamente da questão da mulher negra, além de manter um *blog* com o mesmo propósito. Fica claro mais uma vez que as ações e os estudos desta organização extrapolam a cultura *Hip Hop*, ainda que seja realizada quase sempre com amantes ou praticantes desta manifestação cultural.

É provável que nos últimos cinco anos o grupo de estudo mais importante de formação política que o “Quilombo Urbano” impulsionou foi o Grupo de Estudos Negritude e Socialismo, o GENS. Este grupo protagonizou uma infinidade de cursos e estudos no bairro da Liberdade. O mesmo envolve além de intelectuais militantes do “Quilombo Urbano”, pessoas comuns do bairro e militantes de outras organizações interessados em debater questões de raça e de classe a um só tempo. Como critério para participar do mesmo está à condição de dedicar-se a militância política.

O GENS chegou a lançar uma revista com duas edições publicadas. Os artigos tratam de questões que envolvem o universo racial e social em eclipse. A confecção dessa revista é feita artesanalmente. Apenas a capa é de papel cartão sendo todo o restante xerocado.

⁹² Texto publicado no *blog* do “Quilombo Urbano” com o título “Lutar, Construir, Transformar” pelo grupo de mulheres “Preta Anastácia”.

As edições esgotam rapidamente, mas percebemos que há uma dificuldade de reposições de novos exemplares para venda.

Interpretamos o GENS como um grupo que tenta reunir ou forja uma elite intelectual de militantes vanguardistas para o “Quilombo Urbano” e suas posses. Em comparação aos fanzines e panfletos que este movimento tem publicado o nível dos textos do GENS é mais sofisticado. Mas é partir desses estudos que muitos militantes, alguns dos quais sem formação escolar, escrevem textos para fanzines, *blog's* e panfletos. É o caso do fanzine e do *blog* da posse “Liberdade sem Fronteiras”. Por outro lado, os fanzines e panfletos funcionam como ante-salas para a publicação de artigos na Revista GENS.

Macciocchi (1980) explica que num processo educativo libertador “Não se trata de *vulgarizar o saber*, e sim de lutar contra a ignorância na qual o capitalismo mantém a classe operária” (p.205). O grande mérito destes estudos promovidos pelo “Quilombo Urbano” é de não subestimar a capacidade intelectual e política de gente humilde muitas das quais sem ter sequer o ensino médio completo.

Esse é o caso do rapper P.R.C. que no editorial de um desses fanzines é considerado “um dos melhores compositores e, portanto, analistas político do *Hip Hop* brasileiro contemporâneo” (informativo, política e cultura, março de 2007). P.R.C. frequentou a escola somente até a sétima série do antigo primeiro grau.

Era mais ou menos nesses moldes que Lênin (2007) acreditava que tinha que acontecer a educação da juventude comunista russa, em que os jovens mais “avançados” “ao assimilar esse ou aquele conhecimento” devem “ajudar os jovens que não podem, por si só, se libertar das trevas da ignorância” (p.28).

Magno Cruz um dos mais antigos ativistas do movimento negro do Maranhão e militante do CCN-MA se diz impressionado com o crescimento intelectual e político de jovens que adentram o “Quilombo Urbano”.

As vezes eu fico observando nos *show's* que as pessoas ficam atentas nas letras das músicas, por que a linguagem é a mesma, apesar que algumas pessoas de cabeças não tão “jovens” se horrorizam com os palavrões que são usados. Eu tenho conversado com algumas pessoas que antes era o que se poderia chamar de “porra louca” e hoje a partir do contato com o Quilombo Urbano percebo que essas pessoas adquiriram uma visão de mundo impressionante. (entrevista ao informativo nº 05, do Quilombo Urbano).

A presença no interior do Quilombo Urbano de militantes que conseguiram ingressar em universidades facilita esse processo.

Ver alguém falando “a mesma linguagem”, praticando *Hip Hop* e se preocupando em discutir temas considerados complexos torna-se um atrativo para que outros jovens deste mesmo universo cultural se envolvam com este movimento e busque disciplinar seus estudos.

Eu achei massa por que um monte de moleque de quebrada, favelado igual a mim tratando de questões socais e de problemas sociais de dentro da favela, de dentro da periferia e foi o período que eu conheci o Quilombo Urbano mesmo que eu comecei a participar que eu militei. E tive assim, o meu período de hibernação e a alienação que passou um tempo na minha vida. E hoje eu tô aqui no Quilombo Urbano e luto contra essa guerra interna que tem ai no meio da favela (Júlio Barbosa).

Muitas formações foram promovidas pelo GENS no bairro Liberdade, dentre as quais podemos destacar o curso sobre “História da África”, ministrado por pelo professor e rapper Rosenverck Santos em 2006. O curso teve a duração de três dias e reuniu mais de 30 jovens, a maioria do bairro da Liberdade.

Tem uma coisa que me marcou pra caramba foi quando Verck deu o curso de história da África lá na Liberdade. Primeiro por que a gente viu uma série de coisas novas sobre a África que foram apresentados e que não eram conhecidos, o outro foi a participação da molecada do bairro (Ailton Pereira)

Além dos cursos o GENS organizava os círculos de estudos que aconteciam todas as quartas-feiras na sede do estúdio de gravação, *Stripulia* localizado na comunidade Floresta.

Nos momentos de realização da Marchas da Periferia que analisaremos mais a frente, o GENS se desloca para o interior dessa frente⁹³. O diferencial fundamental nesse momento é que os estudos passam a ser centrados em conteúdo relacionados diretamente com o tema da Marcha da Periferia de cada ano. Contribuição de estudiosos e militantes de outras organizações é comum nessas reuniões ou formações

Em termos de metodologia o GENS utiliza os mais variados, contando que todos participem nas discussões. O mais comum é a entrega de textos antecipadamente (uma semana antes) e a escolha de algumas pessoas para apresentar. Entre as pessoas escolhidas geralmente estão aquelas que têm dificuldade de se expressarem acompanhada de uma outra mais experiente. Filmes, vídeos, e documentários também são muito utilizados nessas atividades

⁹³ Chamamos de frente por que ainda que seja uma iniciativa do “Quilombo Urbano” dela participam outros entidades de *Hip Hop*, a exemplo do Realidade do Gueto da Vila Sarney na zona rural de São Luís, além de outras organizações políticas e culturais, bem como de militantes independentes.

O mais importante, entretanto, são os textos estudados, em sua grande maioria de autores marxista como Lênin, Moura, Gramsci, Petras, Luxemburgo, os filmes e documentários como Panteras Negras, Quanto Vale ou é Por Quilo, Guerra do Fogo, Cenas de Uma Guerra Particular, Malcolm X, Todo Poder ao Povo, são frequentemente exibidos nessas formações.

Essa opção político-pedagógica acaba influenciando nas produções dos grupos culturais que procuram em suas obras (musicais ou visuais) abordar temas em perspectiva de classe e de raça. O mesmo vale para os *blog's*, panfletos, fanzines e revistas⁹⁴.

Entendemos que o GENS é expressão da tentativa de construção de uma práxis política unificadora do universo letrado e o universo plebeu da comunidade negra, conforme defendia Moura (1994). Entretanto, seria um equívoco atribuir essa iniciativa ao Quilombo Urbano, ainda que a nosso entender, essa entidade seja hoje uma das que mais persiga esse objetivo enquanto práxis político-pedagógica.

Para nós, o MUN foi primordial nesse sentido, enquanto universo letrado da comunidade negra, mas esse grupo deixou de existir por volta de 2001. Deste modo GENS é hoje, a nosso ver, um grupo busca atingir essa síntese nos seios do movimento negro do Maranhão.

Em primeiro lugar por que é um grupo de formação que leva em consideração tanto a problemática racial como a de classe em eclipse, como já citamos. Em segundo lugar por que as discussões giram, também, em torno dos aspectos culturais e estruturais. Em terceiro lugar por que congrega e explora experiência de jovens oriundos tanto do universo acadêmico como aqueles que se quer têm formação básica. E por último, por que é uma formação educativa para ação política e esse aspecto talvez seja o mais importante, pois conforme nos fala Lênin “Não acreditamos no ensino, na educação e na instrução se fosse limitada à escola e separada da vida agitada” (2005, p.25).

No panfleto de lançamento do GENS essa preocupação está expressa em relevo:

É hora de tomamos as rédeas de nossa própria libertação histórica, que passa necessariamente pela aquisição de uma consciência negra e revolucionária que forneça elementos suficiente para desvendamos as armadilhas do capitalismo e que favoreça a articulação de uma aliança política entre todos aqueles que vivem nas periferias. Não pretendermos ser apenas mais uma grupo de intelectualóides a esbanjar conhecimento, sem qualquer vínculo com as lutas cotidianas e a organização do povo da periferia. Pelo contrário, o GENS nasce como um coletivo que prima pelo conhecimento teórico revolucionário como guia para a atuação

⁹⁴ Recentemente o Quilombo Urbano lançou a Revista “*Hip Hop Militante*” que pretende substituir o fanzine e tratar de questões de um modo geral que envolva o *Hip Hop*, enquanto que cada posse terá os seus fanzines específicos.

política cotidiana enquanto bloco histórico socialista e periférico. Junte-se a nós e seja mais um gentílico na luta contra o racismo, contra o capitalismo e pela construção de um mundo socialista (Revista GENS, 2007).

Dessas formações, resulta a elaboração da política cultural e financeira deste movimento. Todo o processo de gravação e distribuição de um simples CD, por exemplo, ao ser pautado na autogestão, oferece elementos concretos para compreensão de temas considerados de difícil compreensão para quem mora na periferia como *mais valia* e acumulação de capital. Os selos (*Periafricana*) os estúdios de gravação (*Stripulia*) a produtora (*Naza Record*), são também comunitários e autogestionários, assim como as *grifes* (Revide e Vômito).

Quando agente começa a participar de grupos de estudos que o Quilombo Urbano organiza, agente começa a fazer a diferença, uma é a ideologia capitalista que a gente tá assimilando ela todo dia e o outro é uma ideologia de uma coletividade onde as coisas são produzidas no coletivo, onde um simples CD ele mostra uma outra lógica que a gente não tinha nem noção, não compreendia ou que não via a possibilidade de existir, tipo o CD do Gíria Vermelha e do P.R.C. que foram construídos dentro do movimento, não tem o mesmo valor comercial de outros CD's, mas tem o valor político, valor educativo por que agente tá indo na contra mão da lógica do mercado e também tá discutindo desde o modo de produção capitalista até a distribuição de CD's. Coisa que um cedezinho simples, um rap pode tá educando ou sensibilizando agente pra pensar o mundo de outra forma (Ailton Pereira.)

Nessa mesma direção segue os bailes e festivais promovidos pelo Quilombo Urbano. Quando a entrada não é gratuita o preço máximo cobrado é de um real, ainda que se considere que a maioria dessas atividades acontece nas ruas. Observamos aque não se trata apenas de falta de recursos, mas uma clara alternativa política de oposição ao mega-eventos da sociedade dos espetáculos. No documento “Manifesto às Organizações do *Hip Hop* Nacional” o Quilombo Urbano afirma que:

Nós fazemos cultura para a maioria, para a periferia, com preços acessíveis, e se os *boys* não vem é problema deles. Agora, *show's* com ingresso a preços absurdo é querer sim transformar o *Hip Hop* em uma cultura de guetos brancos. A era dos mega-espetáculos, faz parte faz parte da era da exclusão generalizada ou estrutural.(...) Mais do que nunca devemos fortalecer as atividades de bairros, as posses, stúdios e bailes comunitários, as rodas de *break* em praças, os ensaios coletivos com vários grupos de *Hip Hop*, organizar festivais sem premiações de melhores disto ou daquilo, mas como espaço de confraternização e solidariedade, selos autogestionários, etc. Na era dos megaespetáculos das multinacionais faz-se necessário criar focos de resistências político-culturais como contraponto sócio-racial da juventude de periferia contra a dominação do grande capital. É preciso acreditar que são dos pequenos focos de resistências que surgem as grandes transformações. (2004)

De fato, Petras (1999) realça esse mesmo posicionamento de que é necessário fortalecer atividades comunitárias na atualidade como forma coletiva de negação do mega espetáculo apolítico do imperialismo cultural.

No nível social é preciso reviver uma perspectiva crítica das realidades contemporâneas: o vínculo entre os descontentamentos privados e o poder social; o mundo macroeconômico que invade a intimidade pessoal; as rodas de música na rua em contraposição aos círculos de milionários desafiando em espetáculos cujo preço da entrada equivale ao salário semanal ou mensal de um trabalhador do Terceiro Mundo; os filmes e as obras de teatro que abordam as contradições do individualismo e o imperialismo cultural, o consumismo e a pobreza. Uma cultura que começa nos nível pessoal e cotidiano em torno de temas universais como o amor, a morte, os desejos, para mover-se no sentido de um mundo socialmente específico com o qual vivemos (p.74).

Feitas essas observações iremos agora analisar as ações mobilizadoras da PLSF na Liberdade nos sentido redirecionar as energias descarregadas pela juventude na guerra interna deste bairro para manifestações políticas e culturais na tentativa de reconstruir a unidade subjetiva dos indivíduos pertencentes ao universo plebeu da comunidade negra.

5.3- A “posse” na Liberdade: subjetividades em disputas

Uma das primeiras atividades da PLSF, já no contexto da “guerra interna” ocorreu com a realização do Projeto “Periferia Urgente” em 2000 com um grupo conhecido como “O Bando” que reunia aproximadamente vinte jovens residentes na Vila Maruim e Pró-Morar. Entre esses a maioria já possuía algum registro de ocorrência policial. O desenrolar das reuniões com as “lideranças” do Bando para a realização do referido projeto era realizadas semanalmente na residência do DJ e colecionador de Reggae Roots Bob Marley.

Nestas reuniões as discussões giravam em torno de problemas que afetavam o bairro e, como sempre, a necessidade de estabelecer um “pacto de paz” para por fim a guerra interna ao bairro. Um fator pedagógico extremamente positivo nestas atividades decorria da tática adotada pela PLSF em envolver estes jovens na coordenação do projeto sob o argumento de que “eles não iriam querer destruir algo que eles mesmos estão construindo”.

Essa atividade envolveu principalmente a Vila Maruim e o Pró-Morar e ao final foi muito comemorada pelo simples fato de ter mobilizado moradores de diversas gerações⁹⁵ e por não ter ocorrido nenhum atrito durante os dois dias de realização do referido projeto nessas comunidades.

A forma como a estrutura para realização deste projeto é montada é também interessante. Não existe apoio governamental nem de grandes empresas, os recursos são contraídos em pequenos comércios existentes na comunidade; a divulgação geralmente acontece através de anúncios em cartazes, panfletos, *bike* som e rádios comunitárias. Muitas das vezes são os próprios moradores que disponibilizam a estrutura para realização do projeto (som, mini-palco, materiais para jogos, etc.).

Essa estratégia não acontece aleatoriamente. O objetivo central é fazer com que os atores envolvidos na construção do “Periferia Urgente” construam novos espaços de sociabilidade proletária e solidariedade comunitária. Negar e contestar a estrutura de poder dominante parece-nos está implícito nessa estratégia.

Segundo consta no projeto, o “Periferia Urgente” surge justamente como contraponto ao neoliberalismo:

A iniciativa do projeto é fruto da triste constatação do crescimento da violência e o consumo de drogas entre a juventude das favelas e periferias de nosso estado, indubitáveis conseqüências da falta de lazer, educação de péssima qualidade, famílias desajustadas, repressão policial e principalmente do descaso das instituições públicas ligadas ao governo do Estado e das prefeituras, que tem apenas aplicado disciplinarmente a receita neoliberal imposto pelas potências euro-norteamericana, sendo as privatizações e a destruição dos serviços públicos as mais evidentes (Projeto Periferia Urgente, 2003).

A autogestão desse projeto significa ao mesmo tempo auto-afirmação positiva da comunidade e a negação da afirmação negativa que a frente teórica tenta disseminar sobre os mesmos.

O sentir para fazer e o fazer para sentir perpassa todas as etapas de sua realização. As reuniões fazem com que esses indivíduos se sintam desafiados a fazer o projeto acontecer e neste fazer acontecer eles descobrem que são capazes de fazer muito mais do que aquilo que estava proposto inicialmente como desafio, de fazer muito mais pela comunidade e por si

⁹⁵ No projeto do “Periferia Urgente” há afirmação de que não existe fórmula para desenvolvê-lo a idéia central é que o mesmo seja desenvolvido de acordo com as especificidades de cada bairro, mas que por isso mesmo aproveite as manifestações artísticas, culturais e esportivas do bairro. Mesmo que a frente esteja jovens envolvidos em conflitos, as diversas modalidades esportivas tendem a envolver até mesmo idosos como é o caso do jogo de dama e dominó.

mesmos. Bob Marley revela que as pessoas envolvidas na construção dessa atividade eram pessoas desacreditadas no bairro:

Foi feitas as reuniões para dar as diretrizes aonde ia ser a atividade, onde ia ser, quando, na casa de quem ia rolar a atividade, a oportunidade da minas colar também nas atividades (...) era os caras que tavam no crime, era uns caras fudidos mesmo, que não tinha eira nem beira, não era nem acreditável pela população lá, eram pessoas tidas como marginais. O que os caras falava ninguém ouvia, ninguém dava trela (...) eles mesmo que organizaram toda a atividade, o desenrolar da atividade toda foi eles que fizeram, o Quilombo Urbano só deu o suporte.

Desta forma, “a comunidade deverá sentir-se comprometida na construção e na realização dos eventos” deixando claro que todos podem participar “independente de idade, sexo, raça, credo religioso e mesmo antecedentes criminais”. Ao que parece, construir a unidade comunitária na diversidade de seus atores tem por meta eliminar o sentimento de desconfiança entre os mesmos.

Foto 12 - Amostra de vídeo do “Periferia Urgente”



Realizada nas proximidades da comunidade Vila Maruim na Liberdade.

E nessa relação que alguns passam a compreender o seu próprio mundo e as necessidades de ações coletivas para transformá-lo. Segundo Macciocchi, (1980):

Os intelectuais formam um “bloco” com as massas, elaborando e tornando coerentes os princípios captados por elas, para transformar o “sentir” em “compreender”. (p.215)

Algumas das etapas foram filmadas pelo cineasta maranhense Francisco Colombo e incluídas no vídeo “Sonhos de Rua” cuja trilha sonora é composta também com duas canções de grupos de rap do Quilombo Urbano. Esse curta-metragem foi o mais

premiado no 27º Festival de Guarnicê de Cinema. Contudo, talvez o elemento mais importante que este vídeo nos apresenta sutilmente diz respeito à violência surda⁹⁶.

Dos jovens envolvidos nesta atividade, alguns conseguiram redirecionar suas vidas, mas muitos ainda que não tenham conseguido sair do mundo do crime, conseguiram ao menos abandonar as “trincheiras” da “guerra interna”. De certo que alguns destes foram presos anos após a realização do “Periferia Urgente”, mas até o momento não temos notícia de nenhum vítima ou autor de homicídio no bairro.

Entretanto, uma criança que a época tinha apenas seis meses de idade e que aparece no vídeo nos braços de seu pai que é componente de um grupo de rap do Pró-morar, três meses depois das filmagens faleceu ao cair na maré que passava em baixo de seu humilde casebre na parte “palafitada” da comunidade.

Um outro caso envolve um senhor de aproximadamente 50 anos de idade que a época revendia frutas na feira e que também aparece no vídeo. Ficamos sabendo que o mesmo, acometido por cirrose hepática, não resistiu e faleceu mais ou menos um ano após as filmagens. Esses tristes relatos demonstram que o problema do bairro é estrutural, pois para além da “guerra interna”, a falta de assistência social, médico-hospitalar e habitacional engordam as estatísticas de vidas ceifadas nesse bairro. Ao que parece, nenhum desses casos foram destacado pela mídia comercial burguesa.

Tal como a guerra interna, a violência surda não é um resultado de uma resistência interna a violência exterior, mas conseqüência da manifestação da violência exterior contra as classes populares. A função da “guerra interna”, nesse caso, é desfocalizar essa violência de classe inerente ao capitalismo. Segundo Vásquez (2007):

Tal é a violência da miséria, da fome, da prostituição ou da doença que já não é resposta a outra violência potencial ou em ato, mas sim a própria violência como modo de vida porque assim exige a própria essência do regime social. Essa violência surda causa muito mais vítimas que a violência ruidosa dos organismos coercitivos do Estado (p. 378).

Depois dessa localidade a PLSF resolveu enforçar suas ações micro-pedagógicas nas relações entre a comunidade da Floresta e da Rua da Vala (Fé em Deus). Em meio ao clima tenso decorrentes de algumas mortes envolvendo os dois lados, principalmente aquelas que tiveram como alvos fatais pessoas “que não tinha nada a ver”, a PLSF interveio com a realização do projeto “Periferia Urgente”, com os bailes “*Hip Hop* pela paz”, amostra de

⁹⁶ Vásquez (2007) mostra que esse tipo de violência, que é decorrente da falta de assistência social aos pobres e da desigualdade entre as classes é uma violenta intrínseca ao capitalismo e é mais destrutiva do que todas as demais.

vídeos, promoção dos torneios de futebol de praia “Negro Cosme” e “Maria Firmina”, curso sobre direitos básicos, entre outros.

Foto 13 – Torneio Negro Cosme: time da Floresta



Galáticos da Floresta

Foto 13 – Time da Fé em Deus



Fé em Deus- Torneio realizado em nov. 2006

Em todas essas atividades jovens das duas comunidades participaram ativamente. Um primeiro resultado destas atividades foi o surgimento do grupo Explosão do Rap que reunia jovens de diversas comunidades em conflitos no bairro.

Esse grupo ai tinha uma onda muito louca, por que como aqui tinha toda uma “guerra interna” e uma onda muita louca agente conseguiu fazer, conseguiu aglutinar no grupo pessoas de todas as quebradas que eram rivais. Tinha eu que era da Floresta, tinha Denis e Michael que era da Baixinha, tinha Djalma que era do Pro-Morar e tinha Bruno que era já de uma parte já pegando já a parte da Brasília. Então foi uma época que um grupo conseguiu aglutinar todas de áreas que viviam se conflitando. (Malcolm X).

Uma iniciativa que facilitou essa aproximação foi à inauguração da Rádio Comunitária Liberdade FM em 2005 que foi montada na residência de uma integrante da PLSF na comunidade Floresta. A mesma funcionava aos fins de semana e permaneceu em atividade durante pouco mais de seis meses, sendo desativada por falta de estrutura. Ainda que a mesma nunca tenha sido notificada pela Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL nem sofrido qualquer investida da polícia federal, resistir a repressão estava nos propósitos dos membros da PLSF na tentativa de deslocar o debate da repressão policial do pretexto da “guerra interna” para o da criminalização da liberdade de expressão no bairro.⁹⁷

⁹⁷ Esse mesmo propósito está nos objetivos do MHM Quilombo Brasil, que é uma organização de *Hip Hop* que o Quilombo Urbano é filiado nacionalmente. No relatório da última reunião deste coletiva consta que “No que tange a questão da criminalização da pobreza pela mídia, o programa do MHMQB deve responder com

Marivaldo Sá⁹⁸ que hoje é proprietário de uma locadora na Liberdade, destaca o papel educativo que esta rádio comunitária teve tanto para seus integrantes como para a juventude da comunidade:

Aquele rádio ali foi um grande ensinamento não só para mim mas para todos os maranhense que moram na Liberdade, aprendemos mais cultura que estava faltando aqui no bairro. Ensinava, as vezes a gente fazia varias reuniões para educar para ensinar os jovens não cometer crime, não cometer coisas erradas e isso eu aprendi e como eu aprendi eu ensinei outras pessoas. Hoje o que eu sou hoje é por que a rádio deu muito preparo para mim, como saber agir, como saber trabalhar, como saber crescer na vida, honestamente e justamente. Então, pra mim foi uma grande ajuda (Marivaldo Costa).

Diversas atividades realizadas no bairro durante esses seis meses foram amplamente divulgadas nessa rádio que conseguiu reunir jovens de diversas comunidades rivais. Ainda que a grande maioria não tenham sido necessariamente pessoas envolvidas na guerra interna, foi inegável o impacto positivo que a mesma exerceu neste aspecto, visto que parte de sua programação era voltada para debater essa questão, principalmente nos programas de *Hip Hop* e de Reggae.

Foto 15: Rádio Comunitária Liberdade FM



Membros da Rádio Liberdade FM apresentam o programa Cultura Reggae. Na operação um membro da PLSF.
Fonte: Acervo particular do Quilombo Urbano.

Stivie Biko também lembra com saudades da rádio Liberdade FM, destaca que foi através da mesma que passou a falar em público e lamenta a interrupção deste projeto de

propostas de ações para democratização da comunicação especialmente estimulando a criação de rádios comunitárias nas comunidades pobres, sem esperar autorização governamental”.

⁹⁸ Marivaldo Costa Sá, 39 anos, natural de São Luís do Maranhão, ensino médio completo, reside no bairro Liberdade. Atualmente é proprietário de uma locadora de vídeo nesse mesmo bairro. Entrevista concedida no dia 15 de março.

comunicação alternativa no bairro que já começava a influenciar profundamente seus moradores.

Rapaz pra mim foi um período muito massa que eu nunca tinha me deparado com uma rádio comunitária da área assim, tá ligado? E o que mais foi louco assim pra mim foi quando uma vez que não tinha ninguém para apresentar um programa e chegaram pra mim e disseram rapaz é tu que vai ter que apresentar o programa aí. Eu que nunca tinha falado em nada assim (risos), mas eu dei uma palavrinha ali e isso ali foi bacana. A comunidade já estava começando a se espertar, todo mundo começa logo a escutar vai de pouquinho a pouquinho, mas infelizmente ela não pôde ir pra frente, deixou saudade tipo assim né? Mas o sonho não acabou mano!

Uma outra iniciativa efêmera da Posse Liberdade Sem Fronteiras foi a organização de um cursinho comunitário de preparação para o vestibular em 2002 juntamente com outros moradores deste bairro. Tal como a rádio comunitária, o mesmo parou por falta de estrutura e de professores disponíveis. Aliás, esse parece ser um dos grandes problemas enfrentado pelos membros da PLSF e do Quilombo Urbano de um modo geral que é a descontinuidade de algumas de suas ações.

Malcolm X tenta explicar que esses problemas decorre da falta de estrutura e da política adotada pelo Quilombo Urbano para manter sua autonomia financeira diante de governos e grandes empresas:

O que a gente não tem é dinheiro pra manter nossas correrias. Por que a gente sabe que a gente tem um gasto, tem toda uma infra-estrutura pra gente montar. Por exemplo, questão de montar uma rádio, tem questão de equipamento, tem a questão da manutenção, tem que ter um espaço, tem que ter o aluguel e a gente não tem isso daí, apesar de nossa própria política ser uma política autogestionária, a gente não aceita pegar dinheiro do governo, do Estado, a gente não é ong, pela própria questão da gente não desviar nossa política, não desviar o que a gente tem pra falar (Malcolm X)

Em 2005 a PLSF participou ativamente de uma das atividades políticas mais importantes realizadas no bairro da Liberdade nos últimos 10 anos que foi a Marcha Zumbi +10. Essa atividade aconteceu na semana da consciência negra em homenagem aos 310 anos de morte de Zumbi dos Palmares conforme deliberação nacional dos movimentos negros. Em São Luís a tática adotada foi de realizar essa atividade em diversos bairros no mesmo dia, cada bairro ficando sob a responsabilidade dos movimentos de suas comunidade-pólo. Dois moradores do bairro viajaram à Brasília em nome do “Quilombo Urbano” para participar de um ato político em nível nacional.

Na Liberdade, a PLSF e grupo afro Neto de Nanã, tomaram a frente do processo e conseguiu realizar toda uma semana de atividades envolvendo baile de *Hip Hop*, amostra de vídeo e debates com diversas personalidades políticas do movimento negro e popular. A Marcha aconteceria no sábado dia 26 de novembro de 2005.

Foto 16- Amostra de Vídeo



Amostra de vídeo no Stúdio Stripulia na Floresta. Jovens e adolescentes assistem ao documentário “Cenas de Uma Guerra Particular”.

Fonte: Acervo particular do Quilombo Urbano.

O sucesso desta atividade foi comprovado na grande quantidade de pessoas presente. A marcha começou na Fé em Deus, passou pela Rua da Vala, Floresta, Pró-Morar e encerrou na Praça Mário Andreazza. Aproximadamente mil pessoas participaram da caminhada e nem um incidente foi registrado.⁹⁹

Malcolm X destaca a importância dessa atividade política para a sua consolidação enquanto militante político da periferia:

A Marcha Zumbi + 10 foi muito louca e saímos percorrendo todas as quebradas, junto com o bloco Akomabú que é do CCN e encerrou na praça Mário Andreazza que foi até rebatizada que era a praça do povo e no final da marcha, que percorreu todo o bairro, e deu bastante gente, foi feito um arrastão muito doido (...) encerrou na final da praça do povo. Pra mim assim foi a minha consolidação que eu queria como periferia.

De todos os bairros pólos a Liberdade foi a que aglutinou maior contingente e o único que conseguiu elaborar uma pauta que, dentre outras reivindicações, exigia a retirada das forças policiais do bairro e construção de áreas para prática de desportivas e culturais¹⁰⁰.

⁹⁹ Além do Quilombo Urbano, representado pela PLSF, participaram das atividades os blocos Afro Akomabú e Neto de Nana além da ONG Saci Pererê e a CONLUTAS.

¹⁰⁰ Os membros da PLSF alegam que foram as mobilizações e denúncias feitas durante esse período sobre a ausência de espaço para a prática de lazer no bairro que obrigou o governo estadual a construir uma quadra poli- esportiva. Do mesmo modo, que a Rua da Vala foi asfaltada logo após a ocorrência das prisões de três de seus militantes desta organização (já destacado anteriormente) que foi amplamente denunciado dentro e fora do bairro.

Foto 17 - Marcha Zumbi + 10



Multidão percorre as ruas do bairro da Liberdade, a maioria jovens, muitos adeptos da cultura *Hip Hop*.

Fonte: Acervo particular do Quilombo Urbano.

A presença de pessoas de outros bairros que participaram desta Marcha na Liberdade é ressaltada por Tim Maia como um elemento positivo :

A gente reivindicou mesmo, xingou o que tinha que xingar, arrebentamos mesmo e se continuar assim a gente vai chegar mais a frente e mais fertilidade pra nós por que a gente vai tá reivindicando mesmo. Quem não conhecia e que veio de outro bairro e deu a volta pela Liberdade, conheceu a Liberdade percebeu que não era aquilo que o pessoal falava. Essa marcha foi muito boa, por que reivindicou mesmo e abriu a cabeça de muitas pessoas que pensava que a coisa era uma mais na verdade era outra.

Essa atividade foi tomada como experiência para que o Quilombo Urbano tomasse a iniciativa de realizar as “Marchas da Periferia” cuja metodologia para sua realização analisaremos na seqüência juntamente com outras ações mobilizadoras que envolveram a juventude deste bairro.

5.4. A “posse” da liberdade na marcha da periferia: a resposta política do *hip hop* ao barbarismo neoliberal.

Um dos mais curiosos aspectos da vida contemporânea é a lacuna existente entre a crescente deterioração das condições da socioeconômica de uma ampla camada de trabalhadores assalariados e a virtual ausência de radicalismo político (Petras 1999, p.11).

As “marchas da periferia” em sua organização buscam construir “por baixo” uma subjetividade coletiva positiva entre a juventude negra e “por cima” um enfrentamento com as políticas neoliberais (Petras, 1999).

Essas marchas são realizadas desde 2006 e a presença de jovens do bairro da Liberdade é sempre muito significativa. Militantes de organizações de *Hip Hop* de diversos estados do Brasil e do interior do estado do Maranhão se deslocam até São Luís para participar deste evento e do Festival de *Hip Hop* - Zumbi que ocorre no mesmo dia.

A primeira edição desta marcha trouxe como tema “O levante das periferias contra as desigualdades sócio-raciais”. De todas as edições essa foi certamente a que aglutinou o maior número de pessoas, aproximadamente quinhentos. Pois se tratava de um momento em que as atividades da PLSF estavam bem mais organizadas neste bairro.

Acrescenta-se o grande baile realizado em homenagem a Júnior Negro Drama que abriu as atividades da Marcha e as manifestações realizadas dentro e fora do bairro em relação à prisão de três militantes do “Quilombo Urbano”, dentre estes o autor deste trabalho, ocorrida na Rua da Vala um dia antes do baile em que a referida homenagem seria prestada.

A PLSF chegou a realizar um mini-curso sobre direitos básicos na Rua da Vala e manifestações que mobilizaram muitos destes jovens deste bairro. No festival de *Hip Hop*-Zumbi realizado no Circo Cultural da Cidade que marcou o encerramento dessas atividades mais de mil jovens estiveram presentes.

Foto 18: XVIII Festival de Hip Hop



Foto19: Manifestação contra o racismo



Manifestação realizada em julho de 2006 em frente ao palácio do governo contra a violência policial praticada no bairro e o XVIII Festival Hip Hop-Zumbi realizado após o termino da 1ª Marcha da Periferia em novembro do mesmo ano. A direita jovens de diferentes comunidades do bairro Liberdade.

Não consideramos essas marchas como uma manifestação de massa, mas, diante de um contexto de refluxo dos movimentos sociais em todo o Brasil e, principalmente no

Maranhão, é relevante mobilizações populares como esta, ainda mais se levarmos em conta o seu caráter político, a não divulgação na imprensa comercial burguesa e o perfil dos seus manifestantes, a grande maioria pertencentes a um universo social (negro plebeu) sem muita tradição em participar de mobilizações políticas de esquerda no Maranhão.

Geralmente essas marchas , são pessoas da periferia, mas são pessoas que tem uma dificuldade maior para reivindicar seus direitos, mas é interessante que o Quilombo Urbano consegue trazer essas pessoas para a marcha, consegue trazer essas pessoas pra reivindicar, por que muitas das vezes não são pessoas do sindicato, não são pessoas de partido, muitas não freqüentam uma determinada religião, não são pessoas que estão acostumadas a está se organizando pra reivindicar seus direitos, mas o movimento *Hip Hop* ele consegue fazer com que essas pessoas venham né? se juntar pra reivindicar nessas marchas, nessas manifestações, por que eles vêem que as pessoas que estão organizando isso aí são justamente pessoas que convive pelos mesmos problemas que elas, passam pelas dificuldade no dia a dia, pessoas que se vestem, que falam a mesma linguagem (Roberth Costa)

Os meses de construção da Marcha são considerados pelos seus atores como uma vitória, à medida que favorece a troca de experiência entre jovens residentes em bairros ou comunidades diferentes, mas que, por outro lado, enfrentam problemas comuns. Diversos bairros próximos podem formar uma comunidade pólo, tal como ocorreu na Marcha Zumbi + 10.

Cabe destacar a presença de alguns setores da esquerda maranhense nessa Marcha como a Coordenação Nacional de Lutas (CONLUTAS), Coordenação Nacional de Estudantes (CONLUTE), o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU), a Associação de Professores da UFMA (APRUMA), a Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDDH-MA) Grupo de Estados Urbanos e Rurais (GERUR), a Associação de Professores de História (ANPUH), entre outro..

Assuntos que proporcionam debates como a construção da identidade racial, valorização da mulher que reside na periferia, o significado político e negativo da presença das drogas nas comunidades pobres (o filme *Panteras Negras* é sempre exibido com esse propósito), a repressão policial, turismo excludente, a função social da ONG's na periferia, etc., são estabelecidos com eixos temáticos destas atividades. Mas, geral os assuntos escolhidos para estudo e formação devem está em consonância com o tema de cada Marcha da Periferia.

A realização da “Marcha da Periferia” representa em si o momento de pressão social e de enfrentamento político mais direto contra o neoliberalismo e suas mazelas. No entanto, em nenhuma de suas três edições os organizadores da Marcha da Periferia

conseguiram entregar aos governos as pautas de reivindicações construídas ao longo do ano e das realizações de atividades nos bairros-pólos, isso demonstra certa dificuldade que estes têm de articulação com os poderes constituídos ou mesmo da negação da autoridade dos mesmos.

Entretanto, alguns acontecimentos ocorridos nas duas últimas edições das marchas da periferia merecem destaque, por que nos parece que despertou a preocupação por parte dos poderes públicos.

Em 2007 a “Marcha da Periferia” firmou como tema “Por Emprego, Educação e Reforma Agrária”. O tema estava relacionado, conforme consta no projeto, com o crescimento da violência policial e a “guerra interna” na periferia (daí a exigência de emprego), a greve dos docentes da rede pública estadual e por reforma agrária.

De acordo com seu o projeto, o principal objetivo da 2ª Marcha da Periferia seria de iniciar um processo de construção de unidade política entre a juventude do campo e das periferias de São Luís.

O “Quilombo Urbano” propõe a 2ª *Marcha da Periferia* com o tema “Por Educação, Emprego e Reforma Agrária” na tentativa de costurar uma unidade de ação entre os principais movimentos que na atualidade representam a luta no campo contra o latifúndio e a resistência negra na periferia, o *Hip Hop* e o Movimento dos Trabalhadores dos Trabalhadores Sem Terra (MST). (Projeto 2ª Marcha da Periferia, 2007).

Em decorrência dessa expectativa o “Quilombo Urbano” lançou um folder que foi distribuído nas atividades ocorridas nos bairros pólos. Só no bairro Liberdade aconteceu diversas atividades na Floresta, Fé em Deus, Pró-Morar, além de palestras e estudos. A forma como foi escrito esse panfleto expressa bem a necessidade sentida para mobilizar as periferias em seu conjunto:

Racismo, violência, desemprego e repressão policial, esse é o **kit periferia** que os governos neoliberais nos oferecem. Promovem a miséria por um lado e por outro aumentam a repressão policial. Tudo parece natural. Guarda nacional ocupando favelas, morros e bairros de periferia. O negro morto pela polícia não tem nome, nem sobrenome. Contudo seu codinome é sempre “traficante”, mas poderia ser você ou o artista Gerô, né não? A causa da morte “troca de tiros contra a polícia”, mesmo que a vítima seja uma criança de quatro anos de idade. A periferia de fato tem se transformado em uma “prisão sem muros” ou num grande navio negreiro moderno. Escolas sem estruturas, hospitais sem leitos, cadeias amontoadas de gente negra. Flanelinha e catador de lixo como alternativas de sobrevivência, quando não o crime. A ambulância do serviço médico sempre chega atrasada e sem equipamentos, mas pra reprimir e matar tem blazer e helicópteros ultra modernos. O banho de sangue do nosso povo lava a alma capitalista do boy. A televisão distorce os fatos, a mente do tio, da tia e do maluquinho metido a bicho solto. Com o sentimento adormecido o guerreiro se transforma em um pobre coitado a espera da esmola do político corrupto ou do rabeção do IML. **Periferia, pare, respire por alguns segundos!** “Junte seus pedaços” e venha participar da programação da **2ª Marcha da Periferia “Por Emprego, Educação e Reforma Agrária”(...)** Cada morador da periferia, cada negro, mulher, estudante, trabalhador, desempregado, sem-teto, sem-terra, tem que se sentir parte deste grande movimento. (Informático, 2ª Marcha da Periferia).

Pelo texto percebe-se a ansiedade ou expectativa desta organização pela reconstrução da subjetividade coletiva da juventude negra e pobre “junte seus pedaços” e as contradições denunciadas que vai desde a ausência de serviços públicos de qualidade “a ambulância do serviço médico sempre chega atrasada” e a repressão estatal “mas para reprimir tem blazer e helicóptero ultra-moderno”

No entanto, a grande frustração ocorreu com a negativa que o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) deu na semana da realização da Marcha da Periferia, isso depois de aproximadamente quatro meses de construção do evento. Representantes deste movimento rural estiveram presentes apenas nas atividades realizadas no sindicato dos bancários que reuniu aproximadamente 150 pessoas.

Para o “Quilombo Urbano” e demais organizações envolvidas na construção da Marcha ficaram a impressão de que o recuo do MST foi fruto da relação que sua direção mantinha à época com o governo de Jackson Lago, já para os coordenadores do MST em São Luís o argumento foi de que faltou recursos para locomover suas bases juvenis dos acampamentos para a capital ludovicense. Na marcha cerca de 300 pessoas estiveram presentes, muitos do bairro Liberdade, apenas dois da juventude do MST.

A terceira edição ocorrida em 2008 trouxe como tema “Reparações Já: pelo pagamento da dívida social para com o povo negro” em alusão aos centos e vinte anos de “abolição” da escravatura.

As atividades preparatórias seguiram a mesma lógica dos anteriores como reuniões, debates, amostra de vídeos, visita aos bairros pólos etc., porém com uma novidade, a ocupação de uma praça no centro histórico de São Luís para realização de atividades políticas e culturais.

Foto 20 - Ato de Ocupação de uma praça no Centro Histórico de São Luís



Manifestação e panfletagem durante a ocupação da Praça da Criança posteriormente batizada como “Quilombo Cultural Lagoa Amarela”

Essa ocupação ocorreu no dia 05 de setembro - justamente no “dia da raça” - sob justificativa de que esse centro histórico, tombado em 1998, como patrimônio da humanidade, fora edificado por negros escravizados e que por isso estava sendo ocupado por seus descendentes negros, como forma de “reintegração de posse”. No manifesto consta pesadas críticas ao que chamam de turismo elitista do “Projeto Reviver”.

Somos defensores do intercâmbio cultural solidário entre os grupos humanos de qualquer parte do mundo, independente da nacionalidade ou pertencimento étnico-racial. Entretanto, abominamos esse turismo elitista e racista que super-valoriza os espaços físicos e o poder econômico em prejuízo da pessoa humana. Nós negros e pobres não queremos apenas dançar e cantar para apreciação turística. Nós somos parte viva e ativa deste centro histórico e queremos a parte dele que nos cabe, afinal de contas, muitos dos nossos antepassados foram sacrificados para edificar suas ruas e prédios. Com base nisso, o fórum de construção da 3ª Marcha da Periferia, que traz como tema **“Reparações Já: Pelo Pagamento da Dívida Social Para o Povo Negro”** está ocupando simbolicamente a “Praça da Criança” abandonada pelos poderes públicos, que a partir de agora será chamada “Lagoa Amarela” com intuito de fazer deste espaço um centro difusor de manifestações políticas e cultural de todos aqueles que não se sentem contemplados com o turismo econômico, elitista e racista do “Projeto Reviver”. (Manifesto em Defesa da Ocupação da Praça da Criança)

Um documento contendo uma pauta de reivindicações foi elaborado para ser entregue ao governo do Estado, mas, como já relatamos, esse tipo de encontro entre este movimento e os poderes públicos dificilmente se concretizam. Entretanto, o referido documento chegou a ser entregue a população durante a realização da caminhada pelo centro da cidade. Reproduzimos abaixo um trecho:

Neste sentido, nós que residimos na periferia ou que participamos de entidades que atuam nestas comunidades exigimos que o senhor governador do estado do Maranhão e a sua assembléia legislativa redimensione as formas de ver, pensar e interferir junto à periferia e sua população majoritariamente negra. E isso só será possível através de modificações substanciais em suas políticas estruturais e a completa inversão de suas prioridades sociais, levando em consideração as desigualdades raciais que a escravidão e o falso abolicionismo nos relegou (Manifesto da Marcha da Periferia.)

Novamente a presença da juventude do bairro da Liberdade foi significativa. Não somente na Marcha, mas na sua construção, especialmente no ato de ocupação da Praça da Criança no centro histórico. No *blog* do “Quilombo Urbano” encontramos uma matéria que afirma que muitos jovens moradores desse bairro estiveram presentes na praça ainda que no bairro estive acontecendo, no mesmo dia, um comício político com a presença do Ministro Edson Santos da Secretaria para a Promoção da Igualdade Racial - SEPIR:

Um fato interessante observado no ato foi a presença marcante de moradores da Liberdade, bairros de maioria negra em São Luís, que preferiram se deslocar até o centro histórico para se manifestar do que participar do mega-comício que acontecia naquele bairro organizado pelos candidatos do PT, PC do B e com presença do ministro da Secretaria da Promoção da Igualdade Racial .

Certamente essa foi a mais agitada de todas as marchas para o “Quilombo Urbano”. Nesse ano o governo do Estado juntamente com outras organizações de *Hip Hop* (Central única das Favelas - CUFA e o Movimento Hip Hop “Favelafro”)¹⁰¹ resolveu promover uma semana de atividades culturais de *Hip Hop* para a mesma semana em que estava previsto a realização das atividades finais da III Marcha da Periferia.

Não só as datas eram as mesmas como os locais de realização eram muito próximos. Enquanto o Quilombo Urbano promovia debates no Quilombo Cultural o governo promovia atividades na Casa do Maranhão, ambos no bairro Praia Grande.

Até os locais para a realização dos festivais de *Hip Hop* do “Quilombo Urbano” e o do promovido pelo governo do Estado, CUFA e Favelafro aconteceram a uma distância de menos de 300 metros um do outro.

Diversos documentos foram lançados nacionalmente pelo “Quilombo Urbano” denunciando essa suposta tentativa de “enfraquecer a marcha da periferia”

¹⁰¹ A CUFA tem como principal personalidade pública o rapper carioca MV Bill. Essa ONG foi fundada no Maranhão em outubro de 2007. O Favelafro é uma outra ONG de Hip Hop formada por dissidentes do “Quilombo Urbano”. As atividades do Favelafro envolve mais show’s de hip hop com grupos de outros estado, já a CUFA, além da cultura hip hop, desenvolve também atividades como outras manifestações populares geralmente em parcerias com governos e empresas como a ALUMAR e a CEMAR.

Não iremos entrar em detalhes acerca desses documentos, devido nossa posição enquanto militante do “Quilombo Urbano” e da impossibilidade, no momento, de escutar as outras partes envolvidas nesse ocorrido (governo, CUFA e Favelafro). Cabe ressaltar, no entanto, que estes últimos também não lançaram nenhum documento rebatendo as acusações feitas pelo “Quilombo Urbano”. Se assim os fizessem poderíamos analisá-los e confrontá-los com a versão do “Quilombo Urbano”.

Entretanto, em relação ao governo do Estado existe uma série de denúncias feitas nacionalmente pelo “Quilombo Urbano” em decorrência de militantes seus que tem sido alvo de perseguição policial.

Um desses documentos datados de dezembro de 2008 denuncia a agressão de mais dois militantes desta organização e afirma que “com esse caso sobe para oito o número de militantes do Quilombo Urbano vítimas de agressões policiais em pouco mais de dois anos, sem contar que alguns foram agredidos e detidos por mais de uma vez.” (Blog Quilombo Urbano).

As possibilidades de que estas ações repressivas sejam seletivas não está descartada pelo conjunto deste movimento. As repressões acontecem justamente em bairros em que o Quilombo Urbano tem desenvolvido atividades de *Hip Hop* como Liberdade, João Paulo, Cidade Olímpica e Vila Izabel Cafeteira, este último é o único bairro que não existe posse organizada por este movimento, mas diversas atividades já foram promovidas nessa localidade.

A 3ª Marcha da Periferia reuniu aproximadamente trezentas pessoas e no festival Hip Hop-Zumbi cerca de 600 pessoas

Foto 21- 3ª Marcha da Periferia



Jovens de diversos bairros da periferia em passeata pelo centro comercial de São Luís na 3ª Marcha da Periferia.

O “Quilombo Cultural Lagoa Amarela”, como foi rebatizada a praça, tem se consolidado de fato como um espaço de atividades políticas e culturais de São Luís. Neste espaço o Quilombo Urbano realiza, juntamente com outras organizações, diversas atividades como amostra de vídeo, debates, grafiteagem, apresentações de *rap* e *break*, recital de poesias e distribuição de panfletos. Não só jovens negros da periferia participam dessas atividades como militantes de outras organizações políticas e culturais, bem como estudantes e professores do ensino básico ou universitário.

No site da CONLUTAS, organização sindical e popular a qual o Quilombo Urbano é filiado foi publicada uma matéria sobre um ato realizado nesta praça contra a ofensiva do exército israelense na Faixa de Gaza e contra a criminalização dos militantes do Quilombo Urbano.

São Luís (MA) - Na sexta-feira, dia 16, foi a vez de São Luís (MA) manifestar solidariedade a luta do povo palestino. “Eu tô com o povo palestino e não abro”, diz uma das letras do grupo de Hip Hop Gíria Vermelha, que se apresentou durante ato-show contra o massacre israelense em Gaza. O ato foi chamado pelo Quilombo Urbano também para denunciar o massacre cotidiano cometido pela polícia contra a população pobre que mora nas periferias. No final do ano passado, dois membros da organização, moradores de um bairro da periferia de São Luís foram espancados por policiais sem uniforme. Assim, já são oito os militantes do Quilombo Urbano vítimas de violência policial nos últimos dois anos (Site Conlutas, 20 de Janeiro de 2009).

De qualquer forma, percebemos que o perfil do público que frequenta esse espaço destoa um pouco do perfil social dos de outros espaços culturais existente naquela localidade.

Concluimos que a marcha da periferia serve como uma válvula de escape do stress crônico que o barbarismo neoliberal provoca no jovem negro da periferia, pois no dizer do grupo Racionais MC’s “cada favelado é um universo em crise”. Nos processos que se dar desde as reuniões, estudos e atividades nos bairros pólos até a realização da marcha identificamos diversos processos educativos que possibilitam ao jovem negro reencontra-se consigo mesmo à medida que ele próprio se autodestrói nessas ações coletivas como objeto coisificado pelo barbarismo neoliberal.

Nesta relação às questões subjetivas, tão negadas pelo economicismo vulgar, são fundamentais, pois trata-se também de resgate de identidade, especialmente de identidade racial. Por outro lado, vemos também a construção de uma identidade racial aberta, aberta principalmente para a dinâmica da luta de classe ou de identidade de classe. Essa transição fica bastante evidente nas “Marchas da Periferia” na medida em que jovens pobres e negros,

sem identidade de raça e de classe, juntam-se a outros jovens negros e pobres de outras comunidades do bairro ou de outros bairros divididos também em comunidades rivais para exigir reparações sócio-raciais ao Estado.

Ao exigir políticas sociais para o bairro da Liberdade estes jovens rechaçam a idéia comumente difundida pela mídia de que a violência que estão envolvidos é de natureza humana, e se como vimos à maioria de seus moradores são negros, portanto de natureza étnica, pelo menos é que fica implícito nesse emaranhado de coisas.

A presença intensiva de policiamento no bairro decorre dessa idéia de que a violência nasce de anomalias, de desvios de personalidade, essa é a justificativa pra a adoção, por exemplo, da política de tolerância zero. Nesta visão, somente a repressão pode corrigir esses desvios. O depoimento abaixo, expõe de maneira simples e rica a incompatibilidade entre investir em repressão e atender as necessidades básicas de quem vive na periferia.

Exatamente aquilo que a periferia precisa a policia não tem para oferecer. A periferia precisa de saúde precisa de lazer precisa urgentemente de emprego, tá entendendo? Vários pais de família desempregado, caindo no mundo das drogas, por quê? Por que não tem emprego mano! O que tem pro cara ganhar dinheiro é vender droga. É isso que tá lá de bandeja pro cara. (Roberth Costa)

Nenhuma das reivindicações das “Marchas da periferia” exigia policiamento, esse é um xeque-mate fundamental tanto a política como a cultura neoliberal, pois mesmo que a “guerra interna” esteja sempre como centro propulsor das ações e reivindicações política deste movimento, essa “guerra” é para o Quilombo Urbano consequência da ausência de políticas sociais no bairro.

Outra função da Marcha, acreditamos, é a construção de uma vontade coletiva entre indivíduos que, outrora, canalizavam suas raivas para dentro do bairro, contra amigos, vizinhos e parentes. (PETRAS, 2000).

As ações coletivas da PLSF possibilitam à construção de uma “vontade coletiva” e essa vontade construída, alavanca as ações coletivas. E como consequência disso os laços de solidariedade comunitária se recompõe. Claro que nada disso acontece mecanicamente; são processos interpostos.

Os versos da canção “A Periferia em Marcha” do grupo Q.I. engatilhado sintetiza e traduz bem o sentimento embutido nessa ação política da periferia no centro comercial da cidade de São Luís

Mais um mulek doido de cabelo bem black/ é o hip hop militante aqui do nordeste/
o Quilombo Urbano me fez guerrilheiro/ mulek doido verdadeiro não faz rap por
dinheiro/ representa a quebrada é linha de frente/ na Marcha da Periferia tá sempre

presente/ carregando a faixa ou usando o microfone/ gritando palavra de ordem na frente dos homi/ Periferia unida invade a cidade/ Vila Izabel Cafeteira, João Paulo e Liberdade/ Coroadinho, C.O., Alemanha, Janaína/ tem pivete, maluco, manos e minas/ B.boy dança break protesta a sua maneira/ militante do Q.U. carrega a sua bandeira/ a cantar usando algema uma mordança/ se falar de revolução Sarney não acha graça/.

No mesmo sentido, as posses e o próprio movimento atuam como “homem coletivo” transformador em reação ao “indivíduo atomizado” da cultura neoliberal. As marchas e as outras mobilizações que demonstramos ao longo deste capítulo simbolizam essas ações coletivas transformadoras. O que a cultura neoliberal espedaça a PLSF tenta recompor.

Estudo e ação, ação e estudo se reengendram nesse processo dialético, isso acontece por que ambos estão voltados para a transformação coletiva. A ação coletiva por outro lado retira o véu do inimigo coletivo, o de classe; o Estado e sua violência aparecem também de classe. Em outras palavras, o inimigo e suas forças repressivas deixam de ser ocultas e os pares internos de quem vive na periferia deixam de ser ameaças individualizadas e passam a ser parceiros coletivos.

Indivíduos que dirigem sua raiva contra os que vivem com eles são menos inclinados a se engajar na ação política radical. Inversamente, famílias fortes, solidariedade e lealdade entre parceiros e casais são pré-condições para dirigir para cima e para fora, contra as fontes de privações e da mobilidade descendente. (Petras, 1999, p.14).

Todas essas ações politico-pedagógicas ocorridas no interior do bairro Liberdade com a presença de indivíduos de fora do bairro ou as ocorridas fora do bairro com a presença de indivíduos residentes no mesmo apontam para a tentativa de construção de uma nova cultura e de um novo homem, um homem reconstruído em sua plenitude.

Entretanto, ainda que consideremos essas ações como contra hegemônica, é preciso dizer que diante do quadro sócio-psíquico-afetivo que têm se abatido sobre a juventude desta comunidade e das periferias de um modo geral, as mesmas são flagrantemente insuficientes. Se existe essa disputa de fato, a correlação de força é extremamente desigual e desfavorável ao Quilombo Urbano, a sua PLSF e aos seus parceiros políticos que atuam em defesa da comunidade deste bairro.

De qualquer maneira, acreditamos que essas iniciativas é, ao menos, uma pequena bandeira branca que esses jovens ousam levantar entre as fronteiras da “guerra interna” do bairro Liberdade.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em resumo, compreendemos que estamos vivendo uma situação que merece um pouco mais de atenção por parte daqueles que estudam ou pretendem estudar as diversas formas de manifestações da violência na periferia, especialmente aquelas que envolvem a juventude negra, bem como suas práticas culturais e educativas.

Como vimos a expansão do imperialismo norte-americano pelos quatro cantos do mundo ocorreu juntamente com o processo de criminalização da classe trabalhadora e dos povos não brancos. Paralelo a isso, as suas grandes empresas praticavam os mais diversos crimes institucionais, os chamados crimes ocultos da burguesia, sendo assim, um processo que envolvia interesses políticos (de classe) e econômicos.

Na América Latina o imperialismo se consolida entre as décadas de 1980 e 1990 com a imposição do neoliberalismo. Entendidos desta forma, o imperialismo não se trata apenas de dominação econômica, mas também política e cultural. No caso particular do Brasil, essa dominação acontece, contraditoriamente, no momento em que o país reconquista sua democracia política, após 20 anos de ditadura militar.

A redemocratização do país lenta, gradual e negociada dar-se-á de forma que a dominação de classe e as forças repressivas mantenham-se intactas. De modo que, tal como Lênin (2007) demonstrou, independente do tipo de regime a violência estatal é uma necessidade para a manutenção de classe.

A repressão, outrora centralizada nas organizações de esquerda deslocou-se, a partir dos anos 1990, para as comunidades pauperizadas, especialmente as negras, que residem nas periferias. Não que não houvesse antes repressão estatal na periferia, não é isso. O certo é que após “esmagar” as esquerdas e afastar a “ameaça comunista”, principalmente com o fim da guerra fria, o submundo do crime e das drogas existente na periferia é que passam a ameaçar à integridade nacional. Essa política conseguiu deslocar a atenção popular dos ataques do capital privado no Estado social para a questão da violência na periferia.

Com efeito, essa foi umas das estratégias das elites neoliberais no Brasil, especialmente durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, e no Maranhão, durante o governo de Roseana Sarney, ambos de 1994 a 2002. No entanto essa política continua com Lula (2002-2008), José Reinaldo (2002-2006) e Jackson Lago (2006-2008).

Como vimos com Wacquant (2001), as elites políticas que levaram as políticas neoliberais até suas últimas conseqüências contra a classe trabalhadora, enfraqueceram sua

legitimidade perante as mesmas. Para compensar essa crise de legitimidade, o Estado punitivo é robustecido, o que significa mais repressão aos pobres.

Entretanto, só repressão não é suficiente para que a dominação de classe se mantenha. Pelo contrário, somente fortalecer o “punho de ferro” do Estado diante de uma crise de legitimidade dos representantes da classe fundamental, só aumentaria mais ainda o acirramento da contradição entre as classes.

Foi com base nesse emaranhado de elementos que construímos nossa hipótese, ou seja, a de que a ação das forças repressivas na atual conjuntura, não tem apenas a função coercitiva, mas também educativa. Certamente que as burguesias nacional ou internacional não estão interessadas em restabelecer o Estado social como era há 20 anos atrás. Aliás, não se trata necessariamente de interesse ou vontade de classe, mas de impossibilidade diante da crise estrutural pelo qual passa o modo de produção capitalista.

O neoliberalismo, acreditamos, é o último e prolongado “suspiro” do capitalismo, e quanto mais prolongando se torna, mais a humanidade caminha para a barbárie, no caso de alguns bairros de periferia essa situação já é uma realidade, aliás, uma triste realidade. Para comprovar nossa hipótese, tomamos o bairro da Liberdade como *locus* de pesquisa.

Constatamos que uma parte significativa da juventude deste bairro se encontra envolvida num processo que denominamos de “guerra interna”. Percebemos que esse processo que envolve a juventude de diversas comunidades desse bairro, acirra-se à medida que o Estado social é destruído e que o Estado punitivo é fortalecido.

A política de “menos pão e mais repressão” no bairro confirma as teorias de Wacquant (2001). Entretanto, ainda que a repressão estatal neste bairro tenha se intensificado, a quantidade de mortes que tem se multiplicado ano após ano não decorre de conflitos entre moradores e policiais, pelo contrário foram poucos os casos de mortes no bairro que envolvesse diretamente a repressão policial.

É a “guerra interna”, e quase somente ela, que tem engordado as estatísticas de homicídios no bairro nos últimos dez anos. Contudo, notamos que um dos principais arquitetos da intensificação dessa guerra é “a mão invisível do Estado”, que atua pedagogicamente através do seu punho de ferro. A presença de drogas e armas, em meio à pobreza do bairro, são ingredientes fundamentais desse processo. A grande imprensa por sua vez legitima essa política ao mesmo tempo em que criminaliza seus moradores.

Nosso estudo procurou focar essas questões do ponto de vista político- educativo e não meramente moral. A ausência de intelectuais coletivos atuantes no bairro e, a presença de drogas, especialmente a merla, em grande quantidade tenciona a “guerra interna”, que por

sua vez tenciona o belicismo, e em meio a essa situação de desconfiança e tensão, reduzidas são as possibilidades de organização e mobilização popular no bairro.

Do mesmo modo que o “violocentrismo”, ou seja, a discussão em torno da violência entre a juventude do bairro deslocada de suas raízes sociais faz com que parte da comunidade não perceba que a “violência fundamental não é exterior ao funcionamento do sistema, mas intrínseco a ele”. (VÁSQUEZ, 2007, p. 378).

Assim, a violência seletiva da polícia nesse bairro não tem por intenção principal ceifar vidas, mas disciplinar corpos, quebrar com suas resistências, dobrar suas consciências, especialmente se pensarmos a periferia como corpo social. Em termos gramsciano, o corpo (indivíduo, família, etc.) deve ser entendido como instituição micro-pedagógica do Estado, portanto educação e política nesse caso são indissociáveis.

Essa repressão seletiva, localizada e disciplinadora, tem também haver com o histórico político do bairro. Antes da “guerra interna” se instalar nesse bairro, o mesmo gozava de uma história de resistência política e cultural muito interessante, ainda que mesmo assim não deixasse de ser considerado como um bairro violento. Além de ser berço de importantes manifestações culturais, a Liberdade já chegou a eleger políticos que se apresentavam com perfil de oposição ou mesmo de esquerda. Muitos militantes dos movimentos populares, negros e de partidos socialistas são provenientes deste bairro.

O bairro também tem uma história de repudiar repressões policiais. Diversos casos podem ser relatados, mas um teve um impacto especial. Em julho de 1997 um estudante negro teve sua residência invadida sem mandado de apreensão, foi preso e espancado por policiais civis sob suspeita de ter assaltado um trailer, nada ficou comprovado contra o estudante. Esse caso gerou manifestações no bairro, que estimulou outras famílias que tiveram parentes e amigos vitimados por esse tipo de violência, a se manifestarem também. O resultado é que o delegado do oitavo distrito foi removido de sua função no bairro da Liberdade. Há diversos relatos que mesmo em situações em que a chamada “malandragem das antigas” eram vítimas de abusos policiais, a comunidade reagia em solidariedade aos mesmos.

Aliás, ao que nos parece, era mais comum a “malandragem das antigas” enfrentarem a polícia do que os “molecotes mais novos”, ainda que a aquisição de armas fosse incomparavelmente mais difícil há vinte anos atrás do que é hoje. Também era mais comum entre a “malandragem das antigas” haver aqueles que cometiam crimes que podemos caracterizar como com caráter de classe. Diversos, entre estes, foram mortos pela polícia ou passaram longos anos na prisão.

Essa analogia entre essas duas gerações é importante por que desnuda o caráter de classe da violência estatal, pois ainda que a atual violência no bairro seja bem mais intensa do que há vinte anos atrás as ações letais por parte da polícia hoje é bem menor. Uma questão muito simples se coloca: a violência que envolve os “molecotes mais novos” não ameaça, em nenhuma instância, a propriedade privada dos ricos, a possível violência de classe é bloqueada pela “guerra interna”.

Entretanto, pela consciência histórica das elites, essa não é uma possibilidade descartada, ainda, em se tratando de um bairro que ocupa uma posição geográfica privilegiada para realizar manifestações políticas ou ações coletivas. De modo que a “luva de ferro” do Estado é cada vez mais pesada, não simplesmente por que a violência está cada vez maior, mas por que a crise do capital é cada vez mais intensa. Essa é uma relação orgânica necessária de se fazer.

Por outro lado está colocada a necessidade de se repensar a caracterização da frente teórica polícia, parlamento e da mídia. Nosso estudo aponta para a crescente simbiose entre os três na imposição da força ou na manutenção do consenso, especialmente a partir da década de 1990 (Petras, 1990).

Vimos que a polícia, enquanto material político-militar, atua também com propósitos ideológicos “ocultos”, estritamente veiculados a um dos objetivos invariáveis do imperialismo cultural que é desestabilizar laços comunitários entre a juventude pobre. Da mesma forma que contribui para desviar o olhar popular dos efeitos negativos da penalização neoliberal sobre os trabalhadores.

O parlamento, por sua vez, além de aplicar essas políticas também desempenha a função de difundir as ideologias elaboradas por intelectuais orgânicos ligados às forças imperialistas, especialmente na defesa da adoção do modelo norte-americano de combate à violência. Aliás, a defesa da aplicação dessas leis contra a população penalizada no Brasil decorre do tipo de ideologia que essas elites políticas resolveram se associar.

Já em relação à imprensa comercial burguesa concordamos com Abramo (2003) de que a mesma deve ser considerada também como parte da sociedade política e não civil, tendo em vista que sua atuação na superestrutura dar-se-á como a de um partido político ou de entes partidários.

Se os órgãos de comunicação passaram de instituições da sociedade civil a instituição da sociedade política, se deixaram de ser órgãos de comunicação para se transformarem em entes partidários, não haverá mais razão para aceita-los como institutos de direito privado, e deverão se transformar em institutos de direito público. Em outras palavras, a parte dominada da sociedade passará a questionar o

regime de propriedade privada dos órgãos de comunicação (ABRAMO, 2003. p. 50).

Enfim, por mais que os governos (federal, estadual e municipal) alardeiem estarem preocupados em combater a violência e as drogas na periferia com medidas sócio-educativas ou com policiamento comunitário, a realidade presenciada mostra justamente o inverso, levando-nos a crer que na política governamental, o que dever ser levado em consideração não é a suposta intenção, mas o produto de sua atividade prática, a plasmação da política (Vásquez, 2007).

No segundo capítulo mostramos que os segmentos mais beneficiados proporcionalmente no Maranhão com verbas públicas foram os parlamentares e as policias. Não temos dados sobre a transferência de verbas públicas para as grandes empresas de comunicação, mas é de notório que existe, conforme mostra matéria de capa da Revista Carta Capital de julho de 2006, intitulada “Política e Tevê, tudo a Ver”.

Por outro lado a alienação que objetiva e embrutece o jovem negro na periferia, desempregado, excluído, desproletarizado é mais intensa por que sua distância em relação aos processos produtivos também é maior. Nesse caso a interferência dos fatores subjetivos tem uma dimensão bem mais importante do que se possa imaginar. A nosso ver é a partir da valorização deste aspecto subjetivo que o Quilombo Urbano e a PLSF através de suas ações educativas conseguem formar intelectuais orgânicos nessa juventude.

Esse movimento ganha força justamente na década de 1990, no contexto de aplicação das políticas neoliberais e de consolidação do imperialismo (político, econômico e cultural) no Brasil. Se considerarmos o *Hip Hop* como movimento político e cultural das classes populares, gestado no universo plebeu da comunidade negra e periférica, a afirmação de que a década de 1990 foi uma década perdida deve ser matizada. E nessa década que o *Hip Hop* emerge como força de contestação da dominação capitalista e das opressões raciais em todo o mundo, é nessa década que o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) passa a ser considerado como um dos mais importantes movimentos sociais que o mundo viu nascer nos últimos 50 anos.

Durante esse período conforme vimos o movimento *Hip Hop* consolida-se entre a juventude ludovicense, especialmente entre os setores criminalizados, como as galeras, mas também atuando em conjunto com os demais setores da esquerda maranhense e do movimento popular durante a década de 1990. Educação e ação política e cultural nortearam a caminhada deste movimento ao longo dos anos 1990. A PLSF é fundada já no adiantado

processo de intensificação da “guerra interna” no bairro Liberdade. Esta se inicia mais ou menos por volta de 1998 e a PLSF é fundada em 2000.

Analisando as canções de rap, conteúdos dos grafites, panfletos, matérias publicadas em fanzines, blog e revistas evidenciamos a riqueza política e cultural produzido pelos militantes do Quilombo Urbano, no geral, e pelos membros da PLSF, no caso específico do bairro Liberdade. Em muitas dessas produções a “guerra interna” aparece como preocupação central.

No entanto para analisar esse movimento e as condições de existência da juventude da Liberdade, um bairro pobre e de maioria negra, as categorias raça e classe foram imprescindíveis, assim como tivemos que pensar a cultura, no caso o *Hip Hop*, na perspectiva gramsciana de disputa por hegemonia na superestrutura ideologia em seu vínculo com a estrutura social e seus militantes como intelectuais orgânicos.

Vimos deste modo que a participação de jovens deste bairro nas mobilizações políticas encabeçada pelo Quilombo Urbano, a exemplo das marchas da periferia, é resultado das ações sócio-educativas que a PLSF empreende nessa comunidade tendo como eixo central a denúncia da exploração capitalista e da opressão racial. A luta contra a opressão de gênero também é relevante em algumas dessas ações.

Por outro lado, esse olhar só nos foi possível à medida que nossas observações tomaram por base o entendimento ampliado do conceito de educação em autores marxistas. Para Marx e Engels (1992) a educação está estreitamente ligada à divisão social do trabalho e as relações sociais de produção e não restritas as disciplinas específicas. Já para Lênin (2005) a base da educação comunista é solidariedade de classe.

Portanto, para além do ambiente escolar, que de modo algum pode ser desconsiderado, nosso estudo focalizou as ações educativas da PLSF em seu intuito de reconstruir ou forjar laços de solidariedade de classe e elevar a auto-estima racial destes jovens, aspectos estes que, diga-se de passagem, muitas das vezes são desconsiderados ou omitidos na escola.

A relação orgânica que os membros desta posse tentam estabelecer com a comunidade possibilita-nos qualificá-los como intelectuais orgânicos. Mais do que criar uma nova cultura no bairro, especialmente entre sua juventude, percebemos nas ações políticas e nas produções culturais deste grupo uma imperiosa necessidade de modificar o ambiente social e cultural pautado em relações de desigualdades. Essas ações educativas incidem tanto sobre a superestrutura ideológica como sobre a estrutura social em sua dialeticidade. Sobre

essa questão, Macciocchi lembra que para Gramsci “O problema é que a “liberdade” do intelectual só pode existir no seio da liberdade das massas”. (MACCIOCCHI, 1980, p. 211).

A ruptura com o modelo de sociedade existente, a capitalista, é postulada, bem como a necessidade de construção de uma sociedade socialista, conforme mostra o trecho a seguir: *Aqui não tem traíra só escolha de caminho/ dignidade em busca de uma pátria socialista* (Coração Destemido, Gíria Vermelha.).

No entanto percebemos que há certa descontinuidade em alguns projetos políticos pedagógicos da PLSF e do Quilombo Urbano como todo. Notamos que além da falta de estrutura ou de falhas organizativas, essas debilidades decorrem também da situação concretas de seus membros. Muitos desempregados e outros que estão submetidos a uma jornada de trabalho extenuante, principalmente os autônomos. A dificuldade de acesso a recursos, parece que por princípio político, justificam também essa situação.

Por outro lado fica-nos a impressão de que a periferia de um modo geral ressentida pela falta de intelectuais coletivos em seu interior, ou seja, de organismos políticos e movimentos sociais combativos. A ausência de movimentos de crítica global do capitalismo facilita a intervenção das forças repressivas e a penetração do modo capitalista de se pensar o mundo e suas relações cotidianas.

Sem uma anti-práxis coletiva esses valores individualista plasmam-se na cultura das classes populares. Isso se dar justamente no momento em que o modo de produção capitalista demonstra sinais de esgotamento. Por outro lado a infinidade de ONG's nestas comunidades não tem se configurado como forças contra-hegemônicas., isto por que “As ONGS ou são anexos do poder imperial ou funcionam como interstícios do poder” (Petras, 2000,p.160).

Ao retorno dos movimentos sociais as “arenas” da sociedade civil as questões de raça e classe devem ser pensadas concretamente. Aos movimentos negros e as esquerdas está colocado o desafio de superar o etnicismo e o obrerismo, respectivamente. Às elaborações teóricas consagradas cabe incorporar a investigação mais profunda sobre a realidade que se quer transformar. Acreditamos que a Coordenação Nacional de Lutas (CONLUTAS), por congrega sindicatos e movimentos populares, é um projeto político embrionário nesta perspectiva.

Aos educadores, de um modo geral, preocupados com a construção de uma sociedade de homens e mulheres livres, há necessidade de esforçar-se para compreender o universo cultural dos jovens da periferia e os problemas estruturais que os afligem. A escola

não pode isolar-se de um problema que também afeta sua clientela, nem muito menos criar barreiras ideológicas de negação ou estigmatização das práticas culturais que emergem da tentativa de muitos destes jovens romperem com a situação limite que a opressão racial e a exploração capitalista lhes impõem.

O *Hip Hop* é uma dessas manifestações, mas não é a única. Mas do que incorporar o discurso neoliberal de mais “Estado punitivo” é necessário transformar essas instituições em elos de afetividade comunitária e de construção de subjetividades coletivas positivas.

Afinal de contas à escola é um espaço privilegiado para disputas pela direção cultural na sociedade civil, ainda mais quando suas ideologias fundamentais estão em crise.

Por fim, realçamos que se algo de novo traz esse nosso trabalho, ele não diz respeito ao estudo do *Hip Hop* como força política e cultural, nem muito menos as análises em torno das práticas educativas do Quilombo Urbano através das ações da Posse Liberdade Sem Fronteiras, mas das hipóteses levantadas sobre os fatores que possivelmente se articulam em torno da “guerra interna”. Por não encontrarmos trabalhos de pesquisas com essa finalidade muitas foram as dificuldades encontradas e muitas serão os “vazios” deixados.

Contudo, esperamos que outros estudos avancem para além deste, mesmo que seja na superação do que está dito ou na crítica daquilo não foi dito neste trabalho. O importante é que as reflexões em torno dessa temática possa ser força viva na construção de uma sociedade em que a violência desapareça completamente das relações humanas.

REFERÊNCIAS

ARBEX JÚNIOR, José. **Narcotráfico: um jogo de poder nas Américas**. São Paulo: Moderna, 1993.

ABRAMO, Perseu. **Padrões de manipulação na grande imprensa: um ensaio inédito de Perseu Abramo**. 1.ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

AMADEO, Javier. Mapeando o marxismo. In: **Teoria marxista hoje: problemas e perspectivas**. BORON, Atílio; AMADEO, Javier; GONZÁLES, Sabrina. (Organizadores). 1. ed. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciências Sociales- CLACSO, São Paulo: Expressão Popular, 2007.

ANDER-EGG, Ezequiel. **Introducción a las técnicas de investigación social**. Para trabajadores sociales. 7.ed. Buenos Aires: Humanitas, 1978.

ANDERSON, Perry. **O fim da história: de Hegel a Fukuyama**: trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1992.

_____.
ANTUNES, Ricardo. A nova morfologia do trabalho e o desenho multifacetado das ações coletivas. In: **Além da fábrica: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social**. SANTANA, Marco Aurélio; RAMALHO, José Ricardo (Organizadores). 1.ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

_____. **Considerações sobre o marxismo ocidental**: nas trilhas do materialismo histórico. Trad. Isa Tavares. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

BARCELOS, Caco. Indústria da segurança alimenta a retórica conservadora. Agência Brasil 16/ 12/ 2003.

BERND, Zilé. **Negritude e literatura na América Latina**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

BLOCH (2002)

INFORMATIVO QUILOMBO. São Luís, mar. 2003.

INFORMATIVO QUILOMBO. São Luís, mai. 2003

INFORMATIVO QUILOMBO. São Luís, out. 2004.

INFORMATIVO QUILOMBO. São Luís, mar. 2008.

INFORMATIVO QUILOMBO. São Luís, jul. 2006.

PROJETO PERIFERIA URGENTE: Quilombo Urbano. São Luís, 2003.

PROJETO RUAS ALTERNATIVAS: Quilombo Urbano. São Luís, 2003.

BOURDIEU, Pierre. A miséria do mundo. Petrópolis: Vozes, 1993.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean- Claude. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro:Frâncico Alves, 1992.

BORGES, Rosane; CARRANÇA, Flávio. (Organizadores). **Espelho Infiel**: o negro no jornalismo brasileiro. São Paulo: Imprensa Oficialdo estado de São Paulo/ Sindicato dos Jornalistas no Estado de São Paulo, 2004.

BORON, Atílio A. Aula Inaugural: pelo necessário (e demorado) retorno ao marxismo. In: **Teoria marxista hoje**: problemas e perspectivas. BORON, Atílio; AMADEO, Javier; GONZÁLES, Sabrina. (Organizadores). 1. ed. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciências Sociales- CLACSO, São Paulo: Expressão Popular, 2007.

_____. Teoria política marxista ou teoria marxista da política. In: **Teoria marxista hoje**: problemas e perspectivas. BORON, Atílio; AMADEO, Javier; GONZÁLES, Sabrina. (Organizadores). 1. ed. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciências Sociales- CLACSO, São Paulo: Expressão Popular, 2007.

_____. A questão do imperialismo. In: **Teoria marxista hoje**: problemas e perspectivas. BORON, Atílio; AMADEO, Javier; GONZÁLES, Sabrina. (Organizadores). 1. ed. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciências Sociales- CLACSO, São Paulo: Expressão Popular, 2007.

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

CANNON. J.P. **Liga Quarta Internacionalista no Brasil**. www.Internationalist.org/cannon.html. A revolução russa e o negro norte-americano. Publicado em 08/05/1959, p. 05. Acesso em 14/09/2008.

CARDOSO, Hamilton B. Limites e confronto racial e aspectos da experiência negra no Brasil: reflexões. IN: **Movimentos sociais na transição democrática**. SADER, Emir (org.). São Paulo: Cortez, 1987, p. 82- 104.

CASANOVA, Pablo Gonzáles. Colonialismo Interno (uma redefinição). In: **Teoria marxista hoje**: problemas e perspectivas. BORON, Atílio; AMADEO, Javier; GONZÁLES, Sabrina. (Organizadores). 1. ed. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciências Sociales- CLACSO, São Paulo: Expressão Popular, 2007

COSTA, Emília Viotti da. A abolição. São Paulo: Global, 1986.

DIAS, Hertz da. História e práxis social do movimento hip hop organizado do Maranhão-Quilombo Urbano. Monografia

DURANS, Claudicéa Alves. **O negro e a dinâmica das relações sócio-raciais na trajetória da soiedade brasileira**: reflexos no processo educacional. 2002. 134 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Mestrado em Educação, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2002.

DURKHEIME, Emile. **As Regras do Método Sociológico**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.

DURANS, Cáudia Alves. **Limites do sindicalismo e reorganização da luta social**: um estudo das experiências de ferroviários e metalúrgicos maranhenses. São Luís: EDUFMA, 2008.

ENGELS (2007)

FARIAS, Flávio Bezerra de Farias. **O Estado capitalista contemporâneo**: para a crítica das visões regulacionistas. São Paulo: Cortez, 2000.

FERREIRA (2000)

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classe**. São Paulo: Domínios, 1975.

FIABANI, Adelmir. **Mato, palhoça e pilão**: o quilombismo, da escravidão às comunidades remanescentes. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

FRANCISCO, Dalmir. Arrastão mediático e racismo no Rio de Janeiro. Disponível em. http://www.pdf2003_np13franciscopdf. Acesso em 16 nov. 2008

FRIGOTO, Gaudêncio. O Enfoque dialético materialista histórico na pesquisa educacional. IN: **Metodologia da pesquisa educacional**. FAZENDA, Ivani. (org.). 4. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação**: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. Trad. Kátia de Mello e Silva. 3. ed. São Paulo: 1980.

FUKUYAMA, Francis. **O fim da história e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1997.

GONZÁLEZ, Sabrina. Crônicas marxianas de uma morte anunciada. In: **Teoria marxista hoje**: problemas e perspectivas. BORON, Atílio; AMADEO, Javier; GONZÁLES, Sabrina. (Organizadores). 1. ed. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciências Sociales-CLACSO, São Paulo: Expressão Popular, 2007.

GORENDER, Jacob. **Brasil em branco e preto**: o passado escravista que não passou. São Paulo: Editora SENAC, 2000.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 9.ed. Rio de Janeiro: Civilizações Brasileira, 1991.

_____. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 8.ed. Rio de Janeiro: Civilizações Brasileira, 1991.

GRÜNER, Eduardo. Leitura culpadas: marx(ismos) e a práxis do conhecimento. In: **Teoria marxista hoje: problemas e perspectivas**. BORON, Atílio; AMADEO, Javier; GONZÁLES, Sabrina. (Organizadores). 1. ed. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciências Sociales- CLACSO, São Paulo: Expressão Popular, 2007.

HERSCHMANN, Micael. **O funk e o hip hop invadem a cena**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2000.

HOBBSAWM, Eric, **Era dos Extremos - Breve Século XX, 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1985.

JORNAL Pequeno, São Luís, 16 Set. 2006. Nacional, p.8.

JORNAL Pequeno, São Luís, 4 nov. de 2008. Colunas, p. 6.

JORNAL Pequeno Jornal Pequeno, São Luís, 18 jun. 2009. Colunas, p. 6.

JORNAL Pequeno, São Luís, 16 set. 2006. JP Sul do Maranhão, p. 7.

JORNAL Pequeno, 12 jun. 2006. Oswaldo viviani. 2008. Cidade, p. 4.

JORNAL Pequeno, São Luís, 16 set. 2006. JP Sul do Maranhão, p.7.

JORNAL Pequeno, São Luís, 08 Abr. 2005. JP, p.7

JORNAL Pequeno, 18 jul. de 2004. Polícia, p. 12.

JORNAL Pequeno, São Luís, 8 de out. 2008. Polícia, p.12.

JORNAL Pequeno, 17 de Jul. 2004. Cidade, p.4.

JORNAL Pequeno, São Luís, 17 de Jul.2004. Cidade, p.4.

JORNAL Pequeno, São Luís, 24 de jun. 2008, Cidade, p.4.

JORNAL Pequeno, 20 Jul. 2004. Cidade, p.4.

JORNAL Pequeno, São Luís, 15 out. 2004. Polícia, p.12.

JORNAL O Globo, Rio de Janeiro, 28 fev. 2008. Política, p.09.

JORNAL O Imparcial, São Luís, 22 ago. 1993. São Luís.

JORNAL O Imparcial, São Luís, 4 dez.1986. Polícia, p.8

JORNAL O Imparcial, São Luís, 30 set. 1995. Cultura, p. 15.

JORNAL O Imparcial, 06 de set. 2007. Polícia, p. 9.

JORNAL O Imparcial, São Luís, 02 jun. 1995. Cultura, p.11.

REVISTA MOVA-SE, 2000.

O Cerco da Periferia. **VEJA**. São Paulo, n.45, ano 34, ed.1726, jan. 2001. Capa de Revista.

REVISTA INFORME FEDERAL. São Luís, ano I, ed. 02, jan. 2008.

REVISTA GENS. São Luís: Quilombo Urbano, set. 2007.

MOVA-SE STREET DANCE. São Paulo: Editora TD ano1, n.01, n. 01, jul. 2000.

DIALETO PRETO. **Vem colar com os pretos**. Intérprete: Dialeto Preto. São Luís: Stripulia, 2006. CD Demonstrativo.

GÍRIA VERMELHA: **A hora do Revide**. São Luís: Fábio Anther, 2008. 1 CD

GÍRIA VERMELHA. **Ninguém nasce bandido**. Intérprete: Gíria Vermelha. São Luís: Life Record, 2002. CD Demonstrativo

REAÇÃO AFRO. **Bem sem farsa**. Intérprete: Reação Afro. São Luís: Life Record, 2002. CD Demonstrativo

PRC: **A guerra é pra valer**. São Luís: Stripulia, 2006. 1 CD

RAIO X DO NORDESTE. **Quilombo**. Intérprete: Raio X do Nordeste. São Luís: Stripulia, 2004. CD Demonstrativo

AMEAÇA FEMININA. **Fim do Silêncio**. Intérprete: Ameaça Feminina. São Luís: Stripulia, 2006.

GOG. **TARJA PRETA**. Brasília: Só Balanço, 2005. 1CD

RACIONAIS MC'S. Escolha seu caminho. São Paulo: Zimbabwe, 1992. 1CD

KONDER, Leandro. **História das idéias socialistas no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

LEFEBVRE, Henri. **Lógica formal/ lógica dialética**. Trad. Carlos Nelson Coutinho.5.ed. Rio de Janeiro: Civilizações Brasileira, 1991.

LANDER, Edgardo. Marxismo, eurocentrismo e colonialismo. In: **Teoria marxista hoje: problemas e perspectivas**. BORON, Atílio; AMADEO, Javier; GONZÁLES, Sabrina. (Organizadores). 1. ed. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciências Sociales-CLACSO, São Paulo: Expressão Popular, 2007.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **Esquerdismo, doença infantil do comunismo**. Trad. Luiz Fernando. Rio de Janeiro: global Editora, 1989.

_____. **O estado e a revolução: o que ensina o marxismo sobre o estado e o papel do proletariado na revolução**. Trad. Aristides Lobo. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

_____. **As três fontes**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2001.

_____. ; CASTRO, Fidel; BETO, Frei. **As tarefas revolucionárias da juventude**. Trad. Ana Corbisier e Miguel Henrique Stedille. 4.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MACCIOCHI, Maria Antonieta. **A favor de Gramsci**. 2. ed. Trad. Angelina Peralva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

MANACORDA, Mario A. **O princípio educativo em Gramsci**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul Ltda., 1990.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia Alemã**. (Teses sobre Feuerbach). 9. ed. São Paulo: Hucitec, 1984.

MARX, KARL. **Contribuição à crítica da economia política**. Trad. Florestan Ferenandes. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. **Liberdade de Imprensa**. Trad. Cláudia Schilling e José Fonseca. Porto Alegre: L e PM, 2006.

MÉSZAROS, Istvan. **O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo no século XXI**. Trad. Ana Cotrim e Vera Cotrim. São Paulo: Boitempo, 2007.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e a questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. São Paulo: Cortez, 2002.

MOURA, Clóvis. **Dialética radical do Brasil negro**. São Paulo: Editora Anita, 1994.

_____. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Ed. Ática, 1988.

_____. **História do negro brasileiro**. São Paulo: Ed. Ática, 1992.

_____. **Sociologia política da guerra camponesa de Canudos: da destruição do Belo Monte ao aparecimento do MST**. São Paulo: Expressão popular, 2000.

_____. **Dialética radical do Brasil negro**. São Paulo: Editora Ática, 1994

_____. Escravismo, colonialismo, imperialismo e racismo. IN: Centro de Estudos Afro-Orientais. Bahia: **Afro- Ásia**, n.14- 1983.

_____. **Rebeliões e senzalas**. 4. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

NASCIMENTO, Abdias. **O quilombismo**. São Paulo: Vozes, 1980.

PEREIRA, Jesus Marmamillo. **Representações sobre violência: medo na imprensa escrita ludovicense**. Monografia (Graduação em História). São Luís: UFMA, 2002.

PEREIRA (1978)

PETRAS, James. **Ensaio contra a ordem**. Trad. Dinah de Abru Azevedo e Cláudia Schilling. São Paulo: Editora Página Aberta LTDA, 1995.

_____. **Armadilha neoliberal e alternativas para a América Latina**. São Paulo: Xamã Editora, 1999.

_____. **Império e políticas revolucionárias na América Latina**. São Paulo: EDITORA: Xamã, 2002.

_____. ; VELTMEYER, Henry. **Hegemonia dos Estados Unidos no novo milênio**. Trad. Jane A. Claser e Ricardo A. Rosenbusch. Petrópolis: Vozes, 2000.

PAIXÃO, Marcelo. **Desenvolvimento Humano e as Desigualdades Étnicas no Brasil: um retrato de final de século**. Disponível em <http://www.originhdr.undp.org/docs/events/global_forum/2000/paixao.pdf. 2000. Acesso em 10 nov. 2008.

PORTELLI, Hugues. **Gramsci e o bloco histórico**. Trad. Angelina Peralva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. 21. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____, FERNANDES, Florestan. **Clássicos sobre a revolução brasileira**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

ROUSSEAU, Jean- Jacques. **Do contrato social; ensaio sobre a origem das línguas**. Trad. Lourdes Santos Machado. 4.ed. São Paulo, Nova Cultural, 1987.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. Porto: Afrontamento, 1999.

SANTOS, Ivair Augusto Alves dos. **O movimento negro e o estado (1983- 1987): o caso do Conselho de participação e desenvolvimento da comunidade negra no governo de São Paulo**. 2002. 183 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) – Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 2001.

SANTOS, Rosenverck Estrela. **Hip Hop popular em São Luís do Maranhão: uma análise da organização quilombo urbano**. 2002. 181 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Mestrado em Educação, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2007.

SILVA, Ana Lúcia Duarte. **De matadoura a Liberdade: a formação histórico- cultural de um bairro em São Luís**. Monografia (Graduação em História). São Luís: UFMA, 1997.

SILVA, J. Carlos Gomes da Silva. **Arte e educação: a experiência do movimento hip hop paulistano**. IN: Rap e educação, rap é educação. ANDRADE, Elaine Nunes (org.). São Paulo: Summus, 1999.

SKIDMORE, Thomas E. **Fato e mito: descobrindo um problema racial no Brasil**. **Cadernos de pesquisa**, São Paulo, n. 79, p. 5-16, nov. 1991.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Panorama do Segundo Império**. 2.ed. Rio de Janeiro: Graphia, 1998.

TROTSKI, Leon. **Os processos de Moscou: a repressão e os expurgos stalinistas**. Trad. Salvador Obiol de Freitas. São Paulo: Traço Editora/ Edições Populares, 1939.

_____. **Em defesa do marxismo**. Publicação da Liga Bolchevique Internacionalista. São Paulo: Data Copy Editoração LTDA, 1997. (Primeira Edição em 1939).

VÁSQUEZ, Adolfo Sanches. Ética e marxismo. In: **Teoria marxista hoje: problemas e perspectivas**. BORON, Atílio; AMADEO, Javier; GONZÁLES, Sabrina. (Organizadores). 1. ed. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciências Sociales- CLACSO, São Paulo: Expressão Popular, 2007.

_____. **Filosofia da Práxis**. 1. ed: Buenos Aires. Consejo Latinoamericano de Ciências Sociales- CLACSO. Trad. Maria Encarnación Moya. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

WACQUANT, Loic. **As prisões da miséria**. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

_____. A penalização miséria e o avanço do neoliberalismo. In: **Além da fábrica: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social**. SANTANA, Marco Aurélio; RAMALHO, José Ricardo (Organizadores). 1.ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

WOODIWISS, Michael. **Capitalismo Gângster: quem são os verdadeiros agentes do crime organizado mundial**. Trad. C. E. Andrade. São Paulo: Ediouro, 2003.

ZALUAR, A. **A máquina da revolta: as organizações populares e o significado da pobreza**. São paulo: Editora Basiliense, 2000.

ZANETIC, André. **A Segurança Privada no Brasil: pressupostos, motivações e regulação**. In: XIII Congresso Brasileiro de Sociologia, 2007, Recife. **Anais...** Disponível em <<http://www.sbsociologia.com.br/html>>. Acessado em 9 out. 2008.

